



Ministério das Finanças
Direcção Geral da Contabilidade Pública
Gabinete de Estudos

CONTA GERAL DO ESTADO

ANO DE 2008

Introdução	8
Contexto Internacional	9
Contexto Nacional	14
Contas Consolidadas da Administração Central.....	20
Evolução da Situação Financeira.....	22
Execução Orçamental.....	27
Análise da Despesa de Funcionamento e Investimento	27
Alterações Orçamentais.....	27
Transferência por Contrapartida na Dotação Provisional	29
Alteração por Classificação Funcional 	30
Análise da Despesas por Classificação Orgânica e Económica	31
Análise da Despesa de Funcionamento	32
Análise de Despesas por Classificação Funcional.....	37
Análise da Despesa de Investimento Público	40
Programa de Investimento Público.....	40
Enquadramento	40
Análise Global do Programa de Investimento Público.....	41
Execução do Programa de Investimentos Públicos.....	42
Financiamento Interno.....	43
Financiamento Externo	43
Execução dos Programas	45
Execução por Projecto	51
Execução por Ministérios/Sectores.....	52
Execução do Investimento Público por Funções.....	53
Institutos, Fundos e Serviços Autónomos	55
Evolução da Situação Financeira.....	55
Alterações Orçamentais.....	57
Receitas.....	57
Despesa	57
Execução Orçamental.....	59
Receitas.....	59
Despesa.....	60
Análise da Receita	61
Execução Orçamental para 2008	61
Análise das Receitas Correntes.....	62
Análise das Receitas de Capital.....	63
Receitas Correntes Fiscais	65
Receitas Correntes não Fiscais	70
Receitas de Capital	71
Receitas Tributárias Cessantes.....	74

Receitas Liquidadas, Cobradas e Anuladas	77
Dívida Pública	81
Evolução da Dívida Pública do Estado 2006 a 2008	82
Avaliação da Dívida Pública por Credor.....	83
Dívida Interna	85
Dívida Externa	91
Encargos da dívida Pública	98
Garantias e Avals do Estado	99
Passivos Contingente Relativo aos Avals e Garantias Concedidas	100
Empréstimo de Retrocessão	101
Dividas e Outras Responsabilidades do Estado em 31/12/2008	102
Actividades e Acções Desenvolvidas pela IGF Durante 2008.....	104
Reformas das Finanças Públicas de 2001 a 2008.....	109
Dificuldades ainda existentes na Estrutura de Conta do Estado	113
Anexos.....	114

Lista De Abreviaturas

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
AN	Assembleia Nacional
ACI	Agência Caboverdiana de Investimentos
AHN	Arquivo Histórico Nacional
ASA	Aeroporto de Segurança Área
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento Económico Africano
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu de Investimento
BM	Banco Mundial
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BI	Banco Interatlântico
CFAA	Country Financial Accountability Assessment
CE	Comissão Europeia
CGE	Conta Geral do Estado
CCV	Correios de Cabo Verde
CNDS	Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
CEDEAO	Comunidade Económica de Estados de Africa Ocidental
CE	Centro de Emprego
CG	Chefia do Governo
CCCD	Comissão de Coordenação e Combate a Droga
DL	Decreto - Lei
DGCI	Direcção Geral das Contribuições e Impostos
DGT	Direcção Geral do Tesouro
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGP	Direcção Geral do Plano
DGPE	Direcção Geral do Património do Estado
DGCP	Direcção Geral da Contabilidade Pública
DGO	Direcção Geral do Orçamento
DI	Direitos de Importação

DP	Dívida Pública
DTS	Direitos Especiais de Saque
ECV	Escudos Cabo-verdianos
EMFA	Estado Maior de Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
EMPROFAC	Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração de Portos
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
GE	Gabinete de Estudos
HAN	Hospital Agostinho Neto
HBS	Hospital Baptista de Sousa
ICO	Instituto de Crédito Oficial
ICE	Imposto sobre o Consumo Especial
IHPC	Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
INAG	Instituto Nacional de Administração e Gestão
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ICIEG	Instituto Caboverdiano para igualdade e Equidade do Género
IEFP	Instituto de Emprego e da Formação Profissional
IE	Instituto de Estradas
IMP	Instituto Marítimo Portuário
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
IC	Instituto das Comunidades
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INGRH	Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
ICASE	Instituto Caboverdiano de Acção Social Escolar
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciência do Mar
ISE	Instituto Superior da Educação
IP	Instituto Pedagógico
ICCA	Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente
IIPC	Instituto de Investigação e Património Cultural

IBNL	Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro
IGF	Inspecção Geral das Finanças
IFH	Instituto de Fomento a Habitação
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IUR – PC	Imposto Único sobre Rendimento - Pessoas Colectivas
IUP - PS	Imposto Único sobre Rendimento - Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ICE	Imposto de Consumo Especial
KF	Fundo Kuwait para o Desenvolvimento Económico
LEC	Laboratório de Engenharia Civil
MCA	Millennium Challenge Account
MECC	Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade
MPMME	Ministério da Presidência do Concelho Ministros e dos Assuntos Parlamentares
MREDN	Ministerio das Reformas do Estado e da Defesa Nacional
MITT	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Telecomunicações
MS	Ministério da Saúde
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNECC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
MAI	Ministério da Administração Interna
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MADRRM	Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos
MEES	Ministério da Educação e Ensino Superior
MTFS	Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social
MC	Ministério da Cultura
MDHOT	Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território
NDF	Fundo Nórdico de Desenvolvimento
NTF	Fundo Especial de Nigéria
NIF	Número de Identificação Fiscal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OFID	OPEC Fund for International Development
OMC	Organização Mundial do Comércio

CONTA GERAL DO ESTADO 2008

OTNS	Obrigações do Tesouro Nova Série
PR	Presidência da República
PGR	Procuradoria Geral da República
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNLPR	Programa Nacional de Luta contra Pobreza Rural
PSI	Policy Support Instrument
PN	Polícia Nacional
PJ	Polícia Judiciária
QDMP	Quadro de Despesas a Médio Prazo
RSSN	Região Sanitária Santiago Norte
RF	Repartição das Finanças
SIM	Sistema de Informação Municipal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro
TC	Tribunal de Contas
TIM	Título de Intervenção Monetária
TRM	Título de Regulação Monetária
TCMF	Título Consolidado de Mobilização Financeira
UC	Unidade de Contas
USD	United States Dollars
UNICV	Universidade de Cabo Verde

CONTA GERAL DO ESTADO 2008

RELATÓRIO

Introdução

O Orçamento do Estado para 2008 foi aprovado pela Lei n.º 20/VII/ 2007, de 28 de Dezembro. Por Orçamento de Estado, de acordo com o disposto no n.º2 do artigo 3º da Lei de Enquadramento Orçamental n.º 77/V/98, de 7 de Dezembro, deve entender-se o orçamento dos serviços simples da Administração Pública e os encargos gerais da nação, incluindo o orçamento dos serviços e fundos autónomos e o orçamento de segurança social.

No concernente ao desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei Orçamental e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22 da Lei n. 77/V/98, de 7 de Dezembro (Lei de Enquadramento Orçamental alterado em 1998), o Governo aprovou e fez publicar o Decreto – Lei n.º 49/2007, de 28 de Dezembro, o qual contém as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2008, dos serviços simples da Administração Pública e serviços e fundos autónomos.

De salientar, em 2008, no âmbito da gestão orçamental e financeira Pública, a publicação dos seguintes diplomas:

- Decreto – Lei n.º 15/2008, de 08 de Maio, cria a Autoridade Reguladora da Aquisições Públicas, abreviadamente designada por ARAP;
- Decreto – Lei n.º 35/2008, de 27 de Outubro, altera o Decreto – Lei n.º2/97, de 21 de Janeiro, no que concerne aos pressupostos e ao processo de justificação administrativa;
- Decreto – Lei n.º 43/2008, de 01 de Dezembro, aprova a Comissão Nacional de Normalização Contabilística;

Contexto Internacional

O ano de 2008 foi caracterizado por uma forte turbulência financeira, cuja intensidade atingiu níveis não registados desde os anos da grande depressão, com impactos severos na economia real a nível mundial.

Ao longo da primeira metade do ano, os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros que se estenderam para além do sector da imobiliária nos Estados Unidos da América, se faziam sentir mais sobre as economias avançadas enquanto que as condições económicas nos países emergentes – forte procura, com reflexos positivos no comércio internacional – ainda contribuíam para atenuar os efeitos da conjuntura dos países avançados sobre a expansão da actividade económica mundial, apesar da manutenção de alguns riscos descendentes. Contudo, a partir do último trimestre de 2008, com o colapso de várias instituições financeiras mundiais, que teve como reflexos imediatos fortes restrições nas condições de crédito, enfraquecimento da confiança e quedas acentuadas nas bolsas de valores, as condições económicas deterioraram-se rapidamente.

Diversas medidas de carácter não convencional foram adoptadas pelos bancos centrais e pelos governos com o objectivo de limitar os riscos e restaurar a estabilidade financeira. Não obstante os pressupostos estabelecidos para uma melhor coordenação das acções de política financeira visando a normalização gradual das condições do mercado, assim como os estímulos orçamentais e os sucessivos cortes nas taxas de juros na maioria das economias avançadas, a turbulência nos mercados financeiros conduziu a um crescente abrandamento da actividade mundial, o que fez aumentar a interacção negativa entre a crise financeira e a actividade económica real. Assim, o ano de 2008 termina com a maioria das economias avançadas a enfrentarem um período de recessão e as emergentes e particularmente as pequenas economias abertas, a darem indícios de algum enfraquecimento a um ritmo mais acelerado.

A evolução da actividade económica e a volatilidade dos preços das *commodities* influenciaram de forma bastante significativa a inflação ao nível mundial. No primeiro semestre, as pressões inflacionistas cresceram, tendo a inflação global homóloga nos países da OCDE, atingido o seu valor máximo de 4.8%, em Julho de 2008, em razão principalmente do aumento dos preços dos produtos alimentares e dos energéticos. O *brent* atingiu o seu preço histórico de USD 147,5 o barril a 11 de Julho. Enquanto isso, as economias emergentes cujo peso dos produtos alimentares é mais relevante na sua cesta de consumo, enfrentavam pressões inflacionistas ainda maiores. Observou-se contudo, no decorrer do segundo semestre uma inversão da tendência de alta de preços. O abrandamento na actividade económica e a queda nos preços das matérias-primas contribuíram para o amortecimento das pressões inflacionistas. A cotação do petróleo caiu de forma pronunciada nesse período e nos finais de 2008 situava-se a volta dos USD 40 o barril.

EUA

Em 2008 os EUA registaram uma forte desaceleração na sua actividade económica, tendo o PIB real crescido apenas 1,1%. Nos primeiros meses do ano o crescimento foi positivo considerando-se as medidas de estímulos orçamentais e as políticas de reforço

ao comércio internacional. Contudo, no segundo semestre percebe-se uma forte contracção do produto justificada pela intensificação das tensões nos mercados financeiros, pelas restrições ao crédito e pelo abrandamento da procura externa. Em Dezembro de 2008 o Gabinete Nacional de Pesquisas Económicas anunciou que a economia deste país tinha estado a passar por uma recessão desde Dezembro de 2007. Dos 2,8% verificados no segundo trimestre de 2008, o PIB contraiu para os 0,5% no terceiro trimestre e no quarto a recessão intensificou-se com o consumo privado a ser negativamente afectado pelos altos níveis de desemprego, perda de confiança dos consumidores e redução da riqueza das famílias. Por seu turno, o investimento das empresas, influenciado pela queda dos lucros e pela maior restritividade às condições de empréstimos, acarretou riscos adicionais às expectativas de crescimento nesse período, tendo o investimento residencial subtraído cerca de 0,9 p.p. a taxa de crescimento do PIB em 2008.

Relativamente a evolução da inflação, a taxa de variação média anual do IPC registou um crescimento de 3,8% em 2008 contra os 2,9% observados no ano transacto, variação essa que espelha a oscilação verificada nos preços do petróleo e das outras matérias-primas a nível mundial. De referir que a inflação atingiu o seu valor máximo em Julho, de cerca de 5,6% quando se observava um rápido aumento dos preços dos energéticos.

A *core inflation* situou-se a volta dos 2,3%, tendo a tendência descendente da inflação global evidenciado igualmente a desaceleração da componente “custos de ocupação de habitação própria”.

Ao longo de 2008 o Comité de Mercado Aberto da Reserva Federal procedeu por diversas vezes a cortes na sua meta para os *fed funds* – taxa de juros de referência. A 16 de Dezembro de 2008 decidiu reduzi-la para o intervalo de 0% à 0,25%, quando em inícios do ano situava-se nos 4,25%. Com estas alterações, a Reserva Federal dava sinais de recurso às medidas de política monetária não convencionais para promover a funcionalidade do sistema financeiro e estimular a economia.

Zona Euro

O PIB real na zona euro registou um abrandamento no ano de 2008, tendo crescido apenas 0,8%, que se compara aos 2,7% e 3,0% observados em 2007 e 2006, respectivamente. Evidenciando o enfraquecimento da procura interna e a forte contracção do crescimento mundial, o segundo semestre foi marcado pela deterioração da actividade económica nesta região, após ter-se verificado uma certa resiliência na primeira metade do ano. Neste período, o aumento dos preços das matérias-primas afectou profundamente o rendimento real das famílias, enquanto que o arrefecimento dos mercados da habitação conduziu a uma rápida descida do investimento residencial. A dissipação das pressões sobre a capacidade produtiva, novas incertezas e condições de financiamento mais restritivas resultaram em cortes no investimento.

Nesse cenário de arrefecimento da procura interna, a redução do consumo e a queda dos investimentos privados foram em parte compensados pelo aumento das despesas públicas. Em termos trimestrais, a contribuição da procura interna para o crescimento chegou a atingir o nível zero no último período do ano. O comércio líquido retraiu-se com a queda das exportações, ao mesmo tempo em que se verificou uma ligeira

recuperação das importações. Assim a sua contribuição foi revista para baixo, em torno de 0,1 p.p, tendo situado a volta dos -0,6 p.p. Os desenvolvimentos recentes no comércio a retalho, conjugados com a perda de confiança dos consumidores (patamar não registado desde 1985) traduzem a manutenção do baixo nível das despesas com o consumo, ao longo do último trimestre de 2008.

Em bases anuais, a despesa das famílias registou uma moderação considerável ao longo de 2008, tendo o consumo privado crescido cerca de 0,6% enquanto que o crescimento do investimento total desceu acentuadamente para cerca de 0,6%, após dois anos de crescimento elevado, 5,8% em 2006 e 4,2% em 2007. Tal desaceleração foi mais marcada para o investimento residencial do que para outro tipo de investimento privado.

No que diz respeito a evolução dos preços, a inflação medida pelo IHPC registou uma média de 3,3% em 2008, reflectindo um aumento acentuado comparativamente aos anos anteriores (taxas da inflação homólogas a volta dos 2,2%) e bem acima da meta para a estabilidade de preços (2%) definida pelo Banco Central Europeu. Em Junho e Julho as taxas da inflação homólogas atingiram um pico de 4%, quando a grande expansão da procura mundial continuou a fazer aumentar os preços mundiais das matérias-primas, que atingiram níveis extremamente elevados. Contudo, em Dezembro caíram rapidamente para níveis de 1,6%, na decorrência de fortes contracções verificadas na actividade global, com os preços dos alimentares e em particular do petróleo a registarem quedas abruptas.

Durante 2008, as decisões do Conselho do BCE relativamente ao *refi* – taxa de juro de referência do BCE – foram tomadas em quatro ocasiões. A 3 de Julho, com o objectivo principal de conter a inflação, o Conselho do BCE decidiu aumentar a sua taxa de juro directora em 25 pontos base, para 4,25%. A 8 de Outubro, 6 de Novembro e 4 de Dezembro, o referido Conselho decidiu reduzir o *refi* para 3,75%, 3,25% e 2,50%, respectivamente, demonstrando assim preocupações com o crescimento da economia.

O euro atingiu um máximo de USD 1,60 em meados de Julho. Esta apreciação foi, em grande medida, impulsionada por expectativas de um alargamento do diferencial de taxas de juro em favor de activos da área do euro, reflectindo a convicção do mercado de que a continuação das turbulências financeiras afectaria menos a área do euro do que os Estados Unidos. Contudo, em Outubro a moeda da zona euro deprecia-se sendo cotada a USD 1,25 devido a escassez de liquidez em dólares dos EUA a nível mundial. Em Dezembro recupera-se novamente devido em parte ao facto dos mercados cambiais terem voltado a centrar a sua atenção nas perspectivas de crescimento e nos diferenciais de taxa de juro entre as principais regiões económicas. Assim, ao final de 2008 o euro era transaccionado a USD 1,39, cerca de 5% abaixo do nível registado no início de 2008 e de 6% acima da sua média de 2007.

Japão

Após um primeiro trimestre de crescimento positivo suportado pela boa procura externa e pelo investimento interno, o Japão veio a registar posteriormente uma queda acentuada na sua actividade económica global em 2008. As exportações líquidas e o investimento empresarial – este que vinha sendo a força motora do crescimento japonês – caíram. Em associação, a contenção do consumo devido à crescente incerteza

no mercado de trabalho e à redução dos rendimentos reais, originaram taxas de crescimento do PIB negativas durante o resto do ano.

Quanto à inflação, acelerou significativamente no primeiro semestre, atingindo um valor máximo de 2,3% em Julho, mas caiu para 0,4% em Dezembro.

Não obstante o facto de o sector bancário no Japão ter permanecido relativamente resistente à turbulência nos mercados financeiros mundiais, perdas substanciais nos mercados bolsistas e a intensificação da turbulência financeira tiveram um impacto negativo sobre o investimento e o consumo das empresas no segundo semestre. Tendo em conta a rápida deterioração das condições económicas, o Banco do Japão decidiu reduzir a sua taxa *overnight* não garantida, em termos acumulados, em 40 pontos base, para 0,1%, nas suas reuniões de 31 de Outubro e 19 de Dezembro de 2008, depois de ter mantido inalterado o objectivo desde Fevereiro de 2007.

Economias Emergentes da Ásia

Observou-se ao longo de 2008 um forte abrandamento da actividade económica nos países desta região. As exportações diminuíram acentuadamente no segundo semestre, especialmente nas pequenas economias abertas, como Singapura, Taiwan e Hong Kong, num contexto de alastramento do abrandamento económico e das condições financeiras restritivas a nível mundial.

Percebeu-se por outro lado um arrefecimento na demanda interna. A subida dos preços das matérias-primas e dos produtos alimentares conduziu ao aumento dos preços no consumidor em muitos países, no primeiro semestre. Em resultado, observou-se em algumas economias, uma deterioração do poder de compra dos consumidores e um ligeiro enfraquecimento das despesas de consumo. Todavia, as pressões inflacionistas começaram a diminuir no segundo semestre devido a uma descida significativa dos preços do petróleo e dos produtos alimentares.

A volatilidade nos mercados financeiros variou entre os países. O seu impacto sobre a China foi mais contido devido ao estado relativamente fechado e menos desenvolvido do seu sistema financeiro, enquanto se registou uma maior volatilidade nos mercados financeiros da Coreia do Sul e da Indonésia.

A economia chinesa, por sua vez experimentou ao longo dos últimos meses do ano fortes desacelerações, com a queda da procura externa a provocar expressivos cortes na produção industrial, que se situou a volta dos 5,4% em Novembro. Assim, o crescimento do PIB real diminuiu de 13% em 2007 para 9% em 2008. A inflação atingiu o valor máximo de 8,7% em Fevereiro, mas posteriormente registou uma queda significativa em resposta à estabilização dos preços internos dos produtos alimentares. Em Novembro a inflação caiu rapidamente para 2,4%. O Banco do Povo da China optou pelo afrouxamento das suas políticas monetárias, tendo em Dezembro efectuado cortes nas taxas de juro pela 5ª vez consecutiva desde Setembro de 2008. A taxa de juro anual de referência para empréstimos foi reduzida dos 7,47% observados em Setembro para os 5,31% e a taxa de juro anual para depósitos dos 4,14% para os 2,25%, no mesmo período.

África Subsahariana

Em 2008 a região da África Subsahariana registou um certo abrandamento no seu crescimento, tendo o PIB situado em torno dos 5,5% contra os 6,9 % registados em 2007. De notar que embora muitos países tenham-se beneficiado com os ganhos das trocas comerciais, no final do ano observou-se uma moderação no crescimento da economia para o conjunto da região face a forte turbulência financeira e a elevação dos preços das matérias-primas a nível mundial. A expansão dos países exportadores de petróleo foi moderada, a volta dos 7,5%, perto dos 8% registados no último ano, tendo em conta o incremento de 75% dos termos de troca em 2008. De notar que neste ano esta região registou um superávit na conta corrente de 1%. Contudo, riscos associados ao abrandamento da procura externa e a redução das entradas de capital externo contribuíram para a diminuição das expectativas de crescimento da região. Quanto a inflação, as últimas estimativas apontam para uma taxa de crescimento em torno dos 10% em 2008, contra os 7% registados em 2007.

América Latina

Na América Latina, a economia cresceu com alguma robustez no primeiro semestre de 2008, cerca de 5% na América do Sul.

A melhoria dos fundamentos macroeconómicos, os preços das matérias-primas elevados e a forte procura interna continuaram a suportar as perspectivas económicas na primeira metade de 2008, mas ao mesmo tempo resultaram num aumento das pressões inflacionistas. As taxas de inflação cresceram ao longo do ano, em toda a região, tendo aumento para os 8,7% em 2008, face aos 6,1% em 2007. Todavia, a partir de Setembro de 2008, as condições financeiras externas deterioraram-se à medida que se intensificava a crise financeira mundial. Os diferenciais de *swaps* de risco de incumprimento da dívida soberana da América Latina alargaram-se consideravelmente, especialmente na Argentina e Venezuela. Adicionalmente observou-se uma depreciação das moedas locais face ao dólar dos EUA, os mercados accionistas registaram quedas significativas, de cerca de 50%, ao longo do ano e registou-se escassez de liquidez. O Brasil e o México foram especialmente atingidos pela escassez de liquidez, com fluxos de saída avultados a afectarem o cenário económico da região.

Quadro 1.1 – Produto Interno Bruto e Inflação

	PIB (%)			Inflação (%)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Economia mundial	5,1	5,1	3,1	2,8	2,9	4,9
Economias Avançadas	3,0	2,7	0,8	2,4	2,2	3,4
EUA	2,9	2,0	1,1	3,2	2,9	3,8
Zona Euro	2,8	2,7	0,8	2,2	2,1	3,3
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,9	8,3	6,0	5,4	6,4	9,3
China	11,6	13	9,0	1,5	4,8	5,9
Índia	9,8	9,4	7,3	6,2	6,4	8,3
África Subsahariana	6,4	6,9	5,5	7,3	7,2	11,7

Fontes: FMI (Actualizações do World Economic Outlook de Julho de 2009)

Contexto Nacional

As últimas estimativas do Ministério das Finanças sobre a evolução da economia cabo-verdiana em 2008 apontam para um crescimento do PIB em torno dos 6%. Esta evolução favorável teve na sua base, a dinâmica da procura interna, suportada pela boa taxa de execução dos investimentos públicos que atingiu um valor recorde de 94,4% do orçado – ultrapassando a fasquia dos 16.600 milhões ECV – e a procura externa. De realçar, contudo, uma desaceleração acentuada das exportações de serviços, com destaque para os associados à actividade turística, e dos investimentos directos estrangeiros ligados a imobiliária turística.

Tendo em conta as características da economia cabo-verdiana, nomeadamente o elevado grau de abertura, percebeu-se em 2008 uma desaceleração dos influxos de capital externo privado, em resultado das condições desfavoráveis das economias dos principais parceiros de Cabo Verde, devido à intensificação da crise financeira que eclodiu em Agosto de 2007 e se alastrou ao nível da economia real nos períodos precedentes.

A evidenciar este facto está o indicador de clima produzido pelo INE, que durante o ano evoluiu de forma desfavorável comparativamente ao ano transacto, o que dá indícios de um certo abrandamento no ritmo de crescimento económico. Analisando em detalhe os indicadores do boletim de conjuntura do último trimestre de 2008, os sectores da indústria transformadora e dos transportes apresentaram uma conjuntura favorável, contrariamente ao verificado nos sectores do turismo – cujo indicador de confiança registou o valor mais baixo dos últimos 12 trimestres –, do comércio em estabelecimento e da construção, onde se constatou que o indicador de confiança manteve igualmente a tendência descendente dos últimos trimestres, influenciado principalmente pela trajectória menos favorável do sector da imobiliária turística.

Não obstante, os efeitos da crise mundial no ritmo de crescimento da economia nacional têm sido mitigados através de um importante suporte do Governo à economia, graças ao espaço fiscal/orçamental que vinha sendo criado nos últimos anos. Particularmente em 2008 foram adoptadas importantes medidas como forma de proteger os efeitos nefastos da crise económica sobre a população mais vulnerável, de entre as quais salientam-se:

- Ajustamento na pauta aduaneira que consistiram na redução dos direitos aduaneiros e eliminação do IVA sobre os cereais;
- Transferência de subsídios à Electra (no montante de 424,6 milhões de escudos) de modo a assumir o défice tarifário acumulado, devido à decisão do Governo de não deixar repercutir no mercado interno a alta dos preços dos factores de produção nos mercados internacionais, protegendo sobretudo a utilização pelas famílias destes bens essenciais (electricidade e água) e a estrutura de custos das Pequenas e Médias Empresas;
- Adopção de um quadro de políticas fiscais para a recuperação das dívidas das empresas em situação financeira difícil
- Aumento da pensão social mínima no ano em 2,5%, que se situa agora em 3.500 ECV (quando 2005 era de 3.000 ECV) conjugado com o aumento do número de beneficiários, com a generalização à todos os idosos que não beneficiem de outro esquema de protecção.

Por outro lado, é de notar a pouca exposição do sector financeiro cabo-verdiano às flutuações dos mercados financeiros internacionais, devido a sua fraca integração nestes mercados, espelhado na manutenção do bom desempenho dos principais indicadores de actividade do sector, com destaque para o crescimento do crédito à economia.

De acrescentar ainda que relativamente ao mercado de trabalho, os últimos resultados do inquérito ao emprego apontam para uma ligeira melhoria da situação do desemprego no período de 2006 à 2008, com a taxa de desemprego a situar-se nos 17,8% no último ano, portanto uma queda de 0,5 p.p. face a 2006. Este resultado traduziu-se na criação líquida de 13.701 postos de trabalho nesse período.

Tais factores contribuíram para que a economia cabo-verdiana se mantivesse nesse ano resiliente face à conjuntura globalmente adversa vivenciada.

No que diz respeito a esfera nominal, em termos anuais, a taxa de variação da inflação foi de 6,8%, valor este acima do observado no ano transacto em cerca de 2,4 p.p., impulsionado essencialmente pelos preços dos produtos alimentares e dos energéticos. De realçar que em 2008 se registaram as maiores taxas de variação homólogas nos últimos anos, tendo o mês de Outubro registado o pico de 10,2%, o que evidencia o impacto das pressões inflacionistas observadas a nível mundial no mercado interno. Contudo, deve-se destacar igualmente a desaceleração em termos homólogos observada nos últimos meses do ano o que dá indícios da tendência de redução do nível de preços nos períodos precedentes.

Quadro 1.2 – PIB e Inflação

Ano	2007	2008
PIB (milhões ECV) preços correntes	121.753	133.939
PIB nominal per capita (USD)	3.080	3.421
Taxa de crescimento do PIB real	7,8%	6%
Taxa de inflação	4,4%	6,8%

Fonte: FMI/INE

Relativamente a política monetária e cambial, continuou a ser pautada pela preservação do regime de peg fixo com o euro, ancorada no Acordo de Cooperação Cambial estabelecido com Portugal, que celebrou em 2008 os seus dez anos de existência. Neste sentido, a autoridade monetária orientou-se pela manutenção da meta operacional de gestão do diferencial da taxas de juros com a zona euro – num contexto internacional caracterizado pela turbulência financeira – e da meta intermediária de estabilidade cambial, assegurada pela acumulação de um nível de reservas externas que garantissem igualmente o cumprimento das metas acordadas no quadro do programa *Policy Support Instrument* com o Fundo Monetário Internacional.

Como medida de política monetária implementada em 2008 deve-se destacar a indexação das taxas de facilidades permanentes de liquidez aos Títulos de Regulação Monetária (TRM).

Com o intuito de fazer face às oscilações na economia mundial e seus impactos na balança de pagamentos e na inflação nacional, o Banco de Cabo Verde decidiu aumentar a taxa dos TRM, em Junho e Setembro em 25 e 50 pontos base respectivamente, fixando-a nos 5,25%. Para a gestão do excesso de liquidez observada no sistema, a autoridade recorreu através das operações de mercado aberto à emissão dos tradicionais TRM e TIM (Títulos de Intervenção Monetária). Ao final do terceiro trimestre tais operações totalizavam um montante de 6.117,2 milhões de escudos.

Em termos gerais como resultado de tais medidas observou-se, por um lado, uma evolução positiva das reservas internacionais em cerca de 8,5% face ao ano transacto, acumulando um total de 278,75 milhões de euros, o correspondente a quatro meses de importações efectivas do ano. Verifica-se por outro lado, a manutenção da tendência expansionista do crédito interno que atingiu um crescimento em torno dos 18,8%, explicada essencialmente pela evolução bastante positiva do crédito a economia em 28,7% e cujo peso no crédito interno total voltou a aumentar face a 2007 em 6,1 p.p., passando a representar 79,8% nesse ano. O crédito privado, com um crescimento de 19,2%, representou cerca de 53,7% do total concedido à economia. O crédito ao sector público administrativo, que por sua vez diminuiu o seu peso no total do crédito interno de 26,9% em 2007 para 20,2% em 2008, manteve a sua trajectória de redução, ao registar um crescimento negativo de 8,2%. Tal resultado reflecte os desenvolvimentos observados no crédito ao governo central, item de maior peso nesta

rubrica, que apresentou uma redução de 16,5%, evidenciando portanto, a diminuição das necessidades de financiamento do Governo junto a banca nacional.

Influenciada por tais acontecimentos, a massa monetária (M2) evoluiu de forma moderada tendo registado um acréscimo de 7,9% no ano, quando em 2007 havia sido de 9,7%, acumulando um total de 102.088,9 milhões de ECV em Dezembro de 2008. Das suas componentes, realça-se o crescimento do M1 em cerca de 4,5%, justificado pelos aumentos dos depósitos à ordem em 4,8% e da moeda circulação a volta dos 3,7%.

A evolução do sector externo foi marcada pelo aumento do défice corrente em cerca de 3,7% face a 2007, correspondendo a 12,5% do PIB – contudo uma redução de cerca de 2,2 p.p. em relação ao ano transacto. Para tal contribuíram as exportações líquidas de serviços, tendo as viagens de turismo apresentado um crescimento de 7,8%, não obstante a conjuntura adversa dos principais países emissores de turistas para Cabo Verde, contudo uma forte desaceleração face a 2007 quando cresciam a 34,3%. De notar que esta rubrica representou todavia cerca de 20% do PIB produzido em 2008.

Para além da desaceleração das exportações de serviços na ordem dos 30%, registou-se um agravamento da balança de rendimentos em 43% e uma relativa estabilidade no défice da balança de comercial, que cresceu apenas cerca de 0.6% em relação ao ano transacto. Para esta última, contribuiu a desaceleração das importações em 3,7% e o significativo aumento das exportações a volta dos 32%. De recordar que houve uma inversão da tendência desta rubrica face a 2007 – quando apresentou uma forte queda, acima dos 22% – explicada pelo aumento de 26% das reexportações de combustíveis e pela recuperação das exportações de pescado a volta dos 100%. Por seu turno, as importações foram influenciadas pela redução na importação de bens de capital em 32% e pela desaceleração das importações de combustíveis em 45 p.p. em relação a 2007.

Quanto às transferências correntes, o destaque vai para a boa evolução das transferências oficiais, em razão dos desembolsos da ajuda orçamental e dos fundos do MCA. As remessas dos emigrantes, embora a um ritmo pouco acelerado, mantiveram-se num patamar positivo, crescendo 2,4% no ano. Relativamente a balança financeira, realça-se a desaceleração do Investimento Directo Estrangeiro em torno dos 29,3p.p. Convém salientar que o IDE vinha seguindo uma tendência bastante positiva, evidenciada pelo crescimento registado em 2006 e 2007 de 58,8% e 33,3%, respectivamente. Tendo em conta que o IDE em Cabo Verde tem sido maioritariamente direccionado para o sector da imobiliária turística, são evidentes os impactos da desaceleração acentuada desta rubrica no sector real da economia nacional, em particular na construção civil.

A política orçamental em 2008 continuou orientada para a manutenção da disciplina orçamental, no sentido da sustentabilidade orçamental e financeira das Finanças Públicas, compatível com uma política macroeconómica saudável, traduzida na contenção das despesas de funcionamento a fim de libertar recursos para investimentos públicos, de modo a diminuir a pressão do Estado sobre o crédito interno e libertar recursos para o sector privado.

A situação das finanças públicas apresentou uma melhoria no decorrer de 2008, resultado não só de um aumento das receitas fiscais, em virtude de um bom desempenho do IVA e do IUR mas também de uma boa execução das receitas não

fiscais, conjugada com uma boa execução das despesas de investimentos, canalizados essencialmente para a infra-estruturação económica do país, atingindo uma média de 12,4% do PIB, mais 0,9 pontos percentuais do que o valor registado em 2007.

No concernente às receitas totais, incluindo donativos, atingiram os 29,6% do PIB e relativamente às despesas, totalizaram cerca de 31,2% do PIB, o que tem sido coerente com a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida.

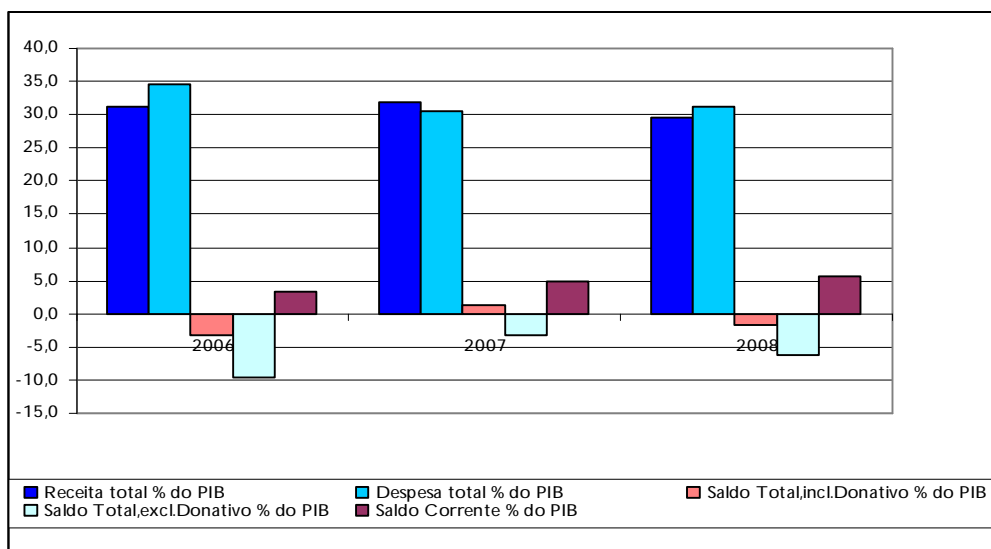
Em 2008, o saldo global foi negativo em 1,6% do PIB, o que corresponde a um valor significativamente abaixo do valor orçamentado (2,6% do PIB), representando uma deterioração de 2,7 pontos percentuais do PIB relativamente ao ano anterior (devido a situação atípica ocorrida com a alienação do património do Estado em 2007), reflectindo por conseguinte um bom comportamento das receitas fiscais, não fiscais e donativos, e por outro lado, um forte incentivo dado à execução da despesa de investimento público em 2008.

O défice primário (excluindo donativos) estabilizou-se ao nível do registado no ano anterior, ou seja, 5,2% do PIB, reflectindo essencialmente o abrandamento ao nível das receitas orçamentais (isto é, uma diminuição da receita de capital orçamental interna em 2,8 pontos percentuais do PIB em 2008), que de 27,3% do PIB passam para 24,9% do PIB, correspondendo a uma redução de 2,3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O peso do Sector Público na economia medido pelo rácio despesas total/ PIB aumentou de 30,6% para 31,2% do PIB, correspondente à um aumento de 0,6 pontos percentuais do PIB, reflectindo mais uma vez a política orçamental prudente, direccionada principalmente para a concretização de programas de investimentos públicos, através da mobilização de recursos externos em termos favoráveis numa perspectiva de análise custo – benefício, condição necessária à concretização das metas de redução da pobreza fixadas no DECRP II.

O financiamento do défice público em 2008, ficou a cargo da componente externa, nomeadamente, dos desembolsos dos organismos multilaterais e da ajuda orçamental, tendo o Estado reduzido mais uma vez o crédito líquido obtido junto do sistema bancário e não bancário no período em análise.

Gráfico 1- Indicadores Orçamentais
(% do PIB)



Relativamente a dívida pública em relação ao produto interno bruto, registou-se uma diminuição de 5,1 pontos percentuais face a 2007, passando a representar cerca de 57,5% do PIB no ano em análise. O stock total aumentou em termos relativos cerca de 1,0%, o que representa uma aceleração de 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior. Essa evolução vai de encontro a política de gestão eficiente e rigorosa que o governo tem vindo a adoptar, no quadro do Instrumento de Apoio às Políticas Económicas e Financeiras - *Policy Support Instrument* na língua inglesa - programa este estabelecido com o Fundo Monetário Internacional, no qual uma das ancoras consiste na redução da dívida interna para 20% do PIB até 2009. Em 2008, o rácio da dívida interna situou-se em 18,7%, o que representa uma redução de cerca de 3,9 pontos percentuais do PIB face ao ano anterior. Com referência à dívida externa, observou-se igualmente uma queda no seu percentual em termos do PIB, de 40,0 % em 2007 para 38,8% em 2008. Entretanto em termos absolutos, o stock total da dívida pública mantém uma trajectória ascendente, devido à necessidade de financiamento do orçamento, com maior relevo para o financiamento externo.

Contas Consolidadas da Administração Central

O défice da Administração Central, na óptica da contabilidade pública, situou-se a 2.091 milhões de escudos (correspondente a 1,6 por cento do PIB¹). A estimativa do défice de 3.431,1 milhões de escudos para 2008, equivalente a 2,6 por cento do PIB actualizado em 2008 excedeu em 1 pontos percentuais do PIB em relação ao efectivamente executado em 2008, contudo, em relação a 2007, devido a situação atípica ocorrida com alienação do património do Estado, o saldo global foi positivo de 1.445 milhões de escudos, representando por conseguinte, uma deterioração do saldo global em 2008, em 2,7 pontos percentuais do PIB.

Este resultado é justificado essencialmente pelo comportamento do saldo corrente que apresentou uma variação positiva de 0,8 pp. do PIB, comparativamente ao ano anterior, e o saldo de capital com uma variação negativa de 3,5 pontos percentuais do PIB.

Em 2008, a receita corrente atingiu 24,2 % do PIB, o que representa mais 0,5 pontos percentuais do PIB relativamente ao ano anterior, reflectindo o aumento da receita fiscal, produto do aumento dos impostos indirectos em 0,5 pp. do PIB e dos impostos directos em 0,1 p.p do PIB. No caso dos impostos indirectos o aumento na cobrança do IVA e de Direitos de Importação contribuíram para mais de metade do acréscimo verificado, justificado essencialmente pelo aumento dos níveis de cumprimento voluntário, em consequência de maior controlo efectuado pela DGCI no acompanhamento de maiores contribuintes em sede do IVA e pelo aumento da importação ocorrido em 2008. No que respeita à receita não fiscal, o comportamento das taxas e preços públicos (menos 0,1 pp. do PIB) e das transferências e cotizações (menos 0,04 pp. do PIB.) influenciaram a queda de 0,1 p.p do PIB comparativamente a 2007, motivada em grande medida pela evolução do PIB nominal em 2008 e pela transferência da maior parte dos descontos efectuados pelos funcionários públicos ao INPS, no âmbito da integração dos mesmos ao Sistema de Providência Social.

A despesa corrente primária, representou 17,2 % do PIB em 2008, diminuindo 0,2 pontos percentuais do PIB comparativamente ao ano anterior, sendo o maior contributo para esta evolução a diminuição das despesas com o pessoal em -0,5 pp. do PIB, resultado de um crescimento menos acelerado desta rubrica em 2008, devido a medida de controlo relativo a contratação do pessoal para administração pública adoptada pelo Governo nos últimos anos. No mesmo sentido, as outras despesas, os encargos da dívida pública e as aquisições de bens e serviços registaram igualmente uma poupança de -0,4 pp., -0,2 pp. e -0,1 pp. do PIB respectivamente. No sentido inverso, as transferências correntes e os subsídios, apresentaram um acréscimo de despesa de, respectivamente 0,4 pp. do PIB, relativamente ao ano anterior.

No que respeita a diminuição do saldo do capital em 3,5 p.p, comparativamente ao ano anterior, este reflecte o desempenho da receita de capital em menos 2,6 pp. do PIB e um aumento da despesa de capital em 1,0 pp. do PIB. Na receita, o decréscimo verificado é justificado essencialmente pela imobilização financeira e corpórea em 1,7 pp. e 1,1 pp. do PIB respectivamente, que deriva de uma situação atípica ocorrida em

¹ PIB 2006 a 2007 – Estimativa INE
PIB – 2008 – Projecção do Gabinete de Estudos Estratégico – Ministério das Finanças

2007, com alienação de património do Estado, com destaque para venda de terrenos e alienação do capital social da Enacol e da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos (SCT). No lado das despesas, o investimento público registou um acréscimo de 0,9 pp. relativamente à 2007.

Quadro 2 – Conta da Administração Central
(em milhões de escudos)

Designação	Execução Orçamental			Variação 2008/2007		
	2006	2007	2008	Valor	% PIB	%
1. RECEITAS CORRENTES	25.725,3	28.908,0	32.421,1	3.513	2,6	12,2
Imposto sobre rendimento	6.921,5	7.655,4	8.525,9	871	0,6	11,4
Imposto sobre Valor Acrescentado	8.438,9	9.917,3	11.723,5	1.806	1,3	18,2
Outros Imposto sobre despesa	7.445,3	8.646,9	9.336,6	690	0,5	8,0
Vendas	38,3	46,0	51,7	6	0,0	12,4
Taxas a Preços Públicos	1.271,6	1.764,7	1.788,3	24	0,0	1,3
Outras Receitas de Gestão Corrente	777,8	90,0	170,8	81	0,1	89,7
Multas e Outras Penalidades não Fiscais	20,6	98,2	125,0	27	0,0	27,3
Rendimentos Financeiros	223,1	549,5	604,2	55	0,0	9,9
Transferências e Cotizações	588,2	140,1	95,2	-45	0,0	-32,0
2. DESPESAS CORRENTES	22.344,1	23.048,9	24.910,8	1.862	1,4	8,1
Despesas Com o Pessoal	10.490,8	10.901,8	11.329,5	428	0,3	3,9
Aquisição de Bens e Serviços	1.646,3	2.163,4	2.312,4	149	0,1	6,9
Encargos Correntes da Dívida	1.920,0	1.880,9	1.846,7	-34	0,0	-1,8
Transferências Correntes	4.855,1	5.183,4	6.188,3	1.005	0,8	19,4
Ao Sector Público	2.422,8	2.700,9	3.070,6	370	0,3	13,7
Ao sector Privado	276,4	112,9	292,1	179	0,1	158,8
Família	2.082,2	2.334,8	2.628,1	293	0,2	12,6
Ao Exterior	73,7	34,8	197,5	163	0,1	468,4
Subsídios	1.949,4	336,9	931,9	595	0,4	176,6
Outras Despesas Correntes	1.482,6	2.582,5	2.302,0	-280	-0,2	-10,9
3. SALDO CORRENTE (1)-(2)	3.381,1	5.859,2	7.510,4	1.651	1,2	28,2
4. RECEITA DE CAPITAL (4)	6.948,7	9.745,2	7.255,7	-2.489	-1,9	-25,5
Imobilizações Financeiras	23,1	2.140,8	30,0	-2.111	-1,6	-98,6
Imobilizado Corpóreo	517,4	2.240,1	990,0	-1.250	-0,9	-55,8
Transferências	6.408,2	5.364,3	6.235,8	871	0,7	16,2
5. DESPESA DE CAPITAL (5)	13.820,8	14.159,4	16.857,1	2.698	2,0	19,1
Investimentos	13.702,8	13.963,0	16.603,8	2.641	2,0	18,9
Outras despesas de capital	118,0	196,3	253,3	57	0,0	29,0
6.SALDO GLOBAL	-3.491,0	1.445,0	-2.091,0			
(em percentagem do PIB)	-3,3	1,2	-1,6			
7. SALDO PRIMARIO	-1.571,0	3.325,8	-244,4			
(em percentagem do PIB)	-1,5	2,7				
PIB	104.637,0	121.753,0	133.928,3			

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Com o quadro seguinte pretende-se evidenciar a evolução financeira para o período entre 2006 e 2008, discriminando as diversas componentes, designadamente a receita e a despesa relevantes para a determinação do saldo, bem como a sua discriminação pela natureza corrente, de capital e o endividamento líquido.

Procedendo à análise dos elementos constantes do quadro seguinte, é de salientar que houve um aumento do saldo global, apurado na óptica da Contabilidade Pública em 3.536,0 milhões de escudos, de 2007 para 2008. Este resultado ocorreu derivado do facto da taxa de crescimento da receita em 2008 ter sido inferior a 25,0 p.p à da despesa.

No período em análise, a receita registou uma desaceleração de 18,3% em 2007 para 2,6% em 2008, contribuindo para este resultado a não ocorrência na mesma proporção em 2008, do efeito da situação atípica ocorrida com vendas de imobilizados financeiros e corpóreos do Estado em 2007. Com efeito, em 2008, a taxa de crescimento da receita de 2,6% é o resultado da combinação do aumento das receitas correntes em 12,2% e da diminuição da receita de capital em 25,5%. No caso das receitas correntes, o acréscimo verificado está directamente influenciado pela arrecadação conseguida no IVA, no Imposto sobre Rendimento, e no Imposto sobre a despesa, sobretudo o ICE e os DI (imposto sobre o consumo especial e direitos de importação).

Quadro 3 – Evolução da Situação Financeira da Administração Central (2006-2008)
(em milhões de escudos)

Designação	Execução Orçamental			Variação (%)	
	2006	2007	2008	2007/2006	2008/2007
Receitas Correntes	25.725,3	28.908,0	32.421,1	12,4	12,2
Imposto sobre rendimento	6.921,5	7.655,4	8.525,9	10,6	11,4
Imposto sobre Valor Acrescentado	8.438,9	9.917,3	11.723,5	17,5	18,2
Outros Imposto sobre despesa	7.445,3	8.646,9	9.336,6	16,1	8,0
Vendas	38,3	46,0	51,7	20,2	12,4
Taxas a Preços Públicos	1.271,6	1.764,7	1.788,3	38,8	1,3
Outras Receitas de Gestão Corrente	777,8	90,0	170,8	-88,4	89,7
Multas e Outras Penalidades não Fiscais	20,6	98,2	125,0	377,2	27,3
Rendimentos Financeiros	223,1	549,5	604,2	146,3	9,9
Transferências e Cotizações	588,2	140,1	95,2	-76,2	-32,0
Receitas de Capital	6.948,7	9.745,2	7.255,7	40,2	-25,5
Imobilizações Financeiras	23,1	2.140,8	30,0	9178,2	-98,6
Imobilizado Corpóreo	517,4	2.240,1	990,0	333,0	-55,8
Transferências	6.408,2	5.364,3	6.235,8	-16,3	16,2
Despesas Correntes	22.344,1	23.048,9	24.910,8	3,2	8,1
Despesas Com o Pessoal	10.490,8	10.901,8	11.329,5	3,9	3,9
Aquisição de Bens e Serviços	1.646,3	2.163,4	2.312,4	31,4	6,9
Encargos Correntes da Dívida	1.920,0	1.880,9	1.846,7	-2,0	-1,8
Transferências Correntes	4.855,1	5.183,4	6.188,3	6,8	19,4
Ao Sector Público	2.422,8	2.700,9	3.070,6	11,5	13,7
Ao sector Privado	276,4	112,9	292,1	-59,2	158,8
Família	2.082,2	2.334,8	2.628,1	12,1	12,6
Ao Exterior	73,7	34,8	197,5	-52,9	468,4
Subsídios	1.949,4	336,9	931,9	-82,7	176,6
Outras Despesas Correntes	1.482,6	2.582,5	2.302,0	74,2	-10,9
Despesa de Capital	13.820,8	14.159,4	16.857,1	2,4	19,1
Investimentos	13.702,8	13.963,0	16.603,8	1,9	18,9
Imobilizados Corpóreas	115,4	196,3	251,1	70,2	27,9
Imobilizados Incorpóreas	0,0	0,0	0,0	-	-
Transferências de Capital	1,7	0,0	0,0	-100,0	-
Outras Despesas de Capital	0,9	0,0	2,2	-100,0	-
Total da Receita	32.673,9	38.653,2	39.676,9	18,3	2,6
Receita fiscal	22.805,7	26.219,6	29.586,0	15,0	12,8
Receita não fiscal	2.919,5	2.688,5	2.835,2	-7,9	5,5
Total da Despesa	36.164,9	37.208,2	41.767,9	2,9	12,3
Saldo corrente	3.381	5.859	7.510		
Saldo de capital	-6.872,1	-4.414,2	-9.601,4		
Saldo global	-3.491,0	1.445,0	-2.091,0		
Saldo primário	-1.571,0	3.325,8	-244,4		
<i>Por memória:</i>					
Endividamento líquido interno	1.770	-4.314	-1.571		
Endividamento líquido externo	2.599	3.010	3.297		
Erros e omissões	877,7	141,2	-365,4		

Relativamente à receita fiscal, verificou-se um acréscimo dos impostos directos em 11,4% e dos impostos indirectos em 13,4%, sendo de salientar os seguintes aspectos:

- No caso dos impostos directos, cabe referir o efeito do acréscimo da receita do Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IUR-PC) (+17,5%) – resultado de maior rendimento registado em 2007 pelos grandes contribuintes e maior dinamismo verificado com a cobrança coerciva no período em análise. No que tange a receita do Imposto sobre as Pessoas Singulares (IUR-PS) – o crescimento é mais moderado (+7,1%), justificado pela conjugação de alguns factores, dentre os quais se destacam: a actualização salarial – maior controlo da Administração Fiscal; e reforço da fiscalização.
- A aceleração do crescimento dos impostos indirectos encontra justificando-se, fundamentalmente, pelo nível do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Direitos de Importação e Imposto de Consumo Especial, designadamente pelo facto de se ter registado um maior volume de importação e pelo aumento de níveis de cumprimento voluntário da liquidação do IVA junto à Direcção Geral das Contribuições e Impostos comparativamente ao ano anterior.

Relativamente à **receita de capital**, o decréscimo de 25,5% é justificado essencialmente pela não ocorrência em 2008, do mesmo nível de alienação do património do Estado ocorrido em 2007.

Por sua vez, o total da **despesa** registou-se uma aceleração de 2,9 % em 2007 para 12,3% em 2008. Para este resultado concorreram, em grande medida, os subsídios (176,6%), as transferências correntes (mais 19,4%), as despesas de investimentos público (mais 18,9%), aquisições de bens e serviços (mais 6,9%) e despesas com o pessoal (mais 3,9%).

A taxa de crescimento da despesa de 2007 para 2008 foi resultado da interacção do crescimento das despesas correntes e da despesa de capital 8,1% e 19,1% respectivamente. No que respeita à despesa corrente, esta foi influenciada pelos factores que de seguida se sistematizam:

- Subsídios correntes (mais 176,6%) – traduziram-se essencialmente, no pagamento da segunda prestação da dívida do Estado para com a Shell referente ao diferencial dos combustíveis acumulado até Abril de 2006, cujo, protocolo de assumpção foi celebrado com a Direcção Geral do Tesouro em meados de 2007 e pela compensação dos preços de electricidade e água através da transferência do subsídio à Electra, de modo a assumir o défice tarifário acumulado em 2008, devido à decisão do Governo de não deixar repercutir no mercado interno a alta dos preços dos factores de produção nos mercados internacionais, protegendo sobretudo a utilização pela famílias destes bens essenciais e a estrutura de custos das Pequenas e Médias Empresas comparativamente ao ano anterior;
- Transferências correntes (mais 19,4%) – encontram-se influenciadas sobretudo pelas seguintes subrubricas:

- Transferência a Administração Pública – o acréscimo verificado de 13,7% é justificado principalmente pela regularidade observada em 2008, na transferência da taxa ecológica cobrada pelo Estado no ano em curso aos municípios e pelo crescimento das transferências do Fundo do Financiamento dos Municípios, justificado pelo aumento da receita corrente em 2007 que directamente contribuiu pelo montante transferido no período em análise;
- Transferência Privada – o acréscimo verificado espelha essencialmente pelo pagamento de subvenções do Estado relativos às eleições autárquicas ocorridas em 2008, comparativamente ao ano anterior;
- Transferências às Famílias – o acréscimo verificado de 12,6% é justificado essencialmente pelo acréscimo generalizado nas pensões de aposentação, regime não contributivo e pensão de sobrevivência, explicado essencialmente pela regularização dos processos de fixação de pensão de sobrevivência em atraso, pela entrada de novos pensionistas e pela actualização do valor da pensão de regime em 2008 e pela actualização salarial ocorrido no ano em curso;
- Transferência para o Exterior – o aumento verificado é justificado em grande medida pela transferência efectuada à CEDEAO referente a taxa comunitária cobrada pela Direcção Geral das Alfândegas de Janeiro a Julho de 2008.
- Aquisição de bens e serviços correntes (mais 6,9 %) – traduziram em parte do acréscimo derivado da política do Governo em não acumular os atrasados principalmente nas rubricas Electricidade, Combustível e Lubrificante e Comunicações, tendo incluído em 2008, o pagamento das dívidas da administração central referente a anos anteriores e ainda pelas três actualizações para cima de preço dos combustíveis ocorridos em 2008, com o aumento de preço dos combustíveis no mercado internacional;
- Despesas com Pessoal (mais 3,9%) – espelham, em grande medida, o acréscimo das remunerações certas e permanentes – influenciadas pelo impacto – de recrutamento essencialmente de novos médicos afectos ao Ministério da Saúde, da classe docente do Ministério da Educação e Ensino Superior, dos novos agentes da Polícia Nacional e actualização de remuneração do pessoal do quadro especial em 2008. Por último, de referir o impacto decorrente do aumento salarial de 2,5 %, atribuído aos funcionários e agentes dos serviços simples da Administração Pública cujo estatuto remuneratório se sujeita ao Plano de Cargos Carreira e Salários, estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, e seus regulamentos;
- Outras despesas correntes (menos 10,9%) – reflectiram, em grande medida, a não ocorrência de restos por pagar nos finais de 2007, o que contribuiu essencialmente para esta diminuição comparativamente ao ano de 2007. Expurgando o efeito das despesas de anos anteriores pagos em 2007, verifica-se

um acréscimo nas principais rubricas que compõem este agrupamento económico da despesa, nomeadamente na rubrica despesas extraordinária e restituição onde verificaram respectivamente um acréscimo de 28,1% e 5,6%, justificado principalmente pelo pagamento dos atrasados do Estado assumidos em 2005 com a Emprofac, o INPS, a Telecom, a Electra, a ASA, o BCA e a Câmara Municipal e pelo aumento da restituição em sede do IVA comparativamente ao período homólogo;

- Encargos correntes da Dívida (menos 1,8%) – directamente relacionado com a diminuição dos títulos do tesouro em circulação e com a manutenção das taxas de juro no mercado interno comparativamente ao período homólogo do ano anterior.,

Na despesa de capital o acréscimo de 19,1%, encontra-se influenciado sobretudo pelo aumento da execução do programa de investimentos públicos verificado em 2008, principalmente nos projectos estruturantes para o desenvolvimento do país e pela aquisição de imobilizações corpóreas, nomeadamente edifício para serviços consulares da Embaixada de Cabo Verde em Portugal e viaturas, face ao ano precedente.

O **endividamento líquido** registou um aumento em 2008, em resultado do aumento do défice e a diminuição do depósito do Governo Central junto do sistema bancário comparativamente ao ano anterior. De referir que durante 2008, o Governo reduziu o seu indevidamente interno líquido através de utilização da parte dos depósitos que acumulou durante 2007 e aumentou o seu endividamento externo líquido para 3.297 milhões de escudos. As operações efectuadas em 2008, levaram com que o Governo a reduzir o crédito líquido obtido junto do sistema bancário aproveitando dos rendimentos obtidos no ano anterior e aumentou-se o endividamento externo líquido, o que conduziu a que o endividamento líquido global (interno mais externo) fosse positivo em cerca de 1.726 milhões de escudos.

Erros e Omissões – os erros e omissões que persistem nas contas derivam essencialmente dos seguintes motivos:

- Dispersão das contas abertas do Estado junto das instituições bancárias sem o controlo directo do Tesouro;
- Na informação sobre os depósitos do Governo Central nas contas monetárias, não se sabe que sectores são considerados na conta “Depósito do Orçamento de Estado” nos Bancos Comerciais, o que influencia directamente no cálculo do crédito líquido do Governo Central;
- Deficiência na apresentação pelos Institutos, Serviços e Fundos Autónomos do total das receitas próprias arrecadadas e despesas efectuadas no ano e dos respectivos depósitos juntos das instituições financeiras;
- A falta da integração de total dos sectores do Governo Central num sistema de informação integrado;

- Falta de reconciliação de todas as contas de depósitos efectuados na conta do Tesouro com a contabilização da receita por parte da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, Direcção Geral das Alfândegas e Direcção Geral do Tesouro.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ANÁLISE DA DESPESA DE FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO

Alterações Orçamentais

No decurso do ano de 2008 registaram-se alterações orçamentais que originaram um aumento do orçamento global de 5.719,0 milhões de escudos, justificado essencialmente pelo reforço efectuado aos projectos de investimentos financiados com recursos a ajuda alimentar (mais 52,8 milhões de escudos), outras fontes nacionais (mais 368,1 milhões de escudos), donativos, (mais 1.845,6 milhões de escudos) e empréstimos externos (mais 3.452,4 milhões de escudos).

Conforme referido na alínea d) do n.º 1, do artigo 26º, da Lei de Bases do Orçamento do Estado – Lei n.º 77/V/98, de 7 de Dezembro, são da competência do Governo a: " A inscrição de dotações orçamentais relativas a donativos e empréstimos que venham a ser disponibilizados ou utilizados durante o período de execução orçamental para financiamento de programas e projectos de investimentos e que à data da aprovação do Orçamento do Estado não estavam efectivamente orçamentados." Entretanto, convém referir que o mesmo artigo mencionado acima, determina que as referidas alterações, deverão ser comunicadas à Assembleia Nacional no prazo de 60 dias a contar da sua ocorrência.

De acordo com o quadro abaixo, verifica-se que do orçamento de funcionamento foi transferido cerca de 273,3 milhões de escudos, para reforçar o agrupamento económico operações financeiras passivas, destinado essencialmente para cobrir a amortização da dívida.

Quadro 4 – Alterações Orçamentais no Orçamento 2008

(em milhões de escudos)

	Orçamento Inicial (1)	Alterações			Orçamento final (3) = (1) + (2)	Variação
		Natureza de que se revestem				
		Provisional	Outras	Projectos		
				Fin_ Don - Empr.		
(2)						
Despesa de Funcionamento	27.014,2	-329,8	56,5		26.740,9	-273,3
Despesa de Investimentos	17.581,0			5.719,0	23.300,1	5.719,0
Operações Financeiras Passivas	4.044,6		273,3		4.317,9	273,3
	48.639,9	-329,8	329,8	5.719,0	54.358,9	5.719,0

As alterações orçamentais relativas à utilização da dotação provisional e ao recurso da disponibilidade existente na rubrica amortização da dívida interna e externa, não tiveram reflexo na variação global dos valores orçamentados, pela natureza que revestem. Entretanto, houve o reforço do orçamento de investimento no montante de 5.719,0 milhões de escudos, destinados a execução orçamental de alguns projectos que inicialmente não estavam garantidos.

Do reforço efectuado no programa de Investimento Público, 72,9 % do total foram canalizados para o programa " Integração do Mercado Interno", 8% para o programa "Diminuição do Custo e Melhoria da Distribuição de Energia Eléctrica", 6,4% para o programa " Sustentabilidade das Comunidades Rurais", 4,4% para o programa " Adaptar a Administração Pública" e 3,8% para o programa " Melhoria do Sistema de Saúde".

Ainda que não revistam a natureza de alterações orçamentais, as cativações afectaram as dotações disponíveis no orçamento publicado. No ano 2008, foram definidas cativações das dotações orçamentais ao abrigo do artigo 3.º da Lei do Orçamento do Estado para 2008 – definiu-se que ficassem cativos 10% nos agrupamentos económicos remunerações variáveis, aquisições de bens e serviços, fornecimentos e serviços externos e despesa de capital, exceptuando dos mesmos, as verbas destinadas aos medicamentos, alimentos, serviços de limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, rendas, alugueres e seguros. Também se aplica a cativação acima referida, às verbas orçamentadas para transferências correntes destinadas aos institutos públicos, serviços e fundos autónomos, com excepção das que forem afectas ao sistema nacional de saúde.

Através dos quadros que em seguida se apresentam procede-se à análise das alterações que afectaram o orçamento de funcionamento, segundo a classificação orgânica e pela sua natureza.

Quadro 5 – Classificação Orgânica

(em milhões de escudos)

Ministérios	Orçamento Inicial	Alterações Natureza de que se revestem		Orçamento final Diferença
		Provisional	Outras	
	(1)	(2)		(3)= (1) + (2)
Presidência da República	120,9		10,7	131,7
Assembleia Nacional	607,5		16,7	624,2
Chefia do Governo	492,9	0,1	35,5	528,4
Supremo Tribunal de Justiça	43,7		1,9	45,7
Tribunal de Contas	74,2		0,6	74,8
Comissão Nacional de Eleição			42,7	42,7
Procuradoria Geral da República	28,4		0,8	29,1
Ministério das Infraestruturas Transporte e Mar	284,9		4,6	289,5
Ministério da Saúde	2.196,1		48,7	2.244,7
Ministério da Defesa Nacional	662,9		12,2	675,1
Ministério Neg. Estrang. e Comunidades	815,1		17,7	832,8
Ministério da Administração Interna	1.559,7		-17,7	1.542,0
Ministério das Finanças e Administração Pública	12.292,6	-329,9	-145,5	11.817,2
Ministério da Justiça	684,8		1,0	685,7
Ministério do Ambiente e Agricultura	487,3		7,3	494,6
Ministério da Educação e Ensino Superior	6.070,9		2,6	6.073,4
Ministério do Trabalho Família e Solidariedade	196,0			196,0
Ministério da Economia C. e Competitividade	206,7		16,8	223,5
Ministério da Cultura	142,2		0,1	142,3
Ministério da Descentralização, Habitação e Orden	47,4			47,4
Total Geral	27.014,2	-329,8	56,5	26.740,9

Transferência por contrapartida na Dotação Provisional

Os reforços orçamentais com contrapartida da “ Dotação Provisional” do Ministério das Finanças e da Administração Pública, no montante de 329,9 milhões de escudos, ainda que não representam um acréscimo global dos valores do orçamento inicial, manifestam-se de relevante importância quando analisados para o destino onde foram canalizados as referidas transferências, como evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 6 - Transferência por Contrapartida da Dotação Provisional

(em milhões de escudos)

	2008	Estrutura
Chefia do Governo	0,1	0,0
Gabinete Primeiro Ministro	0,1	0,0
Ministério das Finanças e Administração Pública	329,8	100,0
Encargos Comuns	329,8	100,0
TOTAL	329,9	100,0

Da análise do quadro anterior, constata-se que, do total de reforços atribuídos em 2008, a parcela mais significativa foi aplicada no Ministério das Finanças e Administração Pública. Do montante de 329,8 milhões de escudos aplicada no Ministério das Finanças, 179,7 milhões de escudos representa o recurso a dotação provisional com pessoal

(onde a maioria deste recurso foi destinada às rubricas Pensão de regime não contributivo, de aposentação e sobrevivência e o restante para contribuição para segurança social) e 150 milhões de escudos, essencialmente direccionado ao reforço da rubrica amortização da dívida interna.

Alterações por classificação Funcional

Na óptica da *classificação funcional*, constata-se que o maior volume de alterações orçamentais, ocorreu, de acordo com a sua ordem de importância, nas “ Funções Sociais” (mais 166, milhões de escudos), “Funções Económicas” (mais 29,7 milhões de escudos), “ Funções da Soberania” (mais 5 milhões de escudos) e em menos 474,2 milhões de escudos nas “Outras Funções”.

Quadro 7 – Classificação Funcional

(em milhões de escudos)

Ministérios	Orçamento Inicial	Alterações		Orçamento final
		Natureza de que se revestem		
	(1)	Provisional	Outras	Diferença
	(1)	(2)		(3)= (1) + (2)
Serviço de Administração Pública	3.410,9	-173,8	148,9	3.385,9
Defesa Nacional	678,1		17,5	695,7
Segurança e Ordem Pública	2.162,3		12,4	2.174,7
Funções Gerais de Soberania Total	6.251,3	-173,8	178,8	6.256,3
Educação	6.070,9		2,6	6.073,4
Saúde	2.196,1		48,7	2.244,7
Segurança e Assistência Social	1.986,5		128,1	2.114,6
Habituação e Serviços Colectivos	28,7		0,0	28,7
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	301,5		-13,4	288,2
Funções Sociais Total	10.583,6	0,0	166,0	10.749,6
Agricultura , Sivilcultura, Pecuária e Pesca	413,4		3,7	417,2
Industria e Energia	7,7		0,2	7,9
Transportes e Comunicações	154,1		2,3	156,4
Outras Funções Económicas	623,8		23,4	647,2
Funções Económicas Totais	1.199,0	0,0	29,7	1.228,7
Outros Serviços	8.980,3	-156	-318,0	8.506,3
Outras Funções	8.980,3	-156	-318,0	8.506,3
Total de Despesas Orçamentais	27.014,2	-329,8	56,5	26.740,9
TOTAL GERAL	27.014,2	-329,8	56,5	26.740,9

O aumento nas “Funções Sociais” resulta essencialmente dos acréscimos verificados nas subfunções Segurança e Assistência Social (mais 128,1 milhões de escudos), Saúde (mais 48,7 milhões de escudos) e Educação (mais 2,6 milhões de escudos) derivados sobretudo do aumento salarial e insuficiência de verba nas pensões de aposentação, regime não contributivo e sobrevivência no ano em análise.

Nas “ Funções Económicas, de Soberania e Outras Funções” verificou-se uma redução de 474,0 milhões de escudos, justificada essencialmente para suprir a necessidade de recursos ao agrupamento económico operações financeiras passivas e as “Funções Sociais” no ano de 2008.

Análise de despesas por classificação orgânica e económica

Quadro 8 – Despesa Total – GRANDES AGREGADOS
(em milhões de escudos)

	Execução		
	2006	2007	2008
1. Investimento do Plano	13.702,8	13.963,0	16.603,8
2. Dotações Específicas	9.869,2	9.716,4	10.682,0
Grandes Transferências:			
Transferências para Fundos e Serviços Autónomos	12,7	35,2	33,1
Transferências para Administração Local	2.028,1	2.136,8	2.475,3
Transferências para Embaixadas	281,3	293,4	293,3
Transferências para Partidos Políticos	35,0	35,0	35,0
Transferências a Organismos Não -Governamentais	25,3	25,0	27,1
Transferências às Famílias	2.097,7	2.356,9	2.674,4
Pensões e Reformas	1.641,5	1.860,6	2.120,4
Bolsa de Estudos	313,7	356,2	374,7
Evacuações de Doentes	105,2	106,2	116,0
Transferências de Quotas Organismos Internacionais	37,3	33,8	63,2
Encargos da Dívida	1.920,0	1.880,9	1.846,7
Subsídios	1.949,4	336,9	931,9
Outras Despesas Correntes	1.482,6	2.582,5	2.302,0
Restituições	576,3	678,9	717,6
Indemnizações	67,1	135,0	127,9
Despesas de anos anteriores	200,5	655,4	16,4
Outras Despesas	638,7	1.113,2	1.440,1
3. Funcionamento	12.592,9	13.528,8	14.482,1
Despesa com Pessoal	10.490,8	10.901,8	11.329,5
Outras	2.102,1	2.626,9	3.152,6
TOTAL	36.164,9	37.208,2	41.767,9

A despesa (incluindo instituto, serviços e fundos autónomos) relevante para efeitos de apuramento do défice do sector da Administração Central, no ano de 2008 situou-se em 41.767,9 milhões de escudos. O quadro anterior pretende ilustrar a despesa distribuída pelos principais agregados.

Quanto às transferências de maior expressão nos anos de 2006 a 2008, estas encontram-se discriminadas no quadro dos Grandes Agregados acima apresentados.

ANÁLISE DA DESPESA DE FUNCIONAMENTO

Numa análise da despesa total de funcionamento executada em 2007, verifica-se que esta atingiu os 25.164,1 milhões de escudos, dos quais 99% referem-se as despesas correntes e 1% a despesa de capital. Dos agrupamentos das despesas correntes com maior peso na execução da despesa de funcionamento, destacam-se as despesas com o pessoal 45%, as transferências correntes 24,6%, as outras despesas 9,1%, encargos da dívida com 7,3% e as restantes despesas correntes alcançaram 13,9 % do total da execução no período em análise.

No quadro seguinte apresenta-se a execução das despesas com o pessoal pelos Ministérios, e que demonstra as que contribuíram com maior peso para os valores alcançados no ano 2008. De referir que os Ministérios da Educação e Ensino Superior, da Saúde, da Administração Interna, das Finanças e Administração Pública, da Justiça e da Defesa absorveram, no sector da Administração Central, 84,6 % do total dos encargos com pessoal.

Quadro 9 – Despesa com Pessoal

(em milhões de escudos)

Ministérios	2008	Estrutura %
Presidência da República	39,0	0,3
Assembleia Nacional	284,7	2,5
Chefia do Governo	163,0	1,4
Supremo Tribunal de Justiça	15,1	0,1
Tribunal de Contas	45,2	0,4
Comissão Nacional de Eleição	9,3	0,1
Procuradoria Geral da República	16,0	0,1
Ministério das Infraestruturas Transporte e Mar	167,7	1,5
Ministério da Saúde	1.434,7	12,7
Ministério da Defesa Nacional	478,1	4,2
Ministério Neg. Estrang. e Comunidades	338,3	3,0
Ministério da Administração Interna	1.157,7	10,2
Ministério das Finanças e Administração Pública	773,8	6,8
Ministério da Justiça	491,1	4,3
Ministério do Ambiente e Agricultura	355,3	3,1
Ministério da Educação e Ensino Superior	5.250,2	46,3
Ministério do Trabalho Família e Solidariedade	86,3	0,8
Ministério da Economia C. e Competitividade	107,8	1,0
Ministério da Cultura	86,7	0,8
Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território	29,5	0,3
TOTAL	11.329,5	100,0

A actualização salarial definida no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 49/2007, de 28 de Dezembro, produziu alterações na execução das despesas com o pessoal, com o aumento de 2,5% incidente sobre o índice 100 da escala indiciária do regime geral. Esta actualização abrange os salários dos funcionários e agentes dos serviços simples da

Administração Pública, os Serviços e Fundos Autónomos e os Institutos Públicos bem como os aposentados e pensionistas da Administração Pública e do Instituto da Providência Social.

Para além das alterações mencionadas acima que influenciaram na execução das despesas com pessoal, também ocorreram novos recrutamentos, com maior relevância, para o pessoal docente afecto ao Ministério da Educação e Ensino Superior (169 professores contratados), Saúde (50 técnicos de saúde, dos quais 24 médicos gerais), Administração Interna (120 novos agentes da Polícia Nacional), Assembleia (6 técnicos parlamentares e a actualização da remuneração do pessoal dirigente que influenciaram fortemente o desempenho da execução da despesa com o pessoal em 2008. Também influenciaram o aumento da despesa com o pessoal a contribuição do Estado ao INPS, derivado de novos recrutamentos ocorridos em 2008 e pela inclusão de alguns aposentados no INPS, cuja a entrada estava condicionado à entrega de alguns documentos.

Na vertente legislativa, há a mencionar a publicação das seguintes legislações, com implicações no aumento da despesa com o pessoal:

- Decreto – Lei n.º 4/2008, de 21 de Janeiro – actualiza a remuneração do pessoal dirigente;
- Decreto – Legislativo n.º 2/2008, de 18 de Agosto – aprova o novo estatuto do pessoal da Polícia Judiciária;
- Portaria n.º7/2008, de 31 de Março, aprova o plano de cargos e carreira do Instituto Marítimo Portuário;
- Portaria n.º 8/2008, de 21 de Abril – Aprova o plano de cargos e carreira do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Cabo Verde.
- Resolução n. 31/2008, de 22 de Setembro – Descongela todas as admissões na Administração Pública previstas e dotadas no Orçamento do Estado para o ano económico de 2008.

Na aquisição de bens e serviços, a despesa executada 447,6 milhões de escudos, é justificada essencialmente, pelos seguintes ministérios;

- *Ministério da Saúde*, com a execução na ordem dos 312,2 milhões de escudos, dirigido essencialmente para aquisição de medicamentos, produtos alimentares para doentes hospitalizados e pequenos equipamentos, distribuída, em grande parte pelos três sectores do ministério:
 - Hospital Agostinho Neto, com 153,1 milhões de escudos
 - Serviços centrais, com 102,3 milhões de escudos;
 - Hospital Baptista de Sousa, com 56,3 milhões de escudos.
- *Ministério da Administração Interna*, com a despesa de 56,6 milhões de escudos executada essencialmente pela Polícia Nacional, na aquisição de fardas e outros aprovisionamentos;
- do *Ministério da Justiça*, com 51,8 milhões de escudos, executados essencialmente para aquisição de produtos alimentares para os reclusos;

- do *Ministério da defesa Nacional*, com 17,2 milhões de escudos, executados essencialmente para aquisição de fardas para os agentes do Estado Maior das Forças Armadas;

Nos fornecimentos e serviços externos, a despesa executada de 1.864,8 milhões de escudos, é justificada essencialmente pelos seguintes ministérios:

- *Ministério das Finanças e Administração Pública*, com a execução na ordem de 416,8 milhões de escudos, justificado essencialmente pelas rubricas comunicações, electricidade, outros fornecimentos, conservação e manutenção, deslocações. Convém salientar que parte da execução ocorrida em 2008, nas rubricas electricidade, água e comunicação do Ministério das Finanças correspondem ao pagamento das despesas das diversas instituições do Estado referente a anos anteriores;
- *Assembleia Nacional*, com a despesa de 218,7 milhões de contos, distribuídos essencialmente nas rubricas deslocações, comunicações, outros fornecimentos electricidade, combustível, limpeza higiene e conforto e água;
- *Ministério da Saúde*, com 223,6 milhões de escudos, justificados essencialmente pelas rubricas deslocações, água, conservação e manutenção, electricidade, comunicação e limpeza, higiene e conforto affectos aos seguintes serviços:
 - Serviços centrais, com 102,3 milhões de escudos;
 - Hospital Agostinho Neto, com 58,8 milhões de escudos
 - Hospital Baptista de Sousa, com 57,6 milhões de escudos;
 - Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário e Região Sanitário Santiago Norte, com respectivamente 2,8 milhões de escudos e 1,8 milhões de escudos;
- *Ministério da Educação e Ensino Superior*, com 158,7 milhões de escudos, canalizados essencialmente pelas rubricas electricidade, água, limpeza, higiene e conforto, renda e alugueres e comunicações;
- *Ministério da Administração Interna*, com 143,0 milhões de escudos, justificados essencialmente pelas rubricas combustíveis e lubrificantes, outros fornecimentos, electricidade, comunicações e deslocações affectos aos seguintes serviços:
 - Serviços centrais, com 34,7 milhões de escudos e;
 - Polícia Nacional, com 108,3 milhões de escudos.
- *Chefia do Governo*, com 128,2 milhões de escudos, canalizados essencialmente pelas rubricas de deslocações, outros fornecimentos, comunicações, representação e combustíveis;

- *Ministério da Justiça*, com 94,1 milhões de escudos, justificados essencialmente pelas rubricas renda e alugueres, comunicações, electricidade e água afectos aos seguintes serviços:
 - Serviços centrais, com 64,1 milhões de escudos e;
 - Polícia Judiciária, com 27,4 milhões de escudos.

- *Ministério da Defesa*, com 81,8 milhões de escudos, canalizados essencialmente pelas rubricas de seguros, combustíveis e lubrificantes, electricidade, deslocações e formação:
 - Serviços centrais, com 16,4 milhões de escudos;
 - Estado Maior das Forças Armadas, com 65,3 milhões de escudos.

A execução dos encargos correntes da dívida, na ordem de 1.846,6 milhões de escudos, é explicada, essencialmente pelos juros da dívida interna em 1.317,4 milhões de escudos, dos juros da dívida externa em 527,9 milhões de escudos e 1,2 milhões de escudos em outros encargos.

Nas transferências correntes, a despesa executada de 6.188,2 milhões de escudos, é explicada, essencialmente pelas transferências efectuadas a Administração Pública (3.070,6 milhões de escudos), às Famílias (2.628,1 milhões de escudos), Administração Privada (292,1 milhões de escudos) e ao Exterior (197,5 milhões de escudos). Das transferências que absorveram maiores recursos financeiros do Estado é de realçar as seguintes:

- À Administração Pública, justificada essencialmente pelas transferências efectuadas aos Municípios no âmbito da lei das Finanças Locais (2.475,3 milhões de escudos), pelas transferências efectuadas às embaixadas (293,2 milhões de escudos) e pelas outras transferências (268,8 milhões de escudos);

- Às Famílias, justificadas essencialmente pelos pagamentos das pensões (2.120,4 milhões de escudos, sendo a maior fatia atribuída à pensão de aposentação e do regime não contributivo), bolsa de estudos (374,6 milhões de escudos) e evacuação de doentes (116 milhões de escudos). Ainda para efeito do aumento das pensões em 2008, contribuiu a actualização da pensão social básica do regime não contributivo para 3.500\$00 publicado através do decreto – regulamentar n.º 2/2008 de 02 de Junho.

As outras despesas correntes registaram uma execução de 2.302 milhões de escudos, fundamentalmente justificada pelo pagamento das despesas extraordinárias (1.316,9 milhões de escudos), das restituições (717,5 milhões de contos), indemnizações (127,9 milhões de escudos) e outras despesas (122,6 milhões de escudos).

A execução registada na despesa de capital (253,3 milhões de escudos), é justificado essencialmente pela rubrica imobilizações corpóreas, repartindo-se para os seguintes ministérios:

- Ministério das Finanças e Administração Pública, com 114,1 milhões de escudos, justificada essencialmente pelo pagamento da primeira prestação na aquisição de edifício para serviços consulares da Embaixada de Cabo Verde em Portugal;
- Assembleia Nacional, com 84,9 milhões de escudos, justificado principalmente pela aquisição de viaturas e maquinarias e equipamentos adquiridos no período em análise;
- Presidência da República, com 7,6 milhões de escudos, justificada essencialmente pela aquisição de viatura e equipamentos administrativos adquiridos no ano em análise;

No quadro que se segue encontra-se discriminada a execução da despesa de funcionamento, segundo a classificação orgânica.

Na óptica da estrutura orgânica das despesas os ministérios com a execução mais significativa são os das Finanças e Administração Pública, Educação e Ensino Superior e Saúde, com 44,9%, 23,3% e 8,2 % do total da despesa de funcionamento respectivamente. O peso das referidas despesas nas Finanças é justificado essencialmente pela concentração dos encargos com a dívida pública, Pensões, transferências aos Municípios, subsídios entre outros que fazem partes dos encargos comuns do governo.

Em relação ao Ministério da Educação e Ensino Superior e da Saúde as respectivas execuções são canalizadas essencialmente para cobrir as despesas com o pessoal em cerca de 89,7% e 69,4% respectivamente do total das execuções ocorridas no período em análise.

Quadro 10 – Despesa de Funcionamento por classificação Orgânica
(em milhões de escudos)

Ministérios	Orçamento Final (1)	Execução Orçamental		Diferenças	
		Valor (2)	%	Valor Absoluto (2) -(1)	Valor Relativo %
Presidência da República	131,7	123,4	93,7	-8,3	-6,3
Assembleia Nacional	624,2	602,5	96,5	-21,7	-3,5
Chefia do Governo	528,4	454,2	86,0	-74,2	-14,0
Supremo Tribunal de Justiça	45,7	28,9	63,2	-16,8	-36,8
Tribunal de Contas	74,8	60,2	80,5	-14,6	-19,5
Comissão Nacional Eleição	42,7	19,3	45,2	-23,4	-54,8
Procuradoria Geral da República	29,1	27,4	94,1	-1,7	-5,9
Ministério das Infraestruturas Transporte e Mar	289,5	240,6	83,1	-48,8	-16,9
Ministério da Saúde	2.244,7	2.065,5	92,0	-179,2	-8,0
Ministério da Defesa Nacional	675,1	646,2	95,7	-28,9	-4,3
Ministério Neg. Estrang. e Comunidades	832,8	741,4	89,0	-91,5	-11,0
Ministério da Administração Interna	1.542,0	1.379,1	89,4	-162,9	-10,6
Ministério das Finanças e Administração Pública	11.817,2	11.298,8	95,6	-518,4	-4,4
Ministério da Justiça	685,7	642,4	93,7	-43,3	-6,3
Ministério do Ambiente e Agricultura	494,6	437,7	88,5	-56,9	-11,5
Ministério da Educação e Ensino Superior	6.073,4	5.854,5	96,4	-218,9	-3,6
Ministério do Trabalho Família e Solidariedade	196,0	179,2	91,4	-16,9	-8,6
Ministério da Economia C. e Competitividade	223,5	194,0	86,8	-29,5	-13,2
Ministério da Cultura	142,3	129,4	90,9	-12,9	-9,1
Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território	47,4	39,5	83,3	-7,9	-16,7
Total Geral	26.740,9	25.164,1	94,1	-1.576,8	-5,9
TOTAL GERAL	26.740,9	25.164,1	94,1	-1.576,8	-5,9

De realçar que das vinte estruturas governamentais acima apresentadas, um grupo de dez apresentaram uma execução acima de 90%, sendo mais expressivos o Ministério da Educação e Ensino Superior, a Assembleia Nacional, o Ministério da Defesa e o Ministério das Finanças e Administração Pública. Um outro grupo de oito estruturas apresentaram uma execução acima dos 80%, sendo as com maiores execuções o Ministério da Administração Interna, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Ministério do Ambiente e Agricultura e Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade. As duas estruturas restantes apresentaram 45,2% e 63,2% da execução no período em análise.

Na vertente legislativa, referem-se as seguintes publicações com repercussões na estrutura orgânica dos Ministérios em 2008:

- Decreto – Lei n.º 11/2008, de 24 de Março, aprova a estrutura orgânica do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território;
- Decreto – Lei n.º 12/2008, de 7 de Abril, aprova a orgânica do Ministério da Qualificação e Emprego;
- Decreto – Lei n.º 33/2008, de 27 de Outubro, aprova a nova orgânica do Governo;
- Decreto – Lei n.º 29/2008, de 9 de Outubro – extingue o ISE, o ISECMAR e o INAG e define o destino do seu património e pessoal;
- Deliberação n.º 8/2008, de 9 de Outubro, - cria unidades orgânicas próprias da Universidade de Cabo Verde;
- Deliberação n.º 11/2008, de 9 de Outubro – aprova o regulamento orgânico da Universidade de Cabo Verde.

Análise de Despesas por Classificação Funcional

No quadro que se segue encontra-se discriminada a execução da despesa de funcionamento segundo a classificação funcional, por função e subfunção, bem como o respectivo peso relativo.

Quadro 11 – Execução por Classificação Funcional – Despesa de Funcionamento

(em milhões de escudos)

Funções	2008	Estrutura
	Valor	%
Serviço de Administração Pública	2.894,0	11,5
Defesa Nacional	661,5	2,6
Segurança e Ordem Pública	1.978,4	7,9
Funções Gerais de Soberania Total	5.533,9	22,0
Educação	5.854,5	23,3
Saúde	2.065,5	8,2
Segurança e Assistência Social	2.107,5	8,4
Habituação e Serviços Colectivos	25,2	0,1
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	260,9	1,0
Funções Sociais Total	10.313,6	41,0
Agricultura , Sicultura, Pecuária e Pesca	359,8	1,4
Industria e Energia	4,8	0,0
Transportes e Comunicações	121,6	0,5
Outras Funções Económicas	590,1	2,3
Funções Económicas Totais	1.076,2	4,3
Outros Serviços	8.240,4	32,7
Outras Funções	8.240,4	32,7
Total de Despesas Orçamentais	25.164,1	100,0
TOTAL	25.164,1	100,0

Do quadro acima conclui-se que foram as **Funções Sociais** que detiveram maior peso no total da despesa executada (41,0 por cento), basicamente justificadas pelas subfunções seguintes:

- Educação, cuja execução atingiu os 5.854,5 milhões de escudos explicada, em grande medida, pela despesa com pessoal, bolsas de estudos e funcionamento dos estabelecimentos de educação dos ensinos básicos e secundários;
- Segurança e Assistência Social, cuja execução atingiu 2.107,5 milhões de escudos no qual engloba essencialmente as pensões de aposentação, regime não contributivo e outras prestações da responsabilidade do Estado.
- Saúde, com uma execução de 2.065,5 milhões de escudos, explicada essencialmente pela despesa com pessoal e funcionamento dos estabelecimentos de saúde,

As **Outras Funções** representam 32,7 por cento da despesa de funcionamento, contando:

- *Operações da Dívida Pública* – as quais compreendem os encargos da dívida no montante de 1.846,6 milhões de escudos;
- *Transferências entre Administrações* – onde se incluem as transferências visando dar cumprimento à Leis das Finanças Locais e outras transferências entre administração pública.

As **Funções Gerais de Soberania**, encontram justificação na subfunção *Serviço de Administração Pública e Segurança e Ordem Pública*, sobretudo ao nível das despesas dos Órgãos Executivos e Legislativos e dos Negócios Estrangeiros.

A subfunção *Serviços Gerais da Administração Pública* é justificada, em grande medida, pelos Órgãos Executivos e Legislativos em 998,9 milhões de escudos, pelo Outros Serviços Gerais em 964,7 milhões de escudos, e pelos Negócios Estrangeiros em 683,2 milhões de escudos.

Destaca-se ainda, a subfunção *Segurança e Ordem Pública*, cuja execução atingiu a 1.978,3 milhões de escudos, justificado sobretudo, ao nível das despesas executadas no *Ministério da Administração Interna* e no *Ministério da Justiça*.

A subfunção *Defesa Nacional*, explica a quase totalidade do montante executado pela Defesa Militar em 661,5 milhões de escudos.

Salienta-se, que nível das **Funções Económicas**, destacam as subfunções *Outros Serviços Económico, Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Pesca e Transportes e Comunicações* com 590,1 milhões de escudos, 359,7 milhões de escudos e 121,6 milhões de escudos respectivamente.

ANÁLISE DA DESPESA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

Programa de Investimento Público

O Programa Plurianual de Investimentos Público constitui um instrumento de implementação da política económica e social e tem como referência o Programa do Governo aprovado pela Assembleia Nacional, o DECRP- Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (2008-2011) - enquanto instrumento orientador do quadro do desenvolvimento social e económico, e mobilizador de recursos, e o QDMP - Quadro de Despesas a Médio Prazo,- enquanto instrumento de afectação de recursos, de previsão dos níveis de receitas e fixação dos plafonds tendo em conta as despesas comportáveis pelo crescimento económico esperado, e os Objectivos do Milénio (ODM).

Enquadramento

O Programa de Investimentos Público (PIP) para 2008 privilegia os sectores que potenciam os investimentos privados, ganhos de produtividade, aumentam a competitividade da economia e, ao mesmo tempo, contribuem para a redução da pobreza e melhoria de condições de vida da população. Os Programas e Projectos com impacto positivo na criação de empregos, melhoria habitacional, acesso à saúde, educação, formação profissional, água potável e energia, ou seja, que contribuem de forma ascendente para a melhoria dos indicadores do desenvolvimento humano, foram privilegiados em termos de prioridades no ano em análise.

O Programa de Investimento Público, no quadro do DECRP, tem como objectivo contribuir para o crescimento económico e em termos reais no intervalo 7% a 8% garantindo a sustentabilidade do crescimento económico, permitindo assim, reduzir o nível da pobreza para metade, no horizonte de 2015 de acordo com os objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Um outro objectivo é a criação de empregos nomeadamente através do melhor funcionamento dos mecanismos de mercado. Por isso, recursos significativos estão afectados aos sectores rurais no âmbito do PIP e conjugados com a política de apoio ao emprego público no âmbito do Fundo de Estabilização.

A arquitectura do programa de investimento público está centrada num conjunto de medidas e políticas focais e num conjunto de eixos estratégicos, em conformidade com as políticas condutoras, desenhadas nas GOP, PND, e no DECRP, que evidenciam as políticas que conduzem à transformação sócio – económica do país, que assumem um carácter prioritário na promoção do crescimento económico e na redução da pobreza.

Essas políticas nacionais encontram expressão nas políticas sectoriais que são focalizadas na redução da pobreza conforme se indica abaixo:

I – Boa Governação

II – Capital Humano

III – Competitividade

IV – Infra -estrutura Económica do País

V – Coesão Social

Assim, para garantir o cumprimento das metas as despesas do Programa de Investimento Público do ano económico de 2008, atingem o montante de cerca de 16.604 milhões de escudos, o que representa 12,4, % do PIB para 2008.

O balanço de realização do PIP₂₀₀₈ diz respeito à execução da carteira de projectos aprovados que enquadram programas e subprogramas contidos no Plano Nacional de Desenvolvimento. Por conseguinte, a análise que recai sobre o PIP₂₀₀₈ centra-se ainda na figura “projecto” que na prática assenta numa unidade orçamental de cariz sectorial, correspondendo assim a uma abordagem de programação orçamental estritamente sectorial. A análise da execução engloba dados obtidos junto da Direcção Geral do Tesouro (Direcção Serviço Operações Financeiras), Direcção Geral do Orçamento, da Direcção Geral da Cooperação Internacional, do Sistema de Informação e Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) do Estado, e informações avançadas pelos financiadores e executores/sectores.

Análise Global do Programa de Investimento Público

O programa de investimento público (PIP) orçamentado em 2008 é contemplado com recursos financeiros global no valor global de 17.581 milhões de escudos, o que representa um aumento em cerca de 7,6% comparativamente ao ano 2007.

Esse valor global vem distribuído por diferentes modalidades de financiamento e é suportado por diferentes financiadores. O quadro seguinte é bastante elucidativo:

Quadro 12 – Orçamento Inicial de Investimento Público no Triénio de 2006 a 2008

(em milhões de escudos)

Fonte de Financiamento	PIIP INICIAL			Variação	
	2006	2007	2008	valor	%
INTERNO	3.756	2.853	5.111	2.258	79,1
Tesouro	3.500	2.646	4.379	1.733	65,5
O.F.N	256	207	732	525	253,6
EXTERNO	12.534	13.487	12.470	-1.018	-7,5
Ajuda Alimentar	540	452	215	-237	-52,5
Donativos Directos	6.657	7.880	7.051	-829	-10,5
Empréstimos	5.338	5.156	5.204	49	0,9
TOTAL	16.290	16.341	17.581	1.241	7,6

Fonte: DGP MF

Numa análise do perfil do financiamento das despesas de investimentos públicos para 2008, tendo em conta o triénio considerado, o financiamento interno, houve, acréscimo de 79,1% em relação ao ano de 2007. No mesmo período, o financiamento externo diminuiu cerca de 7,5% em relação ao ano de 2007.

O PIP é maioritariamente suportado pelo financiamento externo (donativos, empréstimos a ajuda alimentar), representando cerca de 70,9 % do orçamento global contra 82,5% no período homólogo, mostrando uma diminuição de 11,6 pontos percentuais, equivalente 1.018 milhões de escudos. Por outro lado o financiamento interno, atingiu 29,1% do montante do orçamento do PIP, verificando-se um aumento na ordem de 79,1 em relação ao ano anterior, correspondente a 2.258 milhões de escudos, em decorrência do financiamento dos projectos no quadro da ajuda orçamental.

Dentro os financiadores do PIP destaca-se por ordem de importância os principais financiadores, ilustrado no quadro abaixo:

Execução do Programa de Investimentos Públicos

O nível de execução do PIP em 2008, atingiu 16.603,8 milhões de escudos, representando 94,4% do montante orçamentado e 71,3% do orçamento corrigido, representando um acréscimo de 18,9% comparativamente ao período homólogo, conforme o quadro abaixo apresentado.

A distribuição e execução dos financiamentos ficaram assim distribuídas:

Quadro 13 – Execução por modalidade de financiamento período 2006-2008

(em milhões de escudos)

Fonte de Financiamento	Orçamento 2008		PIIP			Taxa de Exec.			Variação	
	Inicial	Corrigido	2006	2007	2008	% Exec.	% Corr.	P/Exec.	Valor	%
Interno	5.111,3	5.479,5	2.187,5	2.787,2	4.578,1	89,6	83,5	27,6	1.790,9	64,3
Tesouro	4.379,3	4.379	2.078,2	2.638,5	4.083,8	93,3	93,3	24,6	1.445,3	54,8
OFN	732,0	1.100	109,3	148,6	494,3	67,5	44,9	3,0	345,6	232,5
Externo	12.469,7	17.820,6	11.515,3	11.175,9	12.025,7	96,4	67,5	72,4	849,8	7,6
A.A.L	214,5	267	477,4	256,7	147,7	68,9	55,3	0,9	-108,9	-42,4
DON	7.050,8	8.896	5.905,2	5.764,7	6.312,1	89,5	71,0	38,0	547,4	9,5
EMP	5.204,5	8.657	5.132,6	5.154,5	5.565,9	106,9	64,3	33,5	411,4	8,0
Total	17.581,0	23.300,1	13.702,8	13.963,1	16.603,8	94,4	71,3	100,0	2.640,8	18,9

Financiamento Interno

No tocante à origem de financiamento e ao total global dos fundos revistos de proveniência interna é de cerca de 5.479,5 milhões de escudos, onde foi executado 4.578,1 milhões de escudos o que corresponde à 83,5% % do orçamento corrigido e 27% do global executado.

Constata-se que a execução mais expressiva é a do Tesouro, que teve uma variação face ao ano anterior de 1.445,3 milhões de escudos que corresponde a 54,8 % superior ao ano transacto e para as OFN o montante revisto é de 1.100 milhões de escudos, a execução corresponde a 44,9% do programado e 3% do executado. O financiamento do Tesouro foi alocado aos projectos diversos com recursos provenientes das receitas fiscais e empréstimos internos enquanto o financiamento das OFN corresponde ao financiamento do Cofre Geral de Justiça, alocados a projectos do sector de Justiça.

Financiamento Externo

A componente externa do financiamento apresenta um orçamento inicial de 12.469,7 milhões de escudos, corrigido para o montante de 17.820,6 milhões de escudos, uma execução de cerca de 12.025,7 milhões de escudos, equivalente a uma taxa de execução de 67,5% do orçamento corrigido e 72,4% do global do PIP executado.

A distribuição da execução do financiamento externo fez-se da seguinte forma:

Fundos de Contrapartida da Ajuda Alimentar

A Ajuda Alimentar em 2008 é de cerca de 267 milhões do orçamento corrigido, tendo alcançado uma execução de 147,7 milhões de escudos, representando 55,3% do orçamento corrigido, e 1% do total do PIP executado. Constata-se a tendência de diminuição do financiamento através da AAL, tendo esta diminuído 108,9 milhões de escudos, cerca de 42,4% em relação ao ano de 2007, o que certamente espelha a redução da contribuição dos parceiros desenvolvimento, nessa modalidade de financiamento e a assunção do alinhamento dos recursos às reais necessidades

nacionais e à estratégia de redução da pobreza, nomeadamente a Áustria, através da ajuda orçamental;

Donativos

Neste tipo de modalidade do orçamento no ano 2008 houve uma evolução positiva do orçamento de cerca de 18,4% em relação a 2007. A previsão inicial para esta modalidade de financiamento externo foi de cerca de 7.050,8 milhões de escudos, corrigido para o valor de 8.896 milhões de escudos. O montante executado de cerca de 6.312 milhões de escudos, representa 71% do valor do PIP corrigido e 38% do total do PIP executado, apresentando por conseguinte uma variação positiva em termos homólogos de 9,5%.

Cerca de 35,3% do montante executado nesta modalidade de financiamento, diz respeito aos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros internacionais, 29,4% executado directamente no sistema SIGOF pelo MCA e 35,2% processado internamente por contrapartida da Ajuda Orçamental.

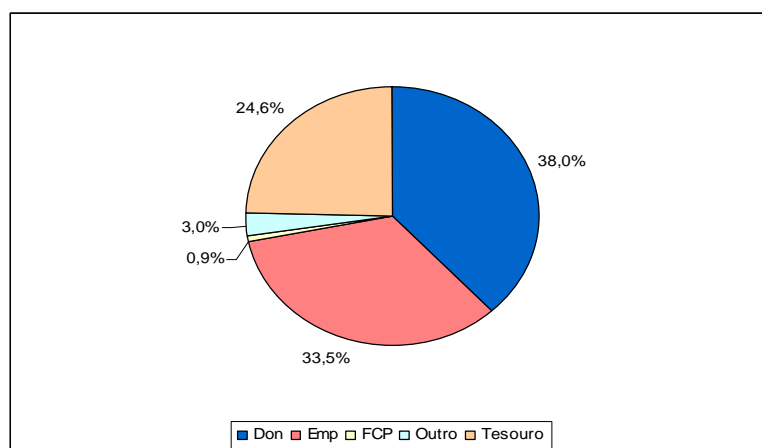
Empréstimos

No que diz respeito a empréstimos ano 2008, inicialmente foi orçamentado o montante de 5.204,5 milhões de escudos que foi corrigido para o montante de 8.657 milhões de escudos. A taxa de realização apresenta uma variação de cerca de 8 % em relação ao 2007, ou seja, um aumento de cerca de 411 milhões de escudos.

A execução é cerca de 6.312 milhões de escudos cerca de 106,9% do montante inicial e 64,3% do orçamento corrigido e 33,5% do total PIP executado.

O gráfico abaixo indica o peso, por tipo de financiamento, na execução dos investimentos públicos, destacando o peso dos empréstimos e os donativos no financiamento externo e o Tesouro no financiamento interno.

Gráfico 2 – – Execução do Programa de Investimentos



Quadro 14 – Principais Financiadores do Programa de Investimento Público em 2008

(em milhões de escudos)

Tipo de Financiamento	Financiadores	Execução	Taxa exec. %
Donativo	Alemanha	67,59	0,4
	Nações Unidas	475,9	2,9
	MCA	1.858,8	11,2
	Espanha	128,2	0,8
	Holanda	578,6	3,5
	Japão	219,3	1,3
	Luxemburgo	776,1	4,7
	Tesouro	1.583,9	9,5
	União Europeia	511,4	3,1
	Outros	112,2	0,7
Empréstimo	B.A.D.E.A.	508	3,1
	Banco Mundial	852	5,1
	Espanha	151	0,9
	O.P.E.P.	265	1,6
	Portugal	2.248	13,5
	Tesouro	1.156	7,0
	Outros	385	2,3
FCP	Luxemburgo	98	0,6
	Alemanha	21	0,1
	Japão	25	0,2
	Italia	3	0,0
Outro	Cofre Geral de Justiça	290	1,7
	Holanda	16	0,1
	Japão	188	1,1
Tesouro	Tesouro	4.084	24,6
Total		16.603,8	100,0

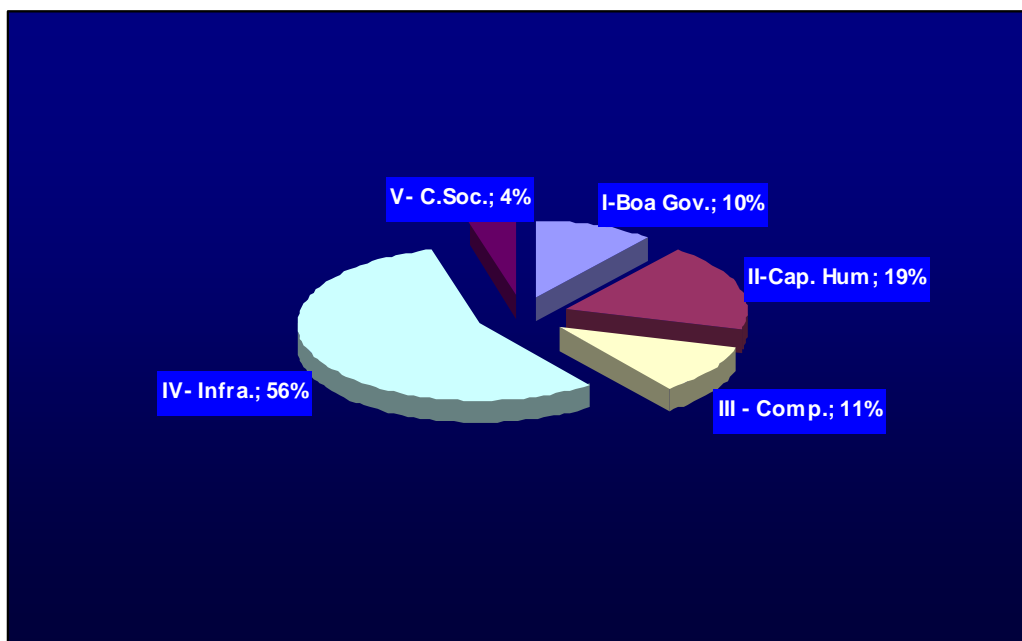
De acordo com o quadro acima apresentado, encontram – se discriminados a execução de investimentos públicos em 2008 por fonte de financiamento e os respectivos financiadores. É de realçar que a denominação Tesouro como financiador no Empréstimo e Donativos, representa o valor da execução de investimento público por contrapartida de ajuda orçamental.

Execução dos programas

Execução dos programas de investimento público foi de encontro aos objectivos definidos nas Grandes Opções do Plano e no Documento da Estratégia de Crescimento e Redução de Pobreza (2008-2012) designadamente: promover a boa governação, competitividade e crescimento, que contribuam para favorecimento de crescimento económico e a criação de empregos com o fim de reduzir o nível de pobreza e assegurar uma trajectória sustentada de crescimento económico, assente na

promoção, capital humano, e na infra estruturação do país, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Gráfico 3 – Execução do Investimento Público 2008 por GOP



- 1- Boa governação
- II - Capital Humano
- III - Competitividade
- IV - Infra-estrutura
- V - Coesão Social

De acordo com as informações apresentadas no gráfico acima 56% da despesa do PIP em 2008 (9,295 milhões de escudos) concentrou no pilar das infra-estruturas, onde o principal objecto é a consolidação e internacionalização da rede de portos e aeroportos, densificação da rede rodoviária e o aumento da produção de energia convencional e renovável, sendo os programas com maiores execuções o “Desenvolvimento das infra-estruturas de Transportes”, Protecção e Conservação de Ambiente” e “ Promoção e Reforço do Saneamento Básico” com respectivamente 63,9%, 11,1% e 10,1% da execução do referido pilar.

No que tange ao pilar Capital Humano os investimentos nesta área totalizaram cerca de 19% do total executado do PIP 2008, representando uma execução de 3.082 milhões de escudos, o que corresponde a 79,9% do valor orçamentado para o referido pilar, tendo os programadas “ Reformar o Sistema para Promover a Saúde”, “Consolidação, Modernização e Expansão do Sistema Educativo” e Reduzir a Pobreza e

Promover a Inclusão Social dos Grupos Desfavorecidos” alcançados maiores realizações no respectivo pilar, de respectivamente 35,2%, 30,3% e 20,3%.

Relativamente ao pilar Competitividade o investimento totalizou 1.795,8 milhões de escudos, representando cerca de 11% do total executado, o que corresponde 79,15 do valor orçamentado no referido pilar, tendo os programas com maiores realizações o “ Modernização do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural”, Reforço da Capacidade de Gestão e do Desempenho da Economia Nacional” e “ Reorganização e Desenvolvimento das Pescas” com respectivamente 55,9%, 14% e 12,8% da execução do respectivo pilar.

No que diz respeito ao pilar Boa Governação, o investimento nesta área alcançou cerca de 10% do total executado, representando 1.737,9 milhões de escudos, o que corresponde a um grau de execução de 79,4% do valor orçamentado no referido pilar, tendo os programas com maiores realizações a “ Reforma e Modernização da Administração Pública”, “ Melhoramento do Funcionamento do Sistema da Justiça” e “Reforma e Modernização das Forças Armadas”, com respectivamente 59,7%, 20,8% e 9,2% da execução do referido pilar.

Quadro 15 – Execução do investimento do Plano 2008

(em milhões de escudos)

PROGRAMAS	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	Exec.	% Exec.
Ajustamento E Reequacionamento Da Promoção Habitacional	145,0	136,3	134,4	0,8
Combate À Criminalidade E À Droga E Preservação Da Segurança E O.P.	167,2	233,0	130,4	0,8
Consolidação E Promoção Do Sector Empresarial Nacional	82,0	68,1	44,6	0,3
Consolidação, Modernização E Expansão Do Sistema Educativo	1.332,2	1.425,8	934,8	5,6
Criação De Estruturas E De Um Sistema Nacional Do Emprego E Formação	55,9	40,1	39,5	0,2
Descentralização e Reforço do Poder Local	66,1	61,8	12,0	0,1
Desenvolver A Cultura E Promover O Ambiente Cultural	114,7	123,7	76,6	0,5
Desenvolver O Mercado E Promover As Exportações	79,6	78,0	70,7	0,4
Desenvolvimento Das Infra-Estruturas De Transporte	2.288,5	6.459,6	5.943,0	35,8
Desenvolvimento Do Sector Energético	2.409,8	2.868,8	880,0	5,3
Desenvolvimento Do Sistema De Transportes	232,5	236,3	37,5	0,2
Garantia Da Segurança Alimentar Às Populações	70,1	66,2	38,4	0,2
Juventude, Cidadania E Desenvolvimento	63,1	63,1	58,6	0,4
Melhoramento Do Funcionamento Do Sistema De Justiça	882,0	952,1	361,5	2,2
Melhoria Da Gestão Das Infraestruturas Económicas	418,8	485,0	428,4	2,6
Modernização Do Sector Agrário E Desenvolvimento Rural	1.171,3	1.357,6	1.003,6	6,0
Modernização dos serviços de Registo Notariado Ide.	22,0	14,2	13,7	0,1
Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico	109,9	114,1	38,8	0,2
Organização E Modernização Da Comunicação Social	30,6	27,7	23,0	0,1
População E Desenvolvimento	112,2	114,7	100,9	0,6
Promoção Do Desporto	80,0	80,0	80,0	0,5
Promoção Do Emprego - Formação Profissional E Qualificação	416,3	275,6	141,2	0,9
Promoção E Reforço Do Saneamento Básico	1.296,5	1.360,0	935,7	5,6
Promoção/Desenvolvimento Do Turismo	248,0	215,4	195,9	1,2
Protecção Dos Direitos Da Criança	65,9	55,9	46,7	0,3
Protecção E Conservação Do Ambiente	1.749,0	1.645,2	1.031,8	6,2
Protecção, Inserção E Integração Social	415,9	413,9	413,6	2,5
Reduzir A Pobreza E Promover A Inclusão Social Dos Grupos Desfavorecidos	543,0	760,2	625,3	3,8
Reforço Da Capacidade De Gestão E Do Desempenho Da Economia Nacional	593,5	608,4	252,0	1,5
Reforma Do Sistema De Segurança Social E Melhoria Das Condições De Trabalho	2,1	1,3	1,2	0,0
Reforma e Modernização da Administração Pública	856,4	1.116,4	1.037,3	6,2
Reforma E Modernização Das Forças Armadas	163,9	160,0	160,0	1,0
Reformar O Sistema Para Promover A Saúde	1.201,0	1.407,2	1.083,8	6,5
Reorganização E Desenvolvimento Das Pescas	95,9	274,5	229,0	1,4
Total geral	17.581,0	23.300,1	16.603,8	100,0

Da análise do quadro anterior pode-se concluir que os programas de investimentos públicos que mais contribuíram para a execução do PIP foram: Desenvolvimento das Infra-estruturas e Transportes – Protecção e Conservação do Ambiente – Reforma e Modernização da Administração Pública - Reformar o Sistema para Promover a Saúde – Saneamento Básico - Desenvolvimento do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural - Modernização Expansão do Sistema Educativo - Melhoria da Gestão das Infra-estruturas Económicas - Reduzir a Pobreza e Promover a Inclusão Social de Grupos Desfavorecidos - Desenvolvimento do Sector Energético.

Neste contexto, a execução foi ao encontro dos objectivos do Documento de Estratégia de Crescimento de Redução de Pobreza (DECRP), que é dotar o País de infra-estruturas e equipamentos sociais que contribuam para o melhoramento de condições de vida e conseqüentemente o combate a pobreza e combate ao desemprego.

Relativamente ao programa, “Desenvolvimento das Infra-estruturas e Transportes”, cuja execução é da responsabilidade do Ministério da Infra-estruturas Transporte e Mar, salvo casos executados em concertação com outras instituições, enquadra-se no IV opção do DECRP-II. O orçamento inicial de 2.288,5 milhões de escudos foi corrigido para 6.459,5 milhões de escudos e apresenta uma execução no montante de 5.942,9 milhões de escudos, correspondendo a uma taxa de 92% do orçamento corrigido, sendo que o subprograma Infra-estruturas Rodoviárias corresponde a 86,9% da execução total do programa. Em relação a execução total do PIP, o programa de Infra-estruturas e Transporte apresenta uma taxa de realização de 35% do total executado no ano.

O programa “Reforma e Modernização da Administração Pública, insere-se no pilar I estratégico do DECRP 2008-2011 O orçamento inicial de 856,4 milhões de escudos, foi corrigido para 1.116 milhões de escudos, apresenta uma execução de 1.037,3 milhões de escudos, correspondente a uma taxa de 92,9% do orçamento corrigido.

Em relação ao total do PIP executado a percentagem relativa à “Reforma e Modernização da Administração Pública” é de 6,2%.O subprograma de maior relevância quanto a execução é “Administração e Cidadão, representando 93,9% do total do programa, sendo de relevar os projectos da Implementação da Governação Electrónica

Programa Reformar o Sistema para Promover a Saúde

O programa insere-se no II pilar do DECRP 2008-2011, apresentando um orçamento inicial de 1.201,0 milhões de escudos, que foi corrigido para 1.407 milhões de escudos e uma execução de 1.083,7 milhões de escudos, correspondendo a taxa de 77 % em relação ao orçamento corrigido e a 6,5% em relação ao total do PIP executado. Todos os subprogramas beneficiaram com altos volumes realizados, distinguindo-se a de Saúde Reprodutiva e Saúde das Crianças” e o de “Estruturação do Sistema de Saúde”.

Programa “Promoção e Reforço do Saneamento Básico

O programa insere-se no IV opção do DECRP, apresenta um orçamento inicial de 1.296,5 milhões de escudos, um orçamento corrigido de 1.359,9 milhões de escudos, uma execução de cerca de 935,6 milhões de escudos, que equivale a 68,8% do orçamento corrigido e 5,6% do total do PIP executado. A execução dos subprogramas em relação ao total executado pelo programa é de 93% em relação ao “Abastecimento e Distribuição de Água”, 19,7% em relação à “Recolha e Tratamento de Águas Residuais”, e 2% em relação ao subprograma “Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos”.

Programa “Protecção e Conservação do Ambiente

O programa enquadra-se no IV do pilar do DECRP, apresentando um orçamento inicial de 1.748,9 milhões de escudos, um orçamento corrigido de 1.645 milhões de escudos, uma execução de 1.031,7 milhões de escudos representando 62,7% do montante corrigido, e 6,2% do total executado do PIP.

Em relação ao total do programa executado, e ao estado de execução dos subprogramas releva-se a importância dos subprogramas de “Gestão da Vulnerabilidade Ambiental”, a “Conservação da Natureza e da Biodiversidade”, e a “Gestão Integrada dos Recursos Hídricos”, que apresentam o grau de execução de 97,8%, 96% e 37% respectivamente em relação ao orçamento corrigido.

Programa Consolidação Modernização Expansão do Sistema Educativo

O programa enquadra-se no II pilar do DECRP, apresentando como orçamento inicial o montante de 1.332 milhões de escudos, 1.425,8 milhões de escudos como orçamento corrigido, 934,8 milhões de escudos como montante executado, o que representa uma taxa de execução de cerca de 65,6% em relação ao orçamento corrigido, e uma taxa de realização de 5,6% em relação ao montante global executado no PIP.

Destacamos os subprogramas de maior importância em termos de execução, ou seja a Adequação dos Recursos ao Ensino Secundário, com uma taxa de 73,6%, em relação ao global do programa; A Consolidação da Acção Social Escolar, com 91% em relação ao programa; Desenvolvimento do Ensino superior, a Melhoria da Qualidade do Ensino Básico, Formulação e Execução da Política Nacional, e Formação de Quadros de desenvolvimento Rural com as taxas de 97%, 73% e 98% respectivamente, em relação ao global do programa.

Programa “Modernização do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural,” enquadra-se no III pilar do DECRP, apresenta 1.171 milhões de escudos como orçamento inicial, 1.357,6 milhões de escudos como orçamento corrigido, e 1003,5 milhões de escudos como total executado. A execução representa 74% do total corrigido, e 6% do total de execução do PPIP.

Em relação a execução total do programa, o subprograma “Reconversão da Agricultura de Sequeiro representa 66,4%, o “Desenvolvimento da Agricultura Irrigada” representa 81,5%, seguido em termos de importância pela “Investigação Agrária”, “Melhoria da criação de Ruminantes e da Suinicultura”, e do “Sistema de Transformação de Produtos Agro-alimentares”.

Programa “Melhoria da Gestão das infra-estruturas económica”, está inserido no IV pilar do DCRP, apresenta como orçamento inicial o montante de 418,8 milhões de escudos, que foi corrigido para 485 milhões de escudos, e uma realização de 428,3 milhões de escudos.

O montante executado representa 88,3% do orçamento corrigido, e 2,6% do montante global do PIP executado, sendo o montante global executado no sub programa de “Melhoria de Gestão Rodoviária”.

Programa Reduzir a Pobreza e Promover a Inclusão social dos Grupos Desfavorecidos, integra o II pilar do DECRP 2008-2011, apresenta um orçamento inicial de cerca de 543,0 milhões de escudos, um orçamento corrigido de 760,2 milhões de escudos, e uma execução de cerca de 625,3 milhões de escudos. A taxa de execução do programa é de 80,5%, o equivalente a 3,8% do total da execução do PIP.

A execução dos subprogramas em relação ao programa revela a importância da “Melhoria do Acesso Social dos Pobres e das Comunidades”, representando 87% da execução do programa, seguido da “Promoção da Actividade Alternativa às Faimo, que representa 41 % da execução do mesmo programa.

Execução dos projectos

No quadro a seguir elencam-se os projectos pela importância dos valores executados podendo-se realçar os projectos nas áreas de infra estruturação, protecção social, competitividade, saúde.

Quadro 16 – Projectos com maiores execuções 2008

(em milhões de escudos)

Projectos	Orç. Inicial	Orç. Actual	Exec Total	%Exec
Abastecimento De Água e Saneamento Pedra Badejo - Execução	185,0	325,0	325,0	100,0
Abastecimento De Agua No Meio Rural	102,0	219,0	219,0	100,0
Combate Ao Tráfico Ilícito E À Criminalidade Organizada - Antraf	100,0	125,0	125,0	100,0
Centros De Saúde Da Praia 8acp-Cv-009	90,0	257,0	257,0	100,0
Construção e equipamentos da Escola Secundária de Achada Falcão (Sta. Catarina)	160,0	185,0	185,0	100,0
Ordenamento E Manutenção De Perímetros Florestais	160,0	158,0	158,0	100,0
Projecto Integrado Desenvolvimento Agro - Silvopastoricia	135,0	122,0	122,0	100,0
Programa Ambiente E Desastres Naturais	150,0	213,0	213,0	100,0
Planificação E Consolidação Do NOSI	106,0	106,0	106,0	100,0
Programa De Luta Contra A Pobreza No Meio Rural - 2ª Fase	80,0	157,0	157,0	100,0
Construção Estrada Janela Porto Novo	405,0	690,0	690,0	100,0
Construção Das 5 Cinco Estradas do Programa MCA	0,0	322,0	395,0	123,0
Estrada Praia S.Francisco	124,0	124,0	124,0	100,0
Estrada Rª Brava Tarrafal	273,0	273,0	266,0	97,0
Fase Ido Porto da Praia	349,0	514,0	598,0	116,0
Reabilitação Estrada Figueira - Alcatraz (Maio)	34,0	243,0	243,0	100,0
Recenseamento Eleitoral	0,0	170,0	170,0	100,0
Saúde Santiago Norte	101,0	117,0	117,0	100,0
Unidade De Gestão Do Programa Mca	113,0	111,0	123,0	110,0
Electrificação Rural Em Santiago	0,0	320,0	320,0	100,0
Balizamento Aeroporto Do Sal	0,0	129,0	129,0	100,0
Reabilitação Estrada S. Domingos	0,0	705,0	705,0	100,0
Asfaltagem Plateau (Reabilitação das vias da Praia)	116,0	804,0	804,0	100,0
Ampliação Do Aeroporto De Boavista - I Fase	0,0	609,0	609,0	100,0
Aeroporto S.Vicente	0,0	368,0	368,0	100,0
Extensão Do Complexo De Pesca - Cova Inglesa - Sv	0,0	188,0	188,0	100,0
Total geral	17.581,0	23.317,0	16.604,0	71,0

A preocupação pela infra-estruturação do país tem pautado pela reabilitação manutenção e construção de estradas, pelas infra-estruturas de abastecimento e drenagem de água, por infra-estruturas aeroportuárias além de outras, encontra-se espelhada no quadro acima, o que certamente constitui aspectos estruturantes do ordenamento do território e logicamente com impacto na redução da pobreza.

A protecção social, tem respaldo não só no projecto "Protecção social Mínima" mas também em todos os projectos que dão consistência à promoção socio-económica das comunidades, a solidariedade e integração de camadas mais desfavorecidas da população.

A consolidação do NOSI, inserido na prossecução da reforma da administração Pública, na governação electrónica e na criação das condições de suporte a competitividade económica nacional.

Execução por Ministérios/Sectores

A falta de estabilidade das orgânicas dos ministérios é um constrangimento para que se possa fazer comparações e analisar a evolução das respectivas execuções. O PIP envolveu 16 ministérios de acordo com a estrutura da VII do Governo Constitucional.

Quadro 17 – Execução de Investimento Público por Ministérios/sectores

(em milhões de escudos)

Ministérios/Sectores	Orç.Corrigido	Montante executado		Variação	
	2008	2007	2008	%	%Exec.
Gabinete Do Primeiro Ministro	242,5	254,1	196,6	-22,6	81,1
Ministério Da Administração Interna	285,8	96,6	258,7	167,8	90,5
Ministério Da Cultura	120,0	59,0	74,2	25,8	61,8
Ministério Da Defesa Nacional	160,0	0,0	160,0	-	100,0
Ministerio Da Descent., Habi.E Ordenamento Do Territorio	211,6	154,1	85,2	-44,7	40,3
Ministério Da Economia, Crescimento E Competitividade	3.342,0	1.022,8	1.029,0	0,6	30,8
Ministério Da Educação e Ensino Superior	1.342,8	870,1	891,8	2,5	66,4
Ministério Da Justiça	1.172,3	373,9	505,6	35,2	43,1
Ministério Da Saúde	1.182,2	886,5	904,7	2,0	76,5
Ministério Das Finanças e Administração Pública	1.388,0	2.358,7	1.116,8	-52,7	80,5
Ministério Das Infraestruturas Transportes E Mar	8.568,3	4.536,8	7.300,8	60,9	85,2
Ministério Do Ambiente e Agricultura	3.510,4	2.061,7	2.519,1	22,2	71,8
Ministério Do Trabalho, Família E Solidariedade	615,9	635,1	605,7	-4,6	98,3
Ministério Dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	18,7	0,0	18,7	-	99,8
Ministro Adjunto do Primeiro Ministro e da Qualificação e Emprego	552,2	368,6	393,4	6,7	71,2
Ministro Da Presidencia Conselho Ministro E Reforma Do Estado	271,0	112,6	241,8	114,7	89,2
Secretário De Estado De Juventude E Desportos	143,1	137,7	138,6	0,6	96,8
Total	23.316,0	13.962,9	16.603,0	18,9	71,2

Desses ministérios oito são responsáveis pela 86,5% do total executado cerca de 14.368 milhões de escudos, assumindo maior preponderância o Ministério de Infra-estrutura Transporte e Mar com 7.301 milhões de escudos correspondente a 44% do total do PIP executado. Logo a seguir vem os ministérios de Agricultura e Ambiente,

das Finanças, da Economia e Competitividade e da Saúde com 15%, 6,7%, 6,1% e 5,4 % respectivamente.

Execução do Investimento Público por Funções

Quadro 18 – Distribuição Funcional dos Investimentos do PIP

(em milhões de escudos)

FUNÇÃO	2006	2007	2.008	Variação	
	Exec			07/06	08/07
Serviços Públicos Gerais	799,5	935,5	1.459,9	17,0	56,1
Defesa	0,0	0,0	160,0	0,0	0,0
Segurança E Ordem Pública	380,2	278,3	208,4	-26,8	-25,1
Funções Gerais Total	1.179,7	1.213,8	1.828,3	2,9	50,6
Educação	955,0	1.167,8	1.199,7	22,3	2,7
Saúde	1.377,8	1.019,6	1.059,8	-26,0	3,9
Segurança E Assistência Social	653,7	440,6	439,7	-32,6	-0,2
Habituação E Desenvolvimento Colectivo	2.647,2	1.187,1	1.306,4	-55,2	10,0
Recreação, Cultura E Religião	246,2	136,5	224,7	-44,6	64,6
Funções Sociais Total	5.879,9	3.951,5	4.230,3	-32,8	7,1
Combustíveis E Energia	737,8	621,1	857,0	-15,8	38,0
Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça	997,1	1.374,7	1.666,7	37,9	21,2
Indústria Extractiva, Transformadora E D	0,0	1,2	11,9	0,0	890,0
Transportes E Comunicações	3.486,5	3.658,8	6.410,1	4,9	75,2
Outros Serviços Económicos	1.421,8	1.245,4	1.370,9	-12,4	10,1
Funções Económicas Total	6.643,2	6.901,2	10.316,6	3,9	49,5
Outros Serviços	0,0	1.896,5	228,6	0,0	-87,9
Outras Funções Total	0,0	1.896,5	228,6	0,0	-87,9
TOTAL	13.702,8	13.963,0	16.603,8	1,9	18,9

Da análise do quadro acima verifica-se que as funções que mais contribuíram para a execução do ano 2008 foram as “**Funções Económicas**”, apresenta uma taxa de execução de 62% (10.317 milhões de escudos) do total do PIP e uma variação positiva de 49,5% em relação a 2007. As sub- funções de maior relevo são os “Transportes e Comunicações”, “ Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça” e a “Combustíveis e energia”, representadas uma variação de 75,2%, 21,2% e 38,0 % respectivamente em relação a 2007, o que traduz claramente a preocupação do Governo em criar as bases para o desenvolvimento económico e sustentado do País.

Em relação as “**Funções Sociais**” registou-se uma execução de 25% (4.230 milhões de escudos) em relação ao total da execução do PIP e nota-se que entre 2006 e 2007 houve uma variação negativa de 32,8%, e entre 2007 e 2008 houve uma variação positiva de 7,1%. Aqui destacamos a importância das sub-funções “Habituação E Desenvolvimento Colectivo, Educação e Saúde”, representando uma variação de 10%, 2,7%, 3,9% respectivamente em relação ao ano 2007. É de realçar a execução da sub-função Recreação, Cultura e Religião com 64,6% de execução, demonstrando assim uma tendência a um maior envolvimento neste sector.

Em relação as “Funções Gerais”, contribui com 11% (1.828 milhões de escudos), verifica-se um acréscimo de 50,6% quando comparado ao ano anterior, justificado essencialmente pelas subfunções “Serviços Públicos Gerais” com (mais 56%) e menos 25,1% pela subfunção “ Segurança e Ordem Pública”.

Relativamente as “Outras Funções” verifica-se uma execução de cerca de 229 milhões de escudos, justificada essencialmente pela sub função “Serviços Económicos e Desenvolvimento Integrados”.

Execução por Classificação Económica da Despesa

Quadro 19 – Execução do Investimento Público

(em milhões de escudos)

Designação	2007		2008	
	Exec	%	Exec	%
Despesas Correntes	6.366,7	45,6	4.230,8	25,5
Despesa Com Pessoal	896,2	6,4	1.005,2	6,1
Aquisição De Bens E Serviços	177,3	1,3	180,2	1,1
Fornecimentos E Serviços Externos	3.121,1	22,4	2.256,6	13,6
Transferências Correntes	784,3	5,6	635,9	3,8
Subsídios	40,4	0,3	41,3	0,2
Outras Despesas Correntes	1.347,4	9,6	111,6	0,7
Despesas de Capital	7.596,3	54,4	12.373,0	74,5
Imobilizações Corpóreas	7.355,2	52,7	12.041,3	72,5
Imobilizações Incorpóreas	217,0	1,6	100,5	0,6
Transferências De Capital	24,2	0,2	218,8	1,3
Outras Despesas De Capital	0,0	0,0	12,3	0,1
Total	13.963,1	100,0	16.603,8	100,0

Cerca de 25,5% das despesas do PIP constituem despesas correntes, sendo que destas, 14% dizem respeito aos fornecimentos e serviços externos e 6,1% Despesa com pessoal.

As despesas de capital como não podia deixar de ser, correspondem por excelência as realizações do PIP, totalizando cerca de 75% da execução, sendo que destas, 73% constituem imobilizações corpóreas.

INSTITUTOS, FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS

A composição do universo do subsector dos FSA foi objecto de algumas alterações face ao ano transacto, sendo de destacar os seguintes:

- O decreto legislativo n.º 1/2008 de 18 de Agosto, aprova o novo estatuto da Polícia Judiciária;
- O Decreto-Lei n.º 29/2008, de 09 de Outubro extingue o ISE, o ISECMAR e o INAG e integra estas unidades orgânicas segundo ao UNICV deliberação n.8/2008, de 09 de Outubro.

O decreto –lei n.º 49/2007, de 28 Dezembro de 2007 , que define o quadro normativo da Execução Orçamental de Estado para 2008 no seu artigo 42º, define o seguinte:

- Ficam sujeitos ao regime de transferência duodecimal, as Forças Armadas, Polícia Nacional, Polícia Judiciária, Hospitais Centrais, Instituto Nacional de Recursos Hídricos e o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, CRE e CNE podendo, excepcionalmente, o regime de duodécimos ser flexibilidade em casos de aquisição de bens e serviços e ou equipamentos cujos preços são indivisíveis;
- Os duodécimos atribuídos aos institutos cuja receita própria cobre a totalidade da despesa orçamentada não estão sujeitos aos constrangimentos financeiros do Tesouro, desde que o instituto possua saldo positivo em sua conta.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

No quadro seguinte evidencia a evolução da situação financeira do subsector dos SFA para o período de 2006 e 2008, discriminado as diversas componentes, designadamente o saldo global pela sua natureza corrente e de capital.

O **saldo global**, do subsector em 2008, ascende a 856,9 milhões de escudos positivos. Este resultado encontra – se influenciado essencialmente pelo bom desempenho das receitas incluindo o saldo de gerência do ano anterior em relação as despesas executadas no ano em análise, nomeadamente pela Polícia Nacional, Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, Instituto de Estradas, Instituto Nacional de Administração e Gestão, Instituto Marítimo Portuário e Agência Caboverdiana de Investimentos.

A evolução positiva do saldo global no triénio de 2006 a 2008, é justificado essencialmente pelo aumento do saldo corrente, derivado do aumento progressivo das receitas próprias, saldo de gerência do ano anterior e das transferências do Estado em detrimento das despesas executadas no triénio em análise.

Quadro 20 – Evolução da Situação Financeira dos Serviços e Fundos Autónomos

(em milhões de escudos)

Designação	Execução Orçamental			Variação (%)	
	2006	2007	2008	2007/2006	2008/2007
Receitas Correntes	3.250,0	3.909,9	3.969,7	20,3	1,5
Vendas	13,6	17,1	22,3	25,9	29,8
Taxas a Preços Públicos	479,3	619,5	590,2	29,3	-4,7
Outras Receitas de Gestão Corrente	40,2	15,2	33,5	-62,1	120,2
Multas e Outras Penalidades não Fiscais		0,0	0,0	0,0	-100,0
Rendimentos Financeiros/ propriedades	3,9	14,2	30,9	265,0	118,1
Transferências e Cotizações	2.713,1	3.243,8	3.292,8	19,6	1,5
Saldo de Gerência	446,8	214,5	699,3	-52,0	226,0
Receitas de Capital	12,9	7,7	2,6	-40,1	-66,0
Imobilizações Financeiras			0,0	0,0	0,0
Imobilizado Corpóreo	5,3	7,7	1,5	47,1	-80,8
Transferências	7,7		1,1	-100,0	0,0
Despesas Correntes	3.090,5	3.723,7	3.781,2	20,5	1,5
Despesas Com o Pessoal	2.272,5	2.684,1	2.807,6	18,1	4,6
Aquisição de Bens e Serviços	642,0	883,2	830,8	37,6	-5,9
Encargos Correntes da Dívida	0,0	0,1	0,1	0,0	-27,4
Transferências Correntes	116,2	119,8	109,3	3,1	-8,8
Ao Sector Público	10,0	49,0	41,4	391,9	-15,5
Ao sector Privado			17,7	0,0	0,0
Família	72,8	69,2	47,4	-4,9	-31,5
Ao Exterior	33,5	1,6	2,7	-95,4	76,8
Subsídios		0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	59,9	36,5	33,5	-39,1	-8,3
Despesa de Capital	36,0	62,9	33,6	74,7	-46,5
Imobilizados Corpóreas	36,0	62,9	31,4	74,7	-50,1
Imobilizados Incorpóreas			0,0	0,0	0,0
Transferências de Capital			0,0	0,0	0,0
Outras Despesas de Capital			2,2	0,0	0,0
				0,0	0,0
Total da Receita	3.709,8	4.132,2	4.671,7	11,4	13,1
Receita não fiscal	3.250,0	3.909,9	3.969,7	20,3	1,5
Total da Despesa	3.126,5	3.786,6	3.814,8	21,1	0,7
Saldo corrente	606,4	186,3	188,5		
Saldo de capital	-23,0	-55,1	-31,0		
Saldo global	583,4	345,6	856,9		
Saldo primário	583,4	345,8	857,0		

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Proceder-se-á, de seguida, a uma análise das alterações orçamentais do subsector dos SFA no ano de 2008.

Receitas

A receita inicialmente orçamentada em 2008, de 4.046 milhões de escudos, não registou nenhuma alteração em relação ao valor inicial. O total da receita executada em 2008, ascendeu a 3.972,4 milhões de escudos, apresentando um grau de execução de 98,2% do orçamentado inicialmente e um acréscimo de 1,4 por cento comparativamente ao ano anterior

Quadro 21 – Receita – Institutos e Serviços Autónomos
(em milhões de escudos)

Receitas	Orçamento Inicial	Exec	%	Estrutura %
Receitas Correntes	4.033,7	3.969,7	98,4	99,9
<i>Receitas Correntes -Não Fiscais</i>	<i>4.033,7</i>	<i>3.969,7</i>	<i>98,4</i>	<i>99,9</i>
Vendas	14,5	22,3	153,3	0,6
Taxas e Preços Públicos	290,6	590,2	203,1	14,9
Outras Receitas de Gestão corrente	189,7	33,5	17,7	0,8
Multas e Outras Penalidades não Fiscais	0,2	0,0		0,0
Rendimentos Propriedade/Financeiros	9,7	30,9	320,4	0,8
Transferências Correntes	3.529,0	3.292,8	93,3	82,9
Transferências Administração Central	3.421,0	3.292,8	96,3	82,9
Outras Tranferências	108,0		0,0	0,0
<i>Receitas Correntes -Não Fiscais</i>	<i>3.925,7</i>		<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
Receitas de Capital	13,0	2,6	20,3	0,1
Activos Financeiros				0,0
Imobilizações Financeiras				0,0
Imobilizações Corpóreas	0,4	1,5	381,7	0,0
Transferências de Capital	12,6	1,1	9,1	0,0
Outras Receitas de Capital				
Saldo de Gerência				0,0
TOTAL	4.046,7	3.972,4	98,2	100,0

Despesa

A despesa total executada em 2008 pelos organismos autónomos, ascendeu a cerca de 3.814,8 milhões de escudos, apresentando um grau de execução de 92%. No decurso da execução do orçamental de 2008, verificaram-se alterações orçamentais que aumentou o orçamento inicial em cerca de 100,3 milhões de escudos. O acréscimo verificado é justificado essencialmente, pelo reforço efectuado por contrapartida dos encargos comuns do Ministério das Finanças para cobertura da despesa efectuada com receitas próprias não inscritos inicialmente no orçamento dos seguintes institutos, serviços e fundos autónomos:

- Hospital Agostinho Neto mais 30,3 milhões de escudos;
- Institutos das comunidades mais 17,7 milhões de escudos;
- Agência Caboverdiana de Investimentos mais 16,7 milhões de escudos;
- Estado Maior de Forças Armadas mais 12,1 milhões de escudos;
- Hospital Baptista de Sousa mais 8,3 milhões de escudos;
- Instituto de Meteorologia e Geofísica mais 7,3 milhões de escudos;
- Os restantes 7,6 milhões de escudos foram afectos ao Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, Instituto Nacional de Administração e Gestão, Instituto de Estradas, Polícia Judiciária, Instituto Superior de Engenharia do Mar e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

As alterações orçamentais mais significativas registaram-se no âmbito da **despesa corrente**, sobretudo nas despesas com o pessoal, transferências correntes, fornecimentos e serviços e outras despesas correntes.

Quadro 22 – Despesas Serviços e Fundos Autónomos
(em milhões de escudos)

Designação	Orçamento		Orçamento		%
	Inicial	Alterações	Final	Exec	
	Valor				
Despesas Correntes	4.021,9	90,4	4.112,2	3.781,2	92
Despesas Com o Pessoal	3.011,1	65,1	3.076,1	2.807,6	91
Remunerações Certas e Permanentes	2.587,3	91,3	2.678,6	2.519,1	94
Abonos Variáveis/ Eventuais	185,4	22,8	208,1	175,5	84
Segurança social	147,0	2,8	149,8	107,2	72
Outras Despesas c/ pessoal	91,4	-51,8	39,6	5,7	
Aquisição de Bens e Serviços	323,6	-27,9	295,7	285,4	97
Fornecimentos e Serviços	575,7	17,7	593,3	545,4	92
Transferências Correntes	89,8	21,0	110,8	109,3	99
Ao Sector Público	20,2	-1,0	43,0	41,4	96
Ao sector Privado	23,8	17,7	17,7	17,7	100
A Famílias	41,0	6,4	47,4	47,4	100
Ao Exterior	4,8	-2,1	2,7	2,7	100
Subídios	0,0				
Outras Despesas Correntes	21,7	14,4	36,1	33,5	93
Encargos Correntes da Dívida	0,0	0,1	0,1	0,1	
Despesas de Capital	24,9	10,0	34,8	33,6	97
Imobilizados Corpóreas	24,9	7,7	32,6	31,4	96
Imobilizados Incorpóreas					
Transferências de Capital					
Outras Despesas de Capital		2,2	2,2	2,2	
Total de Despesas Orçamentais	4.046,7	100,3	4.147,0	3.814,8	92
TOTAL GERAL	4.046,7	100,3	4.147,0	3.814,8	92

A alteração registada em despesa com o pessoal em mais 65,1 milhões de escudos é justificada em larga medida pelas alterações efectuadas pelo Hospital Baptista de Sousa em mais 47,8 milhões de escudos essencialmente nas rubricas “Pessoal dos quadros, Horas extraordinárias e Subsídios” que inicialmente não foram previstos e pela criação e afectação da nova estrutura da Comissão Nacional Eleição em cerca de 21,2 milhões

de escudos que no orçamento inicial foi previsto dentro de encargos comuns na rubrica Outras despesas.

Relativamente ao aumento verificado no agrupamento económico Transferências Correntes em cerca de 21 milhões de escudos, é justificado principalmente para cobertura da transferência efectuada pelas embaixadas ao Instituto das Comunidades, montante esse, não previsto no orçamento inicial daquela instituição.

O reforço efectuado no agrupamento económico Fornecimentos e Serviços de Terceiros em cerca de 17,6 milhões de escudos é principalmente justificado pela cobertura das despesas feitas por conta da receita própria pela Agência Caboverdiana de Investimento, Hospital Agostinho Neto, Hospital Baptista de Sousa e Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas não previstos inicialmente no orçamento.

No que tange ao reforço efectuado no agrupamento económico em cerca de 14,4 milhões de escudos, é justificado essencialmente pela cobertura das despesas feitas com recursos próprios do Estado Maior das Forças Armadas e Agência Cabo-verdiana de Investimento não previstos no orçamento inicial.

A anulação efectuada em cerca de 27,8 milhões de escudos na aquisição de bens e serviços, é derivada essencialmente pelo ajuste efectuado pelo Hospital Baptista de Sousa para o reforço da despesa com o pessoal no período análise.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receitas

A receita consolidada do subsector dos serviços e fundos autónomos ascendeu, em 2008, a 3.972,4 milhões de escudos, apresentando um acréscimo de 1,4% face ao ano anterior.

A receita corrente registou um acréscimo de 1,5%, como consequência de variações ocorridas nas rubricas outras receitas de gestão corrente, rendimentos financeiros/propriedades, vendas, rendimentos de propriedades e transferências correntes e cotizações.

As transferências correntes de administrações públicas registaram um acréscimo de 1,5%, destacando-se o aumento da transferência de Estado aos institutos e serviços autónomos essencialmente, na Polícia Nacional com cerca de mais 40,8 milhões de escudos, Instituto Superior da Educação com mais 14,6 milhões de escudos, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica mais 14,6 milhões de escudos, Região Santiago Norte 11,3 milhões de escudos e Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos com 7 milhões de escudos.

A receita de capital diminuiu em cerca de 66%, ou seja 5,1 milhões de escudos, justificado essencialmente pela rubrica imobilizações corpóreas.

Despesa

A despesa consolidada do subsector dos Institutos, Serviços e Fundos Autónomos, ascendeu a 3.814,8 milhões de escudos, reflectindo um ligeiro acréscimo de 0,7 % face ao ano anterior.

O aumento da **despesa corrente** em 1,5%, deveu-se sobretudo à variação positiva das despesas com o pessoal, tendo em conta que as restantes rubricas apresentaram variação negativa. O aumento da despesa com o pessoal encontra-se influenciado, por um lado, pelo aumento salarial atribuído em 2008 e pelos novos recrutamentos ocorridos nos institutos afectos ao Ministério da Educação e da Polícia Nacional no período em análise.

Em relação as restantes rubricas enquadradas nas receitas correntes nomeadamente transferências correntes, outras despesas correntes e aquisições de bens e serviços, ocorreram decréscimos de 8,8%, 8,3% e 5,9% respectivamente comparativamente ao ano anterior.

A **despesa de capital**, registou uma variação negativa de -46,5% face ano anterior, justificada essencialmente pela diminuição das despesas com imobilizações corpóreas do Hospital Agostinho Neto, Polícia Nacional, Hospital Baptista de Sousa e pelo ISECMAR no período em análise.

Na vertente legislativa, menciona-se a publicação da seguinte legislação, com incidência na receita e despesa dos seguintes institutos, serviços e fundos autónomos:

- Decreto- Lei n.º 45/2008, de 22 de Dezembro, aprova o regulamento das taxas do Instituto Marítimo Portuário;
- Portaria n.º 7/2008, de 31 de Março, aprova o Plano de Cargos e Carreiras e salários do Instituto Marítimo e Portuário;
- Decreto- Legislativo n.º 2/2008, de 18 de Agosto, aprova o novo estatuto do Pessoal da Polícia Judiciária;
- Portaria n.º 8/2008, de 21 de Abril, aprova o Plano de Cargos e Carreiras e salários do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Caixa 1 – Informação sobre a situação da execução de alguns Serviços autónomos

Importa realçar que durante 2008, o Instituto Superior de Educação não apresentou a conta definitiva para efeito da Conta Geral do Estado 2008. Os dados do referido instituto introduzidos na conta são o que foi executado no SIGOF.

Alguns institutos (nomeadamente IEFP, Centro Juventude, LEC, IMP, INDP, HAN, CNDS, IC, PJ, CCCD, INIDA, INGRH, INMG, IP, UNICV, ICCA, ACI e IIPC) que têm conta aberta junto das instituições bancárias não apresentaram extracto da conta no final de 2008 que comprove a veracidade do saldo que passa para o ano seguinte. Neste sentido, não tomamos os dados dos saldos apresentados pelos institutos para efeito de apuramento do crédito líquido ao governo central, mais sim o saldo apresentado na Síntese Monetária do Banco Central.

ANÁLISE DA RECEITA

No âmbito da sua política orçamental o Programa do Governo defende de entre várias estratégias de intervenção o aumento de receitas e a prossecução do equilíbrio orçamental. No sentido de favorecer o crescimento das receitas, algumas das acções defendidas apontam para um regime activo de cobrança e o combate à fraude e evasão fiscal.

Por conseguinte, o Governo entendeu dotar o país de um sistema fiscal moderno e simples, alargar a base tributária e fixar taxas relativamente moderadas de modo a permitir maior eficiência na cobrança das receitas do Estado. Nesse sentido durante 2008, o Governo dá continuidade a política adoptada nos anos anteriores na materialização de medidas dirigidas para a modernização da administração tributária tendo em atenção o incremento significativo da eficiência da sua actuação, capacitando-a para maior eficácia na cobrança de receitas e o reforço ao combate à fraude e evasão fiscal.

Execução Orçamental para 2008

No Quadro 23 espelha-se a receita orçamental aprovada para o ano 2008, nas vertentes contabilísticas da previsão (orçamento inicial), relevando-se igualmente as variações absolutas e relativas da execução relativamente a previsão. Do quadro abaixo apresentado, convém salientar que o total da receita exclui empréstimos internos, empréstimos externos e empréstimos de retrocessão.

A variação do total da receita orçamental, em valores absolutos, relativamente ao orçamento inicial cifrou-se em menos de 1.487,2 milhões de escudos, justificada principalmente pela conjugação das variações negativas em termos absolutos da execução da Receita de Capital e de Receitas não Fiscais, em 2.684,0 milhões de escudos e 360,6 milhões de escudos respectivamente e pela boa execução da receitas fiscais que superaram o orçamento inicialmente previsto em 1.527,4 milhões de escudos, situação que se explica em grande parte pela boa arrecadação conseguida nas receitas fiscais, nomeadamente o IVA, Direitos de importação e IUR-PS

O Quadro 23 a seguir espelha o comportamento das receitas orçamentadas no ano de 2008 comparativamente ao executado.

Quadro 23 – Receitas Orçamentadas Comparativamente a Receitas Arrecadadas em 2008.

(em milhões de escudos)

Designação	Orçamento Final (1)	Execução Orçamental		Diferenças	
		Valor (2)	%	Valor Absoluto (2) -(1)	Valor Relativo %
Receitas Correntes	31.254,3	32.421,1	103,7	1.166,8	3,7%
<i>Impostos Directos</i>	8.462,2	8.525,9	100,8	63,7	0,8%
Impostos sobre o rendimento	8.462,2	8.525,9	100,8	63,7	0,8%
<i>Impostos Indirectos</i>	19.596,4	21.060,0	107,5	1.463,7	7,5%
Impostos Sobre o Valor Acrescentado	11.359,5	11.723,5	103,2	364,0	3,2%
Outros Imposto Indirectos	8.236,9	9.336,6	113,4	1.099,7	13,4%
<i>Receitas Correntes Fiscais</i>	28.058,6	29.586,0	105,4	1.527,4	5,4%
Vendas	57,9	51,7	89,3	-6,2	-10,7%
Taxas e Preços Públicos	1.864,0	1.788,3	95,9	-75,8	-4,1%
Outras Receitas de Gestão corrente	459,7	170,8	37,2	-288,8	-62,8%
Multas e Outras Penalidades não Fiscais	85,8	125,0	145,7	39,2	45,7%
Rendimentos Propriedade/Financeiros	423,0	604,2	142,8	181,2	42,8%
Transferências e Cotizações	305,4	95,2	31,2	-210,2	-68,8%
<i>Receitas Correntes -Não Fiscais</i>	3.195,7	2.835,2	88,7	-360,6	-11,3%
Receitas de Capital	9.909,8	7.255,7	73,2	-2.684,0	-26,8%
Imobilizações Financeiras	0,0	30,0	-	30,0	-
Imobilizações Corpóreas	2.584,9	990,0	38,3	-1.595,0	-61,7%
Transferências de Capital	7.277,9	6.235,8	85,7	-1.042,1	-14,3%
Transferência Interna a Sector Público	8,0	494,3	6178,5	486,3	6078,5%
Transferência do Exterior	7.265,3	5.741,5	79,0	-1.523,8	-21,0%
Outras Transferências	5				
Outras Receitas de Capital	47,0		0,0	-47,0	
TOTAL	41.164,1	39.676,9	96,4	-1.487,2	-3,6%

ANALISE DAS RECEITAS CORRENTES

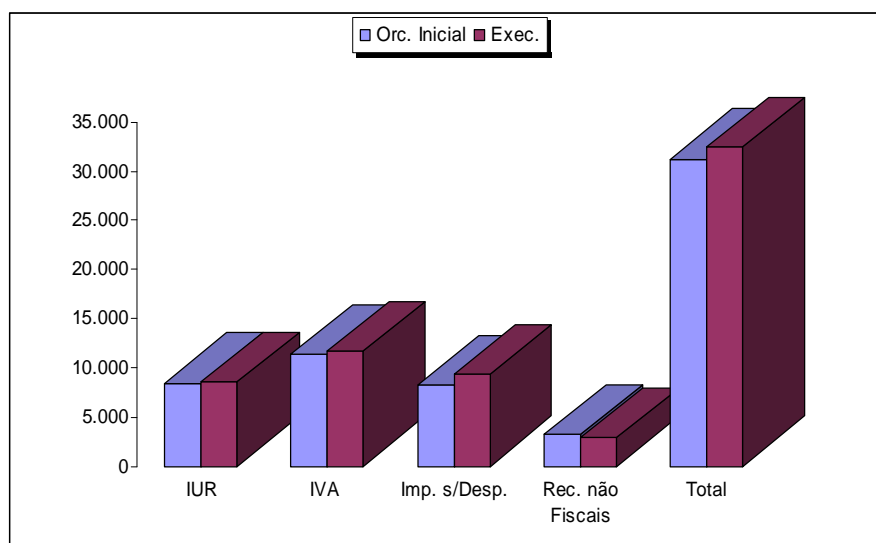
Com base nos rácios da estrutura de receitas, tendo em consideração a evolução da execução em 2008, as receitas correntes no período em análise, em termos relativos, exibem uma taxa de execução de 103,7% a que correspondem 32.421,1 milhões de escudos. Esse desempenho representa, para o cômputo global de realização das receitas, um contributo de cerca de 81,7%.

Ainda no cômputo global, à variação positiva de 3,7% das receitas correntes corresponde um valor de 1.166,8 milhões de escudos, explicado fundamentalmente pelo comportamento das receitas fiscais, cujo valor relativo, foi positivo (5,4% ou cerca de 1.527,4 milhões de escudos acima do valor orçamentado. Do grande subgrupo "Receitas Correntes Fiscais", os impostos directos e indirectos tiveram um desempenho em cerca 100,8% e 107,5% respectivamente. O que influenciou esta alta execução dos impostos indirectos foi o desempenho de Outros Imposto sobre a

despesa e o IVA no período em análise, com uma execução de 113,4% e 103,2% respectivamente em relação ao orçamentado. Relativamente ao desempenho dos impostos sobre o rendimento ficou em 100,8% do valor orçamentado, justificado essencialmente pelo comportamento positivo IUR-PS. Os impostos sobre os rendimentos contribuíram com 26,3% para a formação do total das receitas correntes.

As "Receitas correntes não fiscais" contribuíram com cerca de 8,7% para a execução global das receitas correntes. Este agregado obteve uma execução orçamental de 88,7% justificada essencialmente pelo comportamento negativo das "Transferências e Cotizações" (31,2%), "Outras Receitas de Gestão Corrente" (37,2%), "Vendas (89,3%) e "Taxas e Preços Públicos" (95,9%) e as restantes subgrupos das "Receitas não Fiscais" ficaram acima dos 100% da execução.

Gráfico 4 – Receitas Correntes cobradas comparativamente ao orçamento inicial



ANÁLISE DAS RECEITAS DE CAPITAL

O peso das receitas de capital em relação ao total geral das receitas arrecadadas é de 18,3%. As receitas de capital registaram uma performance equivalente a 73,2% do valor do orçamento inicial, o que corresponde uma variação negativa em termos absolutos de 2.684,0 milhões de escudos, ou seja, -26,8% em termos relativos. Das três principais componentes das receitas de capital realça-se o desempenho negativo das Imobilizações Corpóreas e Transferências de Capital, cuja realização atingiram respectivamente 38,3% e 85,7% do montante orçamentado.

Resumidamente, a performance geral aponta para uma taxa de execução das Receitas Correntes de 103,7% e das Receitas de Capital de 73,2% do orçamento inicial.

Análise Comparativa da Execução no triénio de 2006/ 2008

No Quadro 24 mostra-se a receita orçamental efectiva bruta arrecadada no triénio de 2006/2008, relevando-se, igualmente, as variações, absoluta e relativa em 2008/ 2007.

Quadro 24 – Receitas Efectivas Cobradas no triénio 2006/ 2008

(milhões de escudos)

Designação	2006		2007		2008		Variação 08/07	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	25.725,3	78,7	28.908,0	74,8	32.421,1	81,7	3.513,1	12,2%
Impostos Directos	6.921,5	21,2	7.655,4	19,8	8.525,9	21,5	870,5	11,4%
Impostos sobre o rendimento	6.921,5	21,2	7.655,4	19,8	8.525,9	21,5	870,5	11,4%
IUR - Pessoas Singulares	3.914,8	12,0	4.505,2	11,7	4.824,7	12,2	319,5	7,1%
IUR - Pessoas Colectivas	3.006,7	9,2	3.150,2	8,1	3.701,2	9,3	551,0	17,5%
Impostos Indirectos	15.884,2	48,6	18.564,2	48,0	21.060,0	53,1	2.495,9	13,4%
IVA	8.438,9	25,8	9.917,3	25,7	11.723,5	29,5	1.806,2	18,2%
Outros Impostos indirectos	7.445,3	22,8	8.646,9	22,4	9.336,6	23,5	689,7	8,0%
Receitas Correntes Fiscais	22.805,7	69,8	26.219,6	67,8	29.586,0	74,6	3.366,4	12,8%
Vendas	38,3	0,1	46,0	0,1	51,7	0,1	5,7	12,4%
Taxas e Preços Públicos	1.271,6	3,9	1.764,7	4,6	1.788,3	4,5	23,6	1,3%
Outras Receitas de Gestão corrente	777,8	2,4	90,0	0,2	170,8	0,4	80,8	89,7%
Multas e Outras Penalidades não Fiscais	20,6	0,1	98,2	0,3	125,0	0,3	26,8	27,3%
Rendimentos Propriedade/Financeiros	223,1	0,7	549,5	1,4	604,2	1,5	54,6	9,9%
Transferências e Cotizações	588,2	1,8	140,1	0,4	95,2	0,2	-44,9	-32,0%
Receitas Correntes - Não Fiscais	2.919,5	8,9	2.688,5	7,0	2.835,2	7,1	146,7	5,5%
Receitas de Capital	6.948,7	21,3	9.745,2	25,2	7.255,7	18,3	-2.489,4	-25,5%
Imobilizações Financeiras	23,1		2.140,8	5,5	30,0	0,1	-2.110,8	-98,6%
Imobilizações Corpóreas	517,4	1,6	2.240,1	5,8	990,0	2,5	-1.250,1	-55,8%
Transferências Obtidos para Operações	6.408,2	19,6	5.364,3	13,9	6.235,8	15,7	871,5	16,2%
Transf..Interna Sector Público	117,0	0,4	52,0	0,1	494,3	1,2	442,3	850,5%
Transferência do Exterior	6.291,2	19,3	5.312,3	13,7	5.741,5	14,5	429,2	8,1%
Outras Receitas de Capital				0,0		0,0	0,0	
TOTAL	32.673,9	100	38.653,2	100	39.676,9	100	1.023,6	2,6%

Os valores ora apresentados, são objectos de uma apreciação pormenorizada no presente relatório nos itens específicos da receita por classificação económica, merecem, desde já, as seguintes considerações da índole geral:

- Assiste-se no triénio em análise a um continuado crescimento da receita orçamental, apesar de uma variação menos significativa de 2,6% em 2008, ou seja, uma redução de 15,7 pontos percentuais do que foi verificado em 2007/2006. Seguindo a tendência acima verificada na receita total, a cobrança das receitas correntes registou um acréscimo de 12,2% em 2008/2007, o que representa uma queda menos acentuada de 0,2 pontos percentuais do que a verificada em 2007/2006, justificado essencialmente pela melhoria na

arrecadação das receitas fiscais traduzida pela contínua melhoria da fiscalização. Entretanto, para o crescimento menos acentuado observado em 2008/2007, as principais responsáveis pela evolução registada têm sido as receitas de capital, mais concretamente a venda de terrenos e as imobilizações financeiras.

- De entre as receitas correntes, com a variação de 12,2%, o que representa uma queda de 0,2 pontos, justificada essencialmente pelo desempenho das receitas fiscais, que registou um abrandamento do ritmo de crescimento em 2,1 pontos percentuais contrabalançado pelas receitas não fiscais que alcançou uma variação positiva de 13,4 pontos percentuais;
- As oscilações ocorridas no triénio com a cobrança das receitas de capital estão associadas ao comportamento atípico ocorrida em 2007 com a privatização de algumas empresas do Estado e a baixa execução das receitas com vendas de terreno em 2008, justificada principalmente pela manutenção das contracções no sector imobiliário externo que influenciam directamente o referido sector ao nível nacional.

Receitas Correntes Fiscais

Com base nos rácios da estrutura de receitas, tendo em consideração a evolução da execução entre 2007 e 2008, regista-se um acréscimo do peso das receitas correntes (de 74,8% para 81,7%) em termos relativos da globalidade das receitas orçamentais. Em valores absolutos, há um acréscimo de cerca de 3.513,6 milhões de escudos das receitas correntes entre 2007 e 2008 que representam uma variação de 12,2%.

Desagregando as componentes das receitas correntes “impostos directos” e “impostos indirectos” nas suas várias rubricas que contribuíram para o acréscimo comparativamente ao período homólogo do ano anterior, constata-se o seguinte:

Impostos Directos

Os Impostos directos, com uma cobrança de 8.525,9 milhões de escudos, contribuíram no ano económico 2008, com 26,3% para o total da receita corrente arrecadada, tendo registado uma taxa de crescimento de 11,4% relativamente a 2007.

Relativamente as rubricas dos impostos directos há a referir o seguinte:

Imposto Único sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IUR-PS)

A receita cobrada deste imposto atingiu em 2008 os 4.824,7 milhões de escudos, o que representa um crescimento de cerca de 7,1% (mais 319,5 milhões de escudos), sendo de salientar que o acréscimo verificado é justificada pela conjugação de alguns factores, dentre os quais se destacam: a actualização salarial – maior controlo da Administração Fiscal; e reforço da fiscalização.

Na vertente legislativa, há a mencionar a publicação dos seguintes dispositivos legais, com implicações na liquidação e cobrança deste imposto:

- O artigo 20 no n.º2 da Lei do Orçamento 2008 determina que os máximos de despesas com encargos familiares dedutíveis previstas na lei, passará de 514.000\$00 em 2007 para 610.000\$00 em 2008;
- No artigo 29 da Lei do Orçamento 2008, foram introduzidos alterações nas alíneas a) do artigo 12º, a), b) e c) do número 1.1 e b) e c) do número 1.2 do artigo 16º, do regulamento do IUR, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 1/96, de 15 de Janeiro, deu a nova redacção: “ artigo 12º (Rendimentos pessoais), onde fica isento do imposto único os rendimentos de trabalho dependente no valor anual ou inferior a 200.000\$”; “artigo 16º (Rendimentos de trabalho dependente – deduções e abatimentos) 1.1- onde o mínimo de existência fica a) solteiros, viúvos e divorciados 200.000\$; b) casados, único titular 250.000\$00 e casados, dois titular 400.000\$00 e 1.2 – Encargos familiares ficam b) 80% do valor dos recibos de renda de habitação ocupada pelo contribuinte e respectivo agregado familiar com limite máximo de 240.000\$00; c) os juros e encargos de dívida constituídos para melhoramentos, construção ou aquisição de residência permanente com máximo de 240.000\$00”;
- Portaria n.º. 3/2008, de 04 de Fevereiro, que aprova a tabela de retenção do IUR sobre remuneração de trabalho independente e sobre rendimento de outras categorias;
- Portaria n.º 48/2008, de 29 de Dezembro, que regulamenta a retenção na fonte sobre as remunerações fixas ou variáveis do trabalho dependente.

Imposto Único sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IUR-PC).

A receita cobrada do IUR-PC em 2008, cifrou-se em 3.701,2 milhões de escudos, o que corresponde a um acréscimo de 17,5% (mais 551,0 milhões de escudos) relativamente a 2007, resultado de maior rendimento registado em 2007 pelos grandes contribuintes e maior dinamismo verificado com a cobrança coerciva no período em análise.

Impostos Indirectos

A receita arrecadada dos Impostos indirectos atingiu em 2008 os 21.060,0 milhões de escudos, contribuíram com 64,9% para o total das receitas correntes arrecadadas, tendo registado uma taxa de crescimento de 13,4% relativamente à registada em 2007, tendo a receita do IVA contribuído para mais de metade deste acréscimo.

No quadro seguinte apresenta-se um desdobramento para os impostos agrupados no capítulo dos indirectos, no período de 2006 a 2008, apresentando igualmente a receita arrecadada e a variação em 2008/2007.

Quadro 25 – Impostos Indirectos

(em milhões de escudos)

Designação	2006	2007	2008	Var. em 2008-2007	
				Valor	%
IVA	8.438,9	9.917,3	11.723,5	1.806,2	18,2%
Imposto de consumo especial (ICE)	982,0	1.223,3	1.340,4	117,1	9,6%
Taxa comunitária - CEDEAO	181,7	214,9	236,2	21,3	9,9%
Direitos de importação (DI)	4.888,7	5.376,3	5.888,2	511,8	9,5%
Imposto de selo (IS)	1.039,5	1.479,1	1.465,7	-13,4	-0,9%
Outros	353,5	353,2	406,1	52,9	15,0%
Total	15.884,2	18.564,2	21.060,0	2.495,9	13,4%

Os valores apresentados merecem as seguintes considerações gerais:

- Assiste-se no triénio a um crescimento continuado do peso do IVA no conjunto das receitas arrecadadas a título de impostos indirectos (53,1, 53,4 e 55,6 por cento, respectivamente de 2006, 2007 e 2008);
- No que tange ao DI, não obstante o abrandamento do ritmo de crescimento regista-se em 2008 – 9,5% contra 10% verificado no período de 2007/2006 - assiste-se ainda assim um crescimento continuado ao nível desta receita;
- Após um crescimento de 24,6% em 2007, assiste-se em 2008 a um crescimento menos acentuado de 15 pontos percentuais no ICE;
- O decréscimo do IS em 2008, superou o de 2007 em 43,2 pontos percentuais, tendo passado dos 42,3% em 2007 para menos 0,9% em 2008.

Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)

O IVA apresenta em 2008 uma cobrança bruta de 11.723,5 milhões de escudos, registando um acréscimo de 1.806,2 milhões de escudos face ao ano anterior (mais 18,2% em termos relativo). Ainda neste sentido, verificou-se um aumento dos níveis de cumprimento voluntário, em consequência de maior controlo efectuado no acompanhamento dos maiores contribuintes em sede do IVA. Refira-se, por outro lado, que o IVA é cobrado pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGC) e Direcção Geral das Alfândegas (DGA) que arrecadaram respectivamente 42% e 58% do total em 2008. No que respeita à parte do IVA administrado pela Direcção Geral das Contribuições alcançou um acréscimo de 24,7%, e o IVA administrado pela Direcção Geral das Alfândegas atingido 14,1, o que representa uma desaceleração em relação a 2007 de 4,4 pontos percentuais, derivado do aumento das isenções concedidas e da diminuição da importação de alguns produtos, nomeadamente produtos alimentares primários e transformados, gasóleo e gás. Cabe salientar, que o montante do Imposto sobre o valor acrescentado apresentado não está deduzido dos reembolsos.

A repartição do IVA arrecadado em 2008, de 11.723,5 milhões pelas entidades administradoras, obedeceu a seguinte distribuição:

Direcção Geral das Contribuições e Impostos..... 4.811,3 milhões de escudos;
Direcção Geral das Alfândegas 6.912,1 milhões de escudos.

Na vertente legislativa, menciona-se a publicação da seguinte legislação, com incidência na liquidação e cobrança deste imposto:

- Lei n.º 29/VII/2008, de 21 de Julho, altera as taxas do IVA, ou seja isenta o IVA, na importação de trigo e mistura de trigo com centeio, sorgo de grão, trigo mourisco, painço e alpista; outros cereais, farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio, farinhas de trigo ou mistura de trigo com centeio, farinhas de cereais, excepto de trigo ou mistura de trigo com centeio e polpa de beterraba, bagaço de cana-de-açúcar e outros desperdícios da indústria alimentar, de forma a reduzir o impacto externo negativo da alta dos preços de cereais.

No âmbito da Lei Orçamental de 2008 (Lei n.º.20/VII/2008, 28 de Dezembro de 2007) foi introduzido a seguinte alteração ao Regulamento do IVA:

- O artigo 30.º da Lei Orçamental para 2008, deu nova redacção o n.º 4 do artigo 14º onde estabelece outras isenções, nomeadamente nas transmissões e importações de cadeiras de rodas e veículos automóveis adaptados para deficientes motores, cuja deficiência seja comprovada por documento médico e mediante parecer técnico da Direcção Geral de Transportes Rodoviários, aparelhos artefactos e demais material de prótese ou compensação destinados a substituir, no todo ou em parte, qualquer membro ou órgão do corpo humano ou a tratamento de fracturas e, bem assim, os que se destinam a ser utilizados por invisuais ou a corrigir a audição, desde que prescritos por receita médica.

Imposto de Consumo Especial (ICE)

A arrecadação do ICE aqui considerada ascendeu, em 2008, a 1.340,4 milhões de escudos, mais 9,6% do que verificado em 2007 e menos 15 pontos percentuais, quando comparado com o ocorrido em 2007/2006, justificado essencialmente pelo aumento das isenções concedidas na importação de materiais de transportes (destinadas a transportes de pessoas) em 2008.

Direitos de Importação (DI)

A cobrança do direito de importação ascendeu, em 2008, a 5.888,2 milhões de escudos, registando um acréscimo de 511,8 milhões de escudos face ao ano anterior (mais 9,5%), representado uma queda de 0,5 pontos percentuais, quando comparado com o ocorrido em 2007/2006. A desaceleração ocorrida na arrecadação do DI deve-se essencialmente ao aumento de isenções na importação de material de transporte, outros bens de consumo duradouros, produtos para construções e meios de transportes. Em 2008 Por outro lado, regista-se ainda o efeito da arrecadação de direitos de importação acima do inicialmente previsto, derivado em parte do aumento dos preços internacionais e ao aumento da importação de produtos para construções, máquinas, meios de transportes e outros bens de consumo.

No âmbito legislativo, em 2008, há de referir a alteração através do Decreto-Lei n.º 29/VII/2008, onde altera a taxa de DI (alguns bens sujeitos a isenção completa ou a redução da taxa do DI) na importação de trigo e mistura de trigo com centeio, sorgo de grão, trigo mourisco, painço e alpista; outros cereais, farinha de trigo ou de mistura de trigo com centeio e polpa de beterrabas, bagaço de cana -de - açúcar e outros desperdícios da indústria alimentar.

Ainda no âmbito das Alfândegas foram aprovados os seguintes acordos internacionais:

- Resolução n.º 60/VII/2008, de 25 de Fevereiro onde aprova, para ratificação, a Convenção Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Resolução n.º 61/VII/2008, de 03 de Março, aprova, para ratificação, a Convenção sobre assistência mútua administrativa entre países de Língua Oficial Portuguesa em matéria de luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas;
- Resolução n.º 62/VII/2008, de 03 de Março, aprova, para ratificação, a Convenção sobre assistência mútua administrativa entre países de Língua Portuguesa para prevenção, investigação, e repressão das infracções aduaneiras.

Imposto do Selo

No ano de 2008 a receita arrecadada de imposto do selo cifrou-se nos 1.465,7 milhões de escudos, a que corresponde um ligeiro decréscimo relativamente a 2007, variação relativa de 0,9% e de menos 43,2 pontos percentuais, justificada essencialmente pelo encontro de contas realizado em 2007, onde foram contabilizadas dívidas referente a anos anteriores.

Em termos de fiscalidade, há a registar em 2008 a publicação da seguinte legislação com implicação na liquidação e cobrança deste imposto, a partir de 01/01/2009:

- Lei n.º 33/VII/2008, de 08 de Dezembro, aprova o Código do Imposto de Selo onde a mesma deixará de incidir sobre operações sujeitas ao Imposto sobre o Valor Acrescentado e passará a incidir sobre as operações financeiras, operações societárias, transmissões patrimoniais e actos jurídicos documentados previstos na parte especial do presente código.

Restantes Impostos Indirectos

As receitas orçamentais agrupadas neste residual ascendem em 2008 a 642,3 milhões de escudos, registando um aumento de 13,1%, relativamente a cobrança, e mais 74,2 milhões de escudos do que a registada em 2007/2006, justificado essencialmente pelo reforço ocorrido na cobrança coerciva em 2008.

Receitas Correntes – Não Fiscais

No Quadro 26 apresenta, no triénio de 2006-2008, os valores da cobrança das receitas correntes não fiscais, bem como a variação, em valores absolutos e relativos, o biénio de 2008/2007, evidenciando, as principais receitas ou grupos de receitas, dentro dos capítulos económicos.

Quadro 26 – Receitas Correntes não Fiscais

(em milhões de escudos)

Designação	2006	2007	2008	Var. em 2008-2007	
				Valor	%
Vendas	38,3	46,0	51,7	5,7	12,4%
Taxas e Preços Públicos	1.271,6	1.764,7	1.788,3	23,6	1,3%
Outras Receitas de Gestão corrente	777,8	90,0	170,8	80,8	89,7%
Multas e Outras Penalidades não Fiscais	20,6	98,2	125,0	26,8	27,3%
Rendimentos Propriedade/Financeiros	223,1	549,5	604,2	54,6	9,9%
Transferências e Cotizações	588,2	140,1	95,2	-44,9	-32,0%
Total	2.919,5	2.688,5	2.835,2	146,7	5,5%

Uma análise geral a estes valores, permitem retirar as seguintes ilações:

- As receitas não fiscais geraram em 2008, uma cobrança de 2.835,2 milhões de escudos, mais 146,7 milhões de escudos do que em 2007 – um acréscimo de 5,5 por cento. Entretanto, no biénio anterior (2007/2006) a variação relativa decresceu próximo de 7,9 por cento;
- Para o desempenho para acima da cobrança destas receitas em 2008 contribuíram, designadamente, os capítulos económicos das Outras Receitas de Gestão Corrente, Rendimentos Propriedade/Financeiros, Multas e Outras Penalidades não Fiscais e Taxas e Preços Públicos.

Seguidamente, procede-se a uma análise mais desagregada a estas receitas.

As Outras receitas de Gestão Correntes em 2008, apresentou um acréscimo de cerca de 89,7 por cento, derivado essencialmente da situação atípica ocorrida em 2008 de reembolsos de saldos relativos ao financiamento de processo de recenseamento eleitoral ocorrido no ano anterior.

No capítulo das Multas e Outras Penalidades, verifica-se uma cobrança de 125 milhões de escudos, registando um acréscimo de 27,3% em termos relativos comparativamente a 2007, justificada principalmente pela multa cobrada pelas Alfândegas em 2008.

Relativamente ao capítulo das Vendas, observou um acréscimo de 12,4%, justificada essencialmente pelas vendas de produtos pelo INDP e Institutos de Estradas.

Relativamente aos Rendimentos de propriedade/ financeiros observou um acréscimo de 10 por cento, justificado pela rubrica Participação nos Lucros da Empresas (EMPROFAC, TELECOM e Banco de Cabo Verde) que originou uma cobrança de 330,5 milhões de escudos em 2008 e pelo recebimento da renda de concessão tida pelo Estado junto da Telecom, originando assim, um acréscimos global de cerca de 54,6 milhões de escudos em 2008.

No capítulo económico da receita orçamental das Transferências e Cotizações para o Fundo de Previdência Social geraram em 2008, uma cobrança de 95,2 milhões de escudos, menos 44,9 milhões de escudos do que em 2007, justificada em grande parte pela transferência da maior parte dos descontos efectuados pelos funcionários públicos ao INPS em 2008, no âmbito da integração dos mesmos ao Sistema de Previdência Social.

Na vertente legislativa, referem-se as seguintes publicações com repercussões na liquidação das taxas:

- Lei n.º 21/VII/2008, de 14 de Janeiro, estabelece o regime geral das taxas a favor das entidades públicas, regulando as relações jurídicas – tributárias geradoras da obrigação de pagamento das mesmas;
- Decreto – Lei n.º16/2008, de 02 de Junho, estabelece a taxa devida pela prestação de serviço público de conservação e manutenção de estradas;
- Decreto – Lei n.º 21/2008, de 27 de Junho, altera o artigo 20º do Decreto – Lei n.º 16/2008, de 02 de Junho, no que se refere a entrada em vigor da referida lei para 01 de Janeiro de 2009;
- Portaria nº32/2008, de 01 de Setembro, fixa o montante da taxa a pagar pela autorização e renovação para o exercício de actividade comercial de importador, exportador, grossista e de agente comercial e revoga a Portaria n.º 40/2004, de 04 de Outubro;
- Decreto regulamentar n.º39/2008, de 24 de Novembro, regula as relações jurídico – tributárias geradoras de obrigação de pagamento de taxas e demais encargos devidos ao Estado, através do ministério da saúde, pelas diversas operações inerentes aos procedimentos de licenciamento de farmácia e de registo de medicamentos.

Receitas de Capital

O Quadro 27 apresenta a cobrança das receitas de capital entre 2006 e 2008 e as variações, em valores absolutos e em taxa de crescimento, entre 2007 e 2008.

Quadro 27 – Receitas de Capital

(em milhões de escudos)

Designação	2006		2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita de Capital	6.948,7	100,0	9.745,2	100,0	7.255,7	100,0	-2.489	-25,5%
Imobilizações Financeiras	23,1	0,3	2.140,8	22,0	30,0	0,4	-2.111	-98,6%
Imobilizações Corpóreas	517,4	7,4	2.240,1	23,0	990,0	13,6	-1.250	-55,8%
Transferências Obtidos para Operações de Inve	6.408,2	92,2	5.364,3	55,0	6.235,8	85,9	871	16,2%
Transferência Intern. Sector Público	117,0	1,7	52,0	0,5	494,3	6,8	442	850,5%
Transferência do Exterior	6.291,2	90,5	5.312,3	54,5	5741,5	79,1	429	8,1%
Outras Receitas de Capital							-	

Com base nos rácios da estrutura de receitas, tendo em consideração a evolução das receitas de capital entre 2007 e 2008, regista-se um decréscimo de 25,5%, representando em termos absolutos em menos 2.489,5 milhões de escudos, justificado essencialmente pelos capitulos das Imobilizações financeiras e corpóreas.

De acordo com o quadro 28 acima merecem-nos os seguintes comentários:

Imobilizações Financeiras

No capítulo das Imobilizações Financeiras, assistiu-se em 2008, um decréscimo substancial relativamente ao ano 2007. O decréscimo conseguido em termos absolutos de 2.111 milhões de escudos, deriva essencialmente da situação atípica ocorrida em 2007, com a alienação de capital social do Estado em duas empresas (Sociedade Caboverdiana de Tabacos e a Enacol. Entretanto, em 2008 não foi previsto no orçamento nenhuma alienação de capital do Estado, entretanto, o Governo em 08 de Maio, através da resolução n.º22/2008, autoriza a Ministra das Finanças, para em representação do Estado de Cabo Verde assinar o acordo de viabilização da FRESCOMAR, SA, bem como, demais actos jurídicos necessários à sua efectivação com UBAGTO GROUP MARA SL. Através desta resolução o Estado vendeu a totalidade da sua participação no capital social da FRESCOMAR à UBAGO, pelo preço de 40 milhões de escudos pagos em três prestações:

- 50%, na data da assembleia-geral;
- 25%, no prazo de seis meses a contar do pagamento da primeira prestação;
- 25%, no prazo de 12 meses da primeira prestação.

Conforme os prazos estabelecidos, em 2008, à UBAGO pagou ao Estado os 75% do valor da venda acordado com a alienação do capital social que o Estado detinha junta da FRESCOMAR, o que representa a totalidade da execução ocorrida nesta rubrica em 2008.

Durante 2008, em termos legislativos o Governo publicou os seguintes diplomas com implicações no património do Estado:

- Resolução n.º22/2008, de 08 de Maio, onde autoriza a Ministra das Finanças, para em representação do Estado de Cabo Verde assinar o acordo de viabilização da FRESCOMAR, SA, bem como, demais actos jurídicos necessários à sua efectivação com UBAGTO GRAUP MARE SL;
- Decreto-Lei n.º40/2008, de 24 de Novembro, extingue a Empresa de Comercialização de Produtos do Mar, S.A., devido a acumulação de prejuízos vários, com resultados extremamente desastrosos e somando dívidas insuportáveis e tomando em conta incêndio que deflagrou em S. Vicente, provocou a destruição quase que total das instalações e equipamentos da empresa.
- Decreto – Lei n.º 41/2008, de 24 de Novembro, regula a composição e competência da Comissão Liquidatária da Empresas de Comercialização de Produtos do Mar – INTERBASE, SA, bem como o processo de verificação do seu passivo, da realização do seu activo e do pagamento aos seus credores.

Relativamente a Imobilizações Corpóreas, a cobrança das receitas que integram este capítulo da receita orçamental efectiva, atingiu 990 milhões de escudos, representando uma variação negativa de 55,8% comparativamente ao ano anterior. Esta variação é justificada pelos seguintes factores:

- A realização de apenas 47,5% das receitas com vendas de terrenos previstos no orçamento, devido a manutenção das contracções no sector imobiliário externo que influenciaram directamente o referido sector ao nível nacional;
- A não realização da venda de edifícios do Estado previsto no orçamento inicial;
- A realização de apenas 15,2% das vendas de maquinarias e equipamentos do Estado previsto no Orçamento 2008.

Transferências Obtidas para Operações de Investimentos

As transferências constituem a componente mais importante deste grande subgrupo de receitas de capital. Na rubrica transferências, ficam esquadras essencialmente a ajuda alimentar e donativos canalizados para os projectos de investimento do plano. O acréscimo de 16,2% do valor atingido em período homólogo do ano anterior, justificado essencialmente pelo aumento das entradas dos donativos do Governo dos Estados Unidos dirigidos ao projecto MCA e o aumento de ajuda orçamental entrado no período em análise. Também é de referir o aumento das entradas do Cofre Geral da Justiça para financiamento de projectos do Sector da Justiça.

Relativamente as Transferências do Exterior, assiste-se um acréscimo de 8,1% comparativamente ao ano 2007. Das entradas dos donativos do exterior verificada em 2008, no quadro 28 abaixo, a comparticipação dos países e organismos que contribuíram para o financiamento da execução do OE em 2008.

Quadro 28 – Ajuda a Orçamento Recebida em 2008
(em milhões de escudos)

Financiadores	Ano 2008			Total Geral	% Total
	Ajuda Alimentar	Ajuda Orçamental	Ajuda a Projecto		
Alemanha			67,6	67,59	1,2
Austria		44,1	10,9	55,01	1,0
Banco Africano de Desenvolvimento			20,9	20,89	0,4
Banco Mundial			19,3	19,31	0,3
Nações Unidas			475,9	475,91	8,3
Espanha		372,1	96,8	468,93	8,2
F.N.U.A.P.			7,6	7,61	0,1
Holanda		827,0	79,9	906,89	15,8
Japão	93,2		219,3	312,51	5,4
Luxemburgo	123,7		776,1	899,74	15,7
O.M.S.			4,8	4,78	0,1
Portugal		165,4	5,0	170,36	3,0
União Europeia		231,6	466,5	698,04	12,2
Estados Unidos da America -MCA			1.632,8	1.632,75	28,4
Total Geral	216,9	1.640,2	3.883,3	5.740,33	100,0

RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES

A denominação “ Despesas Fiscal” está subjacente o conceito de receitas tributárias cessantes, que, genericamente, expressam as receitas que, nos termos da legislação em vigor, deixam de arrecadar-se em virtude de concessão de benefícios fiscais pelo Estado.

De acordo com as informações disponibilizadas pela Direcção Geral das Alfândegas e da Direcção Geral das Contribuições e Impostos no quadro 29 indica-se os benefícios fiscais concedidos pelo Estado no triénio de 2006 a 2008.

Quadro 29 – Benefícios Fiscais Concedidos no triénio 2006 a 2008

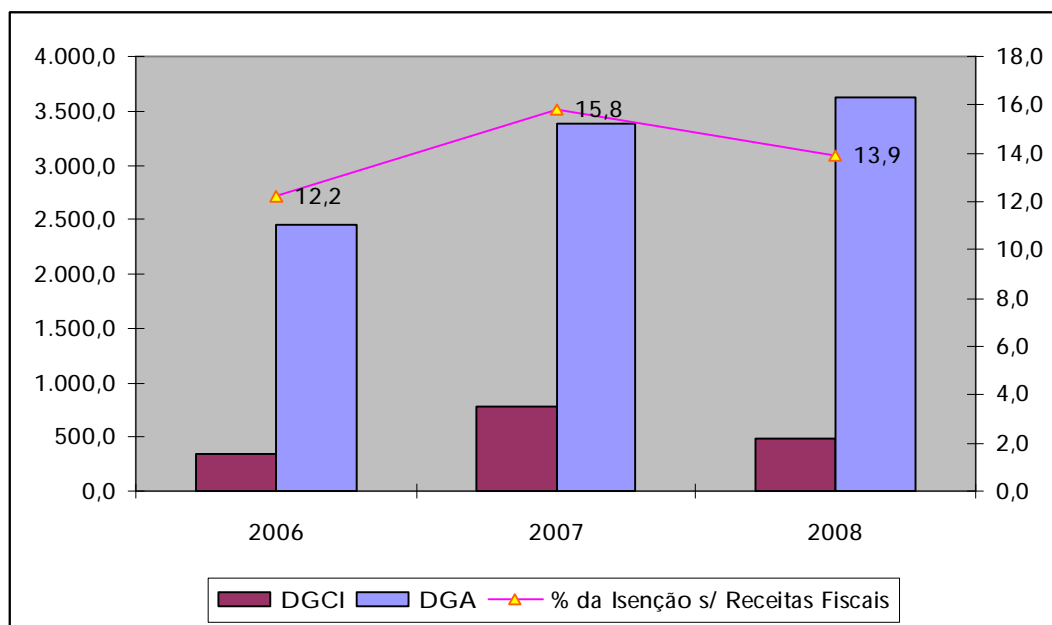
(em milhões de escudos)

Designação	Execução 2006	Execução 2007	Execução 2008	Variação em %	
				07/06	08/07
DGCI	337,7	773,3	493,4	129,0	-36,2
DGA	2.453,2	3.375,6	3.624,4	37,6	7,4
Total	2.790,9	4.148,8	4.117,8	48,7	-0,7

No ano económico de 2008, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado ascendeu a 4.117,8 milhões de escudos, o que corresponde a cerca de 13,9% das receitas fiscais cobradas, representado um decréscimo de 0,7% comparativamente ao ano de 2007. Esse decréscimo é justificado essencialmente pela diminuição dos benefícios fiscais atribuído pela DGCI, o que se explica, por um lado, pelo elevado

número de empresas com resultado negativo em 2008, por outro lado, pela não entrega da contabilidade por parte de algumas empresas beneficiárias de incentivos fiscais no período em análise.

Gráfico 5 – Evolução dos Benefícios Fiscais Concedidos no Triénio 2006-2008



Analisando os benefícios fiscais concedidos por sector de actividade em 2008, constata-se que os sectores que mais beneficiaram de incentivos foram Turismo (27,5%), Industria (24,5%), Outros (24%), Donativos e projectos financiados (14,7 %), NRRD (Viaturas dos emigrantes) 7,6% e os restantes sectores em 1,7% do total dos benefícios fiscais concedidos.

Quadro 30 – Benefícios Fiscais Atribuídos em 2008 por Sector de Actividade

(em milhões de escudos)

Sectores de Actividades	Montantes Perdas de Receitas DGA 2008	Montantes Perdas de Receitas DGCI 2008	Total	%
Donativos e projectos financiados	603,5		603,5	14,7
Outros	977,2	12,1	989,4	24,0
Industria	957,0	50,1	1.007,1	24,5
Turismo	725,5	407,8	1.133,2	27,5
Financeiro			0,0	0,0
Construção Civil		23,4	23,4	0,6
NRRD (Viaturas dos emigrantes)	312,9		312,9	7,6
Agro-Pecuária	41,1		41,1	1,0
Saúde	7,2		7,2	0,2
Total	3.624,4	493,4	4.117,8	100,0

Benefícios Fiscais Concedido pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos no Triénio 2006-2008

No Quadro 31 reflecte-se a despesa fiscal com IUR concedido pela DGCI por concelho no triénio de 2006/2008, em que 2008 registou um decréscimo de 36,2% (279,8 milhões de escudos em termos absolutos), justificado essencialmente pela conjugação do resultado negativo e da não entrega da contabilidade a administração fiscal de respectivamente 42% e 26% das empresas beneficiárias das isenções fiscais, no universo de 90 empresas, comparativamente a 2007. Dos benefícios fiscais concedidos a 90 empresas identificadas em 2008, 82,6% pertencem ao sector do turismo, 10% ao sector de indústria (quatro das quais são empresas francas) e os restantes 7,2% foram agrupados num sector denominado "Outros" (composto pelas empresas de construção civil, IFI's – Instituições Financeiras Internacionais, Transportes e loja Franca.

Quadro 31 – Benefícios Fiscais Concedidos Por Concelho no Triénio de 2006/2008

(em milhões de escudos)

Concelho	2006		2007		2008		Variação em %			
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	07/06		08/07	
							Nº	Valor	Nº	Valor
Sal	33	98,7	33	428,7	33	378,0	0,0	329,9	0,0	-50,7
Praia	36	186,7	29	247,9	31	6,6	-19,4	61,2	6,9	-241,3
S.Vicente	21	24,5	13	68,1	11	49,8	-38,1	43,6	-15,4	-18,3
Outros	9	27,8	20	28,6	15	59,1	122,2	0,8	-25,0	30,5
Total	99	337,7	95	773,3	90	493,4	-4,0	435,5	-5,3	-279,8

No que concerne à distribuição dos benefícios fiscais pelos diversos concelhos do País, o Concelho do Sal, representado por 33 empresas, ocupou o primeiro lugar em termos de absorção de benefícios fiscais concedidos em 2008, apesar de ter mantido o número de empresas, representa 76,6% em termos relativos do montante total atribuído pela DGCI o que corresponde a 378 milhões de escudos em termos absolutos. De seguido os Concelhos da Boavista e de S. Vicente, respectivamente com 12% e 10%. O Concelho da Praia que em 2007 tinha absorvido cerca de 32% dos benefícios concedidos, acabou por absorver apenas 1% do total dos benefícios fiscais concedidos em 2008. De salientar que das 31 empresas pertencentes ao Concelho da Praia mais de metade, ou seja 61,3%, não apresentaram contabilidade à Administração Fiscal e 19,4% obtiveram resultado negativo.

Benefícios Fiscais Concedidos pela Direcção Geral das Alfândegas no triénio de 2006/2008.

No quadro 32 apresenta-se a estrutura da despesa fiscal dos benefícios atribuídos em sede dos impostos aduaneiros no triénio de 2006/2008. Conforme os valores abaixo discriminados, os benefícios aduaneiros ocorridos em 2008, ascendeu a 3.624,4 milhões de escudos, o que representa em termos relativos um acréscimo de 7,4% em 2008 comparativamente ao ano 2007.

Quadro 32 – Benefícios aduaneiros atribuídos no triénio de 2006/2008

(em milhões de escudos)

Sector	2006		2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
NRRD (Viatura de emigrantes)	226,2	9,2	273,3	8,1	312,9	8,6	39,6	14,5
Indústria	545,7	22,2	739,1	21,9	957,0	26,4	218,0	29,5
Turismo	483,2	19,7	403,9	12,0	725,5	20,0	321,6	79,6
Saúde	8,8	0,4	9,0	0,3	7,2	0,2	-1,8	-19,9
Agro- Pecuária	36,5	1,5	24,3	0,7	41,1	1,1	16,8	69,1
Projectos de Desenvolvimento	588,2	24,0	617,8	18,3	603,5	16,7	-14,3	-2,3
Outros	564,5	23,0	1.308,2	38,8	977,2	27,0	-331,0	-25,3
Total	2.453,2	100	3.375,6	100	3.624,4	100	248,8	7,4

Conforme pode-se constatar no quadro 32 acima apresentado, os sectores de actividade que mais beneficiaram de benefícios durante o ano de 2008 foram: o Turismo com um acréscimo de 79,6%; a Agro-pecuária com 41,1 milhões de escudos, representando um acréscimo de 69,1%; a Indústria com 957 milhões de escudos, representando um acréscimo de 29,5% comparativamente ao ano anterior, justificado essencialmente pelos benefícios fiscais atribuídos às indústrias de construção civil e indústria de materiais de construção; Viaturas de emigrantes com 312,9 milhões de escudos, representando um acréscimo de 14,5% em termos relativos; e os sectores de Outros, Saúde e Projecto de Desenvolvimento apresentaram uma queda de 25,3%, 19,9% e 2,3% respectivamente comparativamente a 2007.

Receitas Liquidadas, Cobradas e Anuladas – 2008

Da liquidação

Conforme dados extraídos da Aplicação Informática da DGCI o total das receitas liquidadas pelas repartições de finanças concelhias, no ano 2008, ascende os 5.452, 5² milhões de escudos.

Do total liquidado foram:

Arrecadadas 55%, ou seja 2.996,9 milhões de escudos;

Anuladas 8,5%, ou seja 465,5 milhões de escudos; e

Transitados como saldo para o ano de 2009, 3.381,8 milhões de escudos, ou seja 49,4% do total do imposto liquidado em 2008.

² Este valor diz respeito a receitas virtuais em sede do IUR, i.e. receitas do IUR liquidadas pela administração fiscal em 2008, não incluindo portanto as receitas eventuais cuja liquidação é da responsabilidade do próprio sujeito passivo (são os casos da autoliquidação do IUR, da retenção na fonte do IUR, do Imposto de Selo e do IVA)

Da cobrança

Conforme informação da DGCI, algumas repartições não apresentaram o saldo inicial de 2008, tendo em conta, que durante 2008 encontravam a validar os dados introduzidos no Sistema da Gestão da Receita para avaliar a real dívida dos anos anteriores dos contribuintes para com o Estado, principalmente da maior repartição das Finanças existente no país, a da Praia.

De acordo com o Mapa em anexo, das 15 repartições de finanças concelhias existentes, mais de metade (8) apresentaram taxas de cobrança superior a 80%, sendo que 5 apresentaram taxas de cobrança situados no intervalo entre 50% e 80% e apenas 3 apresentaram taxas de cobrança inferior 50%, são os casos das repartições de finanças de Santa Cruz (39,9%), do Tarrafal (28,1%) e da Boa Vista (5,1%). O caso da Boa Vista é a que mais salta à vista pela negativa, contudo esta situação é perfeitamente compreensível se se levar em conta que este facto deveu-se única e exclusivamente ao não pagamento de imposto por parte de uma única empresa, cujo valor ³ do IUR a pagar representava cerca de 84% do total do IUR liquidado no concelho.

Quadro 33 – Receitas Liquidadas, Cobradas
(em milhões de escudos)

Nº	Repartição das Finanças	Saldo Inicial	IUR - IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO			Saldo a Transitar
			Liquidadas	Cobradas	Anuladas	
1	Ribeira Grande	33,6	27,8	26,8	0,6	33,9
				96,5%	2,2%	122,2%
2	Paul	12,0	5,4	5,2	0,1	12,1
				96,0%	2,5%	221,3%
3	Porto Novo	12,0	24,7	19,1	1,5	15,9
				77,6%	6,3%	64,7%
4	S.Vicente	1.138,6	1.321,3	756,5	0,7	1.702,7
				57,3%	0,1%	128,9%
5	S. Nicolau	11,7	13,2	12,8	-	12,1
				96,9%	0,0%	91,6%
6	Sal		711,1	590,5	1,2	119,4
				83,0%	0,2%	16,8%
7	Boavista	19,5	616,4	31,5	26,2	578,2
				5,1%	4,2%	93,8%
8	Maio		4,4	3,5		0,8
				81,1%	0,0%	18,9%
9	Praia		2.627,4	1.488,5	432,5	706,4
				56,7%	16,5%	26,9%
10	Santa Cruz	18,0	13,2	5,3	2,6	23,3
				39,9%	19,9%	175,7%
11	Santa Catarina		28,1	25,5	-	2,6
				90,6%	0,0%	9,4%
12	Tarrafal		27,6	7,8	0,2	19,7
				28,1%	0,6%	71,4%
13	Mosteiros	0,5	5,4	4,3	-	1,6
				80,2%	0,0%	29,2%
14	S. Filipe	142,0	20,8	15,0	0,5	147,3
				72,2%	2,5%	707,3%
15	Brava	4,8	5,8	4,6	-	5,9
				80,3%	0,0%	102,2%
	TOTAL	1.392,5	5.452,5	2.997,0	466,3	3.381,8
				55,0%	8,6%	49,4%

³ O valor do IUR fixado foi contestado pela empresa, estando neste momento o processo a correr os seus trâmites normais junto da Administração Fiscal.

Dos Saldos Transitados

De referir que dos saldos transitados encontram -se acumulados os saldos dos anos anteriores de algumas repartições das finanças devidamente confirmada e validada. As dívidas das restantes repartições referente a anos anteriores ainda não estão totalmente validadas, por isso não constam no quadro abaixo indicado.

De salientar também que do total da arrecadação constam igualmente valores transitados de anos anteriores (valores esses não discriminados no Sistema) mas que cuja cobrança se efectivou em 2008. Trata-se de situações perfeitamente normais que se tornaram recorrentes em virtude do exercício de certos direitos e garantias consagradas pela legislação fiscal aos contribuintes. São exemplos disso as reclamações e os recursos apresentados pelos contribuintes, assim como os pedidos de pagamentos em prestações, meios (legais, diga-se de passagem) de que os contribuintes lançam mão, para diferirem no tempo o pagamento dos impostos.

Do montante transitado de 3.381,8 milhões de escudos, 58,8% do mesmo diz respeito a liquidação de 2008 e 41,2% referente às dívidas dos anos anteriores.

Dificuldades e Etapas a seguir

Administração Fiscal versus Circulação de Informações

Apesar dos progressos verificados, mormente ao nível da informatização, a Administração Fiscal depara ainda com algumas dificuldades, sobretudo no tocante ao apuramento do saldo da dívida fiscal de anos anteriores. Entretanto a DGCI está a apostar em por cobro a tal situação, tendo neste particular procedido a um vasto processo de recuperação de dívidas. Há a salientar, que a maior parte das dívidas já foram recuperadas, entretanto, a DGCI vem sendo confrontado com reclamações por parte dos contribuintes, muitos dos quais, alegando terem pago as suas dívidas. Neste momento está-se na fase do contraditório, pelo que não é possível apresentar o real valor da dívida por cobrar, o início de 2008.

Com objectivo de melhorar a gestão da receita do Estado e fornecer as informações necessárias a apresentação da CGE, a DGCI, durante o primeiro semestre de 2008 digitalizou todos os documentos e suportes dos dossiers e contas dos contribuintes do método de verificação reportados ao período de 2002 à presente data, ou seja, não prescritas em matéria de liquidação e fixação definitiva de impostos.

Também em 2008 foram introduzidos no sistema, enquadrado e homologados o cadastro de mais 39.733 novos contribuintes alargando assim a base de incidência dos contribuintes sob controlo no sistema de gestão de receitas na DGCI. À data de 3 de Março de 2009, acumulativamente, foram introduzidos no sistema de gestão de receitas com enquadramento homologados no Cadastro pela DGCI, um total de 140.609 contribuintes. Os técnicos da DGCI no ano em curso estão à validar e corrigir os dados com enquadramento definitivo no Cadastro. A DGCI continua com a recolha e integração dos dados de Contribuintes no Cadastro. Os faltosos vão sendo integrados

consoante a identificação dos mesmos pelas equipas de fiscalização no terreno e pela equipa que de forma continuada implementam o processo de em curso de "Recuperação de Dívidas Fiscais". Com a finalização deste trabalho a DGCI poderá para o próximo ano fornecer todas as informações necessárias a CGE.

Quadro – 34 Estatística dos Dados Homologados

	Area fiscal	Homologados
1	Praia	51.623
2	Boa Vista	3.705
3	Santa Catarina	9.467
4	Brava	1.393
5	Tarrafal	4.357
6	Maio	1.642
7	São Vicente	24.819
8	São Nicolau	3.289
9	Santa Cruz	4.293
10	Sal	16.499
11	Paul	1.328
12	Ribeira Grande	4.855
13	São Filipe	6.568
14	Mosteiros	2.546
15	Porto Novo	4.225
	Total	140.609

DÍVIDA PÚBLICA

O cenário da economia mundial revela uma preocupação acrescida para com a Dívida Pública, e em particular para com as economias emergentes. Em todas as economias, uma redução sustentada e eficiente do défice fiscal requer uma combinação acertada de medidas de política com respeito ao gasto e às receitas.

Cabo Verde é um país com um contexto macroeconómico específico, principalmente no que tange à sustentabilidade orçamental e à sua dependência do financiamento externo.

A economia cabo-verdiana tem apresentado um bom ritmo de crescimento sustentado não só pelo sector do turismo, investimento directo estrangeiro e remessas dos emigrantes, como também pelas reformas estruturais implementadas pelo Governo, permitindo a criação de um espaço orçamental relativamente confortável de modo a fazer face a possíveis choques.

Assim, a gestão da dívida pública, decorre num ambiente de concertação entre a política orçamental e a política monetária, visando a sustentabilidade global da economia do país, ancorada na estabilidade dos preços, na sustentabilidade do regime cambial e na promoção do crescimento económico sustentável através da canalização do financiamento interno e externo para projectos estruturantes e com elevada taxa de retorno para o processo de desenvolvimento do país.

Neste contexto, a gestão prudente da dívida pública constitui um pressuposto imperativo que concorre para o fortalecimento das Finanças Públicas cabo-verdianas.

Para uma gestão eficiente e rigorosa da dívida pública por parte do Governo, e para cobrir as necessidades de financiamento, a Lei do Orçamento 2008 prevê a execução de medidas que incluem entre outras, a i) substituição entre a emissão das modalidades de empréstimos internos; ii) a substituição de empréstimos existentes; iii) o reforço das dotações orçamentais para a amortização da dívida pública externa; iv) o pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contraídos; e v) a contratação de novas operações destinadas a fazer face ao pagamento antecipado ou à transferência das responsabilidades associadas a empréstimos anteriores.

A Lei (n.º 20/VII/2007) que aprova o Orçamento do Estado 2008 no seu Capítulo sobre operações activas e regularizações e garantias do Estado autoriza o Governo a adquirir créditos, bem como assumir passivos das empresas públicas objecto de reestruturação e saneamento e a regularizar responsabilidades decorrentes de situações do passado junto das empresas públicas, mistas e privadas e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

No que diz respeito à satisfação das necessidades transitórias de tesouraria e maior flexibilidade de gestão da emissão da dívida pública fundada fica o Governo autorizado a emitir dívida flutuante, acumulado de emissões vivas, em cada momento, sujeito ao limite máximo de 6.000 milhões de escudos.

A estratégia para o financiamento do Estado, tal como tem acontecido em anos anteriores, continuou a concentrar-se na emissão de instrumentos de curto e médio prazo, designadamente, Bilhetes e Obrigações do Tesouro, bem como aumentar o endividamento externo, através de utilização e contratação de novos empréstimos.

Evolução da Dívida Pública do Estado no Triénio 2006 a 2008

O peso da dívida pública no PIB, quando elevado e persistente, na experiência de vários países, tem demonstrado custo para a economia, nomeadamente em termos de taxas de juros elevados que, se por um lado prejudicam o investimento privado e o crescimento da economia, por outro lado, agravam as condições de financiamento das obrigações do Estado.

No âmbito do “*Policy Support Instrument*”, assinado com o FMI, prevê-se para o final de 2009 uma redução do rácio da dívida pública em percentagem do PIB, para cerca de 70%. Em 2008, este indicador atingiu o 57,5% PIB, abaixo da meta fixada para 2009. Na origem deste comportamento destaca-se a trajectória descendente da componente da dívida interna bruta, que representa em 2008, 18,7% do PIB, abaixo da percentagem assumida no âmbito do PSI para 2009 (20% do PIB), antecipando assim, o prazo de cumprimento do objectivo PSI para 2009.

A dívida Pública total, excluindo atrasados da dívida interna e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF, apresentou uma aceleração no ano de 2008 comparativamente com o período homólogo. Em termos absolutos, o stock da dívida pública, totalizou em 2008, 77.012,9 milhões de escudos contra, 76.265,8 milhões de escudos em 2007.

A taxa de crescimento anual do stock da dívida pública total foi de menos 0,2% em 2007 contra uma aumento de 1% em 2008, apresentando uma aceleração de 1,2 pontos percentuais.

Quanto ao rácio do stock da dívida pública total em relação ao PIB, atingiu valores de 57,5% e 62,6% em 2008 e 2007 respectivamente. Esta evolução traduziu-se numa redução da dívida pública em relação ao produto interno bruto em 2008 de 5,1 pontos percentuais, originando assim uma desaceleração no período em análise.

Quadro 35 – Stock da dívida global do Estado em percentagem do PIB

(em milhões de escudos)

PRINCIPAIS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA					
	Ano			Txa. crescimento	
	2006	2007	2008	07/06	08/07
Estoque Global	76.456,9	76.265,8	77.012,9	-0,2%	1,0%
Dívida Interna	28.921,8	27.602,0	25.103,5	-4,6%	-9,1%
Dívida Externa	47.535,1	48.663,8	51.909,4	2,4%	6,7%
Varição em valores absolutos		-191,1	747,1		
Dívida Interna		-1.319,8	-2.498,5		
Dívida Externa		1.128,7	3.245,6		
PIB	104.637,0	121.753,0	133.928,3		
Estoque Global da dívida em % do PIB	73,1	62,6	57,5		
Estoque da dívida interna em % do PIB	27,6	22,7	18,7		
Estoque da dívida externa em % do PIB	45,4	40,0	38,8		
Varição Pontos percentuais total da dívida		-10,4	-5,1		1,2%
Varição em pontos percentuais dívida interna		-5,0	-3,9		-4,5%
Varição em pontos percentuais dívida externa		-5,5	-1,2		4,3%

Avaliação da dívida pública directa por Credor em 2008

O quadro a seguir apresenta o stock detalhado do comportamento da dívida pública directa, por fontes credoras internas pertencentes ao sistema bancário e não bancário Caboverdiano, bem como, por origem e fonte de financiamento da dívida externa.

Quadro 36 – Stock da dívida global do Estado por credor

(em milhões de escudos)

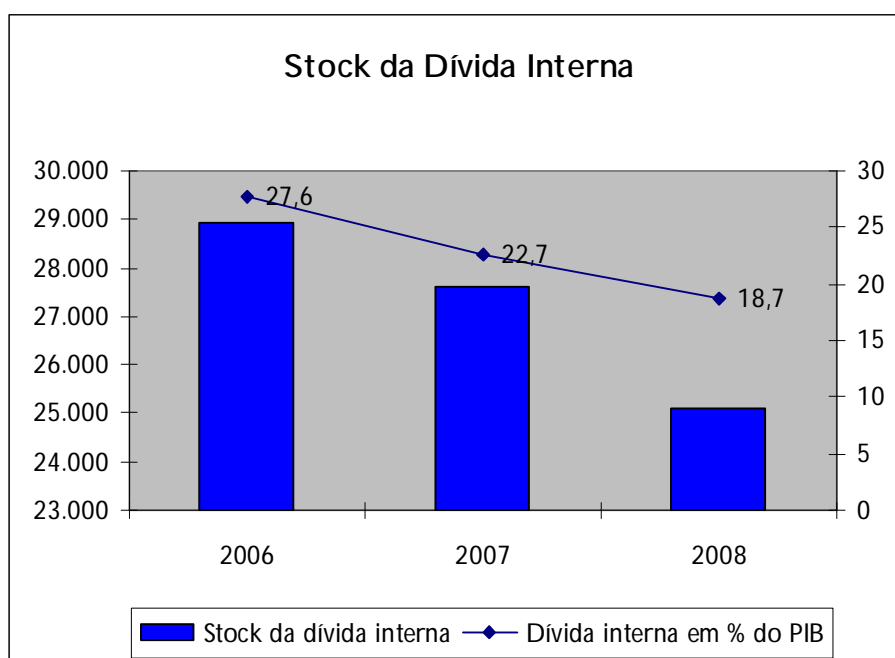
2008	Stock Inicial	Entradas	Serviço da Dívida			Variação	Stock Final
			Capital	Juros	Total		
Dívida Interna							
Sector Bancário	16.081,5	1.241,9	3.902,0	0,0	3.902,0	-2.660,1	13.421,4
BCV	3.738,5	0,0	0,0		0,0	0,0	3.738,5
BCA	7.109,5	351,2	2.057,8		2.057,8	-1.706,6	5.402,9
CECV	2.505,9	69,1	175,2		175,2	-106,1	2.399,8
BIA	2.131,9	756,6	1.669,0		1.669,0	-912,4	1.219,5
BCN	595,7	65,0	0,0		0,0	65,0	660,7
Sector não Bancário	11.520,6	7.669,7	7.508,1	0,0	7.508,1	161,6	11.682,2
INPS	9.956,6	7.027,3	6.483,8		6.483,8	543,5	10.500,1
GARANTIA	0,0	20,0	0,0		0,0	20,0	20,0
IMPAR	217,3	252,4	319,7		319,7	-67,3	150,0
PROMOTORA	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
CORREIOS	75,0	370,0	345,0		345,0	25,0	100,0
ELECTRA	552,7	0,0	0,0		0,0	0,0	552,7
SHELL	719,0	0,0	359,6		359,6	-359,6	359,4
IFH	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
TOTAL D.INTERNA	27.602,1	8.911,6	11.410,2	1.317,5	12.727,7	-2.498,6	25.103,5
Dívida Externa							
Multilateral	40.390,5	2.684,4	811,8	378,4	1.190,2	1.872,6	42.263,2
FAD	11.223,1	78,3	166,5	84,2	250,7	-88,2	11.134,9
BM/IDA	23.691,6	1.616,1	195,8	161,1	356,9	1.420,2	25.111,8
BADEA	2.418,0	507,9	218,3	68,7	286,9	289,6	2.707,6
BAD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BEI	180,1	0,0	103,7	9,4	113,1	-103,7	76,4
OPEC	887,4	265,3	72,1	30,2	102,3	193,2	1.080,6
FIDA	1.239,2	76,7	22,1	10,1	32,2	54,6	1.293,8
NDF	269,1	0,0	5,3	1,9	7,2	-5,3	263,8
NTF	423,0	0,0	28,0	10,5	38,5	-28,0	395,1
CEDEAO	59,1	140,2	0,0	2,3	2,3	140,2	199,3
Bilateral	8.273,3	2.467,2	1.094,3	149,5	1.243,8	1.373,0	9.646,2
Government	6.375,7	2.467,2	650,9	111,7	762,7	1.816,3	8.192,0
CHINA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
KUWAIT	862,8	89,5	58,4	20,0	78,4	31,1	893,8
PORTUGAL	4.665,1	2.248,3	498,7	80,1	578,8	1.749,6	6.414,7
BELGICA	80,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,3
ICO	767,5	129,4	93,8	11,7	105,4	35,6	803,1
Export credit agencies	288,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	288,7
CACEX	288,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	288,7
Private Companies	1.609,0	0,0	443,3	37,8	481,1	-443,3	1.165,6
Banco Esperito Santos	900,0	0,0	249,1	14,2	263,2	-249,1	650,9
Caixa Geral Déposito	179,4	0,0	83,7	7,5	91,2	-83,7	95,7
KFW	529,6	0,0	110,6	16,1	126,7	-110,6	419,0
TOTAL D. EXTERNA	48.663,8	5.151,7	1.906,0	527,9	2.434,0	3.245,6	51.909,4
TOTAL D. TOTAL	76.265,9						77.012,9
PIB	121.753,00						133.928,30
RÁCIO - STOCK %PIB	62,6						57,5

Dívida Interna (DI)

O stock da dívida interna, excluindo TCMF e atrasados por regularizar, atingiu, em 2008, 25.103,5 milhões de escudos, contra 27.602,0 milhões de escudos em 2007, o que representa uma variação negativa de 9,1% em 2008 (4,6% em 2007).

Analisando a evolução da dívida interna em termos do PIB, este rácio atingiu, em 2008, o valor de 18,7%, que se traduz numa redução de 3,9 p.p. face ao ano anterior, reflectindo os efeitos conjugados do crescimento nominal e da diminuição em 2008 do stock da dívida. Esta evolução do rácio da dívida em percentagem do PIB, geralmente é utilizada como um indicador de sustentabilidade, o que evidencia que em 2008, ficamos abaixo do limite inferior do intervalo de referência de 20 a 25% do PIB.

Gráfico 6 – Stock da Dívida Interna



O nível de endividamento interno, em relação à capacidade do Estado de efectuar o reembolso, revela alguma aproximação ao limiar de sustentabilidade, atendendo à evolução do rácio stock da dívida interna/ receitas orçamentais internas, situa-se inferior do intervalo de referência (77,4% em 2008 para o intervalo de referência de 92% - 167%). O valor do stock da dívida interna é inferior ao nível das receitas arrecadadas internamente, o que espelha o reforço da capacidade de pagamento do Estado, reflexo da boa performance das receitas internas nos últimos anos.

O custo dos juros da dívida interna, medido pelo rácio juros/ receitas orçamentais internas, situa-se inferior ao intervalo de referência (4,1% em 2008 para o intervalo de referência de 4,6% - 6,8%) e representa um custo dos juros da dívida interna relativamente ainda suportável. O aumento das receitas internas conjugado com a

diminuição do stock da dívida interna tem influenciado a evolução positiva deste indicador, que vem vindo a decrescer ao longo dos anos.

Desagregando a dívida interna em termos de maturidade, constata-se que a maior parte da dívida está concentrado em obrigações de médio e longo prazo, com um termo médio de reembolso de 6,3 anos. Em termos absolutos, verifica-se que a dívida interna diminuiu em 2008, reflexo substancial da redução que ocorre nas dívidas de curto prazo (29,9% face a um decréscimo de 41,7% em 2007), protocolos (28,3%), as dívidas de médio longo prazo (4,8% face a um aumento de 3,1% verificado no ano anterior), uma vez que os outros créditos cresceram 19,9% face ao ano anterior.

Quadro 37 – Evolução da dívida interna entre 2006 a 2008

(em milhões de escudos)

Designacao	2006		2007		2008		Var. 2008-2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigação Tesouro Nova Serie	20.577,7	71,1	21.207,4	76,8	20.182,0	80,4	-1.025,4	-4,8%
Bilhetes do Tesouro	7.351,3	25,4	4.284,9	15,5	3.004,9	12,0	-1.280,1	-29,9%
Protocolos	278,1	1,0	1.271,7	4,6	912,1	3,6	-359,6	-28,3%
Credito ao abrigo da Lei Orgânica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Outros créditos	714,7	2,5	838,0	3,0	1.004,6	4,0	166,6	19,9%
Stock da Dívida interna	28.921,8	100,0	27.602	100,0	25.103,5	100,0	-2.498,5	-9,1%

Mercado de Títulos

Em 2008, o mercado de títulos foi caracterizado pela manutenção das taxas de juros para todos os prazos, reflexo da diversificação de produtos obrigacionistas de privados no mercado, à taxas mais atractivas do que os títulos do Tesouro, reduzindo a liquidez no sistema e, conseqüente levou a que alguns leilões de títulos de curto prazo ficassem desertos.

Resultado destes desenvolvimentos registou-se a continuação da tendência de mudança no perfil da dívida pública interna iniciada nos anos anteriores, que caracterizou-se por um maior recurso às Obrigações do Tesouro (OT), em detrimento dos Bilhetes do Tesouro. Com a maior procura de Obrigações do Tesouro, as taxas de emissão e colocação dos Bilhetes de Tesouro, para todos os prazos, mantiveram quase inalterado durante o ano.

Emissões de Títulos do Tesouro

A Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2008 autoriza o Governo a aumentar o endividamento através da dívida flutuante no montante máximo de aproximadamente de 6.000 milhões de escudos, embora o endividamento líquido previsto foi de 248 milhões de escudos.

Os títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro) são para cobrir as necessidades sazonais de Tesouraria e os de médio prazo (Obrigações do Tesouro). No ano anterior, e através da Lei (n.º. 1/VII/2006) o Governo aprovou o Orçamento para 2006 com

alterações aos capítulos do financiamento onde fixou o endividamento líquido para 1.711,6 milhões de escudos, superior em 1.109 milhões de escudos em relação ao montante autorizado para 2007.

A emissão de Títulos do Tesouro de curto prazo é permitida por lei (Lei no. 111/IV/94 de 30 de Dezembro) e regulada por decreto-lei (DL n.º 63/94). O objectivo é cobrir as necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado.

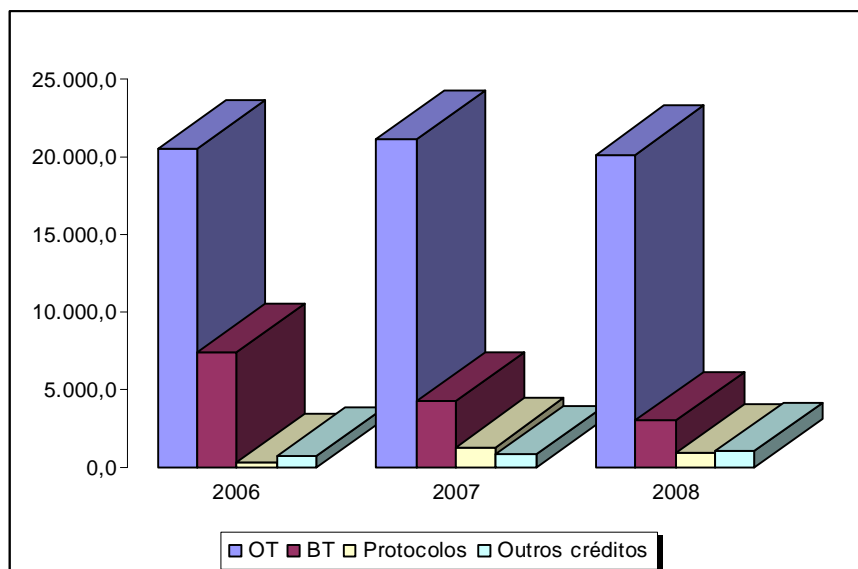
O montante de Bilhetes de Tesouro em 31 de Dezembro de 2008 em circulação no mercado interno foi de 3.004,9 milhões de escudos menos 29,9% em relação a 2007. Este valor representa aproximadamente 50,1% do montante máximo de Bilhetes do Tesouro em circulação que foi autorizado no ano, através da Lei do Orçamento.

A emissão e utilização de Bilhetes do Tesouro foi menos intensiva comparativamente ao ano anterior, com o montante total de Bilhetes emitidos bruto em 2008 de 6.540 milhões de escudos contra 8.785,4 milhões de escudos 2007. Entretanto, o montante em circulação de Bilhetes do Tesouro diminuiu e reportando a 31 de Dezembro de 2008, atingiu 3.004,9 milhões de escudos, representando um decréscimo de 1.280 milhões de escudos relativamente ao período homólogo.

Relativamente as Obrigações do Tesouro, durante 2008 foram emitidas 2.205 milhões de escudos contra 2.370 milhões de escudos em 2007, verificando um decréscimo de 6,9%. No final de 2008, o stock das obrigações do Tesouro situava-se nos 20.182 milhões de escudos contra 21.207,4 milhões de escudos em 2007, o que representa um decréscimo de 1.025,4 milhões de escudos.

Por sectores institucionais, o sistema bancário continua a deter a maior parcela da dívida interna do país (53,5%), não obstante notar-se o peso crescente de outros sectores institucionais, nomeadamente Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com 41,8% no mercado da dívida pública. Assim, no final do período, verifica-se, que o saldo das instituições financeiras monetárias decresceu abruptamente em 98,9% para os BT e 11,2% para as OT, enquanto que o saldo das instituições financeiras não monetárias para as OT teve um acréscimo de 7,5% e para os BT decresceu em cerca de 68,4%, o que sugere maior apetência por títulos de prazo mais alargado e de maior rentabilidade. Também, durante 2008 verificou maior diversificação no mercado interno, nomeadamente, títulos obrigacionistas privados e títulos de absorção de liquidez do BCV, cujo, o prazo e a rentabilidade apresentava mais atractivo do que Bilhetes do Tesouro, o que levou que alguns títulos ficassem desertos no ano em análise.

Gráfico 7 – Stock da Dívida Interna por Instrumento, no triénio 2006 a 2008



Quadro 38 – Subscritores de Bilhetes do Tesouro em circulação no Triénio 2006-2008

(milhões de escudos)

Unidade: milhões de escudos	31-Dez-06	31-Dez-07	31-Dez-08	Var. 08/07	% Total
ESTOQUE DA DÍVIDA DOMÉSTICA (A+B)	28.921,9	27.602,0	25.103,6		
Varição anual do stock da Dívida Interna	1.001,6	-1.319,9	-2.498,4		
Varição anual do stock da Dívida Interna em %	3,6	-4,6	-9,1		
A. Sistema Bancário	19.542,8	16.081,5	13.421,3	-16,5	53,5
BCV	3.738,6	3.738,5	3.738,5	0,0	14,9
BCA	10.625,3	7.109,5	5.402,9	-24,0	21,5
CECV	2.686,6	2.505,9	2.399,8	-4,2	9,6
BCN	340,1	595,7	660,7	10,9	2,6
BIA	2.152,1	2.131,9	1.219,5	-42,8	4,9
B. Outros	9.379,2	11.520,5	11.682,2	1,4	46,5
INPS	8.994,0	9.956,5	10.500,1	5,5	41,8
GARANTIA	0,0	0,0	20,0		0,1
CORREIOS CABO VERDE	306,6	75,0	100,0	33,3	0,4
IMPAR	70,0	217,3	150,0	-31,0	0,6
PROMOTORA	7,1	0,0	0,0		0,0
IFH	1,5	0,0	0,0		0,0
SHELL	0,0	719,0	359,4	-50,0	1,4
ELECTRA	0,0	552,7	552,7	0,0	2,2
Crédito Interno	28.921,9	27.602,0	25.103,5	-9,1	100,0
Total de Bt's	7.351,3	4.284,9	3.004,9	-29,9	12,0
Total de OTNS's	20.577,7	21.207,4	20.182,0	-4,8	80,4
Total Protocolos	278,1	1.271,7	912,1	-28,3	3,6
Outros Créditos	714,8	838,0	1.004,6	19,9	4,0
Total de Crédito interno	28.921,9	27.602,0	25.103,5	-9,1	100,0

As taxas de juros acopladas aos títulos referente ao período compreendido entre 2006 a 2008, para todos os grupos de maturidade são apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 39 - Taxas médias de juros para as diferentes maturidades

Maturidade	Taxa Média de Juros		
	2006	2007	2008
BT 91 dias	2,64%	3,36%	3,37%
BT 182 dias	2,70%	3,41%	3,43%
BT 364 dias	2,80%	3,46%	3,53%
Total Média	2,71%	3,41%	3,44%

Relativamente aos Bilhetes em circulação em 31 Dezembro de 2008, as taxas médias do ano para bilhetes de 91 dias de maturidade foi de 3,37%, para maturidade de 182 foi de 3,43% e 3,53% título de maturidade de 364 dias. Relativamente a Obrigações de Tesouro a taxa praticada no mercado em 2008, ficou no intervalo de 5% a 6%.

Financiamento

Em 2008, o financiamento interno líquido (excluindo juros) foi negativo em 2.353,8 milhões de escudos. Durante 2008, o Tesouro devido a sua situação confortável dos depósitos junto ao Banco Central, no âmbito da gestão da dívida interna, teve necessidade de renovar e resgatar alguns títulos do mercado, em cumprimento da política de refinanciamento e amortização antecipada dos títulos que vinham onerando o serviço da dívida, originando um fluxo financeiro dos Bilhetes do Tesouro negativo em 1.135,5 milhões de escudos, entre a emissão (6.540,0 milhões de escudos) e amortização (7.676 milhões de escudos). Para além dos Bilhetes do Tesouro, durante 2008 venceram algumas Obrigações e foram negociadas a antecipação da parte de um título, cujo, o prazo do vencimento do total do mesmo alcançará 2010, nas quais a Direcção Geral do Tesouro sentiu a necessidade de emitir (2.205 milhões de escudos) e amortização de 3.231 milhões de escudos, originando um fluxo negativo de 1.025,5 milhões de escudos, contribuindo assim, para a redução do crédito ao Governo Central.

Quadro 40 – Composição do Financiamento do Orçamento de Estado em 2008 com Recursos ao Financiamento Interno
(em milhões de escudos)

	Emissão	Amortização	Líquido
Total de Bt's	6.540,0	7.676	-1.135,5
Total de OTNS's	2.205,0	3.231	-1.025,5
Total Protocolos		359,4	-359,4
Outros Créditos	167		166,6
Fluxos Líquidos	8.911,6	11.265,4	-2.353,8

Atrasados da Dívida Interna

Tendo em conta o plano de regularização/pagamento feito com base no Stock de atrasados assumidos em 2006, foi inscrito no Orçamento do Estado 2008, o montante de 1.289 mil contos para o pagamento a diversas instituições públicas e privadas.

Durante o ano 2008 houve a necessidade de pagar à CVTelecom o saldo remanescente dos vários Encontro de Contas assinados no passado e a dívida da RTC assumida pelo Estado, bem como a dívida da DGPE para com a Enacol, do Estado para com o BCA referente às bonificações das taxas de juros, montantes esses que não estavam incluídos no stock de atrasados inicialmente assumido.

Assim, liquidou-se em 2008 o montante de 1.334 mil contos, com destaque para o pagamento ao INPS, ASA, CVTelecom e Emprofac, conforme se discrimina no quadro que se encontra abaixo.

Quadro 41 – Atrasados pagos em 2008
(em milhões de escudos)

INSTITUIÇÃO	MONTANTE	%
INPS	400,0	30,0
ASA	100,0	7,5
Electra	106,6	8,0
EMPROFAC	102,6	7,7
Câmara Municipal da Praia	59,2	4,4
Cabo Verde Telecom	255,2	19,1
Banco Comercial do Atlântico	55,8	4,2
ENACOL	26,3	2,0
Electra	228,7	17,1
TOTAL	1.334,4	100,0

O stock dos atrasados (de acordo com o estudo da dívida cruzada) no início de 2008 era de 2.522 milhões de escudos. Durante o ano de 2008 foi actualizado o stock, com a inclusão do montante total de 809 milhões de escudos referente a dívida com algumas instituições que não foram objecto de análise e inclusão no Estudo da Dívida Cruzada.

Assim, no final de 2008, o stock fixou-se em 1.997 milhões de escudos, conforme se ilustra abaixo.

Quadro 42 – Stock de Atrasados em 2008

(em milhões de escudos)

Dívida por Credor	Stock Inicial Jan-08	Montante Orçamentado	Montante Pago	Actualização 2008	Stock Final Dez_2008
INPS (Poder Central)	1.111		400		711
ASA	760		100		660
Emprofac	103		103	130	130
Municípios	514		59		455
CVTelecom			255	255	0
Outros	34		417	424	41
Total	2.522	1289	1.334	809	1.997

Convém salientar que o montante de 1.997 milhões de escudos do stock final dos atrasados em 2008 não foi incluído no stock da dívida interna, tendo em conta que os pagamentos dos mesmos vem sendo feitos através do Orçamento do Estado, nas rubricas – Despesas Extraordinárias e Subsídios, recorrendo a receitas correntes.

Dívida Externa

A dívida externa efectiva do Governo Central cresceu 6,7% em 2008, ascendendo a 51.909,4 milhões de escudos devido à entrada de desembolsos dos empréstimos contratados em anos anteriores para financiar projectos em áreas estruturantes para o desenvolvimento do país, nomeadamente, infra-estruturas, transporte, saúde, energia e sector das reformas, bem como devido à contratação de novos empréstimos. A dívida externa de Cabo Verde continua sendo contratada com credores multilaterais (81,4%) e bilaterais (18,6%), maioritariamente em condições concessionais (a taxas de juro média de 1,8 %, período de carência em torno de 6 anos e prazo médio de maturidade de 25 anos).

O quadro seguinte resume o stock (em milhões de escudos) da dívida externa por tipo de credor e a sua oscilação nos últimos três anos.

Quadro 43 – Stock da dívida externa por tipo de credor

(em milhões de escudos)

Credor/Ano	2006	2007	2008
Multilateral	38.171,4	40.390,5	42.263,2
Bilateral	9.363,7	8.273,3	9.646,2
Total	47.535,1	48.663,8	51.909,4
Variação		1.128,7	3.245,6
%		2,4%	6,7%

Não obstante a trajectória ascendente até 2008 em termos absolutos, salienta-se também em relação ao stock da dívida externa um ligeiro decréscimo de 1,2 pp. em

2008 contra um decréscimo de 5,5 p.p. em 2007 respectivamente em percentagem do PIB.

O rácio da dívida externa em relação ao PIB atingiu em 2008 38,8% contra 40,0% em 2007 tal como apresentado no quadro 33.

O rácio stock da dívida externa em relação às exportações representou em 2008, 103,2%, enquanto que o rácio da dívida externa em relação às receitas orçamentais representou 160,1%, percentagens essa que segundo o quadro de sustentabilidade da Dívida, desenvolvido pelas Instituições de Breton Woods, se encontra muito abaixo do limiar desses indicadores que deveriam ser 200 e 300% respectivamente, para países com um forte desempenho.

O rácio serviço da dívida em relação às exportações representou 4,8% em 2008, enquanto que o rácio serviço da dívida externa em relação às receitas orçamentais representou 7,5% em 2008, rácios esses que também se encontram muito abaixo do limiar desses indicadores que deveriam ser de 25 e 35% respectivamente, para países com forte desempenho.

A lei que aprova o OGE₂₀₀₈ autoriza o Governo a aumentar o endividamento externo através de utilizações e contratação de novos empréstimos.

No que concerne à gestão da dívida externa de 2008 foi concedida prioridade aos desembolsos, à negociação e aos pagamentos.

Novos Créditos Externos

No ano de 2008 o Governo de Cabo Verde assinou catorze Acordos de Empréstimos, com diferentes credores, conforme o abaixo descrito:

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Banco Árabe de Desenvolvimento Económico em África (BADEA), no montante de nove milhões de dólares (9.000.000USD), para financiar as Bacias Hidrográficas nas Ilhas de Santo Antão e São Nicolau, publicado pelo Decreto-Lei n.º 11/2008, de 03 de Novembro;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Banco árabe de Desenvolvimento Económico em África (BADEA), no montante de oito milhões de dólares (8.000.000USD), para financiar a construção do Anel Rodoviário do Fogo, publicado pelo Decreto – Lei n.º1/2008, de 02 de Junho;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Banco Europeu de Investimentos, (BEI), no montante total de quarenta e sete milhões de Euros (47.000.000 EUR), para financiar a construção do Porto de Palmeira na Ilha do Sal, publicado pelo Decreto – Lei n.º 14/2008, de 22 de Dezembro;

Acordo de Empréstimo assinado entre Governo da República de Cabo Verde e o Fundo para o Desenvolvimento Internacional da OPEC, OFID, no montante de oito milhões de dólares, destinado a financiar a ampliação e asfaltagem do projecto do Anel Rodoviário do Fogo, publicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2008 de 17 de Novembro;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA/BM), no montante de seis milhões e duzentos mil direitos especiais de saque (6.200.000 DTS), para financiar o Programa de redução da Pobreza IV, publicado pelo Decreto Lei n.º 10/2008, de 22 de Setembro;

Acordo de Empréstimo entre o Governo da República de Cabo Verde e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA/BM), no montante de três milhões e cem mil direitos especiais de saque (3.100.000 DTS), para financiar o Projecto "Road Sector Support Credit", publicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2008, de 04 de Agosto;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Popular da China, no montante de cento e dezanove milhões de Yuans Renminbi (119.000.000 YUANS), para financiar o Projecto de Governação Electrónica, publicado pelo Decreto – Lei n.º 13/2008, de 01 de Dezembro;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Popular da China, no montante de oitenta e sete milhões e dez mil Yuans Renminbi (87.010.000 YUANS), para financiar a Aquisição de Equipamentos para Inspeção de Contentores;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), no montante de quatro milhões e oitocentos e vinte mil unidades de contas (4.820.000 UC), para o Projecto que visa reforçar a Capacidade de Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade na Ilha de Santiago, publicado pelo Decreto – Lei n.º 3/2008, de 16 de Junho;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no montante de dois milhões e seiscentos mil direitos especiais de saque (2.600.000 DTS), para financiar o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, publicado pelo Decreto-Lei n.º 9/2008, de 18 de Agosto;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo do Reino de Espanha, no montante de cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e um euros e vinte cêntimos (5.985.401,20 EURO), para o financiar o Projecto VTMS, publicado pelo Decreto-Lei n.º 7/2008, de 4 de Agosto;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Japão, no montante de cem milhões de euros (4.468.000.000 JPY), para financiar o Projecto de Reforço à Produção e Distribuição de Energia na Ilha de Santiago, publicado pelo Decreto – Lei n.º5/2008, de 21 de Julho;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o OPEC Fund for International Development, no montante de oito milhões e quinhentos mil euros (8.500.000,00 EUR), para financiar o Projecto de Central Única, publicado pelo Decreto – Lei n.º2/2008, de 16 de Junho;

Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa, no montante de oito milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos (8.857.379,50 EUR), para financiar a Ampliação e Modernização dos Aeroportos de Boa Vista e São Vicente;

Quadro 44 – Acordos Assinados em 2008

Credor	Projecto	Data de Assinatura	Montante Contratado	Moeda
BADEA	BADEA - Anel Rodoviário do Fogo	24-01-2008	8.000.000,00	USD
BADEA	Bacias Hidrográficas em Santo Antão e S. Nicolau	16-07-2008	9.000.000,00	USD
BEI	Construção do Porto de Palmeira	26-09-2008	47.000.000,00	EURO
BM/IDA	Road Sector Support Project	18-07-2008	3.100.000,00	XDR
BM/IDA	Poverty Reduction Support Credit IV	18-07-2008	6.200.000,00	XDR
China	Aquisição de Equipamentos para Inspeção de Contentores	26-12-2008	87.010.000,00	CNY
China	Projecto de Governação Electrónica	12-09-2008	119.000.000,00	CNY
FAD	FAD - Projecto Central Única	22-04-2008	4.820.000,00	UC
FIDA	FIDA - Programa de Redução da Pobreza no Mundo Rural II	10-04-2008	2.600.000,00	XDR
ICO	ICO - Projecto VTMS	30-04-2008	5.985.401,20	EURO
JAPÃO	Projecto de Reforço à Produção e Distribuição de Energia na Ilha de Santiago	25-03-2008	4.468.000.000,00	JPY
OPEC	OPEC - Projecto Central Única	11-04-2008	8.500.000,00	EURO
OPEC(OFIG)	OPEC(OFIG) - Projecto de Ampliação do Anel Rodoviário da Ilha do Fogo	11-10-2008	8.000.000,00	USD
Portugal	Ampliação e Modernização dos Aeroportos de Boa Vista e São Vicente	09-09-2008	8.857.379,50	EURO

Desembolsos

Os desembolsos realizados ao longo do ano totalizaram os 5.151,6 milhões de escudos em 2008, superior a cerca de 13,5% comparativamente ao ano anterior. O quadro de desembolsos é apresentado a seguir. Entretanto, a título de comparação, em 2008 foi desembolsado um total superior em cerca de 612,7 milhões de escudos.

Quadro 45 – Desembolsos Efectuados em 2008
(em milhões de escudos)

Instituição	2006		2007		2008		Var. em 2008-2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Multilateral	2.671,4	60,6%	2.909,7	64,1%	2.684,4	52,1%	-225,3	-7,7%
IDA	1.920,2	43,6%	1.774,4	39,1%	1.616,0	31,4%	-158,3	-8,9%
FAD	151,8	3,4%	458,5	10,1%	78,3	1,5%	-380,2	-82,9%
FIDA	54,2	1,2%	72,4	1,6%	76,7	1,5%	4,3	6,0%
NDF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
OPEC	237,8	5,4%	262,7	5,8%	265,3	5,2%	2,6	1,0%
BADEA	251,1	5,7%	338,8	7,5%	507,9	9,9%	169,1	49,9%
NTF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
BES	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
CEDEAO	56,2	1,3%	2,9	0,1%	140,2	2,7%	137,3	4783,7%
Bilateral	1.737,4	39,4%	1.629,3	35,9%	2.467,2	47,9%	838,0	51,4%
BELGICA	80,3	1,8%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
PORTUGAL	1.332,7	30,2%	1.210,2	26,7%	2.248,3	43,6%	1.038,1	85,8%
ICO	124,0	2,8%	313,3	6,9%	129,4	2,5%	-183,8	-58,7%
KUWAIT	200,3	4,5%	105,8	2,3%	89,5	1,7%	-16,3	-15,4%
Total	4.408,83	100,0%	4.538,92	100,0%	5.151,65	100,0%	612,7	13,5%

Portugal foi em 2008, o principal credor em termos de quantias desembolsadas (43,6%), seguido o Banco Mundial (31,4), BADEA (9,9%), OPEC (5,2%) e CEDEAO com (2,7%), perfazendo os 5 credores referidos o total de 92,8% dos desembolsos recebidos.

Do grupo multilateral realce vai para a IDA com cerca de 31,4% dos desembolsos efectuados durante o período em análise. Realce-se também o BADEA com 9,9%, e o OPEC com 5,2% dos desembolsos.

Do grupo bilateral, o realce vai para a República Portuguesa com cerca de 43,6% do total dos desembolsos seguindo o ICO com 2,5% dos desembolsos efectuados.

Os desembolsos do ano de 2008 apresentam a seguinte estrutura:

O desembolso total durante 2008 apresentou a seguinte estrutura:

- Multilateral: 2.684,4 milhões de escudos (52,1% do total dos desembolsos);
- Bilateral: 2.467,2 milhões de contos (47,9% do total dos desembolsos).

Desembolso 2008 (Programa / Projecto)

Relativamente ao total dos desembolsos, 840,69 mil contos, equivalente a 16,3% do total, correspondeu aos desembolsos “desligados”, ou seja ajuda orçamental para financiar Programas, contra 4.310,96 milhões de escudos, equivalente a 83,7 % do total correspondente a desembolsos destinados a projectos.

Dentro dos desembolsos efectuados a programas, o realce vai para o grupo multilateral com 100% do total desembolsado da referida tipologia de desembolsos, realçando o

CONTA GERAL DO ESTADO 2008

Banco Mundial e o FIDA com respectivamente 14,8 e 1,49% do total desembolsado, representando respectivamente 90,8% e 9,1% do total dos desembolsos referentes a programas.

Os desembolsos a projectos representam 83,68 % do total.

Relativamente aos desembolsos acima mencionados, o realce vai para o grupo bilateral com 47,9% do total, contra 35,8% do grupo multilateral.

Dentro da tipologia – desembolsos a projectos, o realce vai para Portugal com 43,6% e o Banco Mundial com 16,5% do total, representando respectivamente 52,2 % e 19,7% do total dos desembolsos a projectos

Do total dos desembolsos efectuados, 18,9% destinaram-se à ampliação e modernização dos aeroportos de Sal e Boa Vista, 14,8% são os relativos à ajuda orçamental, 13,7% corresponde à Construção da Estrada Praia São Domingos e 10,2% destinou-se ao projecto de Infra-estruturas rodoviárias.

Quadro 46 – Desembolsos Efectuados por projecto em 2008

(em milhões de escudos)

Multilateral	PROJECTO	MONTANTE	%
BADEA			
134	Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos	73,04	1,42
139	Distribuição de Água e Saneamento em Pedra Badejo	275,28	5,34
142	Construção de 2 Escolas Secundárias	159,53	3,10
BM/IDA			
133	Projecto de Crescimento e Competitividade	82,63	1,60
152	Projecto de Apoio ao Sector Rodoviário	264,03	5,13
158	Projecto VIH SIDA	176,17	3,42
160	Projecto de Crescimento e Competitividade	76,12	1,48
170	Road Sector	253,13	4,91
171	Ajuda Orçamental	763,98	14,83
CEDEAO			
145	Construção da policlinica do Sal	54,90	1,07
147	Construção do Salão VIP	85,29	1,66
FAD			
132	Projecto de Valorização das Bacias Hidrográficas	78,27	1,52
FIDA			
113	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza	76,71	1,49
ICO			
154	Balizamento do Aeroporto da Ilha do Sal	129,41	2,51
OPEC			
112	Desenvolvimento do Sector de Energia e Agua	26,28	0,51
138	Projecto de Educação Secundária	144,11	2,80
140	Projecto e Construção de Centro de Saúde	19,60	0,38
155	Projecto de Apoio ao Sector Rodoviário	75,33	1,46
KUWAIT			
92	Projecto de Água e Saneamento nas Ilhas de Sal e Boa Vista	7,74	0,15
137	Projecto de Água e Saneamento nas Ilhas de Sal e Boa Vista	81,76	1,59
PORTUGAL			
149	Construção da Circular da Praia	41,91	0,81
150	Reabilitação da Estrada Praia São Domingos	705,50	13,69
161	Projecto de Infraestruturas Rodoviárias	524,26	10,18
173	Ampliação e Modernização dos Aeroportos do Sal e Boa Vista	976,66	18,96
Total Geral		5.151,65	100,00

Desembolsos por Sector

O sector onde foi canalizado maior quantidade dos desembolsos externos foi o das Infra-estruturas com o total de 59% do total.

Dos desembolsos recebidos em 2008, 1.864,15 milhões de escudos, representando 36% do total foi canalizado para o Sector das Infra-estruturas Rodoviárias e 1.191,36 milhões de escudos, equivalente a 23% para o sector das Infra-estruturas Aeroportuárias, 14,8% ajuda Orçamental e 26,2% para os restantes sectores.

Quadro 47 – Desembolsos Efectuados por Sectores em 2008
(em milhões de escudos)

Desembolso por Sector	Montante	%
Agricultura	151,3	2,9
Àgua e Saneamento	364,8	7,1
Educação	303,6	5,9
Economia	158,8	3,1
Infraestruturas Rodoviárias	1.864,2	36,2
Saúde	250,7	4,9
Ajuda Orçamental	764,0	14,8
Luta Contra a Pobreza	76,7	1,5
Infraestruturas Aeroportuária	1.191,4	23,1
Saneamento Básico	26,3	0,5
	5.151,7	100,0

Assistência Externa

O rácio desembolsos da dívida externa em relação ao PIB atingiu em 2008, 3,8%, enquanto que o rácio dos Donativos Externos em relação ao PIB fixou-se em 4,3%.

O fluxo da dívida externa situou-se em 2.717,68 milhões de escudos, enquanto que o fluxo da assistência externa fixou-se em 8.459,16 milhões de escudos, conforme o quadro abaixo indicado:

Quadro 48 – Assistência Externa Entrado em 2008

2008	Dívida Externa	PIB pm	% PIB	Fluxo Div. Ext.	Fluxo Assist. Ext.
Empréstimos Externos	5.151,6	133.928,3	3,8	2.717,7	8.459,2
Donativos	5.741,5	133.928,3	4,3		
Serviço Dívida Externa	2.434,0	133.928,3	1,8		

Atrasados da Dívida Externa

Em 2008 teve lugar a continuação dos contactos iniciados em 2001 com os credores visando a regularização dos atrasados acumulados. Continua pendente a conclusão das negociações com o Banco do Brasil e a Rússia.

Endividamento externo líquido

O endividamento externo líquido previsto no OE 2008 foi de 3.159 milhões de escudos.

Constatou-se a 31 de Dezembro de 2008, uma variação positiva no stock da dívida externa em cerca de 3.245,6 milhões de escudos, valor superior ao financiamento líquido previsto no OE 2008, condicionada em parte pelos desembolsos referentes aos novos projectos contratados e também pela mais-valia no serviço da dívida no período em análise, devido á flutuação negativa do câmbio USD/ECV em relação ao serviço da dívida previsto no OE 2008.

Encargos da Dívida Pública

No âmbito da gestão da dívida Pública, em 2008, as operações derivadas dos encargos da dívida pública cifraram-se em 6.982 milhões de escudos.

Quadro 49 – Encargos da Dívida

(em milhões de escudos)

Designação	Anos	Juros	Amortizações	Total	Em relação às Despesas Funcionamento	Em relação às Receitas Correntes
Interno	2008	1.317,5	3.230,5	4.548,0	18,1	14,0
	2007	1.359,6	1.668,0	3.027,6	13,0	10,5
	2006	1.398,0	3.282,0	4.680,0	20,8	18,2
Externo	2008	527,9	1.906,0	2.434,0	9,7	7,5
	2007	520,3	1.818,9	2.339,2	10,1	8,1
	2006	521,9	1.974,2	2.496,1	11,1	9,7

Importa referir, que o valor acima apresentado corresponde aos encargos com o pagamento dos juros e amortizações da dívida interna e externa referente ao ano 2008, 2007 e 2006.

A análise dos valores apresentados permite concluir o seguinte:

- Os encargos com o pagamento da dívida interna em 2008, representaram o total de 4.548 milhões de escudos, sendo 1.317,5 milhões de escudos em juros e 3.230,5 milhões de escudos em amortização do capital de Obrigações do Tesouro. De realçar que o pagamento dos encargos da dívida interna em 2008,

alcançou cerca de 18,1% da despesa de funcionamento contra 13% ocorrido em 2007 e 14 % das receitas correntes em 2008 contra 10,5% registado em 2007, verificando por conseguinte, um agravamento de 5,1 pontos percentuais da despesa de funcionamento e 3,6 pontos percentuais das receitas correntes comparativamente a 2007.

- Os pagamentos efectuados, a título dos encargos com a dívida externa, registaram uma execução em 2007 de 2.434,4 milhões de escudos, sendo 527 milhões de juros e 1.906 milhões de capital. Em relação á despesa de funcionamento e ás receitas correntes de 2008, os pagamentos efectuados, representam uma variação negativa de 0,4 pontos percentuais e 0,6 pontos percentuais comparativamente ao ano de 2007.

Garantias e Avals do Estado

O Estado, através do seu Orçamento anual limita e fixa as garantias e avales que presta tanto para operações financeiras internas e externas.

Fica de fora as garantias a outorgar a operações relacionadas com os processos de renegociação de dívida avalizada e as garantias concedidas a empresas públicas no âmbito de contratos celebrados ao abrigo da ajuda alimentar concedida ao país pelos parceiros de desenvolvimento.

O limite máximo definido no OE 2008 para concessão de avales e outras garantias do Estado foi de 3.500 milhões de escudos. O montante efectivamente concedido em avales e garantias em 2008 foi de 820 milhões de escudos. A taxa de execução foi de 23,4% contra uma execução de 32,9% em 2007.

No ano de 2008 foram emitidos avales e garantias a duas Instituições, no montante total acima evidenciado, conforme o abaixo ilustrado:

ENAPOR S.A (Empresa Nacional de Administração de Portos) – 400 milhões escudos;
IFH – 420 milhões de escudos.

A Garantia e avales do Estado faz parte do passivo contingente do Estado, não sendo até finais de 2008, dívida publica mas, pode em qualquer momento, em caso de incumprimento por parte das empresas em que o Estado é garante, tornar-se dívida publica, alterando o nível de sustentabilidade da mesma e com implicações negativas para a tesouraria do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2008, o passivo contingente do Estado de Cabo Verde, concernente à garantia e avales concedidas, totalizam a 5.674,1 milhões de escudos, representando 7,4% da dívida pública directa nos finais de 2008, sendo 77,4% da mesma concentrado na Electra, 7,4% no IFH, 4,1% na ASA e nas restantes empresas 11,1%, conforme o quadro apresentado abaixo.

Quadro 50 – Stock de Garantias e Auaes em Finais de 2008

(em milhões de escudos)

Beneficiários	Stock Dívida Contingente	% Total
Águas de Porto Novo	206	3,6
Total	206	3,6
ASA	109	1,9
ASA	124	2,2
Total	233	4,1
Câmara Municipal de Porto Novo	80	1,4
Total	80	1,4
Câmara Municipal de Santa Catarina	39	0,7
Câmara Municipal de Santa Catarina	85	1,5
Total	124	2,2
Câmara Municipal de São Vicente	35	0,6
Total	35	0,6
Electra	4.394	77,4
Total	4.394	77,4
Enapor	0	0,0
Enapor	43	0,8
Enapor	57	1,0
Enapor	34	0,6
Enapor	35	0,6
Total	168	3,0
IFH	420	7,4
Total	420	7,4
Imprensa Nacional de Cabo Verde	14	0,2
Total	14	0,2
INERF	0	0,0
Total	0	0,0
	5.674	100

Passivo Contingente relativo aos auaes e garantias concedidas

O valor das garantias concedidas pelo Estado às principais empresas públicas e privadas, bem como, a sua percentagem em relação ao total da dívida pública são os seguintes:

- Águas do Porto Novo – 206 milhões de escudos, representando 3,6% do total do passivo contingente referente às garantias, e 0,3% do total da dívida pública (DP);
- ASA – 233 milhões de CVE, representando 4,1% do total do passivo contingente referente às garantias, a médio e longo prazo, e 0,3% do total da dívida pública (DP);
- ELECTRA – 4.394 milhões de CVE, sendo, 14,22 milhões de CVE a curto prazo e 4.380 milhões de CVE a longo prazo, representando 77,4% do total do

passivo contingente referente às garantias. Esse valor é equivalente a 5,7% do total da dívida pública (DP);

- ENAPOR – 168 milhões de CVE, de médio e longo prazo, representando 3% do total do passivo contingente referente às garantias. Esse valor é equivalente a 0,2% do total da dívida pública (DP);
- IFH – 420 milhões de escudos, representando 7,4% do total do passivo contingente referente às garantia. Esse valor é equivalente a 0,5% do total da dívida pública (DP).

Dos avales acima apresentado, o que representa maior risco para o Estado é o da Electra, devido a acumulação de resultados negativos nos últimos anos. Entretanto, a Electra poderá a longo prazo, apresentar resultados positivos face a avultados investimentos, na construção do parque eólico, centrais únicas e energia renováveis, bem como, na implementação de novas políticas de gestão que poderão permitir o aumento da eficiência e de rentabilidade da mesma, contudo a curto e médio prazo ela é uma empresa de grande risco.

Em termos legislativos em 2008, em relação às garantidas e avales, foram publicadas as seguintes resoluções:

- Resolução n.º24/2008, de 21 de Julho, onde autoriza a Direcção Geral do Tesouro a prestar um aval, aos subscritores das obrigações junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, no valor de 420.000.000\$00 visando garantir a emissão de obrigações em nome da IFH, SA;
- Resolução n.º 25/2008, de 28 de Julho, onde autoriza a Direcção Geral do Tesouro a prestar um aval à ENAPOR, visando garantir uma operação de crédito no valor de 400.000.000\$00 para efeito de financiamento do projecto de investimento da ENAPOR.

Empréstimo de Retrocessão

O montante previsto no OE 2008 para os Empréstimos de Retrocessão (Créditos Internos - Capital) foi de 23,25 milhões de escudos contudo, a execução foi de 51,1 milhões de escudos em 2008, contra 293,2 milhões de escudos executados em 2007.

Relativamente ao montante previsto no OE 2008 para os juros de Empréstimos de Retrocessão (Créditos Internos - Juros) foi de 58,1 milhões de escudos contudo, a execução foi de 17,3 milhões de escudos em 2008 contra 10,1 executados em 2007.

Quadro 51 – Execução da Receita dos Empréstimos de Retrocessão

(em milhões de escudos)

Ano	Capital	Juros	Total
2008	51,1	17,3	68,4
2007	293,2	10,1	303,3
2006	301,1	26,3	327,3

Dos 68,4 milhões de escudos realizados em 2008, 51,1 milhões de escudos corresponde à amortização de capital dos empréstimos subsidiários assinados com a Cabo Verde Telecom e Águas de Cabo Verde, e 17,3 milhões de escudos são referentes a juros. No transacto ano, foi pago 293,2 milhões de escudos relativos à amortização do capital e 10,1 de juros, conforme o quadro acima evidenciado.

Em 19 de Novembro de 2008, foi assinado um novo acordo de retrocessão entre o Governo de Cabo Verde, representado pela Direcção Geral do Tesouro, e a Enapor, no montante de 47 milhões de euros para implementação do Projecto de Modernização do Porto da Praia e de Palmeira nas Ilhas de Santiago e do Sal. O reembolso da dívida deverá ser pago ao Tesouro em moeda nacional, conforme o contrato estabelecido entre as partes.

Dívidas e Outras Responsabilidades do Estado do Estado em 31/12/2008

Considerando a dívida pública no sentido amplo, incluindo alguns passivos contingentes que representam possíveis créditos detidos sobre o governo ainda não concretizados, mas que podem se transformar numa obrigação ou responsabilidade financeira em determinadas circunstância (excluído os passivos das empresas públicas estatal), estas dívidas e outras responsabilidades do Estado ascendeu nos finais de 2008 em 84.683 milhões de escudos, o que representa 63,2% do PIB conforme o quadro abaixo apresentado.

Quadro 52 – Dívidas e Outras Responsabilidades do Estado em 31/12/2008

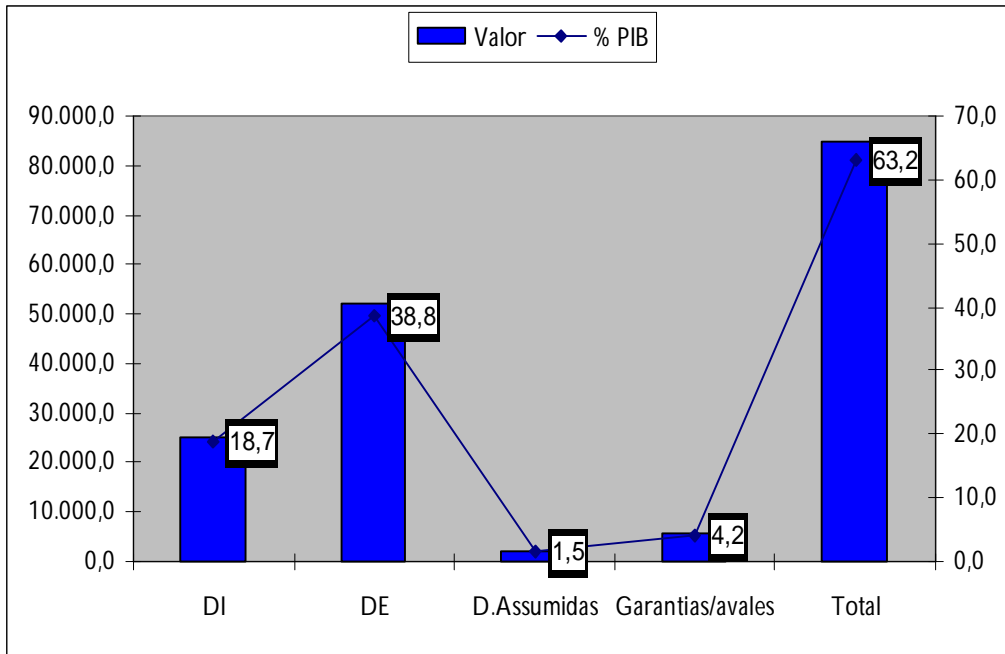
(em milhões de escudos)

Designação	Montante	% Total
Dívida pública directa	77.012,9	90,9
Interna	25.103,5	29,6
Bancária	13.421,4	15,8
Não Bancário	11.682,2	13,8
Externa	51.909,4	61,3
Credores Multilaterias	42.263,2	49,9
Credores Bilaterias	9.646,2	11,4
Dívida Pública Indirecta	7.670,8	9,1
Dívidas Assumidas	1.996,5	2,4
Garantias e Avals	5.674,2	6,7
Total Geral	84.683,7	100,0
Responsabilidade do Estado / PIB	63,2	

Actualmente a gestão da dívida abrange o controlo sobre os possíveis riscos ligados a passivos extras – patrimoniais contra a administração central, sobretudo passivos contingentes, como garantias oferecidas pelo Estado. Neste âmbito a administração central, numa estratégia de gerir risco e demais metas fixadas para a gestão da dívida está a monitorizar e avaliar os eventuais riscos decorrentes da garantia de dívidas contraídas pelos departamentos da administração central e pelas empresas estatais, e

na medida do possível, manter-se informado da posição financeira global dos devedores dos sectores públicos e privados. Relativamente à posição da dívida das empresas públicas não foram incluídos nas responsabilidades do Estado acima discriminadas, devido, a não aprovação das contas referente a 2008 de maioria das empresas públicas com capital maioritariamente do Estado.

Gráfico 8 – Stock da Dívida e Outras Responsabilidades do Estado em Valores Absolutos e em Percentagem do PIB



**ACTIVIDADES E ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA INSPECÇÃO GERAL
DAS FINANÇAS DURANTE 2008**

A estrutura orgânica da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) foi instituída pelo Decreto – Lei n. 48/2004, de 15 de Novembro e reforçado com o Decreto-Lei nº 55/2005, que aprova o Estatuto do Pessoal da Inspeção de Finanças, com objectivo de dotá-la de instrumentos e de meios materiais e humanos essenciais à realização das suas atribuições, com eficiência e eficácia, visando promover a legalidade, a regularidade, a transparência e a boa gestão financeira da coisa pública e dos recursos públicos da economia, eficácia e eficiência na obtenção das receitas públicas e na realização das despesas públicas.

Nos termos do estipulado no artigo 3.º (das atribuições) do Decreto-Lei nº 48/2004, de 15 de Novembro, incumbiu a IGF inspeccionar, em nome do Governo e sob a direcção do membro do Governo responsável pela área das Finanças, um leque alargado de actividades financeiras dos diferentes serviços e organismos do Estado, bem como das demais entidades públicas e privadas, estes quanto aos aspectos de natureza económica financeira e tributário do seu funcionamento, ou quando o Estado tenha sido accionista maioritário tendo em vista a promoção da legalidade, a regularidade e a boa gestão financeira dos recursos públicos e a economia na obtenção das receitas públicas e na realização das despesas públicas.

Durante o ano de 2008, a IGF direccionou as suas actividades para algumas áreas consideradas de risco emergente, dando total prioridades para a melhoria do seu funcionamento técnico e científico, prosseguindo com um trabalho de consolidação de metodologias e melhoria e qualidade dos seus produtos, que ao fim e ao cabo são os seus relatórios finais. No âmbito destas atribuições, realizou ainda acções de formações com vista à qualificação dos seus inspectores/auditores nos domínios de inspecções e auditorias, sindicâncias, inquéritos, meras averiguações e processos disciplinares, mas também no campo técnico onde tem a responsabilidade de apoiar tecnicamente o Ministério das Finanças em termos de pareceres. Além das actividades acima referenciadas, a IGF em 2008 desempenhou um papel pedagógico na transmissão de experiências e do saber fazer, sobretudo, na área da administração Local.

Em 2008, a IGF previu um conjunto de acções, num número de 49 acções, conforme o seu Plano de Actividades devidamente aprovado e homologado pelo Membro do Governo responsável pela área das Finanças. Das 49 acções programadas e constantes do PA, a IGF fez o seguinte:

- a) A nível dos Serviços de Administração Central do Estado, previu 15 acções e realizou 11 acções;
- b) A nível da Administração Local (Municípios), previu-se 14 acções às CM, mas procedeu-se a 7 acções, tendo em conta que foi um ano de eleições autárquicas, não era de todo possível realizar algumas inspecções, em virtude da maioria dos gestores terem suspenso as suas funções por causa das eleições;
- c) A nível dos Serviços Públicos Administrativos e do Sector Empresarial do Estado (FSA), previu 17 acções inspectivas e realizou 12;

A nível das Embaixadas e Postos Consulares previu-se 4 acções e realizou-se 3, com excepção da China. Portanto, realizou-se 66% das acções previstas inicialmente, com a devida explicação de se tratar dum ano de eleições autárquicas e por causa da redução dos números de inspectores (uns por optarem pela licença de longa duração, outros por designação superior, para exercerem cargos em outras instituições do Estado). Vejamos o desenvolvimento dos quadros abaixo:

Quadro 53- Serviços de Administração Central do Estado

Nº Ord.	Acções Inicialmente Prevista e Inspectores Afectos	Real.	N/Real.	Suspensão	Entidades Controlo	
1	Serviço de Administração Central do Estado					
1	Continuação de uma inspecção Administrativa e Economica e Financeira à Cabo Verde Investimentos Competitividade.		X		IGF	
2	Auditoria às contas do MCA - seguimento, análise e Parecer Trimestral das mesmas.	X			IGF	
3	Inspecção Financeira, e Administrativa à Alfândega da Praia no seguimento das preocupações levantadas (recomendações) da sindicância de 2004.	X			IGF	
4	Inspecção a DGCI - Reparação de Finanças da Praia no seguimento das recomendações saídas da sindicância efectuada em 2005.		X			
5	Inspecção Administrativa, Financeira e Patrimonial à DGOT (Direcção Geral do Ordenamento do Território e MIT Habitat) na verificação e análise dos projectos existentes e coordenados ele mesmo.	X			IGF	
6	Inspecção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Ministério de Saúde - Hospital Central Agostinho Neto.	X			IGF	
7	Inspecção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Ministério de Saúde - Hospital Central Baptista de Sousa.		X			
8	Inspecção Administrativa e Financeira ao Liceu Domingos Ramos	X			IGF	
9	Inspecção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Conservatório dos Registos Centrais da Praia no apuramento das receitas arrecadadas e utilização dos recursos disponíveis.	X			IGF	
10	Inspecção Administrativa e Financeira à Escola Secundária Porto Inglês - Maio	X			IGF	
11	Inspecção Administrativa e Financeira à Assembleia Nacional			X		
12	Inspecção Administrativa e Financeira à Delegação Reg. Notariado - São Nicolau	X			IGF	
13	Inspecção Administrativa e Financeira à Escola Secundária Santa Cruz - Pedra Badejo	X			IGF	
14	Inspecção Administrativa e Financeira à Escola Secundária Suzete Delgado.	X			IGF	
15	Inspecção ao Liceu Ludgero Lima S.Vicente.	X			IGF	

No que tange a Administração Local, em 2008, a IGF programou 14 inspecções Às Câmaras Municipais e realizou 7 inspecções, ou seja, cerca de 50% do inicialmente previsto, derivado essencialmente do processo da eleição municipal realizado no ano.

No quadro abaixo discriminados encontram-se discriminadas as acções nos respectivos serviços da administração local no período em análise.

Quadro 54- Serviço de Administração Local

Nº Ord.	Acções Inicialmente Prevista e Inspectores Afectos	Real.	N/Real.	Suspenso	Real.Pelo Tribunal de Contas	Entidades Controlo	
II	Serviço de Administração Local (Autarquias Locais)						
1	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à (ANMCV) Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde	X				IGF	
2	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal da Praia em colaboração com o Tribunal de Contas, no que concerne às actividades exercidas no âmbito das suas atribuições.				X		TC
3	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
4	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.				X		TC
5	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal do Paúl, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
6	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal de Ribeira Grande - Santo Antão, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
7	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina - Fogo, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.		X				
8	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal de Ribeira Brava, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
9	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Comissão Instaladora do Município Tarrafal de São Nicolau, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
10	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal dos Mosteiros, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.		X				
11	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal de São Filipe, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.		X				
12	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Comissão Instaladora do Município São Lourenço dos Órgãos, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
13	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal da Boavista, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X					
14	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Câmara Municipal de S.Domingos, no que concerne às actividades desenvolvidas no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	

CONTA GERAL DO ESTADO 2008

No que respeita aos Serviços Administrativos e Sector Empresarial do Estado, do total das inspeções programadas (17 acções) para 2008, foram realizadas 12 acções de inspeção, ou seja, 70,6% do total programado.

No quadro abaixo encontram discriminados os serviços que beneficiaram das respectivas inspeção feita pelo IGF.

Quadro 55 -Serviços Públicos Administrativos e Sector Empresarial do Estado

Nº Ord.	Acções Inicialmente Prevista e Inspectores Afectos	Real.	N/Real.	Suspensão	Real.Pelo Tribunal de Contas	Entidades	
						Controlo	
III	Serviço Público Administrativo e Sector Empresarial do Estado						
1	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Estado Maior das Forças Armadas - EMFA	X				IGF	
2	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Cabo-verdiano de Acção Social e Escolar - ICASE	X				IGF	
3	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Cabo-verdiano de Criança e do Adolescente - ICCA (ex-ICM)	X				IGF	
4	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género - ICIEG	X				IGF	
5	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Núcleo Operacional e Sociedade de Informação - NOSI		X				
6	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial a Imprensa Nacional de Cabo Verde - INCV	X				IGF	
7	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial a Comissão Nacional das Eleições - CNE		X				
8	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Nacional de Estrada - INE		X				
9	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Superior de Educação - ISE	X				IGF	
10	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário - INIDA	X				IGF	
11	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial a Universidade de Cabo Verde - UNI-CV	X				IGF	
12	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica - INMG	X				IGF	
13	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Nacional de Investigação do Património Cultural - INIPC	X				IGF	
14	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas - INDP		X				
15	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial ao Laboratório de Engenharia Civil		X				
16	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial a Empresa Pública de Electricidade e Água - ELECTRA	X				IGF	
17	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial a INTERBASE	X				IGF	

Quanto às Embaixadas e Postos Consulares, inicialmente foram programadas 4 acções inspectivas, tendo sido executadas 3 acções, ou seja, 75% do total programado inicialmente, conforme o quadro abaixo discriminado.

Quadro 56 - Embaixadas e Postos Consulares

Nº Ord.	Acções Inicialmente Prevista e Inspectores Afectos	Real.	N/Real.	Suspensão	Real.Pelo Tribunal de Contas	Entidades	
						Controlo	
IV	Embaixadas e Postos Consulares						
1	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Embaixada de Cabo Verde em Dakar para a verificação dos actos praticados no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
2	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Embaixada de Cabo Verde na China para a verificação dos actos praticados no âmbito das suas atribuições.		X			IGF	
3	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Embaixada de Cabo Verde na Suíça para a verificação dos actos praticados no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	
4	Inspeção Administrativa, Financeira e Patrimonial à Embaixada de Cabo Verde na Etiópia para a verificação dos actos praticados no âmbito das suas atribuições.	X				IGF	

Durante o ano 2008 foram realizadas a Avaliação das Finanças Públicas de Cabo Verde com relação ao ano de 2007, através da metodologia PEFA, onde uma das fraquezas apresentadas é a desaceleração ou redução da Eficácia da Auditoria Interna por falta ou insuficiência de recursos humanos na IGF. Segundo a referida avaliação, a auditoria interna, o problema central prende-se com as seguintes situações:

- a falta de recursos humanos, basicamente o número de inspectores/auditores internos em número suficiente e qualificados em serviço efectivo na IGF, para atingir um adequado grau de cobertura inspectiva às entidades previstas e constantes no PA para avaliação;
- a programação de algumas operações imprevistas e surgidas eventualmente, mas que por urgente necessidade acabaram por serem realizadas;
- necessidade de alargar o âmbito dos trabalhos de auditoria interna para além das questões de conformidade, em particular, para análise do sistema e, respectivos problemas.

Segundo a mesma avaliação é necessário uma intervenção urgente, para que se assegure uma melhor qualidade e eficácia das auditorias.

Para a mesma avaliação feita, a tendência para 2008, é que a IGF continue a melhorar a sua capacidade técnica e performance dos seus serviços através do apoio PICATFin com a IGF de Portugal, por forma a realizar um conjunto de formações on-job e em sala, para qualificação e capacitação dos seus inspectores para que as inspecções sejam efectuadas com uma abordagem sistémica adequadas e se introduza com maior acuidade e desenvolvimento o domínio das auditorias de desempenho e auditorias informáticas como necessidades prementes.

Face aos considerandos acima, a IGF submeteu a apreciação superior da Senhora Ministra das Finanças uma proposta para recrutamento de (6) seis novos inspectores, para reforçarem o corpo inspectivo da IGF, afim de colmatar o vazio deixado pelos inspectores ausentes. Previu-se no OE para 2009 uma dotação previsional para o

recrutamento de seis novos inspectores propostos, mas não chegou a ser concretizado o recrutamento por razões de crise financeira. Por isso, a IGF manteve com a mesma situação e, com a insuficiência de quadros.

Reformas das Finanças Públicas de 2001 a 2008

A Reforma da Gestão das Finanças Públicas, levado a cabo de 2001 a 2008 pelo Ministério das Finanças (MF), tem possibilitado a criação de condições de maior rigor, disciplina, transparência e eficiência na gestão dos “dinheiros públicos” e consequentemente, traduzida em boa Governação nos seguintes aspectos;

- § Maior credibilidade e confiança dos Parceiros Internacionais de desenvolvimento do País, nomeadamente na mudança de paradigma de Ajuda Orçamental, para a modalidade de “ajuda orçamental” em detrimento da modalidade de “financiamento a Projectos”, que implicava um controle mais estreito por parte dos Parceiros; Significa maior margem de manobra para a alocação dos fundos às prioridades definidas pelo Governo e constantes do seu Programa.
- § Crescimento contínuo do peso da ajuda orçamental no financiamento dos Orçamentos Gerais do Estado.
- § Evolução das Receitas fiscais do Estado que resulta, nomeadamente, do crescimento generalizado da cobrança dos impostos, da introdução do IVA, da reforma introduzida no regime de retenção, da recuperação do registo das dívidas dos contribuintes, do maior controle na fiscalização das retenções na fonte pelas empresas.
- § Ministério das Finanças aceite como Agente Fiscal pelo MCC para a Administração financeira dos Fundos do MCA
- § Aprovação e Controlo Político das Contas Gerais do Estado (CGE) pelo Parlamento, sendo último aprovado a CGE de 2006 em 2008;

O processo da reforma começou a ser melhor estruturado com o diagnóstico CFAA (2001), feito pelos próprios actores da gestão financeira do Estado (directores gerais, directores de serviços e técnicos nacionais) o qual permitiu identificar os pontos fortes e fracos a nível das finanças públicas e posta em prática as recomendações concretas que veio desembocar nas seguintes realizações:

- § A adopção de um Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira – SIGOF – (a partir de 1 de Janeiro de 2004) com a integração na mesma plataforma informática, designadamente, de todos os Projectos de Investimentos;
- § A implementação progressiva, desde 2001, de novos regulamentos e instrumentos de gestão das finanças públicas, pilotados pela Reforma da Administração Financeira do Estado;

- § A segregação das funções de autorização das despesas e de pagamento, pela separação do Tesouro e da Contabilidade Pública,
- § A elaboração e a implementação do novo regime financeiro da contabilidade pública e do novo classificador orçamental (a partir de 2001);
- § O recenseamento de todo o pessoal do Estado e a implementação do SIGRH (Sistema integrado da gestão dos Recursos Humanos);
- § Introdução do IVA e supressão de numerosas taxas arrecadadas pela DGA (Direcção Geral das Alfandegas). Simplificando processo e com efeitos positivos nos crescimentos contínuos da Receita do Estado, verificados desde 2004.
- § Produção de novos Códigos Tributários: Código Geral; de Processo; das Execuções Tributárias; e do Imposto de Selo (O código do imposto de selo anulou a dupla tributação com o IVA e simplificou o processo);
- § Os esforços de Modernização, Gestão e Controlo da Receita do Estado. (i) Traduzida, nomeadamente, na capacitação institucional a nível dos Serviços Centrais e das 15 RF's (Repartições de Finanças); (ii) Ligação das RF's a rede geral informática do Estado; (iii) Os desenvolvimentos informáticos de automatização dos Processos e Serviços, de atendimento e Cobrança de Receitas do Estado, através do SIGOF; (iv) o Cadastro e identificação dos contribuintes; (v) A introdução da conta corrente do contribuinte e a Recuperação automatizada do registo das Dívidas dos Contribuintes; (vi) Desmaterialização, com a digitalização dos documentos e suportes; (vii) Formação e Treinamento (dentro e fora do País);
- § Revisão do circuito da Receita e da Despesa;
- § A Gestão da Tesouraria do Estado, com introdução da capacidade de Previsão via adopção de "Planos de Tesouraria";
- § A Gestão da Dívida e a adopção do CS-DRMS 2000+ (Modulo informático); (i) Realizado o inventário das dívidas cruzadas e proposto plano de saneamento (que está sendo cumprido); (ii) Domínio sobre as responsabilidades contingências, designadamente, sobre os Acordos de retrocessão e Avals concedidos;
- § O reforço da capacidade de Programação e Preparação orçamental com a introdução dos Quadros de Despesas de Médio Prazo (QDMP central e sectorial) e a Desconcentração e a Gestão dos processos Orçamental aos Ordenadores Financeiros do Estado. Traduziu na melhor preparação orçamental e na maior abrangência às entidades públicas (aos Institutos, Fundos e Serviços Autónomos), maior controlo sobre as Receitas Próprias, melhor gestão orçamental e prestação de contas do Estado;
- § A contabilidade Pública, com a introdução do novo Sistema de Contabilidade Pública e Plano Nacional de Contabilidade Pública (Decreto 10/2006) e o encerramento do exercício orçamental em três dimensões, designadamente, a Orçamental, Patrimonial e Contingencial;

- § A recuperação e entrega ao Parlamento em 2005, de todas as CGE em atraso desde 1998.
- § O reforço da Inspeção-geral das Finanças (IGF) e do Controlo Interno. Realizada melhorias das condições de trabalhos e instrumentos novos e capacitação institucional;
- § O reforço institucional do Tribunal de Contas e da produção dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado (hoje já temos o parecer sobre a Conta de 2006);
- § Acordos e Parcerias estabelecidos, nomeadamente, o PICATFin (Ministério das Finanças de Portugal) e os seus efeitos;
- § A introdução do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeira (SNCRF) na Administração Financeira Privada, nomeadamente, nos Contribuintes de método de verificação (Decreto-Lei 5/2006) não só produzirá externalidade para a melhor qualidade da informação financeira e internacionalização da Contabilidade produzida pelos Contribuintes em Cabo Verde, mas também permitirá a fixação mais justa da Matéria Colectável e Colecta fiscal aos contribuintes.

No âmbito do reforço da Gestão do Património do Estado, foram realizadas as seguintes actividades durante 2008:

- Aprovação da Lei sobre Mercados Públicos
- Aprovação pelo Conselho de Ministros do Plano Estratégico do Património do Estado;
- Aprovação no Conselho de Ministros do Modelo de Gestão da Activo e Elaboração de uma Manual de Procedimentos de Inventariação (este documento é fundamental para garantir a existência de um cadastro actualizado, correcto e completo, com a devida identificação de todos os bens patrimoniais, assegurando o adequado registo do universo patrimonial a ser introduzido na ferramenta de gestão patrimonial e salvaguardar a existência de metodologias para uma gestão eficiente dos recursos patrimoniais.
- Aprovação pelo Conselho de Ministros do documento que sistematiza as principais linhas de orientação estratégica para a modernização das compras públicas e orientações para a concepção do Programa de Compras Públicas Electrónicas;
- Início de desenvolvimento do Módulo informático do e – Procurement;
- Em termos legislativos, através do Decreto – Lei n.º15/2008 de 08 de Maio, cria a autoridade reguladora das aquisições públicas, abreviadamente designada por ARAP, e aprova os respectivos estatutos.

Essas mudanças fundamentais não devem ocultar o facto que em domínios específicos a Reforma avança também a passos largos: nas alfandegas (DGA) com a implementação do SYDONIA ++; Revisão da Pauta Aduaneira, com simplificação de Processos, Procedimentos e Redução de numerosas Taxas (com a introdução do IVA). Neste momento a DGA partilha da mesma Base de Dados de Contribuintes com a Direcção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI) via a chave única, Numero de Identificação Fiscal (NIF);

Esses esforços necessariamente provocaram mudanças importantes que resultaram de um lado, da nova organização institucional (em curso) e, de outro lado, da necessidade de adaptar leis e regulamentos de natureza financeira para a realização de transparência e de boa governação em matéria de gestão dos recursos públicos.

O processo da Reforma das Finanças Publicas é dotado de uma vitalidade particular. Esta manifesta-se de uma dupla maneira: por um lado, o grau fortemente descritivo dos textos normativos (decreto-lei, portaria, despacho, etc.) e por outro lado, a multiplicidade dos instrumentos que foram concebidos. A “radiografia” que foi efectuada perderá rapidamente a sua actualidade porque as mudanças são profundas e rápidas em Cabo-Verde.

No âmbito da avaliação da Gestão das Finanças Públicas (GFP), baseada na metodologia PEFA (Public Expenditure & Financial Accountability), que o Governo de Cabo Verde pretende adoptar como o método *standard* na avaliação da qualidade dos seus sistema de GFP, realizou-se em 2008, a primeira avaliação, cujo o período da mesma, abrange até o final do ciclo orçamental de 2007. Da avaliação final, constata-se que globalmente, a pontuação alcançada é relativamente alta. Particularmente, os resultados alcançados nos indicadores de avaliação da credibilidade do orçamento, abrangência e transparência e previsibilidade e controlo da execução do orçamento. Dos 31 indicadores que compõem a metodologia PEFA, foram atribuídos 17 pontuações de valor igual ou superior a “B”. Porém, segundo os resultados da avaliação PEFA ainda revelam algumas fraquezas significativas, para as quais ainda são necessários aperfeiçoamentos substanciais e onde só haverá melhorias através do reforço significativo do actual conjunto de reformas em curso. Das fraquezas reconhecidas, com a avaliação realizada, destacam-se quatro áreas que devem merecer especial atenção:

- Vigilância do risco fiscal agregado de outras entidades públicas;
- Eficácia da auditoria interna;
- Âmbito, natureza e acompanhamento da auditoria externa;
- Informação financeira prestada pelos doadores para a orçamentação e execução do apoio a projectos de programas e a proporção da ajuda que é gerida de acordo com procedimentos nacionais.

Frente a avaliação acima referida (PEFA) as realizações, a continuidade e a consolidação da Reforma da Gestão das Finanças Publicas, com base nomeadamente nas linhas de orientação do exercício CFAA e PEFA, consubstanciado na focalização das Finanças Publicas na promoção do desenvolvimento do País, ancorado no principio da boa governação – capacidade de prestação de contas, transparência, disciplina orçamental entre outros – tem traduzido e deverá traduzir na obtenção de um elevado “value for money” da actividade publica, na promoção da estabilidade macroeconómica, do

crescimento económico, da redução da pobreza, da coesão social e regional, da durabilidade orçamental, em suma na melhoria da Gestão das Finanças Públicas.

Dificuldades ainda existentes na Estrutura da Conta do Estado

Apresentação dos Mapas

Derivada em grande parte pela não implementação do Plano Nacional da Contabilidade Pública, ainda persistem algumas dificuldades em apresentar alguns mapas importantes na análise das Contas Públicas, conforme se discrimina:

- Ø Mapas relativos à Situação de Tesouraria
 - Reposições abatidas nos pagamentos por ministérios;
 - Conta Geral de operações de tesouraria e transferências de fundos;
 - Conta Geral, por cofres, de todo o movimento de receita e despesa e respectivos saldos existentes no início e final do ano.

- Ø Mapas relativos a situação Patrimonial:

- Ø Reconciliação dos depósitos existentes no final do exercício versos execução das despesas do programa de investimentos públicos e dos serviços e fundos autónomos.

I.1 QUADROS ANEXOS A CONTA

MAPA III - FLUXOS FINANCEIROS DO ESTADO

Cod	Entradas	Importancia		Cod	Saidas	Importancia		Cod
		Parcial	Total			Parcial	Total	
	Saldo de ano anterior		7.195.000.000					
	Orçamento Geral do Estado	5.112.900.000		BCV				
	Fundos autónomos	92.200.000						
	Serviços Autónomos	274.200.000						
	Projecto de investimentos	827.500.000						
	Outros depósitos	888.200.000						
	Receitas Orçamentais:		39.676.858.584		Despesas Orçamentais:		41.767.902.129	
	Receitas Correntes	32.421.126.199		Mapa III_1	Despesas Correntes	24.910.761.263		Mapa III_1
	Receitas de Capital:	7.255.732.385			Despesa Capital	253.337.021		Mapa III_1
	AAL	216.858.490		Mapa III_2	Despesas PPIP	16.603.803.846		Mapa III_1
	OFN	494.278.647		Mapa III_2				
	AOR	1.640.191.875			Despesas de anos anteriores			Mapa Desp.Ant.
	DON	3.883.278.685		Mapa III_2				
	Outras Receitas de Capitais	1.021.124.688		Mapa III_1				
	Operações Financeiras		23.970.495.833		Operações Financeiras		22.991.626.593	
	Credito interno bruto	8.643.310.004		Mapa Cred_Liq.	Amortização de Empréstimo Interno	10.911.157.878		
	Empréstimos Externo	5.151.645.547		Mapa III_2	Amortização Empréstimos Externa	1.906.027.759		Mapa III_1
	Reembolso Empr. Retrocessão	51.099.326		Mapa III_2	Empréstimos Internos Concedidos	50.000.000		Mapa III_1
	Outras Operações Tesouro	10.124.440.956		Mapa III_2	Outras Operações	9.987.493.901		
					Descontos por pagar	136.947.055		
	Operações de Tesouraria de Institutos		1.033.700.272		Operações de Tesouraria de Institutos		867.100.272	
	Descontos efectuados:				Descontos entregue:			
	Receitas do Estado	407.104.299			Receitas do Estado	384.357.644		
	Oper. de tesouraria	266.691.492			Oper. de tesouraria	250.378.859		
	Erros e omissões de retenções	692.965						
	De desc. não entregues (inicial)				De desc. não entregues			
	Receitas do Estado	94.684.895			Receitas do Estado	117.873.036		
	Oper. de tesouraria	89.319.919			Oper. de tesouraria	105.884.031		
	Outras Operações FSA	175.206.702			Outras Operações FSA	6.860.775		
					Erros e omissões de outras operações FSA	1.745.927		
					Saldo para o periodo seguinte	6.614.800.000	6.614.800.000	
	Erros e Omissões	365.374.305	365.374.305		Orçamento Geral do Estado	3.838.500.000		BCV
					Fundos autónomos	92.600.000		
					Serviços Autónomos	244.300.000		
					Projecto de investimentos	1.275.100.000		
					Outros depósitos	1.164.300.000		
	TOTAL		72.241.428.994		TOTAL		72.241.428.994	

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

Milhões de CVE

	2006		2007		2008	
	Exec.	prog.rev	Exec.	prog.rev	Exec.	prog.rev
1. RECEITAS TOTAIS	32.673	35.596	38.653	37.513	39.677	41.164
1.1. Receitas orçamentais	26.274	28.593	33.289	29.181	33.442	33.899
1.1.1. Receitas correntes	25.725	24.628	28.908	26.731	32.421	31.254
Receitas fiscais ¹	22.805	21.253	26.220	24.178	29.586	28.059
Receitas não fiscais ²	2.920	3.375	2.688	2.553	2.835	3.196
1.1.2. Receitas de capital	549	3.965	4.381	2.450	1.021	2.645
1.2. Donativos	6.291	7.003	5.312	8.332	5.740	7.265
1.2.1. A projectos de investimento	5.087	7.003	3.749	8.332	4.100	7.265
1.2.2. A. OE	1.203		1.563		1.640	
1.3. Transferências de OFN ³	109		52		494	
2. DESPESAS TOTAIS	36.165	41.030	37.208	40.409	41.768	44.322
2.1. Despesas correntes ²	22.462	24.502	23.245	24.068	25.164	26.741
das quais: Juros da dívida interna programados	1.398	1.398	1.360	1.360	1.317	1.347
<i>Juros da dívida externa programados</i>	522	522	520	523	528	555
<i>Combustíveis</i>	1.637	1.976	0	0	0	0
<i>Atrasados de Despesas de Funcionamento</i>					0	
2.2. Despesas de investimento	13.703	16.528	13.963	16.340	16.604	17.581
2.3. Despesas extraordinárias						
2.3.1. Programa de Urgência ⁴						
das quais: <i>Atrasados da despesa de Investimento</i>						
2.4. Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte						
3. SALDO GLOBAL (base caixa; 1 - 2)	-3.491	-5.434	1.445	-2.896	-2.091	-3.158
3. SALDO GLOBAL (base compromisso)	-3.491	-5.434	1.445	-2.896	-2.091	-3.158
<i>Saldo global em percentagem do PIB base caixa</i>	-3,3	-5,2	1,2	-2,4	-1,6	-2,4
<i>Saldo global em percentagem do PIB base compromisso</i>	-3,3	-5,2	1,2	-2,4	-1,6	-2,4
<i>Saldo global excluindo Donativos (3 - 1.2)</i>	-9.782	-12.437	-3.867	-11.228	-7.831	-10.423
<i>Saldo global, excl. Donativos e Transf. de OFN (1.1 - 2)</i>	-10.440	-16.402	-8.300	-13.678	-9.347	-13.068
<i>Saldo orçamental (1.1 - 2.1)</i>	3.811	4.091	10.044	5.113	8.278	7.158
<i>Saldo corrente (1.1.1 - 2.1)</i>	3.262	126	5.663	2.663	7.257	4.513
<i>Saldo primário (1.1 + 1.3 - 2 + Juros)</i>	-8.411	-14.482	-6.368	-11.795	-7.007	-11.166
4. FINANCIAMENTO	4.369	5.434	-1.304	2.896	1.726	3.158
4.1. Externo (líquido)	2.599	3.624	3.010	3.497	3.297	2.910
Desembolsos	4.272	5.531	4.536	5.156	5.152	5.204
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	301	192	293	200	51	23
Amortizações programadas	-1.974	-2.099	-1.819	-1.858	-1.906	-2.317
Variação de atrasados (aumento: +)						
dos quais: Novos atrasados						
Atrasados anteriores						
Alívio da dívida						
4.2. Interno (líquido)	1.769	1.810	-4.314	-602	-1.571	247
Sistema bancário	260	1.810	-6.415	398	-2.041	
Empréstimos correntes		3.134				2.248
Amortizações programadas		-1.324				-1.951
Empréstimos concedidos					-50	-50
Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte						
Pagamento de atrasados						
Variação de atrasados (aumento: +)						
Sistema não bancário	1.509		2.101		520	
Novos empréstimos						
Amortizações programadas				-1.000		0
Receitas das privatizações						
Encargos com a reestruturação de empresas públicas ⁵						
5. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO / DISCREPÂNCIA (3 + 4)⁶	877	0	141	0	-365	0
<i>para memória:</i>						
DÍVIDA PÚBLICA (em % do PIB)	73,0	--	62,5	--	57,5	--
Dívida Pública	76.320		76.126		77.013	
<i>Interna</i>	28.922	--	27.602	--	25.104	--
<i>da qual: TCMF⁷</i>		--		--		--
<i>Externa</i>	47.398	--	48.524	--	51.909	--

Fonte: MF, BCV

RECEITAS ORÇAMENTAIS

Mill

	2006				2007				2008		
	exec.	grau ex.(%)	prog ini	prog `revist.	exec.	grau ex.(%)	prog ini	prog `revist.	exec.	grau ex.(%)	prog ini
		1ªT.05e05pr				1ªT.05e05pr				1ªT.05e05pr	
1. Receitas Fiscais	22.805	107,3	21.253	21.253	26.220	108,4	24.178	24.178	29.586	105,4	28.059
Impostos	22.670	107,4	21.100	21.100	26.082	108,4	24.064	24.064	29.402	105,3	27.913
Impostos sobre o rendimento	6.921	99,5	6.955	6.955	7.655	102,1	7.497	7.497	8.526	100,8	8.462
Imposto único sobre rendimentos	6.921	99,5	6.955	6.955	7.655	102,1	7.497	7.497	8.526	100,8	8.462
Outros impostos sobre os rendimentos											
Impostos Indirectos	15.749	438	14.145	14.145	18.427	474	16.567	16.567	20.876	520	19.450
Impostos sobre a despesa											
Imposto sobre o valor acrescentado	8.439	114,6	7.363	7.363	9.917	115,2	8.610	8.610	11.723	103,2	11.360
Imposto sobre bens e serviços	1.382	101,1	1.366	1.366	1.654	108,1	1.530	1.530	1.798	99,0	1817
Impostos sobre transacções internacionais	4.889	108,6	4.501	4.501	5.376	98,5	5.458	5.458	5.888	105,5	5.583
Direitos de importação	4.889	108,6	4.501	4.501	5.376	98,5	5.458	5.458	5.888	105,5	5.583
Imposto de selo	1.040	113,6	915	915	1.479	152,6	969	969	1.466	212,2	691
Outros impostos sobre a despesa	87	76,3	114	114	63	55,7	114	114	0	0,0	106
Taxas, Multas e Outras Penalidades	87	76,3	114	114	63	55,7	114	114	0	0,0	106
Outras receitas fiscais	48,3	123,8	39	39	74,1				184,4		40
2. Receitas não Fiscais	2.920	86,5	3.375	3.375	2.688	105,3	2.553	2.552	2.835	88,7	3.196
Taxas e Preços Públicos, Multas e Outras Pen	1.292	103,3	1251	1251	1.863	155,6	1197	1197	1.913	98,1	1950
Rendimentos de Propriedade/Rendimentos Fi	223	22,2	1005	1005	550	86,8	633	633	604	142,8	423
Cotização para Fundo de Previdência	497	77,2	644	644	87	57,3	151	151	51	33,7	151
Transferências correntes	91	34,3	264	264	54	16,1	333	333	44	28,7	154
Venda de bens e serviços correntes	38	85,1	45	45	46	107,0	43	43	52	89,3	58
Receitas autónomas ³		-				-				-	
Outras receitas correntes	778	468,5	166	166	90	46,2	195	195	171	37,2	460
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	25.725	104,5	24.628	24.628	28.908	108,1	26.731	26.730	32.421	103,7	31.254
3. Receitas de capital	549	13,8	3.965	3.965	4.381	178,8	2.450	2.450	1.021	38,6	2.645
Outras receitas de capital	549	13,8	3.965	3.965	4.381	178,8	2.450	2.450	1.021	38,6	2.645
RECEITAS ORÇAMENTAIS TOTAIS	26.274	91,9	28.593	28.593	33.289	114,1	29.182	29.180	33.442	98,7	33.899
<i>Decomposição percentual</i>											
Receitas Fiscais	86,8	--	74,3	74,3	78,8	--	82,9	82,9	88,5	--	82,8
Impostos sobre o rendimento	26,3	--	24,3	24,3	23,0	--	25,7	25,7	25,5	--	25,0
Impostos sobre a despesa	0,0	--	0,0	0,0	0,0	--	0,0	0,0	0,0	--	0,0
Imposto sobre o valor acrescentado	32,1	--	25,8	25,8	29,8	--	29,5	29,5	35,1	--	33,5
Receitas não Fiscais	11,1	--	11,8	11,8	8,1	--	8,7	8,7	8,5	--	9,4
Receitas correntes totais	97,9	--	86,1	86,1	86,8	--	91,6	91,6	96,9	--	92,2
Receitas de capital	2,1	--	13,9	13,9	13,2	--	8,4	8,4	3,1	--	7,8
Receitas orçamentais totais	100,0	--	100,0	100,0	100,0	--	100,0	100,0	100,0	--	100,0
Fonte: MF (DGCI e DGT)											

RECEITAS ORÇAMENTAIS

lhões de CVE

prog`revis.
28.059
27.913
8.462
8.462
19.450
11.360
1817
5.583
5.583
691
106
106
40
3.196
1950
423
151
154
58
460
31.254
2.645
2.645
33.899
82,8
25,0
0,0
33,5
9,4
92,2
7,8
100,0

DESPESAS PÚBLICAS CORRENTES

Milhões de CVE

	2006				2007				2008			
	Exec	grau ex.(%)	prog. Ini	prog. rev.	Exec	grau ex.(%)	prog. Ini	prog. rev.	Exec	grau ex.(%)	prog. Ini	prog. rev.
Despesas com Pessoal	10.491	93,1	11.197	11.264	10.902	96,4	11.324	11.314	11.329	92,6	12.262	12.241
Remunerações Certas e Permanente	9.702	97,4	9.520	9.960	9.987	98,2	9.896	10.168	10.334	96,2	10.430	10.747
Remunerações Variáveis	635	94,3	679	673	664	94,2	677	705	660	88,7	681	743
Segurança Social	152	29,4	603	515	244	74,2	328	329	329	76,9	373	428
Outras Despesas c/pessoal	3	2,3	395	116	7	6,2	422	113	6	1,9	778	323
Aquisição de bens e serviços	1.646	91,5	1.873	1.800	2.163	102,4	2.127	2.113	2.312	90,0	2.334	2.569
Juros correntes	1.920	99,0	1.822	1.939	1.881	99,2	1.896	1.896	1.847	97,0	2.074	1.904
Dívida interna	1.398	100,0	1.300	1.398	1.360	100,0	1.352	1.360	1.317	97,8	1.487	1.347
Dívida externa	522	100,0	504	522	520	99,5	531	523	528	95,2	566	555
Outros Encargos	0	0,0	19	19	1	6,7	13	13	1	56,1	20	2
Transferências correntes e subsídios	4.855	90,2	5.484	5.384	5.183	92,6	5.479	5.599	6.188	96,1	6.394	6.438
Transfeência administração Pública	2.423	86,8	2.937	2.791	2.701	88,7	3.070	3.043	3.071	95,7	3.351	3.208
Transferência Privada	276	92,6	301	298	113	104,0	110	109	292	96,6	304	302
Transferência as famílias	1.768	99,3	1.690	1.781	1.979	99,8	1.767	1.984	2.628	96,3	2.586	2.730
dos quais: Bolsas de estudo	314	72,5	500	433	356	83,8	500	425	375	78,9	475	475
Transferência ao Exterior	74	91,6	56	81	35	90,9	32	38	198	99,9	153	198
Subsídios	312	92,7	253	337	337	100,0	263	337	932	100,0	707	932
dos quais: Combustíveis	1.637	82,9	2.400	1.976	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	1.282	96,8	1.125	1.324	1.927	99,7	2.513	1.934	2.302	96,3	3.100	2.391
Despesas de capital	118	42,5	276	278	196	100,3	211	196	253	95,4	143	265
Valor a regularizar ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de atrasados	201	-	0	201	655	-	0	681	0	-	0	0
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	22.462	91,7	24.430	24.502	23.245	96,6	23.814	24.068	25.164	94,1	27.014	26.741
<i>Decomposição percentual</i>												
<i>Despesas com Pessoal</i>	<i>46,7</i>	<i>--</i>	<i>45,8</i>	<i>46,0</i>	<i>46,9</i>	<i>--</i>	<i>47,6</i>	<i>47,0</i>	<i>45,0</i>	<i>--</i>	<i>45,4</i>	<i>45,8</i>
<i>Bens e serviços</i>	<i>7,3</i>	<i>--</i>	<i>7,7</i>	<i>7,3</i>	<i>9,3</i>	<i>--</i>	<i>8,9</i>	<i>8,8</i>	<i>9,2</i>	<i>--</i>	<i>8,6</i>	<i>9,6</i>
<i>Juros correntes programados</i>	<i>8,5</i>	<i>--</i>	<i>7,5</i>	<i>7,9</i>	<i>8,1</i>	<i>--</i>	<i>8,0</i>	<i>7,9</i>	<i>7,3</i>	<i>--</i>	<i>7,7</i>	<i>7,1</i>
<i>Dívida interna</i>	<i>6,2</i>	<i>--</i>	<i>5,3</i>	<i>5,7</i>	<i>5,8</i>	<i>--</i>	<i>5,7</i>	<i>5,7</i>	<i>5,2</i>	<i>--</i>	<i>5,5</i>	<i>5,0</i>
<i>Dívida externa</i>	<i>2,3</i>	<i>--</i>	<i>2,1</i>	<i>2,1</i>	<i>2,2</i>	<i>--</i>	<i>2,2</i>	<i>2,2</i>	<i>2,1</i>	<i>--</i>	<i>2,1</i>	<i>2,1</i>
<i>Outros Encargos</i>												
<i>Transferências correntes</i>	<i>21,6</i>	<i>--</i>	<i>22,4</i>	<i>22,0</i>	<i>22,3</i>	<i>--</i>	<i>23,0</i>	<i>23,3</i>	<i>24,6</i>	<i>--</i>	<i>23,7</i>	<i>24,1</i>
<i>Despesas autónomas</i>	<i>0,0</i>	<i>--</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>--</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>--</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
<i>Outras despesas correntes</i>	<i>5,7</i>	<i>--</i>	<i>4,6</i>	<i>5,4</i>	<i>8,3</i>	<i>--</i>	<i>10,6</i>	<i>8,0</i>	<i>9,1</i>	<i>--</i>	<i>11,5</i>	<i>8,9</i>
<i>Valor a regularizar</i>												
<i>Despesas correntes totais</i>	<i>100,0</i>	<i>--</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>--</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>--</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: MF(DGCP).

**MAPA_IV_XVI Resumo das operações Fiscais do Governo Central
do Ano 2008**

Clas.Econ.	Designação	Administração Pública Central	Investimento	Total Geral
1.00.00.00	Receitas Correntes	32.421.126.199	0	32.421.126.199
1.01.00.00	Receitas Fiscais	29.585.974.981	0	29.585.974.981
1.01.01.00	Impostos	29.401.572.178		
1.01.02.00	Outras Receitas Fiscais	184.402.803		
1.02.00.00	Receitas não Fiscais	2.835.151.218	0	2.835.151.218
1.02.01.00	Multas e Outras Penalidades	124.984.420		
1.02.02.00	Taxas e Preços Públicos	1.788.277.294		
1.02.03.00	Rendimentos de Propriedades	236.111.678		
1.02.04.00	Cotização para fundo de previdência	50.831.038		
1.02.05.00	Rendimentos Financeiros	368.052.104		
1.02.06.00	Transferências Correntes	44.377.158		
1.02.06.01	Transferências das administrações públicas	400.000		
1.02.06.02	Transferências das administrações e sector privado	43.977.158		
1.02.06.03	Transferências ao Exterior	0		
1.02.07.00	Vendas	51.701.387		
1.02.08.00	Outras Receitas Correntes	170.816.139		
2.00.00.00	Receitas de Capital	1.019.978.688	6.235.753.697	7.255.732.385
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	30.000.043		30.000.043
2.02.00.00	Imobilizações Corpórias	989.978.645		989.978.645
2.04.00.01	Transferências de Capital	0	4.595.561.822	4.595.561.822
2.04.00.01	Transferências das administrações públicas		494.278.647	494.278.647
2.04.00.03	Transferências exterior	0	4.101.283.175	4.101.283.175
2.04.00.03.01	Ajuda alimentar		216.858.490	216.858.490
2.04.00.03.90	Outras Transferências(Donativos + Ajuda Orçamental)		3.884.424.685	3.884.424.685
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital		1.640.191.875	1.640.191.875
	Total das Receitas	33.441.104.887	6.235.753.697	39.676.858.584
Funcionamento		25.164.098.284		
03.01	Despesa Com Pessoal	11.329.479.038		
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	447.642.391		
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	1.864.756.373		
03.04	Encargos Da Dívida	1.846.678.034		
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	1.317.497.517		
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	527.937.220		
03.04.90	Outros Encargos	1.243.297		
03.05	Transferências Correntes	6.188.271.143		
03.05.01	Transferências a Administração Pública	3.070.598.179		
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	33.143.067		
03.05.01.02	Municípios	2.475.337.631		
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	293.254.876		
03.05.01.90	Outras Transferências	268.862.605		
03.05.02	Transferências a Administração Privada	292.077.249		
03.05.02.01	Partidos Políticos	35.000.000		
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	27.079.967		
03.05.02.90	Outras Transferências	229.997.282		
03.05.03	Transferências as Famílias	2.628.059.759		
03.05.03.01	Pensões	2.120.410.709		
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	374.698.653		
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	116.043.647		
03.05.03.90	Outras Transferências	16.906.750		
03.05.04	Transferências ao Exterior	197.535.956		
03.06	Subsídios	931.927.763		
03.07	Outras Despesas	2.302.006.520		
04	Despesas De Capital	253.337.021		
	Pagamentos extra-orçamentais			
Investimento	Investimento		16.603.803.846	16.603.803.846
	Financiamento Interno		4.578.092.180	4.578.092.180
	Financiamento Externo		12.025.711.666	12.025.711.666
Total	Total das Despesas	25.164.098.284	16.603.803.846	41.767.902.129
SALDO GLOBAL ORÇAMENTAL				-2.091.043.545
SALDO GLOBAL, INCLUINDO DONATIVOS				-2.091.043.545
SALDO GLOBAL, EXLUINDO DONATIVOS				-7.832.518.595

**MAPA_IV_XVI Resumo das operações Fiscais do Governo Central
do Ano 2008**

Clas.Econ.	Designação	Administração Pública Central	Investimento	Total Geral
FINANCIAMENTO INTERNO				51.099.326
	Empréstimo de Retrocessão			51.099.326
RECEITA	02.52	Passivos Financeiros		5.151.645.547
	02.52.02	Dívida Externa		5.151.645.547
DESPESA	04.52	Amortização dos Passivos Financeiros		1.906.027.759
	04.52.02	Amortização da Dívida Externa		1.906.027.759
FINANCIAMENTO EXTERNO LIQUIDO				3.245.617.788
RECEITA	02.52	Passivos Financeiros		-1.521.047.874
	02.52.01	Crédito Líquido ao Governo		-1.521.047.874
DESPESA	04.52			50.000.000
	04.52.01	Empréstimo concedido		50.000.000
FINANCIAMENTO INTERNO LIQUIDO				-1.571.047.874
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO				1.725.669.240
Erros e Omissões				-365.374.305
Défice global em % PIB				-1,6%
Défice excluindo donativos em % PIB				-5,85%
PIB provisório 2008				133.928.300.000

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008
MAPA_IV_Resumo
RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTAIS

Cód.	Receitas Correntes	Previstas	Realizadas	%	Cód.	Despesas Correntes	Previstas	Realizadas	%
1.01.01.00	Impostos	27.912.581.865	29.401.572.178	105%	03.01	Despesa Com Pessoal	12.262.063.781	11.329.479.038	92%
1.01.02.00	Outras Receitas Fiscais	145.986.010	184.402.803	126%	03.02	Aquisição De Bens E Serviços	521.025.807	447.642.391	86%
1.02.01.00	Multas e Outras Penalidades	85.761.597	124.984.420	146%	03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	1.813.164.257	1.864.756.373	103%
1.02.02.00	Taxas e Preços Públicos	1.864.032.537	1.788.277.294	96%	03.04	Encargos Da Dívida	2.073.812.892	1.846.678.034	89%
1.02.03.00	Rendimentos de Propriedades	15.561.357	236.111.678	1517%	03.05	Transferências Correntes	6.394.152.292	6.188.271.143	97%
1.02.04.00	Cotização para fundo de previdência	151.000.000	50.831.038	34%	03.06	Subsídios	706.629.459	931.927.763	132%
1.02.05.00	Rendimentos Financeiros	407.397.802	368.052.104	90%	03.07	Outras Despesas Correntes	3.100.152.274	2.302.006.520	74%
1.02.06.00	Transferências Correntes	154.410.000	44.377.158	29%					
1.02.07.00	Vendas	57.925.394	51.701.387	89%					
1.02.08.00	Outras Receitas Correntes	459.656.354	170.816.139	37%					
	Soma das Receitas Correntes	31.254.312.916	32.421.126.199	104%		Soma das Despesas Correntes	26.871.000.762	24.910.761.263	93%
	Receitas de Capital					Despesas de Capital			
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	0	30.000.043		04.01	Imobilizações Corpóreas	143.194.650	251.090.026	175%
2.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	2.584.943.130	989.978.645	38%	04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	
2.04.00.01	Transferências de Capital	7.277.852.623	6.234.607.697	86%	04.03	Transferências De Capital	0	0	0%
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital	46.964.852	1.146.000	0%	04.04	Outras Despesas De Capital	0	2.246.995	
	Soma das Receitas de Capital	9.909.760.605	7.255.732.385	73%		Soma das Despesas de Capital	143.194.650	253.337.021	177%
						Despesas de Investimento	17.581.031.688	16.603.803.846	94%
	Total das Receitas	41.164.073.521	39.676.858.584	96%		Total das Despesas	44.595.227.100	41.767.902.129	94%

CONTA GERAL DO ESTADO 2008
MAPA I - Receitas Correntes e de Capital do Estado
segundo a classificação económica

Clas.Econ.	Designação	Administração Pública Central		Investimento	Total Geral
		Administração Directa	FSA e Encargos Gerais da Nação		
1.00.00.00	Receitas Correntes	31.735.605.724	685.520.475	0	32.421.126.199
					0
1.01.00.00	Receitas Fiscais	29.585.974.981	0	0	29.585.974.981
1.01.01.00	Impostos	29.401.572.178	0	0	29.401.572.178
1.01.01.01	Impostos sobre rendimento	8.525.926.341	0	0	8.525.926.341
1.01.01.01.01	Imp.unico s/rendimentos - pessoas singulares	4.824.718.194			4.824.718.194
1.01.01.01.02	Imp.unico s/rendimentos - pessoas colectivas	3.701.208.147			3.701.208.147
1.01.01.02	Imposto sobre o valor acrescentado	11.723.490.827			11.723.490.827
1.01.01.03	Imposto sobre bens e serviços	1.798.286.129	0	0	1.798.286.129
1.01.01.03.01	Imposto de Consumo especial	1.340.399.279			1.340.399.279
1.01.01.03.02	Taxa Comunitária - CEDEAO	236.183.603			236.183.603
1.01.01.03.03	Taxa Ecologica	221.703.247			221.703.247
1.01.01.04	Imposto sobre transacções internacionais	5.888.183.012	0	0	5.888.183.012
1.01.01.04.01	Direitos de Importacao	5.888.183.012			5.888.183.012
1.01.01.05	Imposto de Selo	1.465.685.869	0	0	1.465.685.869
1.01.01.05.01	Estampilhas Fiscais	21.793.895			21.793.895
1.01.01.05.02	Selo de Verba	1.325.519.593			1.325.519.593
1.01.01.05.03	Selos especiais				0
1.01.01.05.90	Selos diversos	118.372.381			118.372.381
1.01.02.00	Outras Receitas Fiscais	184.402.803	0	0	184.402.803
1.01.02.01	Juros de Mora	102.814.543			102.814.543
1.01.02.02	Taxa de Relaxe	27.683.301			27.683.301
1.01.02.03	Multas por Infracções Fiscais	40.920.999			40.920.999
1.01.02.90	Outras receitas	12.983.960			12.983.960
	Receitas não Fiscais	2.149.630.743	685.520.475	0	2.835.151.218
1.02.01.00	Multas e Outras Penalidades	124.984.420	0	0	124.984.420
1.02.01.01	Juros de mora	307.034			307.034
1.02.01.03	Multas por Infracções ao Código de Estradas	39.760.801			39.760.801
1.02.01.90	Outras multas e penalidades	84.916.585			84.916.585
1.02.02.00	Taxas e Preços Públicos	1.192.848.009	595.429.285	0	1.788.277.294
1.02.02.01	Taxas de serviços	699.999.431	204.365.487	0	904.364.918
1.02.02.01.01	Taxas de Serviços de Passaportes	126.876.678			126.876.678
1.02.02.01.02	Taxa de serviços agrícolas e pecuários	17.971.659			17.971.659
1.02.02.01.03	Taxas de serviços de sanidade	0			0
1.02.02.01.04	Taxas de Serviços policiais	32.000			32.000
1.02.02.01.05	Taxas de Serviços de Viação	53.909.663			53.909.663
1.02.02.01.06	Taxas de Serviços de Comércio	13.874.020			13.874.020
1.02.02.01.07	Taxas de exploração de águas	0	40.414.135		40.414.135
1.02.02.01.90	Taxas de Serviços diversos	487.335.411	163.951.352		651.286.763
1.02.02.02	Emolumentos e Custas	226.827.297	172.263.549	0	399.090.846
1.02.02.02.01	Emolumentos dos portos e Capitánias	29.206.387			29.206.387
1.02.02.02.02	Emolumentos Judicias	44.805			44.805
1.02.02.02.03	Emolumentos dos Registos e Notariados	129.322.985			129.322.985
1.02.02.02.04	Emol Judiciais do Contenciosos Fiscal -Aduaneiros	0			0
1.02.02.02.05	Custas Judiciais do Contenciosos Fiscal -Aduaneiros	0			0
1.02.02.02.06	Emolumentos de Secretaria	1.066.168	119.405.826		120.471.994
1.02.02.02.90	Outros emolumentos e Custas	67.186.952	52.857.723		120.044.675
1.02.02.03	Emolumentos Pessoais	265.042.394	2.755.038	0	267.797.432
1.02.02.03.01	Serviços de Portos e Capitánias	23.488.685			23.488.685
1.02.02.03.02	Serviços de Justiça	217.572			217.572
1.02.02.03.03	Serviços dos Registos e Notariados	0			0
1.02.02.03.04	Serviços Judiciais do Contencioso fiscal -aduaneiros	0			0
1.02.02.03.05	Custas Judiciais - Contenciosos Fiscal -Aduaneiros	0			0
1.02.02.03.06	Serviços Aduaneiros e da Guarda Fiscal	176.027.613			176.027.613
1.02.02.03.08	Serviços da polícia de Fronteira	56.887.630			56.887.630
1.02.02.03.09	Serviços de Polícia de Ordem Pública	0			0
1.02.02.03.10	Serviços Agrícolas e pecuários	2.780.296			2.780.296
1.02.02.03.90	Serviços diversos	5.640.598	2.755.038		8.395.636
1.02.02.04	Bens e serviços não patrimoniais	978.887	216.045.211	0	217.024.098
1.02.02.04.01	Serviços de Vistorias	880.600			880.600
1.02.02.04.02	Serviços de Farmácias	98.287			98.287
1.02.02.04.03	Serviço Médico-Hospitalares	0	197.633.342		197.633.342
1.02.02.04.04	Serviços de Oficinas do Estado				0
1.02.02.04.05	Serviços de Recursos Agro-Florestais				0
1.02.02.04.06	Serviços de água		2.849.612		2.849.612
1.02.02.04.90	Serviços diversos		15.562.257		15.562.257
1.02.03.00	Rendimentos de Propriedades	203.161.940	32.949.738	0	236.111.678
1.02.03.01	Rendas de Concessões Aeroportuárias				0
1.02.03.03	Outras rendas e Concessões	42.452.025	8.000.000		50.452.025
1.02.03.04	Rendas de Terrenos				0
1.02.03.05	Rendas de Habitação do Estado	3.568.592			3.568.592
1.02.03.06	Rendas de edificios do Estado	0	10.120.420		10.120.420
1.02.03.07	Rendas diversas	148.741.323	3.073.181		151.814.504
1.02.03.08	Alugueres de equipamentos	0	8.906.074		8.906.074
1.02.03.09	Alugueres diversos	8.400.000	2.850.063		11.250.063
1.02.03.90	Outros Rendimentos de Propriedade				0
1.02.04.00	Cotização para fundo de previdência	50.831.038	0	0	50.831.038
1.02.04.01	Taxa Social Única	20.557.149			20.557.149
1.02.04.02	Caixa de aposentação e pensão	8.592.335			8.592.335
1.02.04.03	Montepio dos Servidores do Estado				0
1.02.04.90	Cotizações diversas para a segurança social	21.681.554			21.681.554
1.02.05.00	Rendimentos Financeiros	368.052.104	0	0	368.052.104

CONTA GERAL DO ESTADO 2008
MAPA I - Receitas Correntes e de Capital do Estado
segundo a classificação económica

Clas.Econ.	Designação	Administração Pública Central		Investimento	Total Geral
		Administração Directa	FSA e Encargos Gerais da Nação		
1.02.05.01	Juros de Créditos Internos Concedidos	17.479.882			17.479.882
1.02.05.04	Participação nos lucros das Empresas	330.940.505			330.940.505
1.02.05.90	Outros Rendimentos Financeiros	19.631.717			19.631.717
1.02.06.00	Transferências Correntes	44.377.158	0	0	44.377.158
1.02.06.01	Transferências das administrações públicas	400.000	0	0	400.000
1.02.06.01.90	Outras Transferências	400.000			400.000
1.02.06.02	Transferências das administrações e sector privado	43.977.158	0	0	43.977.158
1.02.06.02.03	Totoloto Nacional	43.977.158			43.977.158
1.02.06.03	Transferências do Exterior	0	0	0	0
1.02.06.03.90	Transferências diversas				0
1.02.07.00	Vendas	29.280.953	22.420.434	0	51.701.387
1.02.07.01	Mercadorias		2.666.867		2.666.867
1.02.07.02	Produtos acabados e Semi-Acabados		9.692.279		9.692.279
1.02.07.03	Publicações e Impressos	29.280.953	580.700		29.861.653
1.02.07.90	Outros		9.480.588		9.480.588
1.02.08.00	Outras Receitas Correntes	136.095.121	34.721.018	0	170.816.139
1.02.08.01	Reposições de Fundos	2.074.186	6.785.112		8.859.298
1.02.08.02	Serviços Consulares	2.329.320	18.454.045		20.783.365
1.02.08.90	Outras Receitas Correntes	131.691.615	3.493.129		135.184.744
1.02.08.99	Outras receitas extraordinárias		5.988.732		5.988.732
9.99.99.99	Recebimentos não identificado				0
2.00.00.00	Receitas de Capital	1.018.490.217	2.634.471	6.234.607.697	7.255.732.385
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	30.000.043	0	0	30.000.043
2.01.02.00	Outros	30.000.043			30.000.043
2.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	988.490.174	1.488.471	0	989.978.645
2.02.01.00	Terrenos	947.959.841			947.959.841
2.02.02.00	Habitações				0
2.02.03.00	Edifícios				0
2.02.04.00	Maquinaria e equipamentos básicos	33.557.802	40.000		33.597.802
2.02.05.00	Ferramentas e utensílios				0
2.02.06.00	Equipamentos administrativos				0
2.02.07.00	Equipamentos de Carga e Transporte		10.218		10.218
2.02.90.00	Outras imobilizações corpóreas	6.972.531	1.438.253		8.410.784
2.04.00.01	Transferências de Capital	0	1.146.000	4.594.415.822	4.595.561.822
2.04.00.01	Transferências das administrações públicas	0	0	494.278.647	494.278.647
2.04.00.01.90	Outras Transferências			494.278.647	494.278.647
2.04.00.03	Transferências exterior	0	1.146.000	4.100.137.175	4.101.283.175
2.04.00.03.01	Ajuda alimentar			216.858.490	216.858.490
2.04.00.03.90	Outras Transferências(Donativos)		1.146.000	3.883.278.685	3.884.424.685
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital(Ajuda Orçamental)	0	0	1.640.191.875	1.640.191.875
Total Geral		32.754.095.941	688.154.946	6.234.607.697	39.676.858.584

Ajuda alimentar entrado no Tesouro	216.858.490	216.858.490
Ajuda Austriaca		0
MCA	1.632.750.853	1.632.750.853
Ajuda Orçamental		0
Hollanda - Livre	826.987.500	826.987.500
Banco Mundial - livre	763.974.213	763.974.213
Hollanda -PANA		0
União Europeia - Livre	231.556.500	231.556.500
Austria	44.106.000	44.106.000
Espanha	372.144.375	372.144.375
Portugal	165.397.500	165.397.500
United kingdom- reembolso de Dívida		0
		0
Empréstimo de Retrocessão Janeiro a Dezembro	51.099.326	51.099.326

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

Mapa - IV_1.1

RESUMO DAS RECEITAS DO ESTADO POR CAPÍTULOS

CÓDIGO	RECEITAS CORRENTES	IMPORÂNCIA
1.01.01.00	Impostos	29.401.572.178
1.01.02.00	Outras Receitas Fiscais	184.402.803
1.02.01.00	Multas e Outras Penalidades	124.984.420
1.02.02.00	Taxas e Preços Públicos	1.788.277.294
1.02.03.00	Rendimentos de Propriedades	236.111.678
1.02.04.00	Cotização para fundo de previdência	50.831.038
1.02.05.00	Rendimentos Financeiros	368.052.104
1.02.06.00	Transferências Correntes	44.377.158
1.02.07.00	Vendas	51.701.387
1.02.08.00	Outras Receitas Correntes	170.816.139
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	32.421.126.199
	RECEITAS DE CAPITAL	
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	30.000.043
2.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	989.978.645
2.04.00.01	Transferências de Capital	6.234.607.697
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital	1.146.000
	SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	7.255.732.385
		0
	TOTAL DAS RECEITAS	39.676.858.584

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2

Despesas de funcionamento do Estado, segundo classificação econômica e orgânica

Class. Económ.	Designação	EGN											EGN Total		
		PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	CH_GOV	GPM	MPCMRE	MAPMQE	SEJ			
03.05.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.01.90	Outras Transferências	384.000	1.774.146	6.867.456	0	0	0	119.561.627	30.000.000	717.201	21.044.426	67.800.000	128.587.229	0	0
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	1.606.951	0	0	1.606.951	0	1.606.951	0	0
03.05.02.90	Outras Transferências	4.492.123	0	0	0	0	0	30.862.213	17.244.421	0	0	0	13.617.792	35.354.336	0
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.01.90	Pensões De Ex Presidentes	0	0	0	0	0	0	3.446.640	3.446.640	0	0	0	0	3.446.640	0
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	637.450	0	0	139.411	0	0	0	0	0	0	0	776.861	0
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07	Outras Despesas Correntes	0	5.227.860	716.164	10.450	133.093	1.439.637	1.488.752	0	1.488.752	0	0	0	9.015.956	0
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	5.227.860	716.164	10.450	133.093	1.439.637	1.488.752	0	1.488.752	0	0	0	9.015.956	0
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04	Despesas De Capital	7.655.665	84.988.382	0	0	13.000	1.259.000	5.668.995	5.376.271	292.724	0	0	0	99.585.042	0
04.01	Imobilizações Corpóreas	7.655.665	84.988.382	0	0	13.000	1.259.000	5.668.995	5.376.271	292.724	0	0	0	99.585.042	0
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.03	Habitacões	0	1.463.477	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.463.477	0
04.01.04	Edifícios	2.027.090	8.235.563	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.262.653	0
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	27.831.814	0	0	13.000	59.000	0	0	0	0	0	0	27.903.814	0
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	3.200.000	43.600.000	0	0	0	0	3.600.000	3.600.000	0	0	0	0	50.400.000	0
04.01.08	Equipamentos Administrativos	2.428.575	3.857.528	0	0	0	1.200.000	2.068.995	1.776.271	292.724	0	0	0	9.555.098	0
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Geral	123.379.062	602.549.356	28.863.979	27.419.734	60.151.121	19.280.149	376.026.028	150.603.819	79.501.117	41.855.566	104.065.526	1.237.669.429	0	0

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2

Despesas de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	GOV												GOV Total	
		MIT	MS	MD	MNEC	MAI	MFAP	MJ	MAA	MEES	MTS	MECC	MC		MDHOT
03.05.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	2.443.637.631	0	0	0	31.700.000	0	0	0	2.475.337.631
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	293.254.876	0	0	0	0	0	0	0	0	293.254.876	
03.05.01.90	Outras Transferências	0	13.000.000	0	0	0	53.640.010	0	0	27.055.270	10.500.000	0	13.803.478	117.998.758	
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	35.000.000	0	0	0	0	0	0	35.000.000	
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	4.500.000	0	0	0	0	0	2.000.000	0	0	16.473.016	0	0	2.500.000	
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	159.607.700	0	0	16.377.664	0	0	955.000	176.940.364	
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	1.356.267.493	0	0	0	0	0	0	1.356.267.493	
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	121.428.400	0	0	0	0	0	0	121.428.400	
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	591.829.957	0	0	0	0	0	0	591.829.957	
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.90	Pensões De Ex Presidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	374.698.653	0	0	0	374.698.653	
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	116.043.647	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	116.043.647	
03.05.03.90	Outras Transferências	0	2.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	13.017.000	1.389.750	16.906.750	
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	62.391.125	0	0	0	0	0	0	62.391.125	
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	131.627.983	0	0	0	0	0	0	131.627.983	
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	931.927.763	0	0	0	0	0	0	931.927.763	
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	83.512.000	0	0	0	0	0	0	83.512.000	
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	359.631.259	0	0	0	0	0	0	359.631.259	
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	488.784.504	0	0	0	0	0	0	488.784.504	
03.07	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	675.394	2.258.856.809	0	0	0	0	0	0	2.259.532.203	
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	717.579.044	0	0	0	0	0	0	717.579.044	
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	127.918.975	0	0	0	0	0	0	127.918.975	
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	1.316.987.595	0	0	0	0	0	0	1.316.987.595	
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	675.394	79.924.830	0	0	0	0	0	0	80.600.224	
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	16.446.365	0	0	0	0	0	0	16.446.365	
04	Despesas De Capital	103.291	0	0	0	5.802.135	114.146.088	0	54.900	0	0	0	0	120.106.414	
04.01	Imobilizações Corpóreas	103.291	0	0	0	5.802.135	114.146.088	0	54.900	0	0	0	0	120.106.414	
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.03	Habitacões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	103.848.598	0	0	0	0	0	0	103.848.598	
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	760.950	0	0	0	0	0	0	0	760.950	
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	6.280.000	0	0	0	0	0	0	6.280.000	
04.01.08	Equipamentos Administrativos	103.291	0	0	0	5.041.185	0	0	54.900	0	0	0	0	5.199.376	
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	4.017.490	0	0	0	0	0	0	4.017.490	
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total Geral	93.045.183	1.577.160.928	29.995.904	683.285.605	91.010.889	11.184.768.130	485.974.684	196.444.127	5.437.322.751	153.756.445	94.648.317	44.667.560	39.526.550	20.111.607.073

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2

Despesas de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
Total Geral			
03	Despesas Correntes	3.781.176.216	24.910.761.263
03.01	Despesa Com Pessoal	2.807.561.812	11.329.479.038
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	15.522.124	374.386.669
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	1.876.844.209	8.637.831.210
03.01.01.03	Pessoal Contratado	436.132.250	678.520.145
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	6.593.377	31.495.411
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	183.694.595	603.760.182
03.01.01.06	Despesas De Representação	349.750	8.206.635
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	26.848.395	439.742.196
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	19.902.466	26.677.775
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	120.497.042	179.449.891
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	129.500	5.682.689
03.01.02.90	Remunerações Diversas	8.087.355	8.087.355
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	2.037.543	51.214.302
03.01.03.02	Abono De Família	7.862.822	27.812.340
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	84.230.273	237.043.521
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	12.838.967	13.037.349
03.01.03.90	Encargos Diversos	267.403	267.403
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0	0
03.01.04.03	Progressões	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	0	0
03.01.04.05	Regressos	0	0
03.01.04.06	Promoções	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	5.723.741	6.263.965
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	285.385.563	447.642.391
03.02.01	Mercadorias	0	0
03.02.02	Matérias Primas	119.908	190.118
03.02.03.01	Medicamentos	161.859.701	255.729.053
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionár	38.858.293	88.477.085
03.02.03.03	Roupa E Calçado	67.610.141	69.570.947
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	8.189.781	21.914.197
03.02.03.90	Produtos Diversos	396.793	2.017.001
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	7.161.949	7.213.692
03.02.05.01	Construções Militares	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	1.320.496
03.02.05.90	Material Diverso	1.123.847	1.144.652
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	65.150	65.150
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	545.373.040	1.864.756.373
03.03.01	Água	31.708.063	89.605.813
03.03.02	Electricidade	67.565.356	257.239.444
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	75.088.726	141.998.421
03.03.04	Conservação E Manutenção	41.669.768	93.532.416
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	9.155.957	19.407.552
03.03.06	Consumo De Secretaria	24.552.100	66.849.250
03.03.07	Rendas E Alugueres	36.081.630	120.935.625
03.03.08	Representação	3.061.899	26.454.918
03.03.09	Comunicações	51.327.072	302.307.914
03.03.10	Seguros	18.534.611	33.836.385
03.03.11	Vigilância E Segurança	17.870.310	72.718.469
03.03.12.01	Residente	13.228.543	30.039.834
03.03.12.02	Não Residente	455.741	9.828.266
03.03.13	Deslocações E Estadias	53.967.610	312.751.002
03.03.14	Limpeza, Higiéne E Conforto	19.650.036	74.937.600
03.03.15	Formação	28.098.519	33.240.281
03.03.90	Outros Fornecimentos	53.357.099	179.073.183
03.04	Encargos Da Dívida	88.034	1.846.678.034
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	0	1.317.497.517
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	0	527.937.220
03.04.90	Outros Encargos	88.034	1.243.297
03.05	Transferências Correntes	109.309.406	6.188.271.143
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	19.152.000	33.143.067

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2

Despesas de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
03.05.01.02	Municípios	0	2.475.337.631
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	293.254.876
03.05.01.90	Outras Transferências	22.276.618	268.862.605
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	35.000.000
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	27.079.967
03.05.02.90	Outras Transferências	17.702.582	229.997.282
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	1.356.267.493
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	121.428.400
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	591.829.957
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	47.438.219	47.438.219
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	3.446.640
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	374.698.653
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	116.043.647
03.05.03.90	Outras Transferências	0	16.906.750
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	40.247	63.208.233
03.05.04.02	Outras Transferências	2.699.740	134.327.723
03.06	Subsídios	0	931.927.763
03.06.01	Empresas Públicas	0	83.512.000
03.06.02	Empresas Privadas	0	359.631.259
03.06.90	Subsídios Diversos	0	488.784.504
03.07	Outras Despesas Correntes	33.458.361	2.302.006.520
03.07.01	Restituições	0	717.579.044
03.07.02	Impostos E Taxas	375.609	375.609
03.07.03	Indemnizações	0	127.918.975
03.07.88	Dotação Provisional	0	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	1.316.987.595
03.07.90	Outras Despesas Correntes	33.082.752	122.698.932
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	33.645.565	253.337.021
04.01	Imobilizações Corpóreas	31.398.570	251.090.026
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0
04.01.03	Habitacões	242.200	1.705.677
04.01.04	Edifícios	3.727.499	117.838.750
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	9.122.522	37.787.286
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	313.807	313.807
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	8.193.553	64.873.553
04.01.08	Equipamentos Administrativos	9.798.989	24.553.463
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	4.017.490
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	2.246.995	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0
04.04.90	Outras Despesas	2.246.995	2.246.995
	Total Geral	3.814.821.781	25.164.098.284

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.1

Alterações no Orçamento de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	EGN											EGN Total	
		PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	CH_GOV	GPM	MPCMRE	MAPMQE	SEJ		
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.01.90	Outras Transferências	-116.000	-15.225.854	6.867.456	0	0	0	8.006.992	0	0	8.006.992	0	-467.406	
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	940.000	0	0	1.616.000	-676.000	940.000	
03.05.02.90	Outras Transferências	-507.877	0	0	0	0	0	8.418.008	18.000.000	0	0	-9.581.992	7.910.131	
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	-2.607.550	-1.900.000	0	-240.589	0	0	0	0	0	0	-4.748.139	
03.05.04.02	Outras Transferências	0	-600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-600.000	
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07	Outras Despesas Correntes	0	589.460	716.164	10.450	133.093	1.500.000	0	0	0	0	0	2.949.167	
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	589.460	716.164	10.450	133.093	1.500.000	0	0	0	0	0	2.949.167	
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04	Despesas De Capital	-1.194.335	8.648.382	0	0	-630.360	3.000.000	2.490.479	2.140.479	350.000	0	0	12.314.166	
04.01	Imobilizações Corpóreas	-1.194.335	8.648.382	0	0	-630.360	3.000.000	2.490.479	2.140.479	350.000	0	0	12.314.166	
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.03	Habitações	0	463.477	0	0	0	0	0	0	0	0	0	463.477	
04.01.04	Edifícios	27.090	-14.104.437	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-14.077.347	
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	18.331.814	0	0	-307.000	1.500.000	0	0	0	0	0	19.524.814	
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	-150.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-150.000	
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	-1.300.000	7.600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.300.000	
04.01.08	Equipamentos Administrativos	228.575	1.357.528	0	0	-323.360	1.500.000	2.490.479	2.140.479	350.000	0	0	5.253.222	
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	-5.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-5.000.000	
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total Geral	10.738.737	16.705.324	1.944.830	762.099	564.094	42.682.683	35.449.572	22.991.619	9.189.176	16.741.769	-13.472.992	108.847.339	

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.1

Alterações no Orçamento de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	GOV													GOV Total		
		MIT	MS	MD	MNEC	MAI	MFAP	MJ	MAA	MEES	MTS	MECC	MC	MDHOT			
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	54.000.000	0	0	4.917.730	0	0	0	0	0	58.917.730
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	-1.500.000	0	0	-1.097.768	0	0	0	0	0	-2.597.768
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	-25.392.300	0	0	0	0	0	0	0	0	-25.392.300
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	0	30.290.308	0	0	0	0	0	0	0	0	30.290.308
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	0	26.835.156	0	0	0	0	0	0	0	0	26.835.156
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	0	70.438.933	0	0	0	0	0	0	0	0	70.438.933
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	10.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.000.000
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	51.627.983	0	0	0	0	0	0	0	0	51.627.983
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	0	225.300.217	0	0	0	0	0	0	0	0	225.300.217
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	0	225.300.217	0	0	0	0	0	0	0	0	225.300.217
03.07	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	-33.433.258	-693.431.572	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-726.864.830
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	0	283.978.457	0	0	0	0	0	0	0	0	283.978.457
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	0	-510.521.311	0	0	0	0	0	0	0	0	-510.521.311
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	-150.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	-150.000.000
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	44.619.510	0	0	0	0	0	0	0	0	44.619.510
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	-33.433.258	-377.954.593	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-411.387.851
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	16.446.365	0	0	0	0	0	0	0	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	115.000	0	0	0	6.447.794	93.308.764	0	130.000	0	0	0	0	0	0	0	100.001.558
04.01	Imobilizações Corpóreas	115.000	0	0	0	6.447.794	93.308.764	0	130.000	0	0	0	0	0	0	0	100.001.558
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.03	Habitações	0	0	0	0	0	0	-6.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	-6.000.000
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	0	90.627.475	0	0	0	0	0	0	0	0	90.627.475
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	845.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	845.500
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	0	6.700.000	0	0	0	0	0	0	0	0	6.700.000
04.01.08	Equipamentos Administrativos	115.000	0	0	0	5.602.294	0	0	130.000	0	0	0	0	0	0	0	5.847.294
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	1.981.289	0	0	0	0	0	0	0	0	1.981.289
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Geral	0	10.000.000	0	0	-17.737.754	-476.965.125	0	0	2.237.861	0	0	0	0	0	0	-482.465.018

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.1

Alterações no Orçamento de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
03	Despesas Correntes	90.376.241	-395.557.162
03.01	Despesa Com Pessoal	65.067.539	-20.630.568
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	-3.030.000	13.135.970
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	-1.189.430	253.124.968
03.01.01.03	Pessoal Contratado	93.334.669	42.044.887
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	-6.566.045	2.726.378
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	9.019.521	6.021.756
03.01.01.06	Despesas De Representação	-285.050	-48.120
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	5.091.880	44.103.147
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	9.148.129	10.312.998
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	4.006.100	3.556.100
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	-256.250	921.100
03.01.02.90	Remunerações Diversas	4.769.530	3.269.530
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	0	1.000.000
03.01.03.02	Abono De Família	-1.010.530	-915.930
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	3.695.264	55.466.384
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	150.003	150.003
03.01.03.90	Encargos Diversos	0	-340.000
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	-172.696.144
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	-37.805.821	-129.600.646
03.01.04.03	Progressões	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	-3.167.160	-72.056.260
03.01.04.05	Regressos	-1.349.000	-14.471.320
03.01.04.06	Promoções	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	-7.303.447	-51.515.910
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	-2.184.824	-14.819.459
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	-27.881.856	-30.002.887
03.02.01	Mercadorias	0	0
03.02.02	Matérias Primas	-980.000	-980.000
03.02.03.01	Medicamentos	-42.242.084	-42.242.084
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionár	10.479.041	10.479.041
03.02.03.03	Roupa E Calçado	3.484.422	1.651.035
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	3.851.515	4.799.790
03.02.03.90	Produtos Diversos	-441.000	-1.676.919
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	-289.750	-289.750
03.02.05.01	Construções Militares	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	-260.000	710.000
03.02.05.90	Material Diverso	-1.550.000	-2.520.000
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	66.000	66.000
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	17.662.243	264.898.255
03.03.01	Água	7.296.181	8.045.714
03.03.02	Electricidade	-396.406	86.055.740
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	1.745.310	7.952.603
03.03.04	Conservação E Manutenção	16.391.688	19.810.054
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	-6.031.599	-11.931.440
03.03.06	Consumo De Secretaria	-611.881	-1.021.323
03.03.07	Rendas E Alugueres	1.086.492	4.233.217
03.03.08	Representação	543.347	3.948.171
03.03.09	Comunicações	5.006.818	114.978.457
03.03.10	Seguros	-20.138.169	-24.191.570
03.03.11	Vigilância E Segurança	-6.525.056	-12.530.211
03.03.12.01	Residente	-2.894.965	-1.556.594
03.03.12.02	Não Residente	-4.120.000	5.252.525
03.03.13	Deslocações E Estadias	5.535.532	41.482.048
03.03.14	Limpeza, Higiéne E Conforto	-432.241	-9.014.806
03.03.15	Formação	-542.145	-1.818.883
03.03.90	Outros Fornecimentos	21.749.337	35.204.553
03.04	Encargos Da Dívida	88.034	-169.768.740
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	0	-140.256.774
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	0	-11.600.000
03.04.90	Outros Encargos	88.034	-17.911.966
03.05	Transferências Correntes	21.021.831	44.143.774
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	-1.000.000	-6.117.730
03.05.01.02	Municípios	0	-194.914.955

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.1

Alterações no Orçamento de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0
03.05.01.90	Outras Transferências	0	58.450.324
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	-1.657.768
03.05.02.90	Outras Transferências	17.702.582	220.413
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	30.290.308
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	26.835.156
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	70.438.933
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	6.403.449	6.403.449
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	10.000.000
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	-3.384.200	-8.132.339
03.05.04.02	Outras Transferências	1.300.000	52.327.983
03.06	Subsídios	0	225.300.217
03.06.01	Empresas Públicas	0	0
03.06.02	Empresas Privadas	0	0
03.06.90	Subsídios Diversos	0	225.300.217
03.07	Outras Despesas Correntes	14.418.450	-709.497.213
03.07.01	Restituições	0	283.978.457
03.07.02	Impostos E Taxas	-360.305	-360.305
03.07.03	Indemnizações	0	-510.521.311
03.07.88	Dotação Provisional	0	-150.000.000
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	44.619.510
03.07.90	Outras Despesas Correntes	14.778.755	-393.659.929
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	9.961.438	122.277.162
04.01	Imobilizações Corpóreas	7.714.443	120.030.167
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0
04.01.03	Habitacões	0	-5.536.523
04.01.04	Edifícios	1.090.723	77.640.851
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	-7.481.259	12.889.055
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	313.807	163.807
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	5.703.553	18.703.553
04.01.08	Equipamentos Administrativos	8.087.619	19.188.135
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	-3.018.711
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	2.246.995	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0
04.04.90	Outras Despesas	2.246.995	2.246.995
	Total Geral	100.337.679	-273.280.000

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008
MAPA IV_2.1.1

Alterações no Orçamento de funcionamento do Estado, com recurso a Dotação Provisional
(Com pessoal e a cargo do MFAP)

Descrição Organica Nivel 3	Descrição Organica Nivel 4	RO_DET_Class.Economica 2	DESCRICAO	Anulações	Reforços
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.01.90-Outras Despesas Com Pes	Reforço de verba para pagamento de	5.961.051	
Encargos Comuns - Outras	Encargos Comuns - Outras Despesa	03.07.90-Outras Despesas Correntes	Reforço de verba para pagamento de Progressão na		5.961.051
Chefia Do Governo	Gabinete Do Primeiro Ministro	03.01.01.03-Pessoal Contratado	Reforço de verba pagamento aumento salarial		110.135
		03.01.01.05-Subsídios Permanentes	Reforço de verba pagamento aumento salarial		1.756
		03.01.02.02-Horas Extraordinárias	Reforço de verba pagamento aumento salarial		2.454
		03.01.03.03-Contribuições Para A Se	Reforço de verba pagamento aumento salarial		17.402
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.01.04.01-Aumento Salarial	Reforço de verba pagamento aument	131.747	
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.01.90-Outras Despesas Com Pes	Não inscrição da rubrica	960.000	
Ministerio Das Finanças E Ac	MF - Gabinete Do Ministro	03.01.02.01-Gratificações Eventuais	Não inscrição da rubrica		960.000
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.01.90-Outras Despesas Com Pes	Insuficiencia de verba	300.000	
Ministerio Das Finanças E Ac	MF - Gabinete Do Ministro	03.01.01.05-Subsídios Permanentes	Insuficiencia de verba		300.000
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.01.04.01-Aumento Salarial	Ajustamento de verba para processa	122.564.397	
Pensões	Enc. Com. - Pensões Por Conta Mini	03.05.03.01.01-Pensões De Aposent	Ajustamento de verba para processamento de pensõ		25.290.308
		03.05.03.01.02-Pensões De Sobreviv	Ajustamento de verba para processamento de pensõ		26.835.156
		03.05.03.01.03-Pensões De Regime	Ajustamento de verba para processamento de pensõ		70.438.933
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.07.88-Dotação Provisional	Remane scente defice tarifario a ELE	1.205.000	
Subsidios Diversos	Subsidios Diversos	03.06.90-Subsídios Diversos	Remane scente defice tarifario a ELECTRA		1.205.000
Enc.Com. - Encargos Da Dív	Enc.Com. - Encargos Da Dívida Exte	03.04.02-Juros Da Dívida Externa	Reajustamento de verba para comple	11.600.000	
		05.02.03.02.02-Dívida Externa de M	Reajustamento de verba para comple	44.000.000	
Enc.Com. - Encargos Da Dív	Enc.Com. - Encargos Da Dívida Inter	05.02.03.01.02-Dívida Interna de Mé	Reajustamento de verba para completo amortizacão		233.127.000
Enc.Com.-Outros	Enc.Com.-Outros	03.04.90-Outros Encargos	Reajustamento de verba para comple	18.000.000	
Encargos Comuns - Despesa	Encargos Comuns - Despesas Extra	03.07.89-Despesas Extraordinárias	Reajustamento de verba para comple	10.732.000	
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.07.88-Dotação Provisional	Reajustamento de verba para comple	148.795.000	
Enc.Com. - Contribuição Ser	Enc.Com. - Contribuição Serviços Si	03.01.03.03-Contribuições Para A Se	Regularização contribuição segurança social ao INP		50.000.000
Encargos Comuns - Dotação	Encargos Comuns - Dotação Provisio	03.01.04.01-Aumento Salarial	Regularização contribuição seguranc	50.000.000	
	Total Geral			414.249.195	414.249.195

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.2

Orçamento corrigido do Estado, segundo classificação econômica e orgânica

Class. Económ.	Designação	EGN											EGN Total	
		PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	CH_GOV	GPM	MPCMRE	MAPMQE	SEJ		
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.01.90	Outras Transferências	384.000	1.774.146	6.867.456	0	0	0	119.594.992	30.000.000	750.000	21.044.992	67.800.000	128.620.594	
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	1.616.000	0	0	1.616.000	0	1.616.000	
03.05.02.90	Outras Transferências	4.492.123	0	0	0	0	0	40.154.008	26.536.000	0	0	13.618.008	44.646.131	
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0	0	0	0	0	3.446.640	3.446.640	0	0	0	3.446.640	
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	637.450	0	0	139.411	0	0	0	0	0	0	776.861	
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07	Outras Despesas Correntes	0	5.227.860	716.164	10.450	133.093	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	0	9.087.567	
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	5.227.860	716.164	10.450	133.093	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	0	9.087.567	
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04	Despesas De Capital	7.655.665	84.988.382	0	0	13.000	3.000.000	6.490.479	6.140.479	350.000	0	0	102.147.526	
04.01	Imobilizações Corpóreas	7.655.665	84.988.382	0	0	13.000	3.000.000	6.490.479	6.140.479	350.000	0	0	102.147.526	
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.03	Habitções	0	1.463.477	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.463.477	
04.01.04	Edifícios	2.027.090	8.235.563	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.262.653	
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	27.831.814	0	0	13.000	1.500.000	0	0	0	0	0	29.344.814	
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	3.200.000	43.600.000	0	0	0	0	4.000.000	4.000.000	0	0	0	50.800.000	
04.01.08	Equipamentos Administrativos	2.428.575	3.857.528	0	0	0	1.500.000	2.490.479	2.140.479	350.000	0	0	10.276.582	
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total Geral	131.652.880	624.232.889	45.663.723	29.138.067	74.757.961	42.682.683	441.919.398	174.650.831	102.628.306	53.537.430	111.102.831	1.390.047.601	

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.2

Orçamento corrigido do Estado, segundo classificação econômica e orgânica

Class. Econôm.	Designação	GOV													GOV Total	
		MIT	MS	MD	MNEC	MAI	MFAP	MJ	MAA	MEES	MTS	MECC	MC	MDHOT		
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	293.884.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	293.884.000
03.05.01.90	Outras Transferências	0	13.000.000	0	0	0	54.000.000	0	0	27.069.730	10.500.000	0	14.000.000	0	0	118.569.730
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	35.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	35.000.000
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	5.000.000	0	0	0	0	0	2.000.000	0	0	16.960.232	0	0	2.500.000	0	26.460.232
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	159.607.700	0	0	16.406.000	0	0	955.000	0	0	176.968.700
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	1.356.568.738	0	0	0	0	0	0	0	0	1.356.568.738
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	121.975.003	0	0	0	0	0	0	0	0	121.975.003
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	592.153.411	0	0	0	0	0	0	0	0	592.153.411
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	475.000.000	0	0	0	0	0	475.000.000
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	116.366.689	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	116.366.689
03.05.03.90	Outras Transferências	0	2.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	13.017.000	1.389.750	0	0	16.906.750
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	62.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	62.500.000
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	131.627.983	0	0	0	0	0	0	0	0	131.627.983
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	931.929.676	0	0	0	0	0	0	0	0	931.929.676
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	83.512.000	0	0	0	0	0	0	0	0	83.512.000
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	359.631.259	0	0	0	0	0	0	0	0	359.631.259
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	488.786.417	0	0	0	0	0	0	0	0	488.786.417
03.07	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	13.866.742	2.331.563.043	0	0	0	0	0	0	0	0	2.345.429.785
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	783.978.457	0	0	0	0	0	0	0	0	783.978.457
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	127.978.689	0	0	0	0	0	0	0	0	127.978.689
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	1.316.988.211	0	0	0	0	0	0	0	0	1.316.988.211
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	13.866.742	86.171.321	0	0	0	0	0	0	0	0	100.038.063
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	16.446.365	0	0	0	0	0	0	0	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	115.000	0	0	0	6.447.794	121.808.764	0	130.000	0	0	0	0	0	0	128.501.558
04.01	Imobilizações Corpóreas	115.000	0	0	0	6.447.794	121.808.764	0	130.000	0	0	0	0	0	0	128.501.558
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.03	Habitações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	110.627.475	0	0	0	0	0	0	0	0	110.627.475
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	845.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	845.500
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	6.700.000	0	0	0	0	0	0	0	0	6.700.000
04.01.08	Equipamentos Administrativos	115.000	0	0	0	5.602.294	0	0	130.000	0	0	0	0	0	0	5.847.294
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	4.481.289	0	0	0	0	0	0	0	0	4.481.289
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Geral	109.786.944	1.743.753.652	31.479.174	767.954.725	129.395.482	11.690.984.221	522.999.264	219.366.026	5.601.877.361	167.207.202	121.666.914	49.943.006	47.426.331	21.203.840.302	

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.2

Orçamento corrigido do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
03	Despesas Correntes	4.112.204.781	26.475.443.600
03.01	Despesa Com Pessoal	3.076.124.656	12.241.433.213
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	24.253.447	423.514.113
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	1.992.722.187	8.848.021.592
03.01.01.03	Pessoal Contratado	457.050.758	747.795.877
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	7.634.198	54.812.667
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	196.074.522	662.521.988
03.01.01.06	Despesas De Representação	859.750	10.468.731
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	37.597.064	475.463.975
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	23.368.817	36.043.206
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	129.628.112	200.639.152
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	5.210.000	14.767.350
03.01.02.90	Remunerações Diversas	12.326.860	16.412.704
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	2.250.000	63.416.920
03.01.03.02	Abono De Família	9.983.000	33.213.444
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	119.360.828	310.343.934
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	17.646.128	20.844.510
03.01.03.90	Encargos Diversos	590.000	594.532
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	39.871.603
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	12.298.577	94.808.151
03.01.04.03	Progressões	0	1.064.284
03.01.04.04	Reclassificações	1.740.108	6.672.499
03.01.04.05	Regressos	8.928.317	34.568.404
03.01.04.06	Promoções	0	1.170.342
03.01.04.90	Outras Dotações	3.182.306	32.275.182
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	13.419.677	112.128.053
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	295.675.781	491.022.920
03.02.01	Mercadorias	0	0
03.02.02	Matérias Primas	120.000	228.000
03.02.03.01	Medicamentos	161.932.916	269.032.916
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionár	39.185.241	95.490.141
03.02.03.03	Roupa E Calçado	74.051.819	82.208.162
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	8.547.555	25.862.830
03.02.03.90	Produtos Diversos	576.000	4.899.621
03.02.04	Outros Aproveitamentos	7.196.250	7.585.250
03.02.05.01	Construções Militares	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	1.500.000	2.970.000
03.02.05.90	Material Diverso	2.500.000	2.530.000
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	66.000	216.000
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	593.336.800	2.078.062.512
03.03.01	Água	33.521.765	101.498.245
03.03.02	Electricidade	72.237.340	271.428.215
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	80.024.308	165.511.641
03.03.04	Conservação E Manutenção	43.763.412	108.347.538
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	10.198.623	26.801.025
03.03.06	Consumo De Secretaria	25.948.775	78.689.678
03.03.07	Rendas E Alugueres	43.313.242	137.113.136
03.03.08	Representação	3.564.347	28.942.517
03.03.09	Comunicações	54.977.538	321.011.319
03.03.10	Seguros	22.914.546	40.588.237
03.03.11	Vigilância E Segurança	17.957.072	83.722.717
03.03.12.01	Residente	14.371.879	36.523.956
03.03.12.02	Não Residente	980.000	10.352.525
03.03.13	Deslocações E Estadias	58.248.627	336.746.129
03.03.14	Limpeza, Higiéne E Conforto	21.151.376	81.956.572
03.03.15	Formação	33.641.941	39.604.342
03.03.90	Outros Fornecimentos	56.522.009	209.224.720
03.04	Encargos Da Dívida	88.034	1.904.044.152
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	0	1.347.223.081
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	0	554.606.328
03.04.90	Outros Encargos	88.034	2.214.743
03.05	Transferências Correntes	110.841.801	6.438.296.066
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	19.160.000	33.988.127
03.05.01.02	Municípios	0	2.609.538.676

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.2

Orçamento corrigido do Estado, segundo classificação econômica e orgânica

Class. Econôm.	Designação	FSA Total	Total Global
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	293.884.000
03.05.01.90	Outras Transferências	23.800.000	270.990.324
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	35.000.000
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	28.076.232
03.05.02.90	Outras Transferências	17.702.582	239.317.413
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	1.356.568.738
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	121.975.003
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	592.153.411
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	47.438.219	47.438.219
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	3.446.640
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	475.000.000
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	116.366.689
03.05.03.90	Outras Transferências	0	16.906.750
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	41.000	63.317.861
03.05.04.02	Outras Transferências	2.700.000	134.327.983
03.06	Subsídios	0	931.929.676
03.06.01	Empresas Públicas	0	83.512.000
03.06.02	Empresas Privadas	0	359.631.259
03.06.90	Subsídios Diversos	0	488.786.417
03.07	Outras Despesas Correntes	36.137.709	2.390.655.061
03.07.01	Restituições	0	783.978.457
03.07.02	Impostos E Taxas	533.346	533.346
03.07.03	Indemnizações	0	127.978.689
03.07.88	Dotação Provisional	0	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	1.316.988.211
03.07.90	Outras Despesas Correntes	35.604.363	144.729.993
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	34.822.728	265.471.812
04.01	Imobilizações Corpóreas	32.575.733	263.224.817
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0
04.01.03	Habitacões	1.000.000	2.463.477
04.01.04	Edifícios	4.090.723	124.980.851
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	9.130.031	39.320.345
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	313.807	313.807
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	8.203.553	65.703.553
04.01.08	Equipamentos Administrativos	9.837.619	25.961.495
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	4.481.289
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	2.246.995	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0
04.04.90	Outras Despesas	2.246.995	2.246.995
	Total Geral	4.147.027.509	26.740.915.412

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.3

Despesas Liquidadas de funcionamento do Estado, segundo classificação econômica e orgânica

Class. Econôm.	Designação	EGN											EGN Total	
		PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	CH_GOV	GPM	MPCMRE	MAPMQE	SEJ		
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.05.01.90	Outras Transferências	384.000	1.774.146	6.867.456	0	0	0	119.561.627	30.000.000	717.201	21.044.426	67.800.000	128.587.229	
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	1.606.951	0	0	1.606.951	0	1.606.951	
03.05.02.90	Outras Transferências	4.492.123	0	0	0	0	0	30.862.213	17.244.421	0	0	13.617.792	35.354.336	
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0	0	0	0	0	3.446.640	3.446.640	0	0	0	3.446.640	
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	637.450	0	0	139.411	0	0	0	0	0	0	776.861	
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07	Outras Despesas Correntes	0	5.227.860	716.164	10.450	133.093	1.439.637	1.488.752	0	1.488.752	0	0	9.015.956	
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	5.227.860	716.164	10.450	133.093	1.439.637	1.488.752	0	1.488.752	0	0	9.015.956	
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04	Despesas De Capital	7.655.665	84.988.382	0	0	13.000	1.259.000	5.668.995	5.376.271	292.724	0	0	99.585.042	
04.01	Imobilizações Corpóreas	7.655.665	84.988.382	0	0	13.000	1.259.000	5.668.995	5.376.271	292.724	0	0	99.585.042	
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.03	Habitações	0	1.463.477	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.463.477	
04.01.04	Edifícios	2.027.090	8.235.563	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.262.653	
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	27.831.814	0	0	13.000	59.000	0	0	0	0	0	27.903.814	
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	3.200.000	43.600.000	0	0	0	0	3.600.000	3.600.000	0	0	0	50.400.000	
04.01.08	Equipamentos Administrativos	2.428.575	3.857.528	0	0	0	1.200.000	2.068.995	1.776.271	292.724	0	0	9.555.098	
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total Geral	123.379.062	602.549.356	28.863.979	27.419.734	60.151.121	19.280.149	376.026.028	150.603.819	79.501.117	41.855.566	104.065.526	1.237.669.429	

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.3

Despesas Liquidadas de funcionamento do Estado, segundo classificação econômica e orgânica

Class. Econôm.	Designação	GOV											GOV Total			
		MIT	MS	MD	MNEC	MAI	MFAP	MJ	MAA	MEES	MTS	MECC		MC	MDHOT	
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	293.254.876	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	293.254.876
03.05.01.90	Outras Transferências	0	13.000.000	0	0	0	53.640.010	0	0	27.055.270	10.500.000	0	13.803.478	0	117.998.758	
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	35.000.000	0	0	0	0	0	0	0	35.000.000	
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	4.500.000	0	0	0	0	0	2.000.000	0	0	16.473.016	0	0	2.500.000	25.473.016	
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	159.607.700	0	0	16.377.664	0	0	955.000	0	176.940.364	
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	0	0	0	0	1.356.267.493	0	0	0	0	0	0	0	1.356.267.493	
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	0	0	0	0	121.428.400	0	0	0	0	0	0	0	121.428.400	
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	0	0	0	0	591.829.957	0	0	0	0	0	0	0	591.829.957	
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	0	0	0	0	0	0	0	374.698.653	0	0	0	0	374.698.653	
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	116.043.647	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	116.043.647	
03.05.03.90	Outras Transferências	0	2.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	13.017.000	1.389.750	0	16.906.750	
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	62.391.125	0	0	0	0	0	0	0	62.391.125	
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	131.627.983	0	0	0	0	0	0	0	131.627.983	
03.06	Subsídios	0	0	0	0	0	931.927.763	0	0	0	0	0	0	0	931.927.763	
03.06.01	Empresas Públicas	0	0	0	0	0	83.512.000	0	0	0	0	0	0	0	83.512.000	
03.06.02	Empresas Privadas	0	0	0	0	0	359.631.259	0	0	0	0	0	0	0	359.631.259	
03.06.90	Subsídios Diversos	0	0	0	0	0	488.784.504	0	0	0	0	0	0	0	488.784.504	
03.07	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	675.394	2.258.856.809	0	0	0	0	0	0	0	2.259.532.203	
03.07.01	Restituições	0	0	0	0	0	717.579.044	0	0	0	0	0	0	0	717.579.044	
03.07.02	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.03	Indemnizações	0	0	0	0	0	127.918.975	0	0	0	0	0	0	0	127.918.975	
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	1.316.987.595	0	0	0	0	0	0	0	1.316.987.595	
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	675.394	79.924.830	0	0	0	0	0	0	0	80.600.224	
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	16.446.365	0	0	0	0	0	0	0	16.446.365	
04	Despesas De Capital	103.291	0	0	0	5.802.135	114.146.088	0	54.900	0	0	0	0	0	120.106.414	
04.01	Imobilizações Corpóreas	103.291	0	0	0	5.802.135	114.146.088	0	54.900	0	0	0	0	0	120.106.414	
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.03	Habitações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	103.848.598	0	0	0	0	0	0	0	103.848.598	
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	760.950	0	0	0	0	0	0	0	0	760.950	
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	6.280.000	0	0	0	0	0	0	0	6.280.000	
04.01.08	Equipamentos Administrativos	103.291	0	0	0	5.041.185	0	0	54.900	0	0	0	0	0	5.199.376	
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	4.017.490	0	0	0	0	0	0	0	4.017.490	
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total Geral	93.045.183	1.577.160.928	29.995.904	683.285.605	91.010.889	11.184.768.130	486.000.178	196.444.127	5.437.322.751	153.756.445	94.648.317	44.667.560	39.526.550	20.111.632.567	

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.3

Despesas Liquidadas de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
03	Despesas Correntes	3.782.637.957	24.912.248.497
03.01	Despesa Com Pessoal	2.807.561.812	11.329.479.038
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	15.522.126	374.386.671
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	1.876.844.217	8.637.831.218
03.01.01.03	Pessoal Contratado	436.132.255	678.520.150
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	6.593.375	31.495.409
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	183.699.397	603.764.984
03.01.01.06	Despesas De Representação	349.750	8.206.635
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	26.848.394	439.742.195
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	19.902.464	26.677.773
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	120.497.042	179.449.891
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	129.500	5.682.689
03.01.02.90	Remunerações Diversas	8.087.355	8.087.355
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	2.037.543	51.214.302
03.01.03.02	Abono De Família	7.858.020	27.807.538
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	84.230.263	237.043.511
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	12.838.967	13.037.349
03.01.03.90	Encargos Diversos	267.403	267.403
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0	0
03.01.04.03	Progressões	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	0	0
03.01.04.05	Reingressos	0	0
03.01.04.06	Promoções	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	5.723.741	6.263.965
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	285.385.563	447.642.391
03.02.01	Mercadorias	0	0
03.02.02	Matérias Primas	119.908	190.118
03.02.03.01	Medicamentos	161.859.701	255.729.053
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionár	38.858.293	88.477.085
03.02.03.03	Roupa E Calçado	67.610.141	69.570.947
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	8.189.781	21.914.197
03.02.03.90	Produtos Diversos	396.793	2.017.001
03.02.04	Outros Aproveitamentos	7.161.949	7.213.692
03.02.05.01	Construções Militares	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	1.320.496
03.02.05.90	Material Diverso	1.123.847	1.144.652
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	65.150	65.150
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	545.373.040	1.864.781.867
03.03.01	Água	31.720.736	89.618.486
03.03.02	Electricidade	67.552.683	257.226.771
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	75.088.726	141.998.421
03.03.04	Conservação E Manutenção	41.669.768	93.532.416
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	9.155.957	19.407.552
03.03.06	Consumo De Secretaria	24.552.100	66.849.250
03.03.07	Rendas E Alugueres	36.081.630	120.935.625
03.03.08	Representação	3.061.899	26.454.918
03.03.09	Comunicações	51.327.072	302.307.914
03.03.10	Seguros	18.534.611	33.836.385
03.03.11	Vigilância E Segurança	17.870.310	72.718.469
03.03.12.01	Residente	13.228.543	30.039.834
03.03.12.02	Não Residente	455.741	9.828.266
03.03.13	Deslocações E Estadias	53.967.610	312.751.002
03.03.14	Limpeza, Higiéne E Conforto	19.650.036	74.937.600
03.03.15	Formação	28.098.519	33.240.281
03.03.90	Outros Fornecimentos	53.357.099	179.098.677
03.04	Encargos Da Dívida	88.034	1.846.678.034
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	0	1.317.497.517
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	0	527.937.220
03.04.90	Outros Encargos	88.034	1.243.297
03.05	Transferências Correntes	110.771.147	6.189.732.884
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	19.152.000	33.143.067
03.05.01.02	Municípios	0	2.475.337.631

CONTA GERAL DO ESTADO / 2008

MAPA IV_2.3

Despesas Liquidadas de funcionamento do Estado, segundo classificação económica e orgânica

Class. Económ.	Designação	FSA Total	Total Global
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	293.254.876
03.05.01.90	Outras Transferências	23.738.359	270.324.346
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	35.000.000
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	27.079.967
03.05.02.90	Outras Transferências	17.702.582	229.997.282
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	0	1.356.267.493
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	0	121.428.400
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	0	591.829.957
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	47.438.219	47.438.219
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	0	3.446.640
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0	374.698.653
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0	116.043.647
03.05.03.90	Outras Transferências	0	16.906.750
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	40.247	63.208.233
03.05.04.02	Outras Transferências	2.699.740	134.327.723
03.06	Subsídios	0	931.927.763
03.06.01	Empresas Públicas	0	83.512.000
03.06.02	Empresas Privadas	0	359.631.259
03.06.90	Subsídios Diversos	0	488.784.504
03.07	Outras Despesas Correntes	33.458.361	2.302.006.520
03.07.01	Restituições	0	717.579.044
03.07.02	Impostos E Taxas	375.609	375.609
03.07.03	Indemnizações	0	127.918.975
03.07.88	Dotação Provisional	0	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	1.316.987.595
03.07.90	Outras Despesas Correntes	33.082.752	122.698.932
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	33.645.565	253.337.021
04.01	Imobilizações Corpóreas	31.398.570	251.090.026
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0
04.01.03	Habitacões	242.200	1.705.677
04.01.04	Edifícios	3.727.499	117.838.750
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	9.122.522	37.787.286
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	313.807	313.807
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	8.193.553	64.873.553
04.01.08	Equipamentos Administrativos	9.798.989	24.553.463
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	4.017.490
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	2.246.995	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0
04.04.90	Outras Despesas	2.246.995	2.246.995
	Total Geral	3.816.283.522	25.165.585.518

Class. Económ.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado	Pagamentos	Por pagar	% 1	Exe %
						Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro		
03.07.89	Despesas Extraordinárias	1.272.368.701	44.619.510	1.316.988.211	1.316.987.595	1.316.987.595	1.316.987.595	0	5,2%	100,0%
03.07.90	Outras Despesas Correntes	538.389.922	-393.659.929	144.729.993	122.698.932	122.698.932	122.698.932	0	0,5%	84,8%
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	16.446.365	16.446.365	16.446.365	16.446.365	16.446.365	0	0,1%	100,0%
04	Despesas De Capital	143.194.650	122.277.162	265.471.812	253.337.021	253.337.021	253.337.021	0	1,0%	95,4%
04.01	Imobilizações Corpóreas	143.194.650	120.030.167	263.224.817	251.090.026	251.090.026	251.090.026	0	1,0%	95,4%
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.01.03	Habitacões	8.000.000	-5.536.523	2.463.477	1.705.677	1.705.677	1.705.677	0	0,0%	69,2%
04.01.04	Edifícios	47.340.000	77.640.851	124.980.851	117.838.750	117.838.750	117.838.750	0	0,5%	94,3%
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	26.431.290	12.889.055	39.320.345	37.787.286	37.787.286	37.787.286	0	0,2%	96,1%
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	150.000	163.807	313.807	313.807	313.807	313.807	0	0,0%	100,0%
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	47.000.000	18.703.553	65.703.553	64.873.553	64.873.553	64.873.553	0	0,3%	98,7%
04.01.08	Equipamentos Administrativos	6.773.360	19.188.135	25.961.495	24.553.463	24.553.463	24.553.463	0	0,1%	94,6%
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	7.500.000	-3.018.711	4.481.289	4.017.490	4.017.490	4.017.490	0	0,0%	89,7%
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04	Outras Despesas De Capital	0	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	0	0,0%	100,0%
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.90	Outras Despesas	0	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	0	0,0%	100,0%
Total Geral		27.014.195.412	-273.280.000	26.740.915.412	25.165.585.518	25.165.585.518	25.164.098.284	28.366	100,0%	94,1%

Class. Económ.	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado	Pagamentos	Por pagar	% 1	Exe %
					Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro		
03.01.01.90 - Outros Combustíveis N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.02.01 - Electricidade	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.02.02 - Energia Excluindo Electricidade	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.02.90 - Electricidade E Outras Fontes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.90 - Combustíveis E Energia N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E C	413.437.029	3.726.624	417.163.653	359.773.468	359.773.468	359.773.468	2.872	1,4%	86,2%
03.02.01.01 - Gestão Fundiária	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.02 - Preços E Rendimentos Agricol	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.03 - Extensão Rural	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.04 - Veterinária	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.05 - Controlo De Pragas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	146.181.740	1.015.000	147.196.740	130.979.030	130.979.030	130.979.030	0	0,5%	89,0%
03.02.02 - Silvicultura	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.03 - Pesca E Caça	42.166.070	3.226.624	45.392.694	45.280.825	45.280.825	45.280.825	2.872	0,2%	99,8%
03.02.04 - Pesquisa Agrícola E Desenvolvi	55.967.954	0	55.967.954	34.421.563	34.421.563	34.421.563	0	0,1%	61,5%
03.02.90 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E C	169.121.265	-515.000	168.606.265	149.092.050	149.092.050	149.092.050	0	0,6%	88,4%
03.03 - Indústria Extractiva, Transformad	7.714.060	200.000	7.914.060	4.755.951	4.755.951	4.755.951	0	0,0%	60,1%
03.03.01 - Indústria Extractiva	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.02 - Indústria Transformadora	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.03 - Indústria De Construção	7.714.060	200.000	7.914.060	4.755.951	4.755.951	4.755.951	0	0,0%	60,1%
03.03.90 - Indústria N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04 - Transportes E Comunicações	154.059.641	2.323.365	156.383.006	121.622.573	121.622.573	121.622.573	0	0,5%	77,8%
03.04.01.01 - Construção De Estradas	20.389.880	1.357.425	21.747.305	17.859.143	17.859.143	17.859.143	0	0,1%	82,1%
03.04.01.02 - Funcionamento Do Sistema R	41.692.257	965.940	42.658.197	36.032.449	36.032.449	36.032.449	0	0,1%	84,5%
03.04.02.01 - Infraestruturas De Transporte N	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.02.02 - Funcionamento Do Sistema De	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.03.01 - Construção De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.03.02 - Funcionamento Do Sistema De	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.04.01 - Construção De Condutas E De	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.04.02 - Funcionamento Do Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.05 - Sistemas De Transporte N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.90 - Comunicações	91.977.504	0	91.977.504	67.730.981	67.730.981	67.730.981	0	0,3%	73,6%
03.05 - Outros Serviços Económicos	623.774.412	23.433.476	647.207.888	590.086.246	590.086.246	590.086.246	0	2,3%	91,2%
03.05.01.01 - Distribuição E Armazenagem	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.02 - Hotéis E Restaurantes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.03 - Distribuição, Hotéis E Restaura	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.02 - Turismo	92.958.780	16.743.708	109.702.488	103.429.241	103.429.241	103.429.241	0	0,4%	94,3%
03.05.03 - Serviços Económicos Desenvolvim	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.04 - Serviços Económicos E Comercia	113.724.910	45.000	113.769.910	90.527.400	90.527.400	90.527.400	0	0,4%	79,6%
03.05.05 - Trabalho	216.860.035	0	216.860.035	200.673.435	200.673.435	200.673.435	0	0,8%	92,5%
03.05.90 - Serviços Económicos N.E.	200.230.687	6.644.768	206.875.455	195.456.170	195.456.170	195.456.170	0	0,8%	94,5%
90 - Outras Funções	8.980.320.676	-474.004.164	8.506.316.512	8.240.436.667	8.240.436.667	8.240.436.667	0	32,7%	96,9%
90.90 - Outros Serviços	8.980.320.676	-474.004.164	8.506.316.512	8.240.436.667	8.240.436.667	8.240.436.667	0	32,7%	96,9%
90.90.01 - Encargos Da Dívida Pública	2.073.812.892	-169.856.774	1.903.956.118	1.846.590.000	1.846.590.000	1.846.590.000	0	7,3%	97,0%
90.90.02 - Transferências Inter-Institucionais	2.771.153.631	-193.314.955	2.577.838.676	2.443.637.631	2.443.637.631	2.443.637.631	0	9,7%	94,8%
90.90.90 - Outras Serviços N.E.	4.135.354.153	-110.832.435	4.024.521.718	3.950.209.036	3.950.209.036	3.950.209.036	0	15,7%	98,2%

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA IV_3

Despesas de funcionamento e de investimentos do Estado
segundo uma classificação funcional

Funções	Estado		TOTAL
	Funcionamento	Investimento	
Total Geral	25.164.098.284	16.603.803.846	41.767.902.129
01 - Funções Gerais	5.533.867.664	1.828.334.316	7.362.201.980
01.01 - Serviços Públicos Gerais	2.894.014.436	1.459.926.078	4.353.940.514
01.01.01.01 - Órgãos Executivos E Legislativos	998.925.662	671.901.199	1.670.826.861
01.01.01.02 - Administração Financeira E Fiscal	0	2.535.356	2.535.356
01.01.01.03 - Negócios Estrangeiros	683.285.605	0	683.285.605
01.01.01.90 - Outros Órgãos	59.560.575	192.131.013	251.691.588
01.01.02.01 - Ciências Naturais, Engenharia E Tecn	16.696.160	0	16.696.160
01.01.02.02 - Ciências Sociais E Humanas	0	0	0
01.01.02.03 - Investigação Multidisciplinar	0	0	0
01.01.03.01 - Gestão De Pessoal	0	122.096.818	122.096.818
01.01.03.02 - Planeamento Global E Estatística	0	447.326.725	447.326.725
01.01.03.90 - Outros Serviços Gerais	964.726.181	10.218.179	974.944.360
01.01.90 - Serviços Públicos Gerais N.E.	170.820.253	13.716.788	184.537.041
01.02 - Defesa	661.502.023	160.000.000	821.502.023
01.02.01.01 - Defesa Militar	630.884.611	160.000.000	790.884.611
01.02.01.02 - Defesa Civil	15.298.759	0	15.298.759
01.02.01.90 - Defesa Militar E Civil N.E.	0	0	0
01.02.02 - Defesa N.E.	15.318.653	0	15.318.653
01.03 - Segurança E Ordem Pública	1.978.351.205	208.408.238	2.186.759.443
01.03.01.01 - Ordem Pública	1.433.015.154	0	1.433.015.154
01.03.01.02 - Protecção Contra Incêndio	0	0	0
01.03.01.90 - Ordem Pública E Protecção Contra Inc	0	2.307.609	2.307.609
01.03.02 - Tribunais	358.385.507	75.714.099	434.099.606
01.03.03 - Prisões	118.181.414	0	118.181.414
01.03.90 - Segurança E Ordem Pública N.E.	68.769.130	130.386.530	199.155.660
02 - Funções Sociais	10.313.555.714	4.230.312.704	14.543.868.418
02.01 - Educação	5.854.486.230	1.199.725.640	7.054.211.870
02.01.01 - Ensino Pré-Primário	0	6.513.132	6.513.132
02.01.02 - Ensino Primário E Secundário	4.804.848.854	578.881.316	5.383.730.170
02.01.03 - Ensino Superior	388.315.569	119.498.744	507.814.313
02.01.04 - Ensino N.E.	74.245.408	0	74.245.408
02.01.05 - Serviços Auxiliares	39.370.666	185.929.269	225.299.935
02.01.90 - Educação N.E.	547.705.733	308.903.179	856.608.912
02.02 - Saúde	2.065.510.619	1.059.753.043	3.125.263.662
02.02.01.01 - Serviços Hospitalares Gerais	475.807.028	827.905.578	1.303.712.606
02.02.01.02 - Serviços Hospitalares Especializados	0	0	0
02.02.01.03 - Serviços Médicos E Maternidade	0	0	0
02.02.01.04 - Serviços De Enfermaria E Convalesce	0	0	0
02.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	0	0	0
02.02.02.01 - Clínicas E Consultóios De Medicina G	0	0	0
02.02.02.02 - Clínicas E Consultóios Especializados	0	0	0
02.02.02.03 - Clínicas Dentárias E Dentistas	0	0	0
02.02.02.04 - Clínicas E Consultóios N.E.	0	0	0
02.02.03 - Saúde Pública	26.235.701	231.847.465	258.083.166
02.02.04 - Medicamentos, Prótese E Equipamento M	0	0	0
02.02.05 - Investigação Aplicada E Desenvolvimento	0	0	0
02.02.90 - Saúde N.E.	1.563.467.890	0	1.563.467.890
02.03 - Segurança E Assistência Social	2.107.522.754	439.724.817	2.547.247.571
02.03.01.01 - Doença, Parto E Benefícios Por Incap	0	0	0
02.03.01.02 - Pensões Para Funcionários	2.069.525.850	0	2.069.525.850
02.03.01.03 - Subsídio À Velhice Ou De Sobrevivênc	0	0	0
02.03.01.04 - Subsídio De Desemprego	0	0	0
02.03.01.90 - Segurança Social N.E.	12.580.182	0	12.580.182
02.03.02.01 - Acolhimento De Crianças	25.416.722	46.720.663	72.137.385
02.03.02.02 - Acolhimento De Idosos	0	0	0
02.03.02.03 - Acolhimento De Deficientes	0	0	0
02.03.02.04 - Outros Centros De Acolhimento	0	0	0
02.03.02.05 - Assistência Social, Excluindo Centros	0	0	0
02.03.02.90 - Assistência Social N.E.	0	334.866.454	334.866.454
02.03.90 - Segurança E Assistência Social .E.	0	58.137.700	58.137.700
02.04 - Habitação E Desenvolvimento Colectivo	25.173.603	1.306.376.664	1.331.550.267
02.04.01.01 - Habitação	0	134.391.090	134.391.090
02.04.01.02 - Desenvolvimento Colectivo	0	177.341.134	177.341.134
02.04.01.90 - Habitação E Serviços Colectivos N.E.	0	0	0
02.04.02 - Abastecimento De Água	0	886.055.348	886.055.348
02.04.03.01 - Recolha De Lixo, Sistema De Esgotos	0	108.589.092	108.589.092
02.04.03.02 - Controle E Redução Da Poluição	0	0	0
02.04.03.90 - Saneamento E Controle Da Poluição N	25.173.603	0	25.173.603
02.04.04 - Iluminação De Vias	0	0	0

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA IV_3

Despesas de funcionamento e de investimentos do Estado
segundo uma classificação funcional

Funções	Estado		TOTAL
	Funcionamento	Investimento	
02.04.90 - Habitação E Desenvolvimento Colectivo N	0	0	0
02.05 - Recreação, Cultura E Religião	260.862.508	224.732.540	485.595.048
02.05.01 - Recreação	120.058.812	67.996.693	188.055.505
02.05.02 - Cultura	0	75.201.533	75.201.533
02.05.03 - Rádio, Televisão E Publicações	0	22.974.912	22.974.912
02.05.04 - Religião E Outros Serviços Colectivos	0	0	0
02.05.90 - Recreação, Cultura E Religião N.E.	140.803.696	58.559.402	199.363.098
03 - Funções Económicas	1.076.238.238	10.316.603.653	11.392.841.891
03.01 - Combustíveis E Energia	0	856.988.189	856.988.189
03.01.01.01 - Combustíveis De Origem Mineral	0	0	0
03.01.01.02 - Petróleo E Gás	0	0	0
03.01.01.90 - Outros Combustíveis N.E.	0	0	0
03.01.02.01 - Electricidade	0	416.195.981	416.195.981
03.01.02.02 - Energia Excluindo Electricidade	0	148.164.933	148.164.933
03.01.02.90 - Electricidade E Outras Fontes De Ene	0	251.553.075	251.553.075
03.01.90 - Combustíveis E Energia N.E.	0	41.074.200	41.074.200
03.02 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça	359.773.468	1.666.712.879	2.026.486.347
03.02.01.01 - Gestão Fundiária	0	634.236.190	634.236.190
03.02.01.02 - Preços E Rendimentos Agrícolas	0	2.465.636	2.465.636
03.02.01.03 - Extensão Rural	0	84.317.998	84.317.998
03.02.01.04 - Veterinária	0	2.940.000	2.940.000
03.02.01.05 - Controlo De Pragas	0	0	0
03.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	130.979.030	566.878.857	697.857.887
03.02.02 - Silvicultura	0	1.680.000	1.680.000
03.02.03 - Pesca E Caça	45.280.825	249.294.903	294.575.728
03.02.04 - Pesquisa Agrícola E Desenvolvimento Ex	34.421.563	80.622.375	115.043.938
03.02.90 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça N.	149.092.050	44.276.920	193.368.970
03.03 - Indústria Extractiva, Transformadora E D	4.755.951	11.880.154	16.636.105
03.03.01 - Indústria Extractiva	0	0	0
03.03.02 - Indústria Transformadora	0	0	0
03.03.03 - Indústria De Construção	4.755.951	0	4.755.951
03.03.90 - Indústria N.E.	0	11.880.154	11.880.154
03.04 - Transportes E Comunicações	121.622.573	6.410.129.675	6.531.752.248
03.04.01.01 - Construção De Estradas	17.859.143	3.976.171.168	3.994.030.311
03.04.01.02 - Funcionamento Do Sistema Rodoviário	36.032.449	428.373.979	464.406.428
03.04.02.01 - Infraestruturas De Transporte Marítimo	0	771.827.157	771.827.157
03.04.02.02 - Funcionamento Do Sistema De Transp	0	33.123.281	33.123.281
03.04.03.01 - Construção De Infraestruturas	0	506.469.742	506.469.742
03.04.03.02 - Funcionamento Do Sistema De Transp	0	694.164.348	694.164.348
03.04.04.01 - Construção De Condutas E De Outras	0	0	0
03.04.04.02 - Funcionamento Do Transporte Por Col	0	0	0
03.04.05 - Sistemas De Transporte N.E.	0	0	0
03.04.90 - Comunicações	67.730.981	0	67.730.981
03.05 - Outros Serviços Económicos	590.086.246	1.370.892.756	1.960.979.002
03.05.01.01 - Distribuição E Armazenagem	0	0	0
03.05.01.02 - Hotéis E Restaurantes	0	0	0
03.05.01.03 - Distribuição, Hotéis E Restaurantes N.	0	8.051.551	8.051.551
03.05.02 - Turismo	103.429.241	195.152.386	298.581.627
03.05.03 - Serviços Económicos Desenvolvimento In	0	868.039.766	868.039.766
03.05.04 - Serviços Económicos E Comerciais	90.527.400	271.559.621	362.087.021
03.05.05 - Trabalho	200.673.435	1.234.750	201.908.185
03.05.90 - Serviços Económicos N.E.	195.456.170	26.854.682	222.310.852
90 - Outras Funções	8.240.436.667	228.553.173	8.468.989.840
90.90 - Outros Serviços	8.240.436.667	228.553.173	8.468.989.840
90.90.01 - Encargos Da Dívida Pública	1.846.590.000	0	1.846.590.000
90.90.02 - Transferências Inter-Institucionais	2.443.637.631	195.797.481	2.639.435.112
90.90.90 - Outras Serviços N.E.	3.950.209.036	32.755.692	3.982.964.728

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA IV_4

Conta geral das receitas e despesas dos Serviços e Fundos Autônomos, segundo classificação orgânica

Sigla	Descrição Orgânica	Receitas					Despesas				
		Receitas Próprias	Montante depositado na conta do FSA referente ao orçamento 2008	Montante pago pelo Tesouro referente ao orçamento 2008	Saldo de Gerência do ano 2007 na conta fora do tesouro	Total	Orçamento inicial	Orçamento Actual	Executadas no Tesouro	Executadas Fora do Tesouro	Total Execução
P.R	Presidência Da República	0	120.833.972	0	2.616.588	123.450.560	120.914.143	131.652.880	106.559.579	0	123.379.062
AN	Assembleia Nacional	2.323.395	532.674.016	0	69.181.919	604.179.330	607.527.565	624.232.889	493.875.849	0	602.549.356
STJ	Supremo Tribunal De Justiça	144.280	33.969.061	0	4.717.057	38.830.398	43.718.893	45.663.723	27.401.025	0	28.863.979
PGR	Procuradoria Geral Da República	0	28.375.968	0	16.297.044	44.673.012	28.375.968	29.138.067	26.951.164	0	27.419.734
T.CON	Tribunal De Contas	5.227.370	62.637.175	0	22.013.906	89.878.451	74.193.867	74.757.961	46.813.044	0	60.151.121
CNE	Comissão Nacional De Eleições	878.049	39.286.251	0	27.495.951	67.660.251	0	42.682.683	19.000.412	0	19.280.149
ICIEG	Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidad	0	8.110.272	8.084.409	0	8.110.272	9.544.141	9.675.888	8.084.409	0	8.084.409
IEFP	Instituto Do Emprego E Da Formação Profissional	0	49.209.169	46.916.990	3.331.515	52.540.684	49.652.833	49.652.833	46.916.990	0	46.916.990
CJ	Centro De Juventude	0	26.808.765	23.174.558	0	26.808.765	27.188.763	27.188.763	23.174.558	0	23.174.558
IE	Instituto De Estradas	14.214.311	20.257.319	15.854.149	144.894.795	179.366.425	20.389.880	21.747.305	15.854.149	2.004.994	17.859.143
LEC	Laboratório De Engenharia Civil	10.803.404	8.825.304	13.729.633	91.322	19.720.030	20.554.300	20.554.300	13.729.633	2.966.527	16.696.160
IMP	Instituto Marítimo Portuario	3.449.781	91.063.272	66.642.612	1.665.475	96.178.528	91.977.504	91.977.504	66.642.612	1.088.369	67.730.981
INDP	Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pesc	30.653.404	14.099.396	24.252.947	1.113.250	45.866.050	42.166.070	45.392.694	24.252.947	20.726.722	45.280.825
HAN	Hospital Central Agostinho Neto	102.099.817	165.734.079	0	10.074.511	277.908.407	246.684.485	277.006.128	166.675.234	0	272.689.003
HBS	Hospital Central Baptista De Sousa	97.347.706	102.788.156	0	3.308.860	203.444.722	194.946.509	203.299.342	102.779.182	0	203.118.025
CNDS	Centro Nacional De Desenvolvimento Sanitário	0	8.999.956	7.279.905	1.692.093	10.692.049	9.355.080	9.355.080	7.279.905	0	7.279.905
RSSN	Região Sanitária Santiago Norte	0	11.313.409	0	0	11.313.409	11.313.409	11.313.409	311.248	4.951.510	5.262.758
EMFA	Estado Maior Das Forças Armadas	0	602.899.331	0	29.575.449	632.474.780	631.461.716	643.619.119	592.167.330	0	616.207.360
IC	Instituto Das Comunidades	18.454.045	46.377.421	41.843.676	0	64.831.466	47.190.421	64.893.003	41.843.676	17.702.582	58.084.517
PN	Polícia Nacional	7.346.970	1.361.678.144	0	210.695.551	1.579.720.665	1.412.597.149	1.412.597.149	1.271.686.031	16.399.349	1.288.048.580
INE	Instituto Nacional De Estatística	1.198.301	101.954.919	102.262.082	0	103.153.220	111.489.542	111.489.542	102.262.082	2.467	102.264.544
INAG	Instituto Nacional De Administração E Gestão	25.311.168	5.864.079	10.103.320	13.139.360	44.314.607	13.196.656	14.748.388	10.103.320	1.675.000	11.778.320
PJ	Polícia Judiciária	0	144.860.076	0	47.337	144.907.413	147.960.271	148.918.295	124.640.466	0	144.966.574
CCCD	Comissão De Coordenação E Combate À Droga	0	13.440.538	11.491.507	6.642.389	20.082.927	13.804.540	13.804.540	11.491.507	0	11.491.507
INIDA	Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário	9.304.261	22.312.698	27.530.594	21.710.615	53.327.574	55.967.954	55.967.954	27.344.306	7.077.257	34.421.563
INGRH	Instituto Nacional De Gestão De Recursos Hídric	45.037.005	7.000.000	0	195.941.707	247.978.712	87.806.818	87.806.818	7.000.000	68.355.961	75.355.961
INMG	Instituto Nacional De Meteorologia E Geofísica	117.233.644	14.610.949	0	2.126.026	133.970.619	124.110.949	131.455.717	14.610.949	116.842.927	131.453.876
ICASE	Instituto Caboverdiano De Acção Social Escolar	0	41.306.592	39.370.666	22.517.563	63.824.155	41.669.596	41.669.596	39.370.666	12.680	39.370.666
ISECMAR	Instituto Superior De Engenharia E Ciências Do	43.518.383	60.996.394	91.858.057	37.968	104.552.745	120.460.029	120.782.885	91.858.057	3.700.745	95.552.105
ISE	Instituto Superior De Educação	105.291.389	53.113.819	152.585.146	0	158.405.208	130.488.364	160.488.364	152.585.146	0	152.585.146
IP	Instituto Pedagógico	14.657.337	68.013.619	80.039.540	563.241	83.234.197	91.594.253	91.594.253	80.039.540	18.800	80.053.540
UNICV	Universidade De Cabo Verde	0	52.877.129	49.602.022	0	52.877.129	87.003.132	57.003.132	49.602.022	4	49.602.022
ICM	Instituto Caboverdiano Da Criança e do Adolesce	0	28.597.971	25.416.722	9.701.088	38.299.059	28.828.874	28.828.874	25.416.722	0	25.416.722
ACI	Agência Caboverdiana De Investimentos	32.580.613	72.750.771	72.487.575	19.885.870	125.217.254	85.016.776	101.805.484	72.487.575	26.820.758	99.308.324
AHN	Arquivo Histórico Nacional	452.800	28.555.881	28.057.035	582.293	29.590.974	28.961.884	28.961.884	28.057.035	800.355	28.857.389
IIPC	Instituto De Investigação E Património Cultural	0	36.261.171	33.278.754	0	36.261.171	39.773.096	39.773.096	33.278.754	4	33.278.755
IBNL	Instituto Da Biblioteca Nacional E Do Livro	627.513	22.087.839	22.075.433	274	22.715.626	23.534.836	23.656.170	22.075.433	556.120	22.631.553
	Total Geral	688.154.946	4.110.544.881	993.937.332	841.661.017	5.640.360.844	4.921.420.266	5.095.155.712	3.994.222.557	291.703.131	4.676.465.182

Class. Económ.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado	Pagamentos	Por pagar	% 1	Exe %
						Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro		
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.07.90	Outras Despesas Correntes	20.825.608	14.778.755	35.604.363	33.082.752	33.082.752	33.082.752	0	0,9%	92,9%
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04	Despesas De Capital	24.861.290	9.961.438	34.822.728	33.645.565	33.645.565	33.645.565	0	0,9%	96,6%
04.01	Imobilizações Corpóreas	24.861.290	7.714.443	32.575.733	31.398.570	31.398.570	31.398.570	0	0,8%	96,4%
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.01.03	Habitacões	1.000.000	0	1.000.000	242.200	242.200	242.200	0	0,0%	24,2%
04.01.04	Edifícios	3.000.000	1.090.723	4.090.723	3.727.499	3.727.499	3.727.499	0	0,1%	91,1%
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	16.611.290	-7.481.259	9.130.031	9.122.522	9.122.522	9.122.522	0	0,2%	99,9%
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	313.807	313.807	313.807	313.807	313.807	0	0,0%	100,0%
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	2.500.000	5.703.553	8.203.553	8.193.553	8.193.553	8.193.553	0	0,2%	99,9%
04.01.08	Equipamentos Administrativos	1.750.000	8.087.619	9.837.619	9.798.989	9.798.989	9.798.989	0	0,3%	99,6%
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04	Outras Despesas De Capital	0	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	0	0,1%	100,0%
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.90	Outras Despesas	0	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	2.246.995	0	0,1%	100,0%
Total Geral		4.046.689.830	100.337.679	4.147.027.509	3.816.283.522	3.816.283.522	3.814.821.781	2.872	100,0%	92,0%

Class. Económ.	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado	Pagamentos	Por pagar	% 1	Exe %
					Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro		
03.01.01.90 - Outros Combustíveis N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.02.01 - Electricidade	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.02.02 - Energia Excluindo Electricidade	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.02.90 - Electricidade E Outras Fontes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.90 - Combustíveis E Energia N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E C	185.940.842	3.226.624	189.167.466	155.058.349	155.058.349	155.058.349	2.872	4,1%	82,0%
03.02.01.01 - Gestão Fundiária	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.02 - Preços E Rendimentos Agricol	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.03 - Extensão Rural	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.04 - Veterinária	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.05 - Controlo De Pragas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	87.806.818	0	87.806.818	75.355.961	75.355.961	75.355.961	0	2,0%	85,8%
03.02.02 - Silvicultura	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.03 - Pesca E Caça	42.166.070	3.226.624	45.392.694	45.280.825	45.280.825	45.280.825	2.872	1,2%	99,8%
03.02.04 - Pesquisa Agrícola E Desenvolvime	55.967.954	0	55.967.954	34.421.563	34.421.563	34.421.563	0	0,9%	61,5%
03.02.90 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E C	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03 - Indústria Extractiva, Transformad	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.01 - Indústria Extractiva	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.02 - Indústria Transformadora	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.03 - Indústria De Construção	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.90 - Indústria N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04 - Transportes E Comunicações	112.367.384	1.357.425	113.724.809	85.590.124	85.590.124	85.590.124	0	2,2%	75,3%
03.04.01.01 - Construção De Estradas	20.389.880	1.357.425	21.747.305	17.859.143	17.859.143	17.859.143	0	0,5%	82,1%
03.04.01.02 - Funcionamento Do Sistema Rd	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.02.01 - Infraestruturas De Transporte N	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.02.02 - Funcionamento Do Sistema De	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.03.01 - Construção De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.03.02 - Funcionamento Do Sistema De	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.04.01 - Construção De Condutas E De	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.04.02 - Funcionamento Do Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.05 - Sistemas De Transporte N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.04.90 - Comunicações	91.977.504	0	91.977.504	67.730.981	67.730.981	67.730.981	0	1,8%	73,6%
03.05 - Outros Serviços Económicos	258.780.558	24.133.476	282.914.034	277.679.190	277.679.190	277.679.190	0	7,3%	98,1%
03.05.01.01 - Distribuição E Armazenagem	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.02 - Hotéis E Restaurantes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.03 - Distribuição, Hotéis E Restaura	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.02 - Turismo	85.016.776	16.788.708	101.805.484	99.308.324	99.308.324	99.308.324	0	2,6%	97,5%
03.05.03 - Serviços Económicos Desenvolvim	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.04 - Serviços Económicos E Comercia	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.05 - Trabalho	49.652.833	0	49.652.833	46.916.990	46.916.990	46.916.990	0	1,2%	94,5%
03.05.90 - Serviços Económicos N.E.	124.110.949	7.344.768	131.455.717	131.453.876	131.453.876	131.453.876	0	3,4%	100,0%
90 - Outras Funções	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
90.90 - Outros Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
90.90.01 - Encargos Da Dívida Pública	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
90.90.02 - Transferências Inter-Institucionais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
90.90.90 - Outras Serviços N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%

CONTA GERAL DO ESTADO/2008**MAPA_IV_4.2**

Conta geral das receitas e despesas dos Fundos Autônomos, segundo classificação orgânica

Descrição Orgânica	Receitas	Despesas
MNEC - Fundo Autonomo De Slidariedade- Fsc	20.000.000	18.538.259
Funcionamento - Fundo De Desenvolvimento Do Desporto	65.000.000	64.999.910
Gimno Desportivo	5.772.580	5.772.580
Escola De Enfermagem	14.083.333	11.444.623
Cofre Das Alfandegas	12.570.000	12.559.101
Fundo Para Aluguer Se Sala De Conferência Do Mfap	400.000	399.215
Centro Nacional De Artesanato	749.997	692.100
Centro Cultural Do Mindelo	1.424.998	1.254.384
Funcionamento-Delegacao Dgasp_Praia	1.070.501	1.070.501
Funcionamento - Fundo De Apoio Ao Ensino E a Formação	4.000.000	3.363.329
Fundo Autonomo Edicao Manuais Escolares	2.457.526	2.226.828
Total Geral	43.687.305	25.585.224

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_4

Conta geral das receitas dos Serviços e Fundos Autônomos, segundo classificação orgânica

Sigla	Descrição Orgânica	Receitas				
		Receitas Próprias	Montante depositado na conta do FSA referente ao orçamento 2008	Montante pago pelo Tesouro referente ao orçamento 2008	Saldo de Gerência do ano 2007 na conta fora do tesouro	Total
P.R	Presidência Da República	0	120.833.972	0	2.616.588	123.450.560
AN	Assembleia Nacional	2.323.395	532.674.016	0	69.181.919	604.179.330
STJ	Supremo Tribunal De Justiça	144.280	33.969.061	0	4.717.057	38.830.398
PGR	Procuradoria Geral Da República	0	28.375.968	0	16.297.044	44.673.012
T.CON	Tribunal De Contas	5.227.370	62.637.175	0	22.013.906	89.878.451
CNE	Comissão Nacional De Eleições	878.049	39.286.251	0	27.495.951	67.660.251
ICIEG	Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidade	0	8.110.272	8.084.409	0	8.110.272
IEFP	Instituto Do Emprego E Da Formação Profissional	0	49.209.169	46.916.990	3.331.515	52.540.684
CJ	Centro De Juventude	0	26.808.765	23.174.558	0	26.808.765
IE	Instituto De Estradas	14.214.311	20.257.319	15.854.149	144.894.795	179.366.425
LEC	Laboratório De Engenharia Civil	10.803.404	8.825.304	13.729.633	91.322	19.720.030
IMP	Instituto Marítimo Portuario	3.449.781	91.063.272	66.642.612	1.665.475	96.178.528
INDP	Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pesca	30.653.404	14.099.396	24.252.947	1.113.250	45.866.050
HAN	Hospital Central Agostinho Neto	102.099.817	165.734.079	0	10.074.511	277.908.407
HBS	Hospital Central Baptista De Sousa	97.347.706	102.788.156	0	3.308.860	203.444.722
CNDS	Centro Nacional De Desenvolvimento Sanitário	0	8.999.956	7.279.905	1.692.093	10.692.049
RSSN	Região Sanitária Santiago Norte	0	11.313.409	0	0	11.313.409
EMFA	Estado Maior Das Forças Armadas	0	602.899.331	0	29.575.449	632.474.780
IC	Instituto Das Comunidades	18.454.045	46.377.421	41.843.676	0	64.831.466
PN	Polícia Nacional	7.346.970	1.361.678.144	0	210.695.551	1.579.720.665
INE	Instituto Nacional De Estatística	1.198.301	101.954.919	102.262.082	0	103.153.220
INAG	Instituto Nacional De Administração E Gestão	25.311.168	5.864.079	10.103.320	13.139.360	44.314.607
PJ	Polícia Judiciária	0	144.860.076	0	47.337	144.907.413
CCCD	Comissão De Coordenação E Combate À Droga	0	13.440.538	11.491.507	6.642.389	20.082.927
INIDA	Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário	9.304.261	22.312.698	27.530.594	21.710.615	53.327.574
INGRH	Instituto Nacional De Gestão De Recursos Hídric	45.037.005	7.000.000	0	195.941.707	247.978.712
INMG	Instituto Nacional De Meteorologia E Geofísica	117.233.644	14.610.949	0	2.126.026	133.970.619
ICASE	Instituto Caboverdiano De Acção Social Escolar	0	41.306.592	39.370.666	22.517.563	63.824.155
ISECMAR	Instituto Superior De Engenharia E Ciências Do M	43.518.383	60.996.394	91.858.057	37.968	104.552.745
ISE	Instituto Superior De Educação	105.291.389	53.113.819	152.585.146	0	158.405.208
IP	Instituto Pedagógico	14.657.337	68.013.619	80.039.540	563.241	83.234.197
UNICV	Universidade De Cabo Verde	0	52.877.129	49.602.022	0	52.877.129
ICM	Instituto Caboverdiano Da Criança e do Adolescer	0	28.597.971	25.416.722	9.701.088	38.299.059
ACI	Agência Caboverdiana De Investimentos	32.580.613	72.750.771	72.487.575	19.885.870	125.217.254
AHN	Arquivo Histórico Nacional	452.800	28.555.881	28.057.035	582.293	29.590.974
IIPC	Instituto De Investigação E Património Cultural	0	36.261.171	33.278.754	0	36.261.171
IBNL	Instituto Da Biblioteca Nacional E Do Livro	627.513	22.087.839	22.075.433	274	22.715.626
	Total Geral	688.154.946	4.110.544.881	993.937.332	841.661.017	5.640.360.844

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA_IV_4.1
Receitas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econ.	Designação	PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	ICIEG	IEFP	CJ	IE	LEC	IMP	INDP	HAN
1.02.06.00	Transferências correntes	120.833.972	532.674.016	33.969.061	28.375.968	62.637.175	39.286.251	8.110.272	49.209.169	26.808.765	20.257.319	8.825.304	91.063.272	14.099.396	165.734.079
01.02.06.01	Transferências das Administrações Públicas	120.833.972	532.674.016	33.969.061	28.375.968	62.637.175	39.286.251	8.110.272	49.209.169	26.808.765	20.257.319	8.825.304	91.063.272	14.099.396	165.734.079
1.02.06.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	120.833.972	532.674.016	33.969.061	28.375.968	62.637.175	39.286.251	8.110.272	49.209.169	26.808.765	20.257.319	8.825.304	91.063.272	14.099.396	165.734.079
01.02.06.02.03	Transferências das Administrações e sector privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.02.01	Totoloto Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.03	Transferências do Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.03.90	Transferências diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.07.00	Vendas	0	158.345	0	0	0	0	0	0	0	7.500.000	0	694.743	11.060.231	0
1.02.07.01	Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.367.952	0
1.02.07.02	Produtos acabados e semi acabados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.692.279	0
01.02.07.03	Publicações E Impressos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
01.02.07.90	Outras vendas	0	158.345	0	0	0	0	0	0	0	7.500.000	0	694.743	0	0
01.02.08.00	Outras Receitas Correntes	0	160.000	144.280	0	0	878.049	0	0	0	6.714.311	0	0	932.222	0
01.02.08.01	Reposições de Fundos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.714.311	0	0	0	0
1.02.08.02	Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.08.90	Outras Receitas Correntes	0	160.000	144.280	0	0	878.049	0	0	0	0	0	0	548.500	0
1.02.08.99	Outras receitas extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	383.722	0
2.00.00.00	Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.396.000	0
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
02.01.00.00	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250.000	0
2.02.01.00	Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.02.00	Habitações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.03.00	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.04.00	Maquinaria e equipamentos básicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.05.00	Ferramentas e utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.06.00	Equipamentos administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.07.00	Equipamentos de Carga e Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.90.00	Outras imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250.000	0
2.04.00.00	Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146.000	0
2.04.00.01	Transferências das administrações públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03	Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146.000	0
2.04.00.03.01	Ajuda alimentar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03.90	Outras transferências (Donativos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146.000	0
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital(Ajuda Orçamental)														
02.04.03.99	Subsídios- Outras														
	Total Receitas Próprias	0	2.323.395	144.280	0	5.227.370	878.049	0	0	0	14.214.311	10.803.404	3.449.781	30.653.404	102.099.817
	Total Geral Receitas	120.833.972	534.997.411	34.113.341	28.375.968	67.864.545	40.164.300	8.110.272	49.209.169	26.808.765	34.471.630	19.628.708	94.513.053	44.752.800	267.833.896
27.00.00.00	Montante depositado na conta FSA referente ao orçamento 2008	120.833.972	532.674.016	33.969.061	28.375.968	62.637.175	39.286.251	8.110.272	49.209.169	26.808.765	20.257.319	8.825.304	91.063.272	14.099.396	165.734.079
28.00.00.00	Montante pago pelo Tesouro referente ao orçamento 2008	0	0	0	0	0	0	8.084.409	46.916.990	23.174.558	15.854.149	13.729.633	66.642.612	24.252.947	0
29.00.00.00	Saldo de Gerência do ano 2007 na conta fora do tesouro	2.616.588	69.181.919	4.717.057	16.297.044	22.013.906	27.495.951	0	3.331.515	0	144.894.795	91.322	1.665.475	1.113.250	10.074.511
30.00.00.00	Despesas ano anterior (do ano 2007) pago pelo tesouro em 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Geral	244.284.532	1.139.176.741	72.943.739	73.048.980	157.742.996	107.824.551	16.220.544	101.749.853	53.617.530	213.838.055	39.348.738	190.691.581	90.618.850	545.742.303

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA_IV_4.1
Receitas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econ.	Designação	HBS	CNDS	RSSN	EMFA	IC	PN	INE	INAG	PJ	CCCD	INIDA	INGRH	INMG	ICASE
1.02.06.00	Transferências correntes	102.788.156	8.999.956	11.313.409	602.899.824	46.377.421	1.361.678.144	101.954.919	5.864.079	144.860.076	13.440.538	22.312.698	7.000.000	14.610.949	41.306.592
01.02.06.01	Transferências das Administrações Públicas	102.788.156	8.999.956	11.313.409	602.899.824	46.377.421	1.361.678.144	101.954.919	5.864.079	144.860.076	13.440.538	22.312.698	7.000.000	14.610.949	41.306.592
1.02.06.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	102.788.156	8.999.956	11.313.409	602.899.824	46.377.421	1.361.678.144	101.954.919	5.864.079	144.860.076	13.440.538	22.312.698	7.000.000	14.610.949	41.306.592
01.02.06.02.03	Transferências das Administrações e sector privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.02.01	Totoloto Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.03	Transferências do Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.03.90	Transferências diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.07.00	Vendas	0	0	0	0	0	0	1.127.500	0	0	0	0	1.298.915	345.400	0
1.02.07.01	Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.298.915	0	0
1.02.07.02	Produtos acabados e semi acabados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
01.02.07.03	Publicações E Impressos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	345.400	0
01.02.07.90	Outras vendas	0	0	0	0	0	0	1.127.500	0	0	0	0	0	0	0
01.02.08.00	Outras Receitas Correntes	0	0	0	0	18.454.045	0	70.801	0	0	0	4.207.965	116.445	0	0
01.02.08.01	Reposições de Fundos	0	0	0	0	0	0	70.801	0	0	0	0	0	0	0
1.02.08.02	Serviços Consulares	0	0	0	0	18.454.045	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.08.90	Outras Receitas Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.379.400	0	0	0
1.02.08.99	Outras receitas extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.828.565	116.445	0	0
2.00.00.00	Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.218	1.188.253	0
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
02.01.00.00	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.218	1.188.253	0
2.02.01.00	Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.02.00	Habitações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.03.00	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.04.00	Maquinaria e equipamentos básicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000	0	0
2.02.05.00	Ferramentas e utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.06.00	Equipamentos administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.07.00	Equipamentos de Carga e Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.218	0	0
2.02.90.00	Outras imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.188.253	0
2.04.00.00	Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.01	Transferências das administrações públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03	Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03.01	Ajuda alimentar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03.90	Outras transferências (Donativos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital(Ajuda Orçamental)														
02.04.03.99	Subsídios- Outras														
	Total Receitas Próprias	97.347.706	0	0	0	18.454.045	7.346.970	1.198.301	25.311.168	0	0	9.304.261	45.037.005	117.233.644	0
	Total Geral Receitas	200.135.862	8.999.956	11.313.409	602.899.824	64.831.466	1.369.025.114	103.153.220	31.175.247	144.860.076	13.440.538	31.616.959	52.037.005	131.844.593	41.306.592
27.00.00.00	Montante depositado na conta FSA referente ao orçamento 2008	102.788.156	8.999.956	11.313.409	602.899.331	46.377.421	1.361.678.144	101.954.919	5.864.079	144.860.076	13.440.538	22.312.698	7.000.000	14.610.949	41.306.592
28.00.00.00	Montante pago pelo Tesouro referente ao orçamento 2008	0	7.279.905	0	0	41.843.676	0	102.262.082	10.103.320	0	11.491.507	27.530.594	0	0	39.370.666
29.00.00.00	Saldo de Gerência do ano 2007 na conta fora do tesouro	3.308.860	1.692.093	0	29.575.449	0	210.695.551	0	13.139.360	47.337	6.642.389	21.710.615	195.941.707	2.126.026	22.517.563
30.00.00.00	Despesas ano anterior (do ano 2007) pago pelo tesouro em 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Geral	403.580.584	19.692.005	22.626.818	1.235.374.604	129.662.932	2.948.745.779	206.306.440	75.489.854	289.767.489	33.523.465	84.944.533	300.015.717	265.815.212	105.130.747

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA_IV_4.1
Receitas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econ.	Designação	ISECMAR	ISE	IP	UNICV	ICCA	ACI	AHN	IIPC	IBNL	Total Geral	Total Geral/sem Enc. Gerais
1.02.06.00	Transferências correntes	60.996.394	53.113.819	68.013.619	52.877.129	28.597.971	72.750.771	28.555.881	36.261.171	22.087.839	4.110.545.374	3.292.768.931
01.02.06.01	Transferências das Administrações Públicas	60.996.394	53.113.819	68.013.619	52.877.129	28.597.971	72.750.771	28.555.881	36.261.171	22.087.839	4.110.545.374	3.292.768.931
1.02.06.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	60.996.394	53.113.819	68.013.619	52.877.129	28.597.971	72.750.771	28.555.881	36.261.171	22.087.839	4.110.545.374	3.292.768.931
01.02.06.02.03	Transferências das Administrações e sector privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.02.01	Totoloto Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.03	Transferências do Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.06.03.90	Transferências diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.07.00	Vendas	0	0	0	0	0	0	235.300	0	0	22.420.434	22.262.089
1.02.07.01	Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.666.867	2.666.867
1.02.07.02	Produtos acabados e semi acabados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.692.279	9.692.279
01.02.07.03	Publicações E Impressos	0	0	0	0	0	0	235.300	0	0	580.700	580.700
01.02.07.90	Outras vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.480.588	9.322.243
01.02.08.00	Outras Receitas Correntes	2.500.000	542.900	0	0	0	0	0	0	0	34.721.018	33.538.689
01.02.08.01	Reposições de Fundos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.785.112	6.785.112
1.02.08.02	Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18.454.045	18.454.045
1.02.08.90	Outras Receitas Correntes	2.500.000	542.900	0	0	0	0	0	0	0	6.153.129	4.970.800
1.02.08.99	Outras receitas extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.328.732	3.328.732
2.00.00.00	Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.634.471	2.634.471
2.01.00.00	Imobilizações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
02.01.00.00	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.00.00	Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.488.471	1.488.471
2.02.01.00	Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.02.00	Habitções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.03.00	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.04.00	Maquinaria e equipamentos básicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000	40.000
2.02.05.00	Ferramentas e utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.06.00	Equipamentos administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.02.07.00	Equipamentos de Carga e Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.218	10.218
2.02.90.00	Outras imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.438.253	1.438.253
2.04.00.00	Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146.000	1,146.000
2.04.00.01	Transferências das administrações públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03	Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,146.000	1,146.000
2.04.00.03.01	Ajuda alimentar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.04.00.03.90	Outras transferências (Donativos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146.000	1,146.000
2.05.00.00	Outras Receitas de Capital(Ajuda Orçamental)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
02.04.03.99	Subsídios- Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Receitas Próprias	43.518.383	105.291.389	14.657.337	0	0	32.580.613	452.800	0	627.513	688.154.946	679.581.852
	Total Geral Receitas	104.514.777	158.405.208	82.670.956	52.877.129	28.597.971	105.331.384	29.008.681	36.261.171	22.715.352	4.798.700.320	3.972.350.783
27.00.00.00	Montante depositado na conta FSA referente ao orçamento 2007	60.996.394	53.113.819	68.013.619	52.877.129	28.597.971	72.750.771	28.555.881	36.261.171	22.087.839	4.110.544.881	3.292.768.438
28.00.00.00	Montante pago pelo Tesouro referente ao orçamento 2008	91.858.057	152.585.146	80.039.540	49.602.022	25.416.722	72.487.575	28.057.035	33.278.754	22.075.433	993.937.332	993.937.332
29.00.00.00	Saldo de Gerência do ano 2007 na conta fora do tesouro	37.968	0	563.241	0	9.701.088	19.885.870	582.293	0	274	841.661.017	699.338.552
30.00.00.00	Despesas ano anterior (do ano 2007) pago pelo tesouro em 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Geral	209.067.522	316.810.416	165.905.153	105.754.258	66.897.030	230.548.638	58.599.655	72.522.342	45.430.978	10.439.061.164	8.644.039.625

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5

Despesas dos Serviços Autónomos, segundo classificação orgânica

Sigla	Descrição Orgânica	Despesas				
		Orçamento inicial	Orçamento Actual	Executadas no Tesouro	Executadas Fora do Tesouro	Total Execução
P.R	Presidência Da República	120.914.143	131.652.880	106.559.579	0	123.379.062
AN	Assembleia Nacional	607.527.565	624.232.889	493.875.849	0	602.549.356
STJ	Supremo Tribunal De Justiça	43.718.893	45.663.723	27.401.025	0	28.863.979
PGR	Procuradoria Geral Da República	28.375.968	29.138.067	26.951.164	0	27.419.734
T.CON	Tribunal De Contas	74.193.867	74.757.961	46.813.044	0	60.151.121
CNE	Comissão Nacional De Eleições	0	42.682.683	19.000.412	0	19.280.149
ICIEG	Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidade	9.544.141	9.675.888	8.084.409	0	8.084.409
IEFP	Instituto Do Emprego E Da Formação Profissional	49.652.833	49.652.833	46.916.990	0	46.916.990
CJ	Centro De Juventude	27.188.763	27.188.763	23.174.558	0	23.174.558
IE	Instituto De Estradas	20.389.880	21.747.305	15.854.149	2.004.994	17.859.143
LEC	Laboratório De Engenharia Civil	20.554.300	20.554.300	13.729.633	2.966.527	16.696.160
IMP	Instituto Marítimo Portuario	91.977.504	91.977.504	66.642.612	1.088.369	67.730.981
INDP	Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pesca	42.166.070	45.392.694	24.252.947	20.726.722	45.280.825
HAN	Hospital Central Agostinho Neto	246.684.485	277.006.128	166.675.234	0	272.689.003
HBS	Hospital Central Baptista De Sousa	194.946.509	203.299.342	102.779.182	0	203.118.025
CNDS	Centro Nacional De Desenvolvimento Sanitário	9.355.080	9.355.080	7.279.905	0	7.279.905
RSSN	Região Sanitária Santiago Norte	11.313.409	11.313.409	311.248	4.951.510	5.262.758
EMFA	Estado Maior Das Forças Armadas	631.461.716	643.619.119	592.167.330	0	616.207.360
IC	Instituto Das Comunidades	47.190.421	64.893.003	41.843.676	17.702.582	58.084.517
PN	Polícia Nacional	1.412.597.149	1.412.597.149	1.271.686.031	16.399.349	1.288.048.580
INE	Instituto Nacional De Estatística	111.489.542	111.489.542	102.262.082	2.467	102.264.544
INAG	Instituto Nacional De Administração E Gestão	13.196.656	14.748.388	10.103.320	1.675.000	11.778.320
PJ	Polícia Judiciária	147.960.271	148.918.295	124.640.466	0	144.966.574
CCCD	Comissão De Coordenação E Combate À Droga	13.804.540	13.804.540	11.491.507	0	11.491.507
INIDA	Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário	55.967.954	55.967.954	27.344.306	7.077.257	34.421.563
INGRH	Instituto Nacional De Gestão De Recursos Hídric	87.806.818	87.806.818	7.000.000	68.355.961	75.355.961
INMG	Instituto Nacional De Meteorologia E Geofísica	124.110.949	131.455.717	14.610.949	116.842.927	131.453.876
ICASE	Instituto Caboverdiano De Acção Social Escolar	41.669.596	41.669.596	39.370.666	12.680	39.370.666
ISECMAR	Instituto Superior De Engenharia E Ciências Do M	120.460.029	120.782.885	91.858.057	3.700.745	95.552.105
ISE	Instituto Superior De Educação	130.488.364	160.488.364	152.585.146	0	152.585.146
IP	Instituto Pedagógico	91.594.253	91.594.253	80.039.540	18.800	80.053.540
UNICV	Universidade De Cabo Verde	87.003.132	57.003.132	49.602.022	4	49.602.022
ICM	Instituto Caboverdiano Da Criança e do Adolescer	28.828.874	28.828.874	25.416.722	0	25.416.722
ACI	Agência Caboverdiana De Investimentos	85.016.776	101.805.484	72.487.575	26.820.758	99.308.324
AHN	Arquivo Histórico Nacional	28.961.884	28.961.884	28.057.035	800.355	28.857.389
IIPC	Instituto De Investigação E Património Cultural	39.773.096	39.773.096	33.278.754	4	33.278.755
IBNL	Instituto Da Biblioteca Nacional E Do Livro	23.534.836	23.656.170	22.075.433	556.120	22.631.553
	Total Geral	4.921.420.266	5.095.155.712	3.994.222.557	291.703.131	4.676.465.182

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autónomos, segundo classificação económica e orgânica

Class.Económ	Designação	PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	ICF	IEFP	CJ	IE	LEC	IMP	INDP
03	Despesas Correntes	115.723.397	517.560.974	28.863.979	27.419.734	60.138.121	18.021.149	8.084.409	46.916.990	23.174.558	17.633.675	16.696.160	67.730.981	45.182.175
03.01	Despesa Com Pessoal	38.966.156	284.693.193	15.106.549	15.973.635	45.240.527	9.343.729	5.663.523	43.201.948	19.035.904	10.818.718	13.790.480	56.961.644	29.798.632
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	21.707.308	148.335.599	0	0	1.499.889	3.375.729	0	0	0	0	0	0	0
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	13.150.448	75.910.689	14.244.953	15.480.599	35.880.947	184.500	0	9.110.063	0	8.854.426	11.881.824	44.932.688	20.049.800
03.01.01.03	Pessoal Contratado	0	20.699.316	0	0	0	1.792.910	4.734.163	28.405.534	19.031.250	0	0	3.422.316	0
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	705.204	60.000	0	0	512.120	0	0	0	0	94.930	0	1.677.042	0
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	1.625.000	17.713.893	0	0	5.151.226	3.912.282	75.096	0	0	472.826	0	0	0
03.01.01.06	Despesas De Representação	612.000	1.470.580	346.800	0	346.800	0	0	90.000	0	0	0	0	0
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	27.588	30.000	452.396	493.036	0	42.000	0	0	0	0	0	344.344	1.426.371
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	993.938	4.538.480	0	0	43.825	14.308	98.640	0	0	0	134.640	0	283.977
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	0	829.099	0	0	0	16.000	0	0	0	0	0	0	0
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	0	1.677.350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.02.90	Remunerações Diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.077.210	4.118.581
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	32.070	6.901.963	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.03.02	Abono De Família	112.600	521.000	62.400	0	73.800	6.000	0	0	0	0	0	164.580	0
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	0	6.005.224	0	0	1.191.696	0	736.184	5.596.351	4.654	1.379.256	1.633.789	1.505.015	3.640.723
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	0	0	0	0	0	0	19.440	0	0	17.280	79.380	335.449	279.180
03.01.03.90	Encargos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.03	Progressões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.05	Regressos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.06	Promoções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	0	0	0	0	540.224	0	0	0	0	0	60.847	1.503.000	0
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	0	6.504.428	0	0	20.282	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.01	Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.02	Matérias Primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.03.01	Medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.03.03	Roupa E Calçado	0	1.825.461	0	0	20.282	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	4.678.967	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.03.90	Produtos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	71.881.118	218.723.897	6.173.810	11.435.649	14.604.808	7.237.783	2.420.886	3.715.042	4.138.654	6.814.957	2.905.680	9.680.968	15.082.387
03.03.01	Água	1.023.958	10.415.778	0	46.774	329.023	10.259	62.902	65.755	71.305	47.082	69.144	475.465	490.960
03.03.02	Electricidade	3.438.736	21.547.221	0	633.549	387.064	453.475	327.396	0	452.019	286.959	300.000	593.564	1.286.364
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	4.410.778	16.945.766	1.083.072	1.460.372	556.000	241.362	375.750	810.000	0	271.000	320.000	1.301.963	2.136.365
03.03.04	Conservação E Manutenção	2.508.028	6.560.054	67.760	611.931	290.623	353.409	29.726	132.690	37.065	166.342	248.639	702.876	1.060.331
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	28.874	1.119.750	23.670	78.544	0	54.235	0	0	0	0	48.307	247.166	31.078
03.03.06	Consumo De Secretária	1.513.539	7.854.661	219.072	612.935	398.591	225.457	232.724	399.659	425.414	184.540	192.200	974.074	156.681
03.03.07	Rendas E Alugueres	335.879	6.817.346	0	0	4.260.000	1.680.000	0	0	1.356.000	0	0	1.020.000	1.227.000
03.03.08	Representação	12.267.911	766.447	237.221	685.896	422.849	122.500	0	0	0	138.473	93.145	0	121.490
03.03.09	Comunicações	4.288.415	34.166.700	509.722	651.853	402.740	531.340	615.461	730.194	1.387.772	474.793	250.000	1.517.363	1.335.980
03.03.10	Seguros	186.584	2.456.179	250.029	510.810	44.716	60.972	14.954	161.697	0	49.232	57.335	200.950	563.276
03.03.11	Vigilância E Segurança	1.994.100	6.757.524	0	0	0	0	293.250	0	0	953.448	717.600	0	617.164
03.03.12.01	Residente	531.870	0	0	0	0	1.513.962	0	0	0	1.822.330	160.000	0	0

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
 MAPA_IV_5.1
 Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	PR	AN	STJ	PGR	TC	CNE	ICF	IEFP	CJ	IE	LEC	IMP	INDP
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Executadas no Tesouro	106.559.579	493.875.849	27.401.025	26.951.164	46.813.044	19.000.412	8.084.409	46.916.990	23.174.558	15.854.149	13.729.633	66.642.612	24.252.947
	Executadas Fora do Tesouro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.004.994	2.966.527	1.088.369	20.726.722
	Total Execução	123.379.062	602.549.356	28.863.979	27.419.734	60.151.121	19.280.149	8.084.409	46.916.990	23.174.558	17.859.143	16.696.160	67.730.981	45.280.825

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	HAN	HBS	CNDS	RSSN	EMFA	IC	POP	INE	INAG	PJ	CCCD	INIDA
03	Despesas Correntes	266.306.988	200.035.026	7.279.905	2.241.671	616.207.360	58.084.517	1.281.922.604	102.264.544	11.778.320	144.966.574	11.491.507	34.033.188
03.01	Despesa Com Pessoal	54.350.303	85.739.151	4.432.340	0	464.589.595	14.719.952	1.108.078.733	84.675.597	5.012.356	117.549.910	5.508.142	27.671.612
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	0	0	0	0	3.813.715	0	0	10.208.411	0	0	0	0
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	0	10.151.530	3.948.054	0	347.452.436	5.229.398	892.193.507	50.739.582	4.240.785	87.899.568	5.437.104	26.959.130
03.01.01.03	Pessoal Contratado	45.929.074	49.488.477	0	0	508.661	7.937.893	27.147.417	5.830.101	0	0	0	661.054
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	0	0	474.692	0	286.158	0	0	0	0	288.000	0	0
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	0	3.251.172	0	0	571.680	0	150.247.215	4.613.757	0	13.217.600	0	0
03.01.01.06	Despesas De Representação	0	0	0	0	259.750	0	0	0	0	0	0	0
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	8.047.751	2.554.742	0	0	68.000	133.170	4.776.384	106.000	0	9.362.549	0	29.084
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	0	10.654.273	0	0	0	65.871	0	0	0	91.697	39.639	22.344
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	0	4.087.139	0	0	102.854.929	0	10.393.243	0	0	1.060	0	0
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	0	0	0	0	60.000	0	61.500	0	0	8.000	0	0
03.01.02.90	Remunerações Diversas	0	0	0	0	0	75.049	15.800	0	464.001	0	0	0
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	0	0	0	0	2.037.543	0	0	0	0	0	0	0
03.01.03.02	Abono De Família	135.600	65.600	9.594	0	1.335.846	0	5.449.400	0	13.600	317.800	31.399	0
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	0	4.979.268	0	0	5.073.474	825.699	9.078.985	10.025.650	293.970	4.215.836	0	0
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	237.878	0	0	0	0	0	8.715.282	152.100	0	2.147.800	0	0
03.01.03.90	Encargos Diversos	0	0	0	0	267.403	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.03	Progressões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.05	Regressos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.06	Promoções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	0	506.950	0	0	0	452.872	0	2.999.996	0	0	0	0
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	153.066.097	56.379.810	0	363.836	17.198.607	521.760	56.451.743	0	168.740	0	779.472	315.544
03.02.01	Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.02	Matérias Primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	119.908
03.02.03.01	Medicamentos	122.070.214	39.789.487	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionários	28.669.241	9.415.977	0	0	0	0	173.077	0	0	0	599.998	0
03.02.03.03	Roupa E Calçado	2.326.642	1.082.902	0	182.511	15.573.997	0	48.258.720	0	0	0	179.474	0
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	5.897.693	0	181.325	1.624.610	153.102	0	0	122.750	0	0	145.046
03.02.03.90	Produtos Diversos	0	193.751	0	0	0	144.758	0	0	45.990	0	0	8.640
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	0	0	0	0	0	223.900	6.896.099	0	0	0	0	41.950
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	1.123.847	0	0	0	0	0
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	58.890.588	57.623.565	2.847.565	1.876.435	65.397.731	6.601.964	108.261.855	17.588.947	6.597.224	27.416.664	2.504.153	5.693.191
03.03.01	Água	13.352.482	4.474.549	92.934	0	3.621.078	114.520	1.933.473	488.466	449.085	535.793	0	269.603
03.03.02	Electricidade	12.000.000	12.854.866	329.887	0	8.711.470	0	10.278.526	2.063.179	1.477.500	1.722.249	103.200	963.905
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	5.723.758	4.197.423	198.000	1.075.000	10.655.126	660.000	32.487.120	656.000	116.939	3.713.202	386.622	1.306.299
03.03.04	Conservação E Manutenção	12.139.064	13.521.454	174.709	0	3.175.185	239.924	552.498	465.751	190.809	416.154	134.528	576.212
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	0	591.460	39.799	376.320	1.823.636	130.139	4.007.726	179.455	161.547	3.225	34.601	572.345
03.03.06	Consumo De Secretaria	2.790.695	4.165.746	167.739	108.580	2.298.682	209.917	2.969.696	702.399	359.155	1.360.548	224.621	227.274
03.03.07	Rendas E Aluguers	0	571.505	0	0	0	0	3.459.229	5.837.300	1.851.732	4.184.880	0	0
03.03.08	Representação	0	1.137.350	0	0	236.336	0	61.940	0	0	59.760	0	0
03.03.09	Comunicações	4.667.033	3.840.758	253.331	10.000	3.300.285	651.298	8.844.431	1.272.717	461.414	3.518.609	0	282.667
03.03.10	Seguros	260.683	88.048	1.865	0	11.051.978	52.179	3.658.041	313.857	177.200	511.734	0	14.975
03.03.11	Vigilância E Segurança	1.260.000	1.158.256	0	0	0	0	0	1.173.000	0	684.250	0	0
03.03.12.01	Residente	1.034.040	488.500	878.392	0	5.264.580	0	0	0	0	110.000	0	174.353

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	HAN	HBS	CNDS	RSSN	EMFA	IC	POP	INE	INAG	PJ	CCCD	INIDA
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Executadas no Tesouro	166.675.234	102.779.182	7.279.905	311.248	592.167.330	41.843.676	1.271.686.031	102.262.082	10.103.320	124.640.466	11.491.507	27.344.306
	Executadas Fora do Tesouro	0	0	0	4.951.510	0	17.702.582	16.399.349	2.467	1.675.000	0	0	7.077.257
	Total Execução	272.689.003	203.118.025	7.279.905	5.262.758	616.207.360	58.084.517	1.288.048.580	102.264.544	11.778.320	144.966.574	11.491.507	34.421.563

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA IV 5.1

Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	INGRH	INMG	ICASE	ISECMAR	ISE	IP	UNICV	ICM	ACI	AHN	IIPC	IBNL	Total Geral
03	Despesas Correntes	75.217.095	123.727.125	39.370.666	94.862.989	152.585.146	79.756.662	49.602.022	25.416.722	94.225.494	28.470.835	33.278.755	22.631.553	4.548.903.570
03.01	Despesa Com Pessoal	62.677.279	105.850.919	10.594.044	84.563.849	142.740.400	71.872.267	36.439.355	16.779.039	58.920.941	24.542.462	27.127.481	13.855.236	3.216.885.601
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	1.499.998	0	0	0	190.440.649
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	54.902.179	67.888.156	4.855.230	37.712.626	30.062.903	64.908.036	22.114.455	5.278.474	1.977.682	18.994.432	25.253.505	13.816.636	2.031.696.345
03.01.01.03	Pessoal Contratado	4.856.767	15.051.510	1.939.889	38.744.071	105.309.032	2.508.612	11.765.778	9.370.997	49.792.269	2.187.160	1.510.225	0	458.624.476
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	201.000	0	393.892	80.364	3.097.299	0	0	0	0	0	0	0	7.870.701
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	1.055.340	8.113.873	0	52.512	0	1.545.121	0	0	478.403	0	0	0	212.096.996
03.01.01.06	Despesas De Representação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.125.930
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.893.415
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	353.493	2.419.529	66.529	1.636.339	674.692	2.668.258	118.540	84.000	224.393	89.499	176.113	0	25.493.017
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	927.800	40.000	0	1.574.149	618.722	0	0	0	0	0	0	0	121.342.141
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.806.850
03.01.02.90	Remunerações Diversas	0	0	0	37.500	299.214	0	0	0	0	0	0	0	8.087.355
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.971.576
03.01.03.02	Abono De Família	0	0	9.200	101.200	10.403	110.400	0	0	0	0	69.600	38.600	8.638.622
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	0	12.070.011	3.329.304	4.625.088	2.668.135	131.840	2.440.582	2.045.568	4.654.340	3.158.513	118.038	0	91.427.193
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	380.700	267.840	0	0	0	0	0	0	93.780	112.858	0	0	12.838.967
03.01.03.90	Encargos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	267.403
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.03	Progressões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.05	Regressos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.06	Promoções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	200.076	0	0	0	6.263.965
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	0	0	0	29.000	0	0	42.150	0	0	68.804	0	0	291.910.273
03.02.01	Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.02	Matérias Primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	119.908
03.02.03.01	Medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	161.859.701
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38.858.293
03.02.03.03	Roupa E Calçado	0	0	0	5.895	0	0	0	0	0	0	0	0	69.455.884
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	0	0	23.105	0	0	42.150	0	0	0	0	0	12.868.748
03.02.03.90	Produtos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.654	0	0	396.793
03.02.04	Outros Aproveitamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.161.949
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.123.847
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65.150	0	0	65.150
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	12.538.396	17.427.899	9.624.622	9.633.419	9.844.746	7.884.395	13.120.517	5.191.824	35.304.553	3.816.622	6.151.274	8.776.317	875.430.105
03.03.01	Água	476.582	672.246	176.987	578.728	540.233	1.119.253	55.316	80.298	327.821	253.382	285.740	526.881	43.533.855
03.03.02	Electricidade	1.895.857	229.196	519.941	1.392.350	1.872.080	1.625.222	894.198	458.855	2.320.817	943.221	376.135	1.286.400	94.025.401
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	3.344.735	1.224.052	24.000	508.253	199.350	161.600	775.950	372.720	903.628	280.531	603.340	300.000	99.786.076
03.03.04	Conservação E Manutenção	1.870.639	1.103.536	539.100	1.119.567	240.681	324.550	179.246	90.000	1.456.556	350.399	307.337	124.200	52.061.573
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	0	364.524	0	69.838	0	121.590	0	177.605	0	0	175.596	0	10.461.030
03.03.06	Consumo De Secretaria	285.453	729.642	331.255	1.273.629	809.242	457.403	354.510	223.558	1.128.631	204.805	450.879	152.749	35.376.355
03.03.07	Rendas E Aluguers	0	557.594	6.196.310	488.080	310.000	0	495.000	2.727.000	5.800.000	0	0	0	49.174.855
03.03.08	Representação	0	562.643	114.849	0	0	0	337.859	0	185.454	5.700	6.900	0	17.564.723
03.03.09	Comunicações	1.124.643	5.558.047	1.071.516	940.118	1.590.688	1.128.450	1.551.226	699.375	2.582.222	250.103	929.969	486.609	91.877.842
03.03.10	Seguros	186.828	76.525	121.815	58.873	23.759	303.670	63.700	113.122	31.630	17.166	89.659	269.860	22.043.901
03.03.11	Vigilância E Segurança	1.267.714	12.000	0	0	1.887.840	860.178	966.000	0	1.391.040	828.000	1.200.570	2.600.000	26.621.934
03.03.12.01	Residente	600.000	0	0	30.433	78.000	0	0	0	2.024.347	81.833	10.120	471.615	15.274.375

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	INGRH	INMG	ICASE	ISECMAR	ISE	IP	UNICV	ICM	ACI	AHN	IIPC	IBNL	Total Geral
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorporáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	2.246.995	0	0	0	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	2.246.995	0	0	0	2.246.995
	Executadas no Tesouro	7.000.000	14.610.949	39.370.666	91.858.057	152.585.146	80.039.540	49.602.022	25.416.722	72.487.575	28.057.035	33.278.754	22.075.433	3.994.222.557
	Executadas Fora do Tesouro	68.355.961	116.842.927	12.680	3.700.745	0	18.800	4	0	26.820.758	800.355	4	556.120	291.703.131
	Total Execução	75.355.961	131.453.876	39.370.666	95.552.105	152.585.146	80.053.540	49.602.022	25.416.722	99.308.324	28.857.389	33.278.755	22.631.553	4.676.465.182

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	Total Geral/sem Enc. Gerais
03	Despesas Correntes	3.781.176.216
03.01	Despesa Com Pessoal	2.807.561.812
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	15.522.124
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	1.876.844.209
03.01.01.03	Pessoal Contratado	436.132.250
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	6.593.377
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	183.694.595
03.01.01.06	Despesas De Representação	349.750
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	26.848.395
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	19.902.466
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	120.497.042
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	129.500
03.01.02.90	Remunerações Diversas	8.087.355
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	2.037.543
03.01.03.02	Abono De Família	7.862.822
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	84.230.273
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	12.838.967
03.01.03.90	Encargos Diversos	267.403
03.01.04.01	Aumento Salarial	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0
03.01.04.03	Progressões	0
03.01.04.04	Reclassificações	0
03.01.04.05	Regressos	0
03.01.04.06	Promoções	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	5.723.741
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	285.385.563
03.02.01	Mercadorias	0
03.02.02	Matérias Primas	119.908
03.02.03.01	Medicamentos	161.859.701
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionários	38.858.293
03.02.03.03	Roupa E Calçado	67.610.141
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	8.189.781
03.02.03.90	Produtos Diversos	396.793
03.02.04	Outros Aproveitamentos	7.161.949
03.02.05.01	Construções Militares	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0
03.02.05.90	Material Diverso	1.123.847
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	65.150
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	545.373.040
03.03.01	Água	31.708.063
03.03.02	Electricidade	67.565.356
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	75.088.726
03.03.04	Conservação E Manutenção	41.669.768
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	9.155.957
03.03.06	Consumo De Secretaria	24.552.100
03.03.07	Rendas E Alugueres	36.081.630
03.03.08	Representação	3.061.899
03.03.09	Comunicações	51.327.072
03.03.10	Seguros	18.534.611
03.03.11	Vigilância E Segurança	17.870.310
03.03.12.01	Residente	13.228.543

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autónomos, segundo classificação económica e orgânica

Class.Económ	Designação	Total Geral/sem Enc. Gerais
03.03.12.02	Não Residente	455.741
03.03.13	Deslocações E Estadias	53.967.610
03.03.14	Limpeza, Higiéne E Conforto	19.650.036
03.03.15	Formação	28.098.519
03.03.90	Outros Fornecimentos	53.357.099
03.04	Encargos Da Dívida	88.034
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	0
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	0
03.04.90	Outros Encargos	88.034
03.05	Transferências Correntes	109.309.406
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	19.152.000
03.05.01.02	Municípios	0
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0
03.05.01.90	Outras Transferências	22.276.618
03.05.02.01	Partidos Políticos	0
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0
03.05.02.90	Outras Transferências	17.702.582
03.05.03.01.0	Pensões De Aposentação	0
03.05.03.01.0	Pensões De Sobrevivência	0
03.05.03.01.0	Pensões De Regime Não Contributivo	0
03.05.03.01.0	Pensões De Reserva	47.438.219
03.05.03.01.9	Pensões De Ex_Presidentes	0
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	0
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	0
03.05.03.90	Outras Transferências	0
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	40.247
03.05.04.02	Outras Transferências	2.699.740
03.06	Subsídios	0
03.06.01	Empresas Públicas	0
03.06.02	Empresas Privadas	0
03.06.90	Subsídios Diversos	0
03.07	Outras Despesas Correntes	33.458.361
03.07.01	Restituições	0
03.07.02	Impostos E Taxas	375.609
03.07.03	Indemnizações	0
03.07.88	Dotação Provisional	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0
03.07.90	Outras Despesas Correntes	33.082.752
03.07.91	Despesas anos anteriores	0
04	Despesas De Capital	33.645.565
04.01	Imobilizações Corpóreas	31.398.570
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0
04.01.03	Habitacões	242.200
04.01.04	Edifícios	3.727.499
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	9.122.522
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	313.807
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	8.193.553
04.01.08	Equipamentos Administrativos	9.798.989
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.1

Despesas globais dos Serviços Autônomos, segundo classificação econômica e orgânica

Class.Econôm	Designação	Total Geral/sem Enc. Gerais
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0
04.03	Transferências De Capital	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0
04.03.01.02	Municípios	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0
04.04	Outras Despesas De Capital	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0
04.04.88	Dotação Provisional	0
04.04.90	Outras Despesas	2.246.995
	Executadas no Tesouro	3.273.621.484
	Executadas Fora do Tesouro	291.703.131
	Total Execução	3.814.821.781

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_5.2

Receitas globais dos Fundos Autónomos, segundo classificação económica e orgânica

Receitas Próprias	Centro Cultural Do Mindelo	Centro Nacional De Artesanato	Cofre Das Alfandegas	Escola De Enfermagem	Funcionamento Fundo De Apoio Ao Ensino E a Formação	Funcionamento - Fundo De Desenvolvimento Do Desporto	Funcionamento- Delegacao Dgasp_Praia	Fundo Autonomo Edicao Manuais Escolares	Fundo Para Aluguer Se Sala De Conferência Do Mfap	Gimno Desportivo	MNEC - Fundo Autonomo De Solidariedade- Fsc	Receitas Próprias - Delegacao Dgasp - Praia	Total Geral
01.01.01.01.01-Pessoas Singulares													0
01.02.02.03.10-Serviços Agrícolas E Pecuários												3.502.448	3.502.448
01.02.02.04.90-Serviços Diversos												0	0
01.02.06.01.90-Outras Transferências	1.424.998	749.997	11.500.000	14.083.333	4.000.000	65.000.000		2.457.526	400.000		20.000.000		119.615.854
01.02.06.02.90-Outras Transferências									0	5.772.580		0	5.772.580
01.02.08.90-Outras Receitas Correntes			1.070.000				1.070.501						2.140.501
Total Geral	1.424.998	749.997	12.570.000	14.083.333	4.000.000	65.000.000	1.070.501	2.457.526	400.000	5.772.580	20.000.000	3.502.448	131.031.383

CONTA GERAL DO ESTADO/2007

MAPA_IV_5.3

Despesas globais dos Fundos Autónomos, segundo classificação económica e orgânica

Cod.Econ.	Designação	Centro Cultural Do Mindelo	Centro Nacional De Artesanato	Cofre Das Alfandegas	Escola De Enfermagem	Funcionamento - Fundo De Apoio Ao Ensino E a Formação	Funcionamento - Fundo De Desenvolvimento Do Desporto	Funcionamento- Delegacao Dgasp_ Praia	Fundo Autonomo Edicao Manuais Escolares	Fundo Para Aluguer Se Sala De Conferência Do Mfap	Gimno Desportivo	MNEC - Fundo Autonomo De Slidariedade- Fsc
03.01.01.03	03.01.01.03-Pessoal Contratado				7.376.344							
03.01.02.01	03.01.02.01-Gratificações Eventuais				290.000							
03.01.02.04	03.01.02.04-Subsídio De Instalação			18.000								
03.01.90	03.01.90-Outras Despesas Com Pessoal	893.730	614.000		994.406	2.477.356	7.317.276		2.012.571		4.058.798	2.412.486
03.02.03.04	03.02.03.04-Pequenos Equipamentos									69.115		
03.02.04	03.02.04-Outros Aprovisionamentos				172.934						0	
03.03.04	03.03.04-Conservação E Manutenção			319.962		92.610						
03.03.06	03.03.06-Consumo De Secretaria					536.502						
03.03.11	03.03.11-Vigilância E Segurança							1.035.000			86.422	
03.03.12.01	03.03.12.01-Ass. Tec. - Residente					0						
03.03.13	03.03.13-Deslocações E Estadias			4.654.133					38.144			
03.03.14	03.03.14-Limpeza, Higiene E Conforto					136.386						
03.03.90	03.03.90-Outros Fornecimentos	59.418	25.091	2.154.501	612.417	25.075	19.570.705		176.113	59.100	756.422	
03.05.01.90	03.05.01.90-Outras Transferências											14.940.161
03.07.90	03.07.90-Outras Despesas Correntes	301.236	53.009	1.357.690	1.998.522	0	38.111.929	35.501	0	0	870.938	1.185.612
04.01.07	04.01.07-Equipamentos De Carga E Transporte			2.500.000								
04.01.08	04.01.08-Equipamentos Administrativos			1.554.815		95.400				271.000		
Total Geral		1.254.384	692.100	12.559.101	11.444.623	3.363.329	64.999.910	1.070.501	2.226.828	399.215	5.772.580	18.538.259

CONTA GERAL DO ESTADO/2007

MAPA_IV_5.3

Despesas globais dos Fundos Autónomos, segundo classificação económica e orgânica

Total Geral
7.376.344
290.000
18.000
20.780.623
69.115
172.934
412.572
536.502
1.121.422
0
4.692.277
136.386
23.438.842
14.940.161
43.914.437
2.500.000
1.921.215
122.320.830

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_6

Despesas globais dos Serviços Autónomos, segundo classificação funcional

Funções	Fundo e Serviços Aut.
Total Geral	3.814.821.781
01 - Funções Gerais	2.257.621.971
01.01 - Serviços Públicos Gerais	196.907.950
01.01.01.01 - Órgãos Executivos E Legislativos	58.084.517
01.01.01.02 - Administração Financeira E Fiscal	0
01.01.01.03 - Negócios Estrangeiros	0
01.01.01.90 - Outros Órgãos	0
01.01.02.01 - Ciências Naturais, Engenharia E Tecn	16.696.160
01.01.02.02 - Ciências Sociais E Humanas	0
01.01.02.03 - Investigação Multidisciplinar	0
01.01.03.01 - Gestão De Pessoal	0
01.01.03.02 - Planeamento Global E Estatística	0
01.01.03.90 - Outros Seviços Gerais	11.778.320
01.01.90 - Serviços Públicos Gerais N.E.	110.348.953
01.02 - Defesa	616.207.360
01.02.01.01 - Defesa Militar	616.207.360
01.02.01.02 - Defesa Civil	0
01.02.01.90 - Defesa Militar E Civil N.E.	0
01.02.02 - Defesa N.E.	0
01.03 - Segurança E Ordem Pública	1.444.506.661
01.03.01.01 - Ordem Pública	1.433.015.154
01.03.01.02 - Protecção Contra Incêndio	0
01.03.01.90 - Ordem Pública E Protecção Contra Inc	0
01.03.02 - Tribunais	0
01.03.03 - Prisões	0
01.03.90 - Segurança E Ordem Pública N.E.	11.491.507
02 - Funções Sociais	1.038.872.147
02.01 - Educação	417.163.479
02.01.01 - Ensino Pré-Primário	0
02.01.02 - Ensino Primário E Secundário	0
02.01.03 - Ensino Superior	377.792.813
02.01.04 - Ensino N.E.	0
02.01.05 - Serviços Auxiliares	39.370.666
02.01.90 - Educação N.E.	0
02.02 - Saúde	488.349.691
02.02.01.01 - Serviços Hospitalares Gerais	475.807.028
02.02.01.02 - Serviços Hospitalares Especializados	0
02.02.01.03 - Serviços Médicos E Maternidade	0
02.02.01.04 - Serviços De Enfermaria E Convalesce	0
02.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	0
02.02.02.01 - Clínicas E Consultólios De Medicina G	0
02.02.02.02 - Clínicas E Consultólios Especializados	0
02.02.02.03 - Clínicas Dentárias E Dentistas	0
02.02.02.04 - Clínicas E Consultólios N.E.	0
02.02.03 - Saúde Pública	7.279.905
02.02.04 - Medicamentos, Prótese E Equipamento M	0
02.02.05 - Investigação Aplicada E Desenvolvimento	0
02.02.90 - Saúde N.E.	5.262.758
02.03 - Segurança E Assistência Social	25.416.722
02.03.01.01 - Doença, Parto E Benefícios Por Incapa	0
02.03.01.02 - Pensões Para Funcionários	0
02.03.01.03 - Subsídio À Velhice Ou De Sobrevivênc	0
02.03.01.04 - Subsídio De Desemprego	0
02.03.01.90 - Segurança Social N.E.	0
02.03.02.01 - Acolhimento De Crianças	25.416.722
02.03.02.02 - Acolhimento De Idosos	0
02.03.02.03 - Acolhimento De Deficientes	0
02.03.02.04 - Outros Centros De Acolhimento	0
02.03.02.05 - Assistência Social, Excluindo Centros	0
02.03.02.90 - Assistência Social N.E.	0
02.03.90 - Segurança E Assistência Social .E.	0

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_6

Despesas globais dos Serviços Autónomos, segundo classificação funcional

Funções	Fundo e Serviços Aut.
02.04 - Habitação E Desenvolvimento Colectivo	0
02.04.01.01 - Habitação	0
02.04.01.02 - Desenvolvimento Colectivo	0
02.04.01.90 - Habitação E Serviços Colectivos N.E.	0
02.04.02 - Abastecimento De Água	0
02.04.03.01 - Recolha De Lixo, Sistema De Esgotos	0
02.04.03.02 - Controle E Redução Da Poluição	0
02.04.03.90 - Saneamento E Controle Da Poluição N	0
02.04.04 - Iluminação De Vias	0
02.04.90 - Habitação E Desenvolvimento Colectivo N	0
02.05 - Recreação, Cultura E Religião	107.942.255
02.05.01 - Recreação	23.174.558
02.05.02 - Cultura	0
02.05.03 - Rádio, Televisão E Publicações	0
02.05.04 - Religião E Outros Serviços Colectivos	0
02.05.90 - Recreação, Cultura E Religião N.E.	84.767.697
03 - Funções Económicas	518.327.663
03.01 - Combustíveis E Energia	0
03.01.01.01 - Combustíveis De Origem Mineral	0
03.01.01.02 - Petróleo E Gás	0
03.01.01.90 - Outros Combustíveis N.E.	0
03.01.02.01 - Electricidade	0
03.01.02.02 - Energia Excluindo Electricidade	0
03.01.02.90 - Electricidade E Outras Fontes De Ene	0
03.01.90 - Combustíveis E Energia N.E.	0
03.02 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça	155.058.349
03.02.01.01 - Gestão Fundiária	0
03.02.01.02 - Preços E Rendimentos Agrícolas	0
03.02.01.03 - Extensão Rural	0
03.02.01.04 - Veterinária	0
03.02.01.05 - Controlo De Pragas	0
03.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	75.355.961
03.02.02 - Silvicultura	0
03.02.03 - Pesca E Caça	45.280.825
03.02.04 - Pesquisa Agrícola E Desenvolvimento Ex	34.421.563
03.02.90 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça N.	0
03.03 - Indústria Extractiva, Transformadora E D	0
03.03.01 - Indústria Extractiva	0
03.03.02 - Indústria Transformadora	0
03.03.03 - Indústria De Construção	0
03.03.90 - Indústria N.E.	0
03.04 - Transportes E Comunicações	85.590.124
03.04.01.01 - Construção De Estradas	17.859.143
03.04.01.02 - Funcionamento Do Sistema Rodoviário	0
03.04.02.01 - Infraestruturas De Transporte Marítimo	0
03.04.02.02 - Funcionamento Do Sistema De Transp	0
03.04.03.01 - Construção De Infraestruturas	0
03.04.03.02 - Funcionamento Do Sistema De Transp	0
03.04.04.01 - Construção De Condutas E De Outras	0
03.04.04.02 - Funcionamento Do Transporte Por Co	0
03.04.05 - Sistemas De Transporte N.E.	0
03.04.90 - Comunicações	67.730.981
03.05 - Outros Serviços Económicos	277.679.190
03.05.01.01 - Distribuição E Armazenagem	0
03.05.01.02 - Hotéis E Restaurantes	0
03.05.01.03 - Distribuição, Hotéis E Restaurantes N	0
03.05.02 - Turismo	99.308.324
03.05.03 - Serviços Económicos Desenvolvimento Ir	0
03.05.04 - Serviços Económicos E Comerciais	0
03.05.05 - Trabalho	46.916.990
03.05.90 - Serviços Económicos N.E.	131.453.876
90 - Outras Funções	0
90.90 - Outros Serviços	0
90.90.01 - Encargos Da Dívida Pública	0
90.90.02 - Transferências Inter-Institucionais	0
90.90.90 - Outras Serviços N.E.	0

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA_IV_8

Contas consolidadas das receitas correntes e de capital e das despesas de funcionamento da
Administração central, segundo classificação económica

Class. Económ.	Designação	ESTADO	FSA	TOTAL
03	Despesas Correntes	21.129.585.046	3.781.176.216	24.910.761.263
03.01	Despesa Com Pessoal	8.521.917.226	2.807.561.812	11.329.479.038
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	358.864.545	15.522.124	374.386.669
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	6.760.987.001	1.876.844.209	8.637.831.210
03.01.01.03	Pessoal Contratado	242.387.895	436.132.250	678.520.145
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	24.902.034	6.593.377	31.495.411
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	420.065.587	183.694.595	603.760.182
03.01.01.06	Despesas De Representação	7.856.885	349.750	8.206.635
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	412.893.801	26.848.395	439.742.196
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	6.775.309	19.902.466	26.677.775
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	58.952.849	120.497.042	179.449.891
03.01.02.04	Subsídio De Instalação	5.553.189	129.500	5.682.689
03.01.02.90	Remunerações Diversas	0	8.087.355	8.087.355
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	49.176.759	2.037.543	51.214.302
03.01.03.02	Abono De Família	19.949.518	7.862.822	27.812.340
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	152.813.248	84.230.273	237.043.521
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	198.382	12.838.967	13.037.349
03.01.03.90	Encargos Diversos	0	267.403	267.403
03.01.04.01	Aumento Salarial	0	0	0
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	0	0	0
03.01.04.03	Progressões	0	0	0
03.01.04.04	Reclassificações	0	0	0
03.01.04.05	Regressos	0	0	0
03.01.04.06	Promoções	0	0	0
03.01.04.90	Outras Dotações	0	0	0
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	540.224	5.723.741	6.263.965
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	162.256.828	285.385.563	447.642.391
03.02.01	Mercadorias	0	0	0
03.02.02	Matérias Primas	70.210	119.908	190.118
03.02.03.01	Medicamentos	93.869.352	161.859.701	255.729.053
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionários	49.618.792	38.858.293	88.477.085
03.02.03.03	Roupa E Calçado	1.960.806	67.610.141	69.570.947
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	13.724.416	8.189.781	21.914.197
03.02.03.90	Produtos Diversos	1.620.208	396.793	2.017.001
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	51.743	7.161.949	7.213.692
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0
03.02.05.02	Munições E Explosivos	1.320.496	0	1.320.496
03.02.05.90	Material Diverso	20.805	1.123.847	1.144.652
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	65.150	65.150
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	1.319.383.333	545.373.040	1.864.756.373
03.03.01	Água	57.897.750	31.708.063	89.605.813
03.03.02	Electricidade	189.674.088	67.565.356	257.239.444
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	66.909.695	75.088.726	141.998.421
03.03.04	Conservação E Manutenção	51.862.648	41.669.768	93.532.416
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	10.251.595	9.155.957	19.407.552
03.03.06	Consumo De Secretaria	42.297.150	24.552.100	66.849.250
03.03.07	Rendas E Alugueres	84.853.995	36.081.630	120.935.625
03.03.08	Representação	23.393.019	3.061.899	26.454.918
03.03.09	Comunicações	250.980.842	51.327.072	302.307.914
03.03.10	Seguros	15.301.774	18.534.611	33.836.385
03.03.11	Vigilância E Segurança	54.848.159	17.870.310	72.718.469
03.03.12.01	Residente	16.811.291	13.228.543	30.039.834
03.03.12.02	Não Residente	9.372.525	455.741	9.828.266
03.03.13	Deslocações E Estadias	258.783.392	53.967.610	312.751.002
03.03.14	Limpeza, Higiene E Conforto	55.287.564	19.650.036	74.937.600
03.03.15	Formação	5.141.762	28.098.519	33.240.281
03.03.90	Outros Fornecimentos	125.716.084	53.357.099	179.073.183
03.04	Encargos Da Dívida	1.846.590.000	88.034	1.846.678.034
03.04.01	Juros Da Dívida Interna	1.317.497.517	0	1.317.497.517
03.04.02	Juros Da Dívida Externa	527.937.220	0	527.937.220
03.04.90	Outros Encargos	1.155.263	88.034	1.243.297
03.05	Transferências Correntes	6.078.961.737	109.309.406	6.188.271.143
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	13.991.067	19.152.000	33.143.067
03.05.01.02	Municípios	2.475.337.631	0	2.475.337.631
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	293.254.876	0	293.254.876

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA_IV_8

Contas consolidadas das receitas correntes e de capital e das despesas de funcionamento da
Administração central, segundo classificação econômica

Class. Económ.	Designação	ESTADO	FSA	TOTAL
03.05.01.90	Outras Transferências	246.585.987	22.276.618	268.862.605
03.05.02.01	Partidos Políticos	35.000.000	0	35.000.000
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	27.079.967	0	27.079.967
03.05.02.90	Outras Transferências	212.294.700	17.702.582	229.997.282
03.05.03.01.01	Pensões De Aposentação	1.356.267.493	0	1.356.267.493
03.05.03.01.02	Pensões De Sobrevivência	121.428.400	0	121.428.400
03.05.03.01.03	Pensões De Regime Não Contributivo	591.829.957	0	591.829.957
03.05.03.01.04	Pensões De Reserva	0	47.438.219	47.438.219
03.05.03.01.90	Pensões De Ex_Presidentes	3.446.640	0	3.446.640
03.05.03.02	Bolsas De Estudo	374.698.653	0	374.698.653
03.05.03.03	Evacuação De Doentes	116.043.647	0	116.043.647
03.05.03.90	Outras Transferências	16.906.750	0	16.906.750
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	63.167.986	40.247	63.208.233
03.05.04.02	Outras Transferências	131.627.983	2.699.740	134.327.723
03.06	Subsídios	931.927.763	0	931.927.763
03.06.01	Empresas Públicas	83.512.000	0	83.512.000
03.06.02	Empresas Privadas	359.631.259	0	359.631.259
03.06.90	Subsídios Diversos	488.784.504	0	488.784.504
03.07	Outras Despesas Correntes	2.268.548.159	33.458.361	2.302.006.520
03.07.01	Restituições	717.579.044	0	717.579.044
03.07.02	Impostos E Taxas	0	375.609	375.609
03.07.03	Indemnizações	127.918.975	0	127.918.975
03.07.88	Dotação Provisional	0	0	0
03.07.89	Despesas Extraordinárias	1.316.987.595	0	1.316.987.595
03.07.90	Outras Despesas Correntes	89.616.180	33.082.752	122.698.932
03.07.91	Despesas anos anteriores	16.446.365	0	16.446.365
04	Despesas De Capital	219.691.456	33.645.565	253.337.021
04.01	Imobilizações Corpóreas	219.691.456	31.398.570	251.090.026
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0
04.01.03	Habitacões	1.463.477	242.200	1.705.677
04.01.04	Edifícios	114.111.251	3.727.499	117.838.750
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	28.664.764	9.122.522	37.787.286
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	313.807	313.807
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	56.680.000	8.193.553	64.873.553
04.01.08	Equipamentos Administrativos	14.754.474	9.798.989	24.553.463
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	4.017.490	0	4.017.490
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0
04.03	Transferências De Capital	0	0	0
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0
04.03.01.02	Municípios	0	0	0
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0
04.04	Outras Despesas De Capital	0	2.246.995	2.246.995
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0
04.04.90	Outras Despesas	0	2.246.995	2.246.995
	Total Orçamental	21.349.276.502	3.814.821.781	25.164.098.284
	Pagamentos extra-orçamentais			0
	Total Geral	21.349.276.502	3.814.821.781	25.164.098.284
	Receitas correntes do OE	31.735.605.724		31.735.605.724
	Receitas de capital do OE	7.253.097.914		7.253.097.914
	Receitas Próprias		688.154.946	688.154.946
	09.01.03.01-Recebidas Pelos Fsa		4.110.544.881	
	Saldo de Gerência do ano 2007		841.661.017	
	Total Geral	38.988.703.638	5.640.360.844	39.676.858.584

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_8

Conta consolidada das receitas correntes e de capital e das despesas da Administração Central, segundo uma classificação orgânica

Designação	Despesas de Func.	Despesa de Inv.	FSA/Despesas efectivas	TOTAL
Presidência da República	0		123.379.062	123.379.062
Assembleia Nacional	0		602.549.356	602.549.356
Supremo Tribunal de Justiça	0		28.863.979	28.863.979
Procuradoria Geral da República	0		27.419.734	27.419.734
Tribunal de Contas	0		60.151.121	60.151.121
Comissão Nacional De Eleições	0		19.280.149	19.280.149
Chefia do Governo	376.026.028		78.175.957	454.201.985
Ministério Das Infraestruturas Transportes E Mar	93.045.183		147.567.109	240.612.292
Ministério Da Saúde	1.577.160.928		488.349.691	2.065.510.619
Ministério Da Defesa	29.995.904		616.207.360	646.203.264
Ministério Dos Negócios Estrangeiros	683.285.605		58.084.517	741.370.122
Ministério Da Administração Interna	91.010.889		1.288.048.580	1.379.059.469
Ministério Das Finanças e Administração Pública	11.184.768.130		114.042.864	11.298.810.994
Ministério Da Justiça	485.974.684		156.458.081	642.432.765
Ministério Do Ambiente e Agricultura	196.444.127		241.231.400	437.675.527
Ministério Da Educação e Ensino Superior	5.437.322.751		417.163.479	5.854.486.230
Ministério Do Trabalho E Solidariedade	153.756.445		25.416.722	179.173.167
Ministério Da Economia, Crescimento E Competitividade	94.648.317		99.308.324	193.956.641
Ministério Da Cultura	44.667.560		84.767.697	129.435.257
Ministerio Da Descent., Habi.E Ordenamento Do Territorio	39.526.550		0	39.526.550
Programa Plurianual de Investimentos Públicos		16.603.803.846		16.603.803.846
Total de despesas	20.487.633.101	16.603.803.846	4.676.465.182	41.767.902.129
Transferências do OE para funcionamento				0
Transferências do OE para investimentos				0
Saldo de gerência				0
Receitas próprias			688.154.946	688.154.946
Receitas de projectos				0
Receitas correntes do OE	31.735.605.724			31.735.605.724
Receitas de capital do OE	1.018.490.217	6.234.607.697		7.253.097.914
Total de receitas	32.754.095.941	6.234.607.697	688.154.946	39.676.858.584

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
 MAPA_IV_8.1
 Despesas do Estado, segundo classificação orgânica

Designação	Desp. de Func.	Encargos Gerais	Prog.Investim.	TOTAL
Presidência da República	123.379.062			123.379.062
Assembleia Nacional	602.549.356			602.549.356
Supremo Tribunal de Justiça	28.863.979			28.863.979
Procuradoria Geral da República	27.419.734			27.419.734
Tribunal de Contas	60.151.121			60.151.121
Comissão Nacional De Eleições	19.280.149			19.280.149
Chefia do Governo	454.201.985			454.201.985
Ministério Das Infraestruturas Transportes E Mar	240.612.292			240.612.292
Ministério Da Saúde	2.065.510.619			2.065.510.619
Ministério Da Defesa	646.203.264			646.203.264
Ministério Dos Negócios Estrangeiros	741.370.122			741.370.122
Ministério Da Administração Interna	1.379.059.469			1.379.059.469
Ministério Das Finanças e Administração Pública	1.436.368.152	9.862.442.842		11.298.810.994
Ministério Da Justiça	642.432.765			642.432.765
Ministério Do Ambiente e Agricultura	437.675.527			437.675.527
Ministério Da Educação e Ensino Superior	5.854.486.230			5.854.486.230
Ministério Do Trabalho E Solidariedade	179.173.167			179.173.167
Ministério Da Economia, Crescimento E Competitividade	193.956.641			193.956.641
Ministério Da Cultura	129.435.257			129.435.257
Ministerio Da Descent., Habi.E Ordenamento Do Territorio	39.526.550			39.526.550
Programa Plurianual de Investimentos Públicos			16.603.803.846	16.603.803.846
Total de despesas	15.301.655.441	9.862.442.842	16.603.803.846	41.767.902.129

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA IV_9

Despesas Consolidadas da Administração Central,
segundo uma classificação funcional

Funções	Estado		Fundo e Serviços Aut.	TOTAL
	Funcionamento	Investimento		
Total Geral	21.349.276.502	16.603.803.846	3.814.821.781	41.767.902.129
01 - Funções Gerais	3.276.245.693	1.828.334.316	2.257.621.971	7.362.201.980
01.01 - Serviços Públicos Gerais	2.697.106.486	1.459.926.078	196.907.950	4.353.940.514
01.01.01.01 - Órgãos Executivos E Legislativos	940.841.145	671.901.199	58.084.517	1.670.826.861
01.01.01.02 - Administração Financeira E Fiscal	0	2.535.356	0	2.535.356
01.01.01.03 - Negócios Estrangeiros	683.285.605	0	0	683.285.605
01.01.01.90 - Outros Órgãos	59.560.575	192.131.013	0	251.691.588
01.01.02.01 - Ciências Naturais, Engenharia E Tecn	0	0	16.696.160	16.696.160
01.01.02.02 - Ciências Sociais E Humanas	0	0	0	0
01.01.02.03 - Investigação Multidisciplinar	0	0	0	0
01.01.03.01 - Gestão De Pessoal	0	122.096.818	0	122.096.818
01.01.03.02 - Planeamento Global E Estatística	0	447.326.725	0	447.326.725
01.01.03.90 - Outros Serviços Gerais	952.947.861	10.218.179	11.778.320	974.944.360
01.01.90 - Serviços Públicos Gerais N.E.	60.471.300	13.716.788	110.348.953	184.537.041
01.02 - Defesa	45.294.663	160.000.000	616.207.360	821.502.023
01.02.01.01 - Defesa Militar	14.677.251	160.000.000	616.207.360	790.884.611
01.02.01.02 - Defesa Civil	15.298.759	0	0	15.298.759
01.02.01.90 - Defesa Militar E Civil N.E.	0	0	0	0
01.02.02 - Defesa N.E.	15.318.653	0	0	15.318.653
01.03 - Segurança E Ordem Pública	533.844.544	208.408.238	1.444.506.661	2.186.759.443
01.03.01.01 - Ordem Pública	0	0	1.433.015.154	1.433.015.154
01.03.01.02 - Protecção Contra Incêndio	0	0	0	0
01.03.01.90 - Ordem Pública E Protecção Contra Inc	0	2.307.609	0	2.307.609
01.03.02 - Tribunais	358.385.507	75.714.099	0	434.099.606
01.03.03 - Prisões	118.181.414	0	0	118.181.414
01.03.90 - Segurança E Ordem Pública N.E.	57.277.623	130.386.530	11.491.507	199.155.660
02 - Funções Sociais	9.274.683.567	4.230.312.704	1.038.872.147	14.543.868.418
02.01 - Educação	5.437.322.751	1.199.725.640	417.163.479	7.054.211.870
02.01.01 - Ensino Pré-Primário	0	6.513.132	0	6.513.132
02.01.02 - Ensino Primário E Secundário	4.804.848.854	578.881.316	0	5.383.730.170
02.01.03 - Ensino Superior	10.522.756	119.498.744	377.792.813	507.814.313
02.01.04 - Ensino N.E.	74.245.408	0	0	74.245.408
02.01.05 - Serviços Auxiliares	0	185.929.269	39.370.666	225.299.935
02.01.90 - Educação N.E.	547.705.733	308.903.179	0	856.608.912
02.02 - Saúde	1.577.160.928	1.059.753.043	488.349.691	3.125.263.662
02.02.01.01 - Serviços Hospitalares Gerais	0	827.905.578	475.807.028	1.303.712.606
02.02.01.02 - Serviços Hospitalares Especializados	0	0	0	0
02.02.01.03 - Serviços Médicos E Maternidade	0	0	0	0
02.02.01.04 - Serviços De Enfermaria E Convalesce	0	0	0	0
02.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	0	0	0	0
02.02.02.01 - Clínicas E Consultórios De Medicina G	0	0	0	0
02.02.02.02 - Clínicas E Consultórios Especializados	0	0	0	0
02.02.02.03 - Clínicas Dentárias E Dentistas	0	0	0	0
02.02.02.04 - Clínicas E Consultórios N.E.	0	0	0	0
02.02.03 - Saúde Pública	18.955.796	231.847.465	7.279.905	258.083.166
02.02.04 - Medicamentos, Prótese E Equipamento M	0	0	0	0
02.02.05 - Investigação Aplicada E Desenvolvimento	0	0	0	0
02.02.90 - Saúde N.E.	1.558.205.132	0	5.262.758	1.563.467.890
02.03 - Segurança E Assistência Social	2.082.106.032	439.724.817	25.416.722	2.547.247.571
02.03.01.01 - Doença, Parto E Benefícios Por Incapa	0	0	0	0
02.03.01.02 - Pensões Para Funcionários	2.069.525.850	0	0	2.069.525.850
02.03.01.03 - Subsídio À Velhice Ou De Sobrevivênc	0	0	0	0
02.03.01.04 - Subsídio De Desemprego	0	0	0	0
02.03.01.90 - Segurança Social N.E.	12.580.182	0	0	12.580.182
02.03.02.01 - Acolhimento De Crianças	0	46.720.663	25.416.722	72.137.385
02.03.02.02 - Acolhimento De Idosos	0	0	0	0
02.03.02.03 - Acolhimento De Deficientes	0	0	0	0
02.03.02.04 - Outros Centros De Acolhimento	0	0	0	0
02.03.02.05 - Assistência Social, Excluindo Centros	0	0	0	0
02.03.02.90 - Assistência Social N.E.	0	334.866.454	0	334.866.454
02.03.90 - Segurança E Assistência Social .E.	0	58.137.700	0	58.137.700
02.04 - Habitação E Desenvolvimento Colectivo	25.173.603	1.306.376.664	0	1.331.550.267
02.04.01.01 - Habitação	0	134.391.090	0	134.391.090
02.04.01.02 - Desenvolvimento Colectivo	0	177.341.134	0	177.341.134
02.04.01.90 - Habitação E Serviços Colectivos N.E.	0	0	0	0
02.04.02 - Abastecimento De Água	0	886.055.348	0	886.055.348
02.04.03.01 - Recolha De Lixo, Sistema De Esgotos	0	108.589.092	0	108.589.092

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA IV_9

Despesas Consolidadas da Administração Central,
segundo uma classificação funcional

Funções	Estado		Fundo e Serviços Aut.	TOTAL
	Funcionamento	Investimento		
02.04.03.02 - Controle E Redução Da Poluição	0	0	0	0
02.04.03.90 - Saneamento E Controle Da Poluição N	25.173.603	0	0	25.173.603
02.04.04 - Iluminação De Vias	0	0	0	0
02.04.90 - Habitação E Desenvolvimento Colectivo N	0	0	0	0
02.05 - Recreação, Cultura E Religião	152.920.253	224.732.540	107.942.255	485.595.048
02.05.01 - Recreação	96.884.254	67.996.693	23.174.558	188.055.505
02.05.02 - Cultura	0	75.201.533	0	75.201.533
02.05.03 - Rádio, Televisão E Publicações	0	22.974.912	0	22.974.912
02.05.04 - Religião E Outros Serviços Colectivos	0	0	0	0
02.05.90 - Recreação, Cultura E Religião N.E.	56.035.999	58.559.402	84.767.697	199.363.098
03 - Funções Económicas	557.910.575	10.316.603.653	518.327.663	11.392.841.891
03.01 - Combustíveis E Energia	0	856.988.189	0	856.988.189
03.01.01.01 - Combustíveis De Origem Mineral	0	0	0	0
03.01.01.02 - Petróleo E Gás	0	0	0	0
03.01.01.90 - Outros Combustíveis N.E.	0	0	0	0
03.01.02.01 - Electricidade	0	416.195.981	0	416.195.981
03.01.02.02 - Energia Excluindo Electricidade	0	148.164.933	0	148.164.933
03.01.02.90 - Electricidade E Outras Fontes De Ene	0	251.553.075	0	251.553.075
03.01.90 - Combustíveis E Energia N.E.	0	41.074.200	0	41.074.200
03.02 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça	204.715.119	1.666.712.879	155.058.349	2.026.486.347
03.02.01.01 - Gestão Fundiária	0	634.236.190	0	634.236.190
03.02.01.02 - Preços E Rendimentos Agrícolas	0	2.465.636	0	2.465.636
03.02.01.03 - Extensão Rural	0	84.317.998	0	84.317.998
03.02.01.04 - Veterinária	0	2.940.000	0	2.940.000
03.02.01.05 - Controlo De Pragas	0	0	0	0
03.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	55.623.069	566.878.857	75.355.961	697.857.887
03.02.02 - Silvicultura	0	1.680.000	0	1.680.000
03.02.03 - Pesca E Caça	0	249.294.903	45.280.825	294.575.728
03.02.04 - Pesquisa Agrícola E Desenvolvimento Ex	0	80.622.375	34.421.563	115.043.938
03.02.90 - Agricultura, Silvicultura, Pesca E Caça N.	149.092.050	44.276.920	0	193.368.970
03.03 - Indústria Extractiva, Transformadora E D	4.755.951	11.880.154	0	16.636.105
03.03.01 - Indústria Extractiva	0	0	0	0
03.03.02 - Indústria Transformadora	0	0	0	0
03.03.03 - Indústria De Construção	4.755.951	0	0	4.755.951
03.03.90 - Indústria N.E.	0	11.880.154	0	11.880.154
03.04 - Transportes E Comunicações	36.032.449	6.410.129.675	85.590.124	6.531.752.248
03.04.01.01 - Construção De Estradas	0	3.976.171.168	17.859.143	3.994.030.311
03.04.01.02 - Funcionamento Do Sistema Rodoviário	36.032.449	428.373.979	0	464.406.428
03.04.02.01 - Infraestruturas De Transporte Marítim	0	771.827.157	0	771.827.157
03.04.02.02 - Funcionamento Do Sistema De Transp	0	33.123.281	0	33.123.281
03.04.03.01 - Construção De Infraestruturas	0	506.469.742	0	506.469.742
03.04.03.02 - Funcionamento Do Sistema De Transp	0	694.164.348	0	694.164.348
03.04.04.01 - Construção De Conduas E De Outras	0	0	0	0
03.04.04.02 - Funcionamento Do Transporte Por Col	0	0	0	0
03.04.05 - Sistemas De Transporte N.E.	0	0	0	0
03.04.90 - Comunicações	0	0	67.730.981	67.730.981
03.05 - Outros Serviços Económicos	312.407.056	1.370.892.756	277.679.190	1.960.979.002
03.05.01.01 - Distribuição E Armazenagem	0	0	0	0
03.05.01.02 - Hotéis E Restaurantes	0	0	0	0
03.05.01.03 - Distribuição, Hotéis E Restaurantes N.	0	8.051.551	0	8.051.551
03.05.02 - Turismo	4.120.917	195.152.386	99.308.324	298.581.627
03.05.03 - Serviços Económicos Desenvolvimento In	0	868.039.766	0	868.039.766
03.05.04 - Serviços Económicos E Comerciais	90.527.400	271.559.621	0	362.087.021
03.05.05 - Trabalho	153.756.445	1.234.750	46.916.990	201.908.185
03.05.90 - Serviços Económicos N.E.	64.002.294	26.854.682	131.453.876	222.310.852
90 - Outras Funções	8.240.436.667	228.553.173	0	8.468.989.840
90.90 - Outros Serviços	8.240.436.667	228.553.173	0	8.468.989.840
90.90.01 - Encargos Da Dívida Pública	1.846.590.000	0	0	1.846.590.000
90.90.02 - Transferências Inter-Institucionais	2.443.637.631	195.797.481	0	2.639.435.112
90.90.90 - Outras Serviços N.E.	3.950.209.036	32.755.692	0	3.982.964.728

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_10

Programa plurienal de investimentos, segundo programa e sub-programas
execução orçamental

Cod.Econ.1	Programa	Cod.Econ.2	Programas e Sub-Programas	Total					Tesouro					Outro				
				Fin TOTAL	ORÇ ACTUAL	Execução Total	% 1	% Exe	INICIAL	ACTUAL	EXECUTADO	% 1	% Exe	INICIAL	ACTUAL	EXECUTADO	% 1	% Exe
		70.03.01.02	Desenvolv. Quadro Legal E Regular	20.000.000	0	0	0,0%	0,0%	20.000.000	0	0	0,0%	0,0%				0,0%	0,0%
		70.03.01.03	Promoção Das Energias Renováveis	602.162.258	665.251.771	148.164.933	0,9%	22,3%	54.573.800	7.332.071	7.332.071	0,2%	100,0%				0,0%	0,0%
		70.03.01.04	Promoção Da Conservação De Ener	38.120.000	37.520.000	4.191.128	0,0%	11,2%	5.000.000	4.400.000	4.191.128	0,1%	95,3%				0,0%	0,0%
		70.03.01.05	Desenvolvimento Das Infra-Estrutura	1.631.633.333	2.031.187.509	642.515.207	3,9%	31,6%	78.000.000	213.243.695	210.866.554	5,2%	98,9%				0,0%	0,0%
		70.03.01.06	Expansão Modernização Redes De	49.500.000	41.495.497	41.386.983	0,2%	99,7%	49.500.000	18.495.497	18.396.730	0,5%	99,5%				0,0%	0,0%
		Desenvolvimento Do Sector Energético Total		2.409.828.458	2.868.801.844	879.978.442	5,3%	30,7%	220.966.667	249.684.130	246.892.474	6,0%	98,9%				0,0%	0,0%
70.04.01	Desenvolv	70.04.01.01	Desenvolv. Das Infraestruturas Rodc	1.763.263.562	4.585.859.426	3.984.171.168	24,0%	86,9%	842.371.531	908.371.531	904.088.686	22,1%	99,5%				0,0%	0,0%
		70.04.01.02	Desenvolv.Das Infraestrut. Portuária	425.250.026	667.647.066	767.447.660	4,6%	114,9%				0,0%	0,0%				0,0%	0,0%
		70.04.01.03	Desenvolv.Das Infraestrut. Aeroportu	100.000.000	1.206.069.205	1.191.356.320	7,2%	98,8%	0	0	0	0,0%	0,0%				0,0%	0,0%
		Desenvolvimento Das Infra-Estruturas De Transporte To		2.288.513.588	6.459.575.697	5.942.975.148	35,8%	92,0%	842.371.531	908.371.531	904.088.686	22,1%	99,5%				0,0%	0,0%
70.05.01	Desenvolv	70.05.01.03	Transportes Marítimos	232.530.000	236.309.497	37.502.778	0,2%	15,9%	12.000.000	15.779.497	15.449.778	0,4%	97,9%				0,0%	0,0%
		Desenvolvimento Do Sistema De Transportes Total		232.530.000	236.309.497	37.502.778	0,2%	15,9%	12.000.000	15.779.497	15.449.778	0,4%	97,9%				0,0%	0,0%
70.06.01	Melhoria D	70.06.01.03	Melhoria Da Gestão Rodoviária	418.814.652	485.013.361	428.373.979	2,6%	88,3%	102.814.652	177.264.652	177.057.158	4,3%	99,9%				0,0%	0,0%
		Melhoria Da Gestão Das Infraestruturas Económicas Tota		418.814.652	485.013.361	428.373.979	2,6%	88,3%	102.814.652	177.264.652	177.057.158	4,3%	99,9%				0,0%	0,0%
Total Geral				17.581.031.688	23.300.067.222	16.603.803.846	100,0%	71,3%	4.379.328.518	4.379.328.515	4.083.813.533	100,0%	93,3%	732.000.000	1.100.148.628	494.278.647	100,0%	44,9%

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA_IV_10

Programa plurienal de investimentos, segundo programa e sub-programas
execução orçamental

Cod.Econ.1	Programa	Cod.Econ.2	Programas e Sub-Programas	FCP					Donativo					Emprestimo									
				INICIAL	ACTUAL	EXECUTADO	%_1	% Exe	INICIAL	ACTUAL	EXECUTADO	%_1	% Exe	INICIAL	ACTUAL	EXECUTADO	%_1	% Exe					
		70.03.01.02	Desenvolv. Quadro Legal E Regular				0,0%	0,0%					0,0%	0,0%							0,0%	0,0%	
		70.03.01.03	Promoção Das Energias Renováveis				0,0%	0,0%	40.211.558	150.542.800	140.832.862	2,2%	93,6%	507.376.900	507.376.900	0	0,0%	0,0%				0,0%	0,0%
		70.03.01.04	Promoção Da Conservação De Ener				0,0%	0,0%	33.120.000	33.120.000	0	0,0%	0,0%								0,0%	0,0%	
		70.03.01.05	Desenvolvimento Das Infra-Estrutura				0,0%	0,0%	965.300.000	1.284.395.845	301.520.168	4,8%	23,5%	588.333.333	533.547.969	130.128.485	2,3%	24,4%					
		70.03.01.06	Expansão Modernização Redes De				0,0%	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%	0	23.000.000	22.990.253	0,4%	100,0%					
			Desenvolvimento Do Sector Energético Total				0,0%	0,0%	1.043.631.558	1.468.058.645	442.353.030	7,0%	30,1%	1.145.230.233	1.151.059.069	190.732.938	3,4%	16,6%					
70.04.01	Desenvolv	70.04.01.01	Desenvolv. Das Infraestruturas Rodc				0,0%	0,0%	427.829.510	1.150.297.477	1.242.245.264	19,7%	108,0%	493.062.521	2.527.190.418	1.837.837.218	33,0%	72,7%					
		70.04.01.02	Desenvolv.Das Infraestrut. Portuária				0,0%	0,0%	425.250.026	667.647.066	767.447.660	12,2%	114,9%									0,0%	0,0%
		70.04.01.03	Desenvolv.Das Infraestrut. Aeroportu				0,0%	0,0%				0,0%	0,0%	100.000.000	1.206.069.205	1.191.356.320	21,4%	98,8%					
			Desenvolvimento Das Infra-Estruturas De Transporte To				0,0%	0,0%	853.079.536	1.817.944.543	2.009.692.924	31,8%	110,5%	593.062.521	3.733.259.623	3.029.193.538	54,4%	81,1%					
70.05.01	Desenvolv	70.05.01.03	Transportes Marítimos				0,0%	0,0%				0,0%	0,0%	220.530.000	220.530.000	22.053.000	0,4%	10,0%					
			Desenvolvimento Do Sistema De Transportes Total				0,0%	0,0%				0,0%	0,0%	220.530.000	220.530.000	22.053.000	0,4%	10,0%					
70.06.01	Melhoria D	70.06.01.03	Melhoria Da Gestão Rodoviária				0,0%	0,0%	0	62.500.000	62.500.000	1,0%	100,0%	316.000.000	245.248.709	188.816.821	3,4%	77,0%					
			Melhoria Da Gestão Das Infraestruturas Económicas Total				0,0%	0,0%	0	62.500.000	62.500.000	1,0%	100,0%	316.000.000	245.248.709	188.816.821	3,4%	77,0%					
Total Geral				214.500.000	267.321.947	147.714.722	100,0%	55,3%	7.050.752.654	8.896.404.834	6.312.059.012	100,0%	71,0%	5.204.450.516	8.656.863.298	5.565.937.932	100,0%	64,3%					

Class. Económ.	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado	Pagamentos	Por pagar	% 1
					Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	
03.01.01.01 - Combustíveis De Origem M	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.02 - Petróleo E Gás	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.90 - Outros Combustíveis N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.02.01 - Electricidade	1.489.386.200	284.590.395	1.773.976.595	416.195.981	416.195.981	416.195.981	0	2,5%
03.01.02.02 - Energia Excluindo Electricid	602.162.258	63.089.513	665.251.771	148.164.933	148.164.933	148.164.933	0	0,9%
03.01.02.90 - Electricidade E Outras Fon	252.620.000	33.879.000	286.499.000	251.553.075	251.553.075	251.553.075	0	1,5%
03.01.90 - Combustíveis E Energia N.E.	65.660.000	24.934.200	90.594.200	41.074.200	41.074.200	41.074.200	0	0,2%
03.02 - Agricultura, Silvicultura, Pesca	2.159.934.412	399.006.695	2.558.941.107	1.666.712.879	1.666.712.879	1.666.712.879	0	10,0%
03.02.01.01 - Gestão Fundiária	1.365.471.971	-85.341.550	1.280.130.421	634.236.190	634.236.190	634.236.190	0	3,8%
03.02.01.02 - Preços E Rendimentos Agr	0	2.585.962	2.585.962	2.465.636	2.465.636	2.465.636	0	0,0%
03.02.01.03 - Extensão Rural	0	85.855.648	85.855.648	84.317.998	84.317.998	84.317.998	0	0,5%
03.02.01.04 - Veterinária	0	2.940.000	2.940.000	2.940.000	2.940.000	2.940.000	0	0,0%
03.02.01.05 - Controlo De Pragas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.01.90 - Outros Serviços N.E.	549.133.658	122.371.355	671.505.013	566.878.857	566.878.857	566.878.857	0	3,4%
03.02.02 - Silvicultura	0	1.680.000	1.680.000	1.680.000	1.680.000	1.680.000	0	0,0%
03.02.03 - Pesca E Caça	195.710.233	172.865.620	368.575.853	249.294.903	249.294.903	249.294.903	0	1,5%
03.02.04 - Pesquisa Agrícola E Desenvol	49.618.550	37.393.734	87.012.284	80.622.375	80.622.375	80.622.375	0	0,5%
03.02.90 - Agricultura, Silvicultura, Pesca	0	58.655.926	58.655.926	44.276.920	44.276.920	44.276.920	0	0,3%
03.03 - Indústria Extractiva, Transform	56.000.000	-31.919.000	24.081.000	11.880.154	11.880.154	11.880.154	0	0,1%
03.03.01 - Indústria Extractiva	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.02 - Indústria Transformadora	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.03 - Indústria De Construção	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.90 - Indústria N.E.	56.000.000	-31.919.000	24.081.000	11.880.154	11.880.154	11.880.154	0	0,1%
03.04 - Transportes E Comunicações	2.939.858.240	4.242.318.084	7.182.176.325	6.410.129.675	6.410.129.675	6.410.129.675	0	38,6%
03.04.01.01 - Construção De Estradas	1.763.263.562	2.814.595.864	4.577.859.426	3.976.171.168	3.976.171.168	3.976.171.168	0	23,9%
03.04.01.02 - Funcionamento Do Sistema	418.814.652	66.198.709	485.013.361	428.373.979	428.373.979	428.373.979	0	2,6%
03.04.02.01 - Infraestruturas De Transpo	425.250.026	246.776.536	672.026.563	771.827.157	771.827.157	771.827.157	0	4,6%
03.04.02.02 - Funcionamento Do Sistema	232.530.000	-600.000	231.930.000	33.123.281	33.123.281	33.123.281	0	0,2%
03.04.03.01 - Construção De Infraestrutu	0	506.469.742	506.469.742	506.469.742	506.469.742	506.469.742	0	3,1%
03.04.03.02 - Funcionamento Do Sistema	100.000.000	608.877.233	708.877.233	694.164.348	694.164.348	694.164.348	0	4,2%
03.04.04.01 - Construção De Condutas E	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.04.04.02 - Funcionamento Do Transp	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.04.05 - Sistemas De Transporte N.E.	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.04.90 - Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05 - Outros Serviços Económicos	2.269.315.533	-165.872.017	2.103.443.516	1.370.892.756	1.370.892.756	1.370.892.756	0	8,3%
03.05.01.01 - Distribuição E Armazenage	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.02 - Hotéis E Restaurantes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.03 - Distribuição, Hotéis E Rest	0	8.051.551	8.051.551	8.051.551	8.051.551	8.051.551	0	0,0%
03.05.02 - Turismo	241.952.144	-27.340.816	214.611.328	195.152.386	195.152.386	195.152.386	0	1,2%
03.05.03 - Serviços Económicos Desenv	1.351.473.373	-93.387.542	1.258.085.831	868.039.766	868.039.766	868.039.766	0	5,2%
03.05.04 - Serviços Económicos E Come	422.600.000	-50.343.873	372.256.127	271.559.621	271.559.621	271.559.621	0	1,6%
03.05.05 - Trabalho	2.100.000	-840.000	1.260.000	1.234.750	1.234.750	1.234.750	0	0,0%
03.05.90 - Serviços Económicos N.E.	251.190.016	-2.011.337	249.178.679	26.854.682	26.854.682	26.854.682	0	0,2%
90 - Outras Funções	26.000.000	254.534.492	280.534.492	228.553.173	228.553.173	228.553.173	0	1,4%
90.90 - Outros Serviços	26.000.000	254.534.492	280.534.492	228.553.173	228.553.173	228.553.173	0	1,4%
90.90.01 - Encargos Da Dívida Pública	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
90.90.02 - Transferências Inter-Institucio	0	236.480.278	236.480.278	195.797.481	195.797.481	195.797.481	0	1,2%
90.90.90 - Outras Serviços N.E.	26.000.000	18.054.214	44.054.214	32.755.692	32.755.692	32.755.692	0	0,2%

Exe
%
71,3%
65,6%
67,2%
61,7%
107,0%
0,0%
50,4%
0,0%
0,0%
0,0%
99,1%
90,8%
15,1%
96,6%
100,0%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
45,9%
0,0%
0,0%
10,2%
57,0%
0,0%
61,2%
76,2%
66,3%
7,7%
71,5%
97,1%
0,0%
91,0%
64,1%
76,6%
75,1%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
82,5%
0,0%
0,0%
0,0%
97,9%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
83,6%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
99,8%
80,2%
98,6%
100,0%
0,0%
85,9%
38,4%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
80,3%
100,0%
62,1%
83,1%
0,0%
92,8%
70,3%
30,4%

Exe %
0,0%
0,0%
0,0%
23,5%
22,3%
87,8%
45,3%
65,1%
49,5%
95,3%
98,2%
100,0%
0,0%
84,4%
100,0%
67,6%
92,7%
75,5%
49,3%
0,0%
0,0%
0,0%
49,3%
89,3%
86,9%
88,3%
114,9%
14,3%
100,0%
97,9%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
65,2%
0,0%
0,0%
100,0%
90,9%
69,0%
72,9%
98,0%
10,8%
81,5%
81,5%
0,0%
82,8%
74,4%

MAPA_IV_11									
CONTA GERAL DO ESTADO / 2008									
Finanças Locais - Transferencias do Estado aos Municípios									
Class. Económ.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Liquidado Jan. a Dezembro	Pagamentos Jan. a Dezembro	Por pagar Jan. a Dezembro	%_1	Exe %
	Municípios_FFM								
40.30.02.01	Enc.Com. - F.E.F. - Praia	282.189.362	0	282.189.362	282.189.362	282.189.362	0	12,8%	100,0%
40.30.02.02	Enc.Com. - F.E.F. - S. Domingos	91.815.013	-200.681	91.614.332	91.614.332	91.614.332	0	4,2%	100,0%
40.30.02.03	Enc.Com. - F.E.F. - S. Cruz	162.607.148	-378.410	162.228.738	162.228.738	162.228.738	0	7,4%	100,0%
40.30.02.04	Enc.Com. - F.E.F. - S.Catarina	221.067.624	-539.955	220.527.669	220.197.669	220.197.669	0	10,0%	99,9%
40.30.02.05	Enc.Com. - F.E.F. - Calheta	102.870.818	-195.571	102.675.247	102.675.247	102.675.247	0	4,7%	100,0%
40.30.02.06	Enc.Com. - F.E.F. - Tarrafal	109.826.290	-413.330	109.412.960	109.412.960	109.412.960	0	5,0%	100,0%
40.30.02.07	Enc.Com. - F.E.F. - Mosteiros	57.285.988	0	57.285.988	57.285.988	57.285.988	0	2,6%	100,0%
40.30.02.08	Enc.Com. - F.E.F. - S.Filipe	125.193.051	0	125.193.051	125.193.051	125.193.051	0	5,7%	100,0%
40.30.02.09	Enc.Com. - F.E.F. - Brava	46.388.000	0	46.388.000	46.388.000	46.388.000	0	2,1%	100,0%
40.30.02.10	Enc.Com. - F.E.F. - Maio	48.796.967	-2.158	48.794.809	48.794.809	48.794.809	0	2,2%	100,0%
40.30.02.11	Enc.Com. - F.E.F. - B.Vista	64.732.908	0	64.732.908	64.732.908	64.732.908	0	2,9%	100,0%
40.30.02.12	Enc.Com. - F.E.F. - Sal	67.833.147	0	67.833.147	67.833.147	67.833.147	0	3,1%	100,0%
40.30.02.13	Enc.Com. - F.E.F. - Ribeira Brava - S.Nicola	60.548.927	-105.389	60.443.538	60.443.538	60.443.538	0	2,7%	100,0%
40.30.02.14	Enc.Com. - F.E.F. - S.Vicente	191.670.522	0	191.670.522	191.670.522	191.670.522	0	8,7%	100,0%
40.30.02.15	Enc.Com. - F.E.F. - P.Novo	115.195.714	0	115.195.714	115.195.714	115.195.714	0	5,2%	100,0%
40.30.02.16	Enc.Com. - F.E.F. - R.Grande	117.754.051	-223.480	117.530.571	117.530.571	117.530.571	0	5,3%	100,0%
40.30.02.17	Enc.Com. - F.E.F. - Paúl	57.470.103	-104.050	57.366.053	57.366.053	57.366.053	0	2,6%	100,0%
40.30.02.18	Enc.Com. - F.E.F. - Ribeira Grande De Santi	69.919.377	-66.570	69.852.807	69.852.807	69.852.807	0	3,2%	100,0%
40.30.02.19	Enc.Com. - F.E.F. - De Santa Catarina - Fog	44.303.503	0	44.303.503	44.303.503	44.303.503	0	2,0%	100,0%
40.30.02.20	Enc.Com. - F.E.F. - De Sao Lourenço Dos O	62.039.063	-223.950	61.815.113	61.815.113	61.815.113	0	2,8%	100,0%
40.30.02.21	Enc.Com. - F.E.F. - De Tarrafal de São Nicol	41.529.072	0	41.529.072	41.529.072	41.529.072	0	1,9%	100,0%
40.30.02.22	Enc.Com. - F.E.F. - De Sao Salvador Do Mu	67.565.553	0	67.565.553	67.565.553	67.565.553	0	3,1%	100,0%
	Total FEF	2.208.602.201	-2.453.544	2.206.148.657	2.205.818.657	2.205.818.657	0	100,0%	100,0%
40.30.02.70	Enc.Com.- Gabinetes Técnicos Inter-Municip	28.000.000	0	28.000.000	20.000.000	20.000.000	0	0,8%	71,4%
40.30.02.85	Enc.Com.- Outras Transferências (a Detalha	307.128.985	-190.861.411	116.267.574	0	0	0	0,0%	0,0%
40.30.02.75	Enc.Com.- Taxa Ecologica	227.422.445	0	227.422.445	217.818.974	217.818.974	0	8,8%	95,8%
40.10.16.01	MEES - Gabinete Do Ministro EES	1.600.000	-1.600.000	0	0	0	0	0,0%	0,0%
40.10.17.02	MTFPS - Gabinete Do Ministro - Transf.Muni	31.700.000	0	31.700.000	31.700.000	31.700.000	0	1,3%	100,0%
Total Geral		2.804.453.631	-194.914.955	2.609.538.676	2.475.337.631	2.475.337.631	0	100,0%	94,9%

CONTA GERAL DO ESTADO/2008
MAPA XII
FINANÇAS LOCAIS- IMPOSTOS LOCAIS

Classificação Económica	Designação Receitas Municipais 2008	IMPORTANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por Grupos	Por Capítulos
1.1.72.02.00	IMPOSTO ÚNICO SOBRE O PATRIMÓNIO		463.207.313	463.207.313
	PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS	442.441.195		
	TRANSMISSÕES DE MÓVEIS E IMÓVEIS	9.224.523		
	MAIS VALIAS	11.541.595		0
		0		
	IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS AUTÓMOVEIS	49.073.959	49.073.959	49.073.959
1.1.72.01.00	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		1.564.102	1.564.102
	IMPOSTOS DE INCÊNDIO	1.564.102		
		0		
	TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS			513.845.374
	TAXA ECOLOGICA	267.290.877		
	FUNDO FINANCIAMENTO MUNICIPAL	2.110.059.970		
	TOTAL			2.891.196.221

Fonte: Municípios

CONTA GERAL DO ESTADO/2007**MAPA_IV_13**

Finanças Locais - Transferências do Estado aos Municípios

Designação	Orçamento Inicial	Transferências	Observação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FFM)	2.208.602.201	2.205.818.657	MFP
Gabinetes Técnico-Intermunicipais	28.000.000	20.000.000	MFP
Outras Transferências	22.928.985	0	MFP
Receitas consignadas aos Municípios (ZDTI's)	284.200.000	0	MFP
Taxa Ecológica	227.422.445	217.818.974	MFP
Transferências de competências-Promoção Social	31.700.000	31.700.000	MTS
Transferências Escolas Municipais	1.600.000	0	MEVRH
TOTAL GERAL	2.804.453.631	2.475.337.631	

CONTA GERAL DO ESTADO/2008

MAPA III-14

Balanço de Segurança Social

Administração Central

Designação	Orç. Inicial	Receitas	% Total Rec.
Taxa Social Única	150.000.000	30.273.889	100
Total de Receita	150.000.000	30.273.889	100
Designação	Orç. Inicial	Despesas	% Total Desp.
Segurança Social para Agentes do Estado	1.166.956.906	316.070.163	13
Dos quais:			
Encargos com a saúde	62.416.920	51.214.302	2
Abono de Família	34.129.374	27.812.340	1
Contribuição para Segurança Social	1.048.531.573	237.043.521	10
Seguros Acidente de trabalho e doenças profissionais	20.694.507	13.037.349	
Encargos de segurança social diversos	1.184.532	267.403	
Pensões de aposentação	1.326.278.430	1.356.267.493	55
Pensões de sobrevivência	95.139.847	121.428.400	5
Pensões de regime não contributivo	847.596.118	591.829.957	24
Pensões de Reserva	41.034.770	47.438.219	
Pensões do ex-Presidente	3.446.640	3.446.640	0
Total Despesa	3.480.452.711	2.449.785.624	97
Saldo	-3.330.452.711	-2.419.511.735	
Instituto de Previdência Social			
Designação	Orç. Inicial	Proveitos	% Total Prov.
Proveitos		6.769.376.783	
Receitas Correntes	5.480.489.000		78
Receitas de Capital	3.300.000.000		20
Contribuições		5.252.340.899	
Rendimentos Financeiros		1.353.176.242	
Comp. Convenções Internacionais		140.586.153	2
Outras Receitas	90.000.000	23.273.489	0
Total de Proveitos	8.870.489.000	6.769.376.783	100
Designação	Orç. Inicial	Despesas	% Total Desp.
Despesas Correntes	3.351.730.000	2.970.667.844	
Doença e Maternidade	1.941.110.000	1.330.451.600	41
Prestações Diferidas	941.609.000	881.716.109	27
Abono de Família e Prest. Complementares	138.246.000	161.043.058	5
Despesas com o Pessoal	231.180.000	227.088.234	7
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	95.085.000	93.786.272	
Outras Despesas	4.500.000	276.582.571	3
Imposto Sobre Capital			0
Despesa de Capital	4.399.500.000	313.476.845	
			0
Total de Despesas	7.751.230.000	3.284.144.689	100
Saldo	1.119.259.000	3.485.232.094	

Instituto de Previdência Social + Administração Central

Designação		Total Geral
Receitas de INPS + Administração Central	9.020.489.000	6.799.650.672
Despesas de INPS + Administração Central	11.231.682.711	5.733.930.313
Saldo	-2.211.193.711	1.065.720.359

(*) Administração Central, inclui Serviços Autónomos

PRODUTO INTERNO BRUTO, PIB

Unidades: Milhares de Contos

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB, P.M. a preços correntes	24.380,6	29.078,2	33.497,1	37.705,1	41.697,5	45.968,3	51.599,2	61.773,8	64.538,6	69.380,4	72.758,1	79.526,7	82.086,5	89.234,0	104.617,0	121.753,0	133.928,3
PIB, P.M. a preços constantes de 1991	9.954,2	10.681,9	11.422,1	12.277,8	13.099,6	14.100,4	15.286,6	17.099,7	18.342,3	19.468,1	20.496,5	21.456,4	22.396,6	23.689,2			
Taxa crescimento do PIB a preços constantes de 1992	3,0	7,3	6,9	7,5	6,7	7,6	8,4	11,9	7,3	6,1	5,3	4,7	4,4	5,8			

Dados definitivos até 2004 - INE

2005 e 2007 são Estimativas INE

2008 Projecção Gabinete Estudos MF

MAPA XV		CONTA GERAL DO ESTADO / 2008								
		Supremo Tribunal De Justiça								
Class. Econôm.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado Jan. a Dezembro	Pagamentos Jan. a Dezembro	Por pagar n. a Dezemb	% 1	Exe %
03	Despesas Correntes	43.718.893	1.944.830	45.663.723	28.863.979	28.863.979	28.863.979	0	100,0%	63,2%
03.01	Despesa Com Pessoal	31.906.293	0	31.906.293	15.106.549	15.106.549	15.106.549	0	52,3%	47,3%
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	18.206.124	439.224	18.645.348	14.244.953	14.244.953	14.244.953	0	49,4%	76,4%
03.01.01.03	Pessoal Contratado	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	100.440	0	100.440	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.01.06	Despesas De Representação	346.800	0	346.800	346.800	346.800	346.800	0	1,2%	100,0%
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	1.080.000	0	1.080.000	452.396	452.396	452.396	0	1,6%	41,9%
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	100.000	0	100.000	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.03.02	Abono De Família	84.000	0	84.000	62.400	62.400	62.400	0	0,2%	74,3%
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	1.563.773	0	1.563.773	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.01.04.02	Recrutamentos E Nomeações	10.425.156	-439.224	9.985.932	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.03.03	Roupa E Calçado	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.03.90	Produtos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	9.912.600	-3.738.790	6.173.810	6.173.810	6.173.810	6.173.810	0	21,4%	100,0%
03.03.01	Água	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.02	Electricidade	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	1.295.600	-212.528	1.083.072	1.083.072	1.083.072	1.083.072	0	3,8%	100,0%
03.03.04	Conservação E Manutenção	250.000	-182.240	67.760	67.760	67.760	67.760	0	0,2%	100,0%
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	350.000	-326.330	23.670	23.670	23.670	23.670	0	0,1%	100,0%
03.03.06	Consumo De Secretaria	800.000	-580.928	219.072	219.072	219.072	219.072	0	0,8%	100,0%
03.03.07	Rendas E Alugueres	864.000	-864.000	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.08	Representação	400.000	-162.779	237.221	237.221	237.221	237.221	0	0,8%	100,0%
03.03.09	Comunicações	1.210.000	-700.278	509.722	509.722	509.722	509.722	0	1,8%	100,0%
03.03.10	Seguros	523.000	-272.971	250.029	250.029	250.029	250.029	0	0,9%	100,0%
03.03.11	Vigilância E Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.12.01	Residente	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.12.02	Não Residente	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.13	Deslocações E Estadias	2.800.000	-289.516	2.510.484	2.510.484	2.510.484	2.510.484	0	8,7%	100,0%
03.03.14	Limpeza, Higiêne E Conforto	360.000	-322.928	37.072	37.072	37.072	37.072	0	0,1%	100,0%
03.03.15	Formação	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.03.90	Outros Fornecimentos	1.060.000	175.708	1.235.708	1.235.708	1.235.708	1.235.708	0	4,3%	100,0%
03.05	Transferências Correntes	1.900.000	4.967.456	6.867.456	6.867.456	6.867.456	6.867.456	0	23,8%	100,0%
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.01.90	Outras Transferências	0	6.867.456	6.867.456	6.867.456	6.867.456	6.867.456	0	23,8%	100,0%
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.03.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	1.900.000	-1.900.000	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.07	Outras Despesas Correntes	0	716.164	716.164	716.164	716.164	716.164	0	2,5%	100,0%
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	716.164	716.164	716.164	716.164	716.164	0	2,5%	100,0%
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04	Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Total Geral		43.718.893	1.944.830	45.663.723	28.863.979	28.863.979	28.863.979	0	100,0%	63,2%

MAPA XV		CONTA GERAL DO ESTADO / 2008							
		Procuradoria Geral Da República							
Class. Econôm.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado Jan. a Dezembro	Pagamentos Jan. a Dezembro	Por pagar Jan. a Dezembro	% 1
03	Despesas Correntes	28.375.968	762.099	29.138.067	27.419.734	27.419.734	27.419.734	0	100,0%
03.01	Despesa Com Pessoal	17.691.968	0	17.691.968	15.973.635	15.973.635	15.973.635	0	58,3%
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	16.078.368	0	16.078.368	15.480.599	15.480.599	15.480.599	0	56,5%
03.01.01.03	Pessoal Contratado	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.06	Despesas De Representação	692.000	0	692.000	0	0	0	0	0,0%
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	864.000	0	864.000	493.036	493.036	493.036	0	1,8%
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.03.02	Abono De Família	57.600	0	57.600	0	0	0	0	0,0%
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.03.04	Seguros Acidentes Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.03	Roupa E Calçado	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.90	Produtos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.04	Outros Aproveitamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	10.684.000	751.649	11.435.649	11.435.649	11.435.649	11.435.649	0	41,7%
03.03.01	Água	80.000	-33.226	46.774	46.774	46.774	46.774	0	0,2%
03.03.02	Electricidade	800.000	-166.451	633.549	633.549	633.549	633.549	0	2,3%
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	1.150.000	310.372	1.460.372	1.460.372	1.460.372	1.460.372	0	5,3%
03.03.04	Conservação E Manutenção	900.000	-288.069	611.931	611.931	611.931	611.931	0	2,2%
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	550.000	-471.456	78.544	78.544	78.544	78.544	0	0,3%
03.03.06	Consumo De Secretaria	600.000	12.935	612.935	612.935	612.935	612.935	0	2,2%
03.03.07	Rendas E Alugueres	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.08	Representação	800.000	-114.104	685.896	685.896	685.896	685.896	0	2,5%
03.03.09	Comunicações	600.000	51.853	651.853	651.853	651.853	651.853	0	2,4%
03.03.10	Seguros	600.000	-89.190	510.810	510.810	510.810	510.810	0	1,9%
03.03.11	Vigilância E Segurança	144.000	-144.000	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.12.01	Residente	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.12.02	Não Residente	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.13	Deslocações E Estadias	3.300.000	1.608.432	4.908.432	4.908.432	4.908.432	4.908.432	0	17,9%
03.03.14	Limpeza, Higiene E Conforto	360.000	-171.714	188.286	188.286	188.286	188.286	0	0,7%
03.03.15	Formação	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.90	Outros Fornecimentos	800.000	246.267	1.046.267	1.046.267	1.046.267	1.046.267	0	3,8%
03.05	Transferências Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07	Outras Despesas Correntes	0	10.450	10.450	10.450	10.450	10.450	0	0,0%
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	10.450	10.450	10.450	10.450	10.450	0	0,0%
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04	Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01	Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.03	Habitacões	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.06	Ferramentas E Utensilios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.08	Equipamentos Administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Total Geral		28.375.968	762.099	29.138.067	27.419.734	27.419.734	27.419.734	0	100,0%

Exe %
80,5%
75,6%
99,5%
85,6%
0,0%
100,0%
57,5%
100,0%
0,0%
10,2%
78,8%
60,3%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
100,0%
0,0%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
100,0%
100,0%
100,0%
0,0%
100,0%
100,0%
100,0%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
100,0%
0,0%
100,0%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
0,0%
100,0%
0,0%
100,0%
0,0%
100,0%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
80,5%

MAPA XV									
CONTA GERAL DO ESTADO / 2008									
Comissão Nacional De Eleições									
Class. Económ.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado Jan. a Dezembro	Pagamentos Jan. a Dezembro	Por pagar Jan. a Dezembro	% 1
03	Despesas Correntes	0	39.682.683	39.682.683	18.021.149	18.021.149	18.021.149	0	93,5%
03.01	Despesa Com Pessoal	0	21.269.483	21.269.483	9.343.729	9.343.729	9.343.729	0	48,5%
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	0	3.378.296	3.378.296	3.375.729	3.375.729	3.375.729	0	17,5%
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	0	184.500	184.500	184.500	184.500	184.500	0	1,0%
03.01.01.03	Pessoal Contratado	0	2.240.788	2.240.788	1.792.910	1.792.910	1.792.910	0	9,3%
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	0	8.880.316	8.880.316	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	0	5.128.118	5.128.118	3.912.282	3.912.282	3.912.282	0	20,3%
03.01.01.06	Despesas De Representação	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	0	540.000	540.000	42.000	42.000	42.000	0	0,2%
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	0	264.000	264.000	14.308	14.308	14.308	0	0,1%
03.01.02.03	Alimentação E Alojamento	0	138.000	138.000	16.000	16.000	16.000	0	0,1%
03.01.03.02	Abono De Família	0	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	0	0,0%
03.01.03.03	Contribuições Para A Segurança Social	0	509.465	509.465	0	0	0	0	0,0%
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionário	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.03	Roupa E Calçado	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.90	Produtos Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	0	16.913.200	16.913.200	7.237.783	7.237.783	7.237.783	0	37,5%
03.03.01	Água	0	500.000	500.000	10.259	10.259	10.259	0	0,1%
03.03.02	Electricidade	0	650.000	650.000	453.475	453.475	453.475	0	2,4%
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	0	609.700	609.700	241.362	241.362	241.362	0	1,3%
03.03.04	Conservação E Manutenção	0	353.500	353.500	353.409	353.409	353.409	0	1,8%
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	0	100.000	100.000	54.235	54.235	54.235	0	0,3%
03.03.06	Consumo De Secretária	0	450.000	450.000	225.457	225.457	225.457	0	1,2%
03.03.07	Rendas E Alugueres	0	3.600.000	3.600.000	1.680.000	1.680.000	1.680.000	0	8,7%
03.03.08	Representação	0	1.000.000	1.000.000	122.500	122.500	122.500	0	0,6%
03.03.09	Comunicações	0	1.000.000	1.000.000	531.340	531.340	531.340	0	2,8%
03.03.10	Seguros	0	150.000	150.000	60.972	60.972	60.972	0	0,3%
03.03.11	Vigilância E Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.12.01	Residente	0	2.000.000	2.000.000	1.513.962	1.513.962	1.513.962	0	7,9%
03.03.12.02	Não Residente	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.13	Deslocações E Estadias	0	1.500.000	1.500.000	1.077.713	1.077.713	1.077.713	0	5,6%
03.03.14	Limpeza, Higiene E Conforto	0	500.000	500.000	86.896	86.896	86.896	0	0,5%
03.03.15	Formação	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.90	Outros Fornecimentos	0	4.500.000	4.500.000	826.203	826.203	826.203	0	4,3%
03.05	Transferências Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07	Outras Despesas Correntes	0	1.500.000	1.500.000	1.439.637	1.439.637	1.439.637	0	7,5%
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	1.500.000	1.500.000	1.439.637	1.439.637	1.439.637	0	7,5%
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04	Despesas De Capital	0	3.000.000	3.000.000	1.259.000	1.259.000	1.259.000	0	6,5%
04.01	Imobilizações Corpóreas	0	3.000.000	3.000.000	1.259.000	1.259.000	1.259.000	0	6,5%
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.03	Habitações	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	1.500.000	1.500.000	59.000	59.000	59.000	0	0,3%
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.08	Equipamentos Administrativos	0	1.500.000	1.500.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	0	6,2%
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Total Geral		0	42.682.683	42.682.683	19.280.149	19.280.149	19.280.149	0	100,0%

Exe
%
78,2%
56,9%
75,5%
67,8%
38,7%
0,0%
82,0%
63,2%
0,0%
0,0%
0,0%
44,4%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
90,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
90,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
81,8%
57,1%
63,1%
84,8%
83,9%
90,0%
89,9%
0,0%
0,0%
68,3%
0,0%
0,0%
0,0%
89,8%
0,0%
90,0%
89,7%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
100,0%
0,0%
99,4%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
78,2%

Exe %
90,4%
94,8%
72,3%
99,3%
96,3%
60,2%
100,0%
100,0%
96,7%
51,6%
86,4%
0,0%
0,0%
78,2%
76,4%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
77,5%
0,0%
0,0%
88,7%
1,4%
0,0%
72,6%
21,3%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
44,9%
60,5%
64,6%
30,4%
0,0%
0,0%
23,1%
19,7%
0,0%
71,1%
92,1%
0,0%
0,0%
0,0%
84,3%
0,0%
0,0%
7,2%
99,8%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
99,7%
100,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
90,4%

MAPA XV CONTA GERAL DO ESTADO / 2008									
Ministério Da Defesa									
Class. Econôm.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado Jan. a Dezembro	Pagamentos Jan. a Dezembro	Por pagar Jan. a Dezembro	% 1
03	Despesas Correntes	31.479.174	0	31.479.174	29.995.904	29.995.904	29.995.904	0	100,0%
03.01	Despesa Com Pessoal	13.444.812	100.000	13.544.812	13.472.035	13.472.035	13.472.035	0	44,9%
03.01.01.01	Pessoal Do Quadro Especial	6.024.648	1.643.000	7.667.648	7.657.224	7.657.224	7.657.224	0	25,5%
03.01.01.02	Pessoal Do Quadro	5.281.488	-550.673	4.730.815	4.711.697	4.711.697	4.711.697	0	15,7%
03.01.01.03	Pessoal Contratado	1.293.432	-1.210.747	82.685	77.229	77.229	77.229	0	0,3%
03.01.01.04	Gratificações Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.01.05	Subsídios Permanentes	443.544	348.070	791.614	791.614	791.614	791.614	0	2,6%
03.01.01.06	Despesas De Representação	260.100	-130.050	130.050	130.050	130.050	130.050	0	0,4%
03.01.02.01	Gratificações Eventuais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.02.02	Horas Extraordinárias	120.000	0	120.000	85.021	85.021	85.021	0	0,3%
03.01.03.01	Encargos Com A Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.01.03.02	Abono De Família	21.600	400	22.000	19.200	19.200	19.200	0	0,1%
03.01.90	Outras Despesas Com Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02	Aquisição De Bens E Serviços	300.000	-195.919	104.081	93.415	93.415	93.415	0	0,3%
03.02.03.02	Produtos Alimentares Para Não Funcionário	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.03	Roupa E Calçado	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.04	Pequenos Equipamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.03.90	Produtos Diversos	300.000	-195.919	104.081	93.415	93.415	93.415	0	0,3%
03.02.04	Outros Aprovisionamentos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.01	Construções Militares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.02	Munições E Explosivos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.05.90	Material Diverso	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.02.90	Trabalhos Realizados Por Outrem	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03	Fornecimentos E Serviços Externos	17.734.362	95.919	17.830.281	16.430.454	16.430.454	16.430.454	0	54,8%
03.03.01	Água	350.000	0	350.000	350.000	350.000	350.000	0	1,2%
03.03.02	Electricidade	700.000	0	700.000	700.000	700.000	700.000	0	2,3%
03.03.03	Combustíveis E Lubrificantes	909.012	181.652	1.090.664	981.398	981.398	981.398	0	3,3%
03.03.04	Conservação E Manutenção	272.984	104.267	377.251	337.859	337.859	337.859	0	1,1%
03.03.05	Equipamentos De Desgaste Rápido	200.000	-180.000	20.000	17.866	17.866	17.866	0	0,1%
03.03.06	Consumo De Secretaria	747.572	25.196	772.768	695.343	695.343	695.343	0	2,3%
03.03.07	Rendas E Alugueres	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.08	Representação	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.09	Comunicações	550.000	0	550.000	543.459	543.459	543.459	0	1,8%
03.03.10	Seguros	58.992	0	58.992	42.428	42.428	42.428	0	0,1%
03.03.11	Vigilância E Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.12.01	Residente	11.583.900	-100.000	11.483.900	10.425.510	10.425.510	10.425.510	0	34,8%
03.03.12.02	Não Residente	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.13	Deslocações E Estadias	1.301.872	0	1.301.872	1.283.715	1.283.715	1.283.715	0	4,3%
03.03.14	Limpeza, Higiene E Conforto	500.000	-75.724	424.276	423.763	423.763	423.763	0	1,4%
03.03.15	Formação	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.03.90	Outros Fornecimentos	560.030	140.528	700.558	629.113	629.113	629.113	0	2,1%
03.05	Transferências Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.03	Embaixadas E Serviços Consulares	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.01	Partidos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.02	Organismos Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.04.01	Quotas A Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.05.04.02	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07.89	Despesas Extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07.90	Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04	Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01	Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.03	Habitações	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.04	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.08	Equipamentos Administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Total Geral		31.479.174	0	31.479.174	29.995.904	29.995.904	29.995.904	0	100,0%

Class. Económ.	Designação	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Cabimentado	Liquidado		Pagamentos		Por pagar		% 1
						Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	Jan. a Dezembro	
03.07.89	Despesas Extraordinárias	1.272.368.701	44.619.510	1.316.988.211	1.316.987.595	1.316.987.595	1.316.987.595	1.316.987.595	0	11,8%		
03.07.90	Outras Despesas Correntes	464.125.914	-377.954.593	86.171.321	79.924.830	79.924.830	79.924.830	79.924.830	0	0,7%		
03.07.91	Despesas anos anteriores	0	16.446.365	16.446.365	16.446.365	16.446.365	16.446.365	16.446.365	0	0,1%		
04	Despesas De Capital	28.500.000	93.308.764	121.808.764	114.146.088	114.146.088	114.146.088	114.146.088	0	1,0%		
04.01	Imobilizações Corpóreas	28.500.000	93.308.764	121.808.764	114.146.088	114.146.088	114.146.088	114.146.088	0	1,0%		
04.01.01	Terrenos E Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.01.02	Rede De Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.01.03	Habitacões	6.000.000	-6.000.000	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.01.04	Edifícios	20.000.000	90.627.475	110.627.475	103.848.598	103.848.598	103.848.598	103.848.598	0	0,9%		
04.01.05	Maquinaria E Equipamentos Basicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.01.06	Ferramentas E Utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.01.07	Equipamentos De Carga E Transporte	0	6.700.000	6.700.000	6.280.000	6.280.000	6.280.000	6.280.000	0	0,1%		
04.01.08	Equipamentos Administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.01.90	Outras Imobilizações Corpóreas	2.500.000	1.981.289	4.481.289	4.017.490	4.017.490	4.017.490	4.017.490	0	0,0%		
04.02	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.02.01	Patentes, Marcas E Licenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.02.02	Estudos, Investigação E Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.02.90	Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03	Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03.01.01	Fundos E Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03.01.02	Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03.01.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03.02.01	Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03.02.90	Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.03.90	Outras Transferências De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.04	Outras Despesas De Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.04.01	Impostos E Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.04.88	Dotação Provisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
04.04.90	Outras Despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
Total Geral		12.167.949.346	-476.965.125	11.690.984.221	11.184.768.130	11.184.768.130	11.184.768.130	11.184.768.130	0	100,0%		

Exe %
95,7%
76,5%
73,8%
95,0%
65,5%
16,3%
75,9%
76,7%
98,1%
34,5%
0,0%
74,4%
0,0%
0,0%
88,0%
90,5%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
49,1%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
68,0%
13,3%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
94,8%
92,0%
99,9%
69,4%
95,3%
67,6%
88,3%
87,5%
0,0%
99,7%
68,3%
67,6%
68,3%
100,0%
96,5%
100,0%
0,0%
88,5%
97,0%
97,8%
95,2%
54,3%
97,3%
0,0%
94,8%
0,0%
99,3%
100,0%
0,0%
100,0%
100,0%
99,6%
99,9%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
99,8%
100,0%
100,0%
100,0%
100,0%
96,9%
91,5%
0,0%
100,0%
0,0%

Exe %
100,0%
92,8%
100,0%
93,7%
93,7%
0,0%
0,0%
0,0%
93,9%
0,0%
0,0%
93,7%
0,0%
89,7%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
0,0%
95,7%

MAPA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO/2008

Operações Activas			OPERAÇÕES FINANCEIRAS				Operações Passivas	
Código		Montante	Código		Montante	Variação		
	Conta Depósito do Governo Central em 31/12/2007	7.195.000.000						
	Conta Depósito do Governo Central em 31/12/2008	6.614.800.000						
	Imobilizações Financeiras	0						
	De títulos de Participação							
	Variação da Conta Depósito em 31/12/ 2008	-580.200.000					-580.200.000	
5.01.2.00	Reembolsos de Empréstimos Concedidos	51.099.326	5.02.2.00	Empréstimos Concedidos				
5.01.2.01	Reembolsos de Empréstimos de Retrocessão	51.099.326	5.02.2.01	Empréstimos de retrocessão				
5.01.2.01.02	de médio e longo prazo	51.099.326	5.02.2.01.02	de médio e longo prazo				
5.01.3.00	Empréstimos Obtidos	13.961.555.551	5.02.03	Amortização dos Empréstimos Concedidos	12.867.185.637	1.094.369.914		
5.01.3.01	Divida Interna	8.809.910.004	5.02.03.01	Amortização da dívida interna	10.961.157.878	-2.151.247.874		
5.01.3.01.01	de curto prazo- BT	6.438.310.004	5.02.03.01.01	de curto prazo- BT	7.680.627.878	-1.242.317.874		
5.01.3.01.02	de médio e longo prazo- OT	2.205.000.000	5.02.03.01.02	de médio longo prazo- OT	3.230.530.000	-1.025.530.000		
	Outros creditos	166.600.000		Outros creditos	50.000.000	116.600.000		
5.01.3.02	Divida Externa	5.151.645.547	5.02.03.02	Amortização da dívida externa	1.906.027.759	3.245.617.788		
5.01.3.02.01	Divida externa de curto prazo		5.02.03.02.01	de curto prazo				
5.01.3.02.02	Divida externa de médio e longo prazo	5.151.645.547	5.02.03.02.02	de médio longo prazo	1.906.027.759	3.245.617.788		
5.01.4.00	Outras Operações Activas		5.02.4.00	Outras Operações Activas	0		0	
Total		14.012.654.877			12.867.185.637			
	Credito interno Líquido ao Governo Central Base Caixa						-1.571.047.874	
	Credito externo Líquido ao Governo Central						3.245.617.788	

**CONTA GERAL DO ESTADO 2008
DESEMBOLSO 2008**

Credor	N.R.	Nºchav	Nºacordo	Dia	Mês	data de Desembolso	Cambio	Valor em Escudos	Moeda do Empréstimo
Portugal	150	2005101		29	2	270.799,08	EURO 110,265	29.859.660,56	270.799,08 EURO
Portugal	150	2005101		7	4	23.975,64	EURO 110,265	2.643.673,94	23.975,64 EURO
Portugal	150	2005101		7	4	265.317,93	EURO 110,265	29.255.281,55	265.317,93 EURO
Portugal	150	2005101		22	4	460.435,56	EURO 110,265	50.769.927,02	460.435,56 EURO
Portugal	150	2005101		22	4	28.726,01	EURO 110,265	3.167.473,49	28.726,01 EURO
Portugal	150	2005101		14	5	26.301,85	EURO 110,265	2.900.173,49	26.301,85 EURO
Portugal	150	2005101		3	7	633.796,49	EURO 110,265	69.885.569,97	633.796,49 EURO
Portugal	150	2005101		3	7	629.337,68	EURO 110,265	69.393.919,29	629.337,68 EURO
Portugal	150	2005101		23	7	26.277,37	EURO 110,265	2.897.474,20	26.277,37 EURO
Portugal	150	2005101		31	7	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Portugal	150	2005101		31	7	1.389.649,62	EURO 110,265	153.229.715,35	1.389.649,62 EURO
Portugal	150	2005101		27	8	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Portugal	150	2005101		11	9	767.355,14	EURO 110,265	84.612.414,51	767.355,14 EURO
Portugal	150	2005101		12	9	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Portugal	150	2005101		15	10	595.425,51	EURO 110,265	65.654.593,86	595.425,51 EURO
Portugal	150	2005101		30	10	421.961,87	EURO 110,265	46.527.625,60	421.961,87 EURO
Portugal	150	2005101		30	10	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Portugal	150	2005101		30	10	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Portugal	150	2005101		15	12	462.722,12	EURO 110,265	51.022.054,56	462.722,12 EURO
Portugal	150	2005101		15	12	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Portugal	150	2005101		29	12	20.203,37	EURO 110,265	2.227.724,59	20.203,37 EURO
Sub Total								705.495.644,08	
Portugal	161	2007100		25	6	1.196.195,00	EURO 110,265	131.898.441,68	1.196.195,00 EURO
Portugal	161	2007100		25	6	218.731,97	EURO 110,265	24.118.480,67	218.731,97 EURO
Portugal	161	2007100		25	6	319.580,66	EURO 110,265	35.238.561,47	319.580,66 EURO
Portugal	161	2007100		22	7	270.640,62	EURO 110,265	29.842.187,96	270.640,62 EURO
Portugal	161	2007100		22	7	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		22	7	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		22	7	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		22	7	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		23	7	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		21	8	606.990,23	EURO 110,265	66.929.777,71	606.990,23 EURO
Portugal	161	2007100		11	9	497.466,97	EURO 110,265	54.853.195,45	497.466,97 EURO
Portugal	161	2007100		11	9	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		24	9	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		24	9	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		15	10	330.458,80	EURO 110,265	36.438.039,58	330.458,80 EURO
Portugal	161	2007100		30	10	396.757,18	EURO 110,265	43.748.430,45	396.757,18 EURO
Portugal	161	2007100		15	12	310.268,34	EURO 110,265	34.211.738,51	310.268,34 EURO
Portugal	161	2007100		15	12	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		15	12	18.682,27	EURO 110,265	2.060.000,50	18.682,27 EURO
Portugal	161	2007100		23	12	420.612,34	EURO 110,27	46.378.819,67	420.612,34 EURO
								524.257.678,17	
Portugal	173	2008103		12	9	5.521.944,71	EURO 110,265	608.877.233,45	5.521.944,71 EURO
Portugal	173	2008103		12	9	3.335.434,79	EURO 110,265	367.781.717,12	3.335.434,79 EURO
								976.658.950,57	
embolsado durante o Ano 2008								5.151.645.546,82	

Amortização de Empréstimos 2008

Class. Econom1	Class. Econom2	Económica3 Descrição	Dotações Orçamentais	Alt.Orçamentais Ref/Anulações	Orçamento Corrigido	Pagamentos Jan. a Dezemb.
20.02	Operações Passivas	05.02.02.90-Outros Emprést	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000
	Operações Passivas Total		0	50.000.000	50.000.000	50.000.000
40.20	Encargos da Divida	05.02.03.01.02-Divida Intern	2.000.000.000	317.280.000	2.317.280.000	3.230.530.000
		05.02.03.02.02-Divida Extern	2.044.636.431	-94.000.000	1.950.636.431	1.906.027.759
	Encargos da Divida Total		4.044.636.431	223.280.000	4.267.916.431	5.136.557.759
Total Geral			4.044.636.431	273.280.000	4.317.916.431	5.186.557.759

**PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA
POR CREDOR EM 2008**

	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA ANO 2008 (CVE)			SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA ANO 2008 (MCVE)		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
Multilateral	811.763.756,22	378.441.483,11	1.190.205.239,33	811,76	378,44	1.190,21
FAD	166.466.950,75	84.245.613,00	250.712.563,75	166,47	84,25	250,71
BM/IDA	195.801.234,98	161.089.548,97	356.890.783,95	195,80	161,09	356,89
BADEA	218.257.807,04	68.685.737,20	286.943.544,24	218,26	68,69	286,94
BEI	103.736.324,03	9.384.045,49	113.120.369,52	103,74	9,38	113,12
OPEC	72.126.833,88	30.205.877,00	102.332.710,88	72,13	30,21	102,33
FIDA	22.122.435,95	10.099.618,00	32.222.053,95	22,12	10,10	32,22
NDF	5.287.294,96	1.875.118,00	7.162.412,96	5,29	1,88	7,16
NTF	27.964.874,63	10.546.805,44	38.511.680,07	27,96	10,55	38,51
CEDEAO	0,00	2.309.120,01	2.309.120,01	0,00	2,31	2,31
Bilateral	1.094.264.000,96	149.495.738,45	1.243.759.739,41	1.094,26	149,50	1.243,76
Government	650.916.004,42	111.745.609,50	762.661.613,92	650,92	111,75	762,66
China	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kuwait	58.443.134,52	19.956.564,00	78.399.698,52	58,44	19,96	78,40
Portugal	498.701.790,56	80.127.707,00	578.829.497,56	498,70	80,13	578,83
Russia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICO (Espanha)	93.771.079,34	11.661.338,50	105.432.417,84	93,77	11,66	105,43
CACEX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Private Companies	443.347.996,54	37.750.128,95	481.098.125,49	443,35	37,75	481,10
Banco Esperito Santos	249.054.893,91	14.174.524,95	263.229.418,86	249,05	14,17	
Caixa Geral Déposito	83.699.082,90	7.510.008,00	91.209.090,90	83,70	7,51	
KFW	110.594.019,73	16.065.596,00	126.659.615,73	110,59	16,07	
TOTAL	1.906.027.757	527.937.222	2.433.964.979	1.906,03	527,94	2.433,96
				1.906.027.757	527.937.222	2.433.964.979

Fonte: DSOF

**DESEMBOLSOS E PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA
POR CREDOR EM 2008**

8
Divida
Juros
378.441.483,11
84.245.613,00
161.089.548,97
68.685.737,20
9.384.045,49
30.205.877,00
10.099.618,00
1.875.118,00
10.546.805,44
2.309.120,01
149.495.738,45
100.084.271
19.956.564,00
80.127.707,00
0,00
0,00
11.661.339
11.661.338,50
0,00
37.750.129
14.174.524,95
7.510.008,00
16.065.596,00
527.937.222

STOCK DA DÍVIDA EXTERNA POR CREDOR 2008

Milhões de ECV

Stock da Dívida Externa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Multilateral	25.281,55	27.839,53	30.327,77	32.609,10	33.771,29	36.210,01	38.115,05	40.331,41	42.263,18
FAD	9.004,6	9.692,1	9.979,5	10.356,1	10.513,1	10.864,7	10.888,0	11.223,05	11.134,86
IDA	10.596,4	12.551,2	15.016,9	16.945,9	18.013,4	20.272,7	22.058,2	23.691,59	25.111,85
BADEA	1.987,1	2.003,0	2.081,2	2.185,8	2.290,7	2.221,6	2.270,5	2.417,95	2.707,55
BAD	123,3	25,2	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00
BEI	1.045,7	955,4	718,3	599,6	478,6	381,4	281,8	180,09	76,35
OPEC	746,2	756,9	604,2	588,9	525,8	543,6	699,5	887,42	1.080,63
FIDA	952,9	959,7	1.047,3	1.093,3	1.144,5	1.160,0	1.189,9	1.239,20	1.293,79
NDF	226,1	270,0	277,0	284,6	284,6	279,0	273,9	269,06	263,77
NTF	599,3	626,1	592,0	554,9	520,7	487,1	453,3	423,05	395,07
CEDEAO									199,31
Bilateral	8.317,99	9.764,75	10.044,86	9.839,61	8.819,75	8.897,31	9.283,42	8.192,96	9.646,24
<u>Government</u>	4.638,5	5.263,1	5.072,2	4.959,1	4.623,2	5.382,8	6.363,3	5.527,85	7.388,84
China	1.591,3	1.591,3	1.591,3	1.591,3	1.591,3	1.591,3	1.591,3	0,00	0,00
Kuwait	582,0	540,2	378,6	359,6	421,6	632,7	807,3	862,79	893,85
Portugal	2.400,7	3.068,9	3.070,1	3.006,9	2.610,3	3.158,8	3.964,7	4.665,06	6.414,67
South Africa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Saudi Fund	45,7	45,7	28,2	0,0	0,0	0,0			
Abu Dhabi	18,8	17,1	4,0	1,3	0,0	0,0			
Russia	0,0								
Belgica									80,32
<u>Export credit agencies</u>	1.959,74	1.747,23	1.497,14	1.379,87	1.168,51	987,86	841,83	1.056,15	1.091,79
ICO (Espanha)	787,9	779,7	769,7	769,7	660,8	534,5	553,2	767,50	803,14
CACEX	307,3	288,7	288,7	288,7	288,7	288,7	288,7	288,65	288,65
MSF	0,0	39,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
SOMAGUE	864,5	639,3	438,8	321,5	219,1	164,7	0,0	0,0	
<u>Private Companies</u>	1.719,73	2.754,39	3.475,56	3.500,63	3.028,09	2.526,66	2.078,30	1.608,96	1.165,61
Banco Esperito Santos	0,0	955,5	1.505,7	1.810,8	1.597,5	1.347,9	1.149,0	899,99	650,94
Caixa Geral Déposito	411,8	601,6	880,6	711,3	566,0	428,0	289,1	179,42	95,72
KFW	1.301,0	1.190,4	1.082,3	971,7	861,1	750,8	640,2	529,55	418,96
BPI	6,9	6,9	6,9	6,9	3,6	0,0			
Total do Estoque da Dívida Externa	33.599,54	37.604,28	40.372,63	42.448,71	42.591,04	45.107,32	47.398,47	48.524,37	51.909,42
PIB	64.538,6	69.380,9	72.758,1	79.526,7	82.086,5	89.234,0	104.617,0	121.753,0	133.928,3
% PIB	52,1	54,2	55,5	53,4	51,2	51,7	45,3	39,9	38,8

Source : DGT/DSOF

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DÍVIDA INTERNA PÚBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

A Sistema Bancário	Dtª Emissão	Prazo	EMISSÃO				TOTAL EMITIDO	PAGAMENTO			TOTAL PAGO	Variação Mov	Var Deposito
			Instrumento	Montante Emitido	Capital	Juro Pago		Data Pag	Pagamento - Capital	Pagamento - Juro			
IMPAR PROMOTORA IFH	22-12-2008	91	BT	50.000.000	49.552.164	447.836	50.000.000						
B Sistema Não Bancário				845.000.000	842.306.901	2.693.099	845.000.000		670.360.586	71.139.846	741.500.432	171.946.315	
A Sistema Bancário													0
Depósito													0
Variação Sistema Bancária													0
B Sistema Não Bancário													0
Variação dos Outros Créditos				0	166.600.000	0			10.911.157.878	1.317.497.517	12.228.655.395		0
OTNS				2.205.000.000	2.205.000.000	0			3.230.530.000	1.173.369.845	4.403.899.845		0
BT		-218		6.540.010.000	6.438.310.004	101.699.996			7.680.627.878	144.127.672	7.824.755.550		0
	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	Set-08	Out-08	Nov-08	Dez-08
Depósitos do Governo Central	7.195	6.977	8.259	9.667	8.178	7.787	7.934	7.125	7.695	7.106	8.669	8.463	6.615
Orçamento Geral do Estado	5.113	4.844	5.987	7.127	5.804	6.046	5.492	4.656	5.266	4.914	6.534	6.515	3.839
Projecto de investimentos	828	787	806	804	790	881	1.289	1.295	1.294	957	869	888	1.275
Fundos autónomos	92	104	98	95	90	86	101	95	92	96	110	98	93
Serviços Autónomos	274	255	275	278	272	274	284	290	304	309	319	311	244
Outros	226	345	356	522	541	467	380	455	394	334	303	209	397
Depósitos de Divisas	629	607	705	808	648		354	302	313	463	502	411	735
Fundos de Contrapartida	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Fundos de Regularização da D	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Emprestimo do Governo IDA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Outros Créditos	838	905	917	917	942	952,3	965,0	978,2	991,1	1.004,5	1015,6	1028,7	1004,6

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DIVIDA INTERNA PUBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Saldo Final
395.104.853
-326.496.036
-1.099.786.520
59.947.606
-1.431.709.322

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DIVIDA INTERNA PUBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Saldo Final
-189.170.538
612.643.317
199.045.421
361.821.932

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DIVIDA INTERNA PUBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Saldo Final
40.686.833
-244.988.443
-573.672.170
643.468.509
30.690.428

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DIVIDA INTERNA PUBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Saldo Final
-678.752.289
121.248.808
305.686.789
199.816.520
-1.648.617.634
486.163.863

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DIVIDA INTERNA PUBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Saldo Final
-30.882.302
300.004.885
774.751.301

Mapa II.1.6-MOVIMENTO DA DIVIDA INTERNA PUBLICA POR CREDORES e POR INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

Saldo Final
171.946.315
-2.041.259.809
0
0
520.211.935
0
0
0
-580
0
-1.274
448
0
-30
171
107
0
0
-2
167

**STOCK DA DIVIDA INTERNA
POR CREDOR EM 2008**

(em mil contos CV)

ESTOQUE DA DIVIDA DOMESTICA (A+B)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	17.204,1	22.766,3	22.841,9	24.791,8	27.920,3	28.921,8	27.602,0	25.103,6
Varição anual do stock da Dívida Interna	1.236,1	5.562,2	75,6	1.949,9	3.128,5	1.001,6	(1.319,8)	(2.498,4)
Varição anual do stock da Dívida Interna em %	7,7%	32,3%	0,3%	8,5%	12,6%	3,6%	-4,6%	-9,1%
A. Sistema Bancário	13.267,9	16.833,6	16.500,4	17.488,2	20.044,3	19.542,7	16.081,5	13.421,4
BCV	4.547,1	5.589,6	4.776,2	4.778,6	4.778,6	3.738,6	3.738,5	3.738,5
1. Novos Protocolos - 2/2000	469,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Novo Protocolo 1/2002	0,0	755,0	755,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3. Memorando entendimento dívida Angola		287,3	287,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4. O.T. NS Transferidas	4.078,1	4.547,2	3.733,8	4.680,0	4.680,0	3.640,0	3.640,0	3.640,0
5. Adiantamento ao Abrigo da lei Orgânica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6. Outros Créditos				98,6	98,6	98,6	98,5	98,5
BCA	5.130,8	6.891,5	7.783,0	9.298,2	10.643,0	10.625,3	7.109,5	5.402,9
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Obrigação Tesouro NS	4.335,8	4.335,8	4.575,2	5.133,9	6.073,1	6.407,7	6.011,7	4.808,9
3. Bilhetes de Tesouro	795,0	2.185,3	2.677,8	3.468,8	4.213,0	3.789,1	600,0	0,0
4. Outros Créditos		370,4	530,1	695,5	356,9	428,5	497,8	594,0
CECV	2.199,9	2.021,4	1.391,7	1.030,2	2.104,3	2.686,6	2.505,9	2.399,8
1. Obrigação Tesouro N.S.	1.369,9	1.530,9	1.330,9	930,9	1.448,8	2.082,2	2.265,6	2.090,4
2. Bilhetes de Tesouro	830,0	450,0	0,0	50,1	537,7	426,4	0,0	0,0
3. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4. Outros Créditos		40,5	60,8	49,2	117,9	178,1	240,3	309,4
BCN	460,0	962,7	888,6	962,5	620,0	340,1	595,7	660,7
1. Bilhetes de Tesouro	460,0	922,7	774,9	830,8	251,8		0,0	0,0
2. Obrigações Tesouro Nova Série	0,0	40,0	111,7	131,7	368,2	340,1	595,7	660,7
3. Outros Créditos	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BIA	930,0	1.368,3	1.660,8	1.418,7	1.898,4	2.152,1	2.131,9	1.219,5
1. Bilhetes de Tesouro	930,0	981,7	970,1	484,8	606,8	870,5	673,7	14,3
2. Obrigações Tesouro Nova Série	0,0	386,0	686,0	924,3	1.282,0	1.272,0	1.456,8	1.202,5
3. Outros Créditos		0,6	4,7	9,6	9,6	9,6	1,4	2,7
B. Outros	3.936,2	5.932,7	6.341,6	7.303,6	7.875,9	9.379,2	11.520,5	11.682,2
INPS	2.584,0	5.294,5	5.571,7	6.536,4	7.373,9	8.994,0	9.956,5	10.500,1
1. Empréstimos acumulados	450,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Protocolos	500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3. Obrigação Tesouro NS	914,0	4.481,4	4.851,4	5.315,7	5.955,4	6.828,6	7.237,7	7.779,5
4. Bilhetes do Tesouro	720,0	813,1	720,3	1.220,8	1.418,5	2.165,4	2.718,8	2.720,6
GARANTIA	125,0	127,5	145,0	150,0	52,7	0,0	0,0	20,0
1. Bilhetes do Tesouro	125,0	127,5	145,0	150,0	52,7	0,0	0,0	20,0
Obrigação Tesouro Nova Serie	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigação Tesouro 42/93	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CORREIOS CABO VERDE	276,5	286,5	306,5	292,0	296,9	306,6	75,0	100,0
1. Protocolos	276,5	276,5	276,5	276,6	276,6	276,6	0,0	0,0
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	10,0	30,0	15,4	20,3	30,0	75,0	100,0
3. Obrigação do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4. Novo Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ASA	380,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1. Bilhetes do Tesouro	380,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Obrigação do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CABO VERDE TELECOM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IMPAR	30,0	30,0	85,0	36,0	30,0	70,0	217,3	150,0
1. Bilhetes do Tesouro	30,0	30,0	85,0	36,0	30,0	70,0	217,3	150,0

**STOCK DA DIVIDA INTERNA
POR CREDOR EM 2008**

(em mil contos CV)

ESTOQUE DA DIVIDA DOMESTICA (A+B)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	17.204,1	22.766,3	22.841,9	24.791,8	27.920,3	28.921,8	27.602,0	25.103,6
Varição anual do stock da Dívida Interna	1.236,1	5.562,2	75,6	1.949,9	3.128,5	1.001,6	(1.319,8)	(2.498,4)
Varição anual do stock da Dívida Interna em %	7,7%	32,3%	0,3%	8,5%	12,6%	3,6%	-4,6%	-9,1%
PROMOTORA	316,0	192,7	231,9	287,6	120,9	7,1	0,0	0,0
1. Bilhetes do Tesouro	145,0	192,7	190,9	205,4	31,6	0,0	0,0	0,0
2. Obrigação Tesouro Nova Serie	171,0	0,0	41,0	82,3	89,3	7,1	0,0	0,0
3. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IFH	224,7	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	0,0	0,0
1. Protocolos	224,7	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	0,0	0,0
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Protocolos								
SHELL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	719,0	359,4
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	719,0	359,4
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ELECTRA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	552,7	552,7
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	552,7	552,7
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonte: DSOF /MF								
Resumo do estoque por instrumentos								
Total de Bt's	4.415,0	5.713,0	5.593,9	6.462,1	7.162,3	7.351,3	4.284,8	3.004,9
Total de OTNS's	10.868,9	15.321,4	15.330,0	17.198,7	19.896,9	20.577,7	21.207,5	20.182,0
Total Protocolos	1.920,2	1.320,3	1.320,3	278,1	278,1	278,1	1.271,7	912,1
Outros Créditos	0,0	411,5	597,7	852,9	583,0	714,8	838,0	1.004,6
	17.204,1	22.766,3	22.841,9	24.791,8	27.920,3	28.921,9	27.602,0	25.103,6

**MAPA A.1_BILHETES DO TESOIRO E OBRIGAÇÕES DO TESOIRO EMITIDOS
EM 2008**

Class.Econom2	Económica2 Descrição	DESPESAS	RECEITAS
Ec - Despesas Internas	Ec_Bilhetes do Tesouro	7.680.627.810	
	Ec_Obrigações do Tesouro	925.100.000	
		8.605.727.810	
Ec_Receitas Interna	Ec_Bilhetes do Tesouro		6.438.310.004
	Ec_Obrigações do Tesouro		2.205.000.000
			8.643.310.004
Total Geral		8.605.727.810	8.643.310.004

Bilhetes do Tesouro por Sectores Institucionais

Saldos em final do período

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Instituições Financeiras Monetárias	4.422,8	4.834,5	5.608,6	5.085,9	1.273,8	14,5
Instituições Financeiras não Monetárias	1.141,1	1.612,2	1.533,1	2.235,4	2.936,2	2.990,6
Empresas Públicas e Privadas	30,0	15,4	20,5	30,0	75,0	0,0
Total	5.593,9	6.462,1	7.162,2	7.351,3	4.285,0	3.005,1

MAPA DE OPERAÇÕES DO TESOURARIA

OPERAÇÕES DE TESOURARIA		Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Devedor
Cheques_fv_TES_OUTROS	09.01.90-Outras Receitas		9.322.534.602	9.322.534.602	0
Ec_Tes_Bancos	09.01.90-Outras Receitas		49.481.529	49.111.493	370.036
Cheque_Reposição	09.01.90-Outras Receitas		1.744.580	1.744.580	0
Salarios_Devolvidos	09.01.99-Entrada De Salarios Devolvidos	308.223	9.466.971	3.228.468	6.546.726
Dev_Cheques	09.01.90-Outras Receitas		34.350.595	34.350.595	0
Tesouro_Retencoes	09.01.09.01-Retencao Previdencia Social	58.396.233	598.166.483	527.693.802	128.868.914
	09.01.09.03-Retencoes De Quotas Sindicais	255.847	6.218.840	6.474.687	0
	09.01.09.06-Retencoes De Depositos Judiciais	515.246	33.519.437	33.991.905	42.778
	09.01.09.07-Retencao Tribunal Contas	4.462	1.034.100	864.537	174.025
	09.01.09.09-Retencoes De Descontos Montepio	0	917		917
	09.01.09.11-Retencoes De Descontos De Cecv	257.914	7.241.318	7.499.232	0
	09.01.09.12-Retencao Para Indp	487.109	456.550		943.659
		60.225.034	10.064.215.922	9.987.493.901	136.947.055